

A close-up photograph of two hands shaking, symbolizing agreement or partnership. The hands are positioned in the center of the frame, with the fingers interlaced. The background is a solid, warm orange color. The lighting is soft, highlighting the texture of the skin and the veins on the hands.

RELATÓRIO E CONTAS

2024



Grupo  CaixaBank

ÍNDICE

RELATÓRIO DE GESTÃO

| | | | | | |
|---|----------|---|----------|--|----------|
| Sobre este Relatório | 1 | Capital Financeiro | 43 | Governança | 25 |
| Mensagem do Presidente do Conselho de Administração | 2 | Capital Intelectual | 72 | 8 | |
| Mensagem do Presidente da Comissão Executiva | 3 | Capital Humano | 79 | Gestão dos Riscos | 26 |
| Principais Indicadores 2024 | 6 | Capital Social | 85 | 6 | |
| Principais Acontecimentos | 8 | Capital Natural | 98 | Cultura de Risco | 27 |
| QUEM SOMOS | 1 | DEMONSTRAÇÕES DE SUSTENTABILIDADE | 1 | 1 | |
| Identidade | 11 | 3 | | Catálogo de Riscos | 27 |
| Modelo de Criação de Valor | 12 | Informações Gerais | 11 | 3 | |
| Valor Sustentável | 20 | Informações Ambientais | 15 | PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS | 2 |
| Plano Estratégico 2022-2024 | 34 | Informações Sociais | 22 | 7 | |
| Plano Diretor de Sustentabilidade | 35 | Informações de Governança | 23 | 3 | |
| Plano Estratégico 2025-2027 | 36 | Entity Specific 1 - Cibersegurança | 24 | REFERÊNCIAS FINAIS | 2 |
| Plano Banca Sustentável | 37 | Entity Specific 2 - Finanças Sustentáveis | 24 | 7 | |
| Enquadramento 2024 | 39 | GOVERNAÇÃO E CONTROLO INTERNO | 2 | 5 | |
| | | | | INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR | 7 |
| | | | | Adoção de recomendações do FSB e CEBS | 27 |
| | | | | Indicadores alternativos de desempenho | 28 |
| | | | | Standards e compromissos | 28 |
| | | | | 5 | |



RELATÓRIO DE GESTÃO

INTRODUÇÃO

Sobre este Relatório

O Relatório de Gestão é parte integrante do Relatório e Contas e tem como objetivo apresentar o desempenho financeiro e de sustentabilidade do Banco BPI (doravante "BPI" ou "o Banco"), bem como os compromissos do Banco para o futuro, concretizados através do Plano Estratégico 2022-2024 e do Plano Estratégico 2025-2027, definido para o próximo triénio.

O BPI elabora o Relatório de Gestão de acordo com a estrutura internacional de Relatório Integrado com o objetivo de agregar informação relevante para as partes interessadas num único documento e garantir uma visão integrada do seu desempenho financeiro e não financeiro.

Período de reporte e âmbito

O presente relatório apresenta informação relativa a Banco BPI, S.A. e refere-se ao período compreendido entre 1 de janeiro de 2024 e 31 de dezembro de 2024.

Regulação

O presente relatório dá cumprimento a:

- Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais relativo ao Relatório de Gestão.
- Requisitos de divulgação previstos no Regulamento UE 2020/852 (Regulamento da Taxonomia).

Adicionalmente, de modo voluntário, o presente Relatório permite ainda responder a:

- Decreto-Lei n.º 89 / 2017 de 28 de julho relativo a divulgação de informações não financeiras e de informações sobre a diversidade por grandes empresas e grupos - O Banco beneficia de isenção de publicação de divulgação.
- Requisitos de divulgação previstos no Regulamento UE 2023/2772 (Normas Europeias de Relato de Sustentabilidade) - O Banco responde de forma voluntária devido à não transposição da Diretiva 2022/2464.

Standards e compromissos voluntários

A elaboração do relatório seguiu, ainda, os seguintes princípios e *standards* de reporte voluntários de referência internacional:

- Princípios para a Banca Responsável (PRB);
- Princípios do UN Global Compact.

Para cada um dos standards acima referido foi elaborado um índice de referência, apresentado no capítulo de Informação Complementar.

Disclaimer Linguagem Inclusiva: O Banco BPI entende que as suas preocupações com a igualdade de género e de oportunidades se encontram amplamente refletidas nos seus valores e princípios organizacionais e no âmbito das suas práticas de gestão, pelo que opta por prescindir das referências de desagregação por género.



Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

PÉS NA TERRA. EMPATIA COM OS CLIENTES

O ano de 2023 foi, em muitos domínios, o melhor de sempre para o Banco BPI. Estão por isso de parabéns todos os que trabalham no Banco e, em particular, a Comissão Executiva liderada por João Pedro Oliveira e Costa.

O esforço por todos realizado com dedicação, entusiasmo e competência, permitiu que o BPI, tal como outros bancos, tenha aproveitado da melhor forma uma conjuntura muito favorável.

A margem de intermediação, a diferença entre a remuneração do crédito e o custo dos depósitos, alcançou em Portugal no ano de 2023 o valor de 4.4 por cento, mais do dobro dos 2.0 por cento registados, em média, entre 2009 e 2022, e superior em cerca de 1 ponto percentual aos 3.3. por cento verificados, em média, entre 2003 e 2008.

No Banco BPI a margem de intermediação em 2023 foi de cerca de 3.75 por cento, que compara com 2.37 por cento em 2022 e 1.37 por cento, em média, entre 2009 e 2021. Um ano favorável que compensou parcialmente os vários anos desfavoráveis registados desde 2009.

É prudente admitir que nos próximos anos, com a redução da inflação e das taxas de juro, a margem de intermediação desça gradualmente para níveis inferiores aos registados em 2023, ainda que superiores aos dos anos desfavoráveis acima referidos.

Neste contexto, a atuação do Banco BPI deverá focar-se nalgumas prioridades fundamentais.

A modernização tecnológica essencial para assegurar que o Banco se torna cada vez mais eficiente e presta um serviço cada vez melhor aos Clientes. Os melhores resultados de sempre, e os bons resultados que o BPI deverá continuar a apresentar nos próximos anos, são a base para suportar o significativo esforço de investimento que esta modernização requer.

Reter e atrair talento, cada vez mais importante em todas as empresas de todos os sectores. Mais uma vez os bons resultados são essenciais para atrair e reter pessoas

competentes e ambiciosas que naturalmente querem ter oportunidades numa empresa vencedora como é o BPI. Os bons resultados são a base para suportar o crescimento do negócio, a concretização de projetos inovadores, e a adequada remuneração do esforço das equipas.

A empatia com os Clientes. Por excelentes que sejam a competência técnica das equipas e das soluções tecnológicas, ficaremos aquém da nossa ambição em termos de resultados, de crescimento do volume de negócios e das quotas de mercado, se não formos capazes de manter e aumentar a empatia recíproca com os nossos Clientes. Por contraditório que pareça entendo que num mundo cada vez mais tecnológico o fator mais competitivo e diferenciador será a empatia com os Clientes. É mais fácil "copiar" as soluções tecnológicas, o desenho dos produtos, do que o relacionamento humano, o cuidado na resolução dos problemas dos Clientes.

O Banco BPI tem tudo o que é necessário para vencer. Um Acionista fortíssimo e muito comprometido com Portugal, uma forte base de capital e liquidez, excelentes resultados, Equipas competentes e motivadas que já deram provas ao longo do tempo de que são capazes de juntar à "técnica" o fator humano, cada vez mais decisivo.

FOTO JOC

Mensagem do Presidente da Comissão Executiva

O MELHOR ANO, UM BANCO MELHOR

O Banco BPI completou em 2023 o seu melhor exercício de sempre, considerando o resultado consolidado de 524 milhões de euros, 86% dos quais realizados na sua atividade doméstica. Seria estulto omitir que esse resultado recebeu um estímulo inequívoco da radical alteração da política monetária do Banco Central Europeu, que impôs expressivos e sucessivos aumentos das taxas de referência para fazer recuar uma excessiva inflação, que regressou com súbita exuberância, depois de uma inédita década de preços estáveis e juros nulos ou mesmo negativos, explicando-se assim, por contraste, a expressiva variação nos resultados. O efeito na margem financeira, que subiu 72%, foi evidente e generalizado, em todo o mundo, com especial incidência na zona Euro.

Este efeito, que irá aliás desvanecer-se em breve, se vier a confirmar-se, como se espera, a

tendência de normalização da taxa de inflação, não é, porém, suficiente para explicar o desempenho excelente do BPI em 2023: apesar do difícil contexto económico, social e político, melhorou a atividade comercial, melhorou a eficiência, melhoraram os indicadores de solidez, reforçou-se o compromisso com a sociedade e o empenho nos objetivos da sustentabilidade e da transição digital.

A primeira dimensão desse compromisso, que corresponde a uma das missões essenciais do Banco enquanto instituição financeira, exprime-se através do apoio à economia, refletido na evolução da carteira de crédito, que cresceu 3%, para 30 mil milhões de euros, cerca de 12% do PIB, com um novo ganho de quota de mercado, que atingiu 11,7% no final do ano. Uma observação mais desagregada permite verificar que a carteira de crédito aumentou em todas as categorias, com a compreensível e porventura saudável exceção do crédito ao consumo, fruto da conjuntura inflacionista, que pressionou o rendimento e as prioridades das famílias. A carteira de crédito a empresas subiu 5%, com uma quota de mercado de 12,4%, a melhor de sempre. No caso particular do crédito à habitação, a carteira aumentou igualmente 3%, permitindo alcançar

uma quota de 14,4%, o melhor registo histórico do BPI. Apesar da queda de 10% na contratação, em consequência do previsto recuo da procura, o Banco conseguiu liderar o mercado com uma quota superior a 18%, também a mais elevada de sempre, com a constatação de uma importante alteração no comportamento da procura: em 2023, a taxa fixa e a taxa mista representaram, respetivamente, 46% e 17% dos novos contratos. É fácil de detetar, nestas evoluções, o incontornável impacto do súbito e muito significativo aumento da inflação e das taxas de juro, que conduziu a medidas públicas de proteção dos seus efeitos na solvência das famílias. Também aqui o Banco - como aliás todo o sistema financeiro - cumpriu o seu compromisso com a sociedade, na linha do que tinha feito durante a pandemia, através, por exemplo, das decisivas moratórias de crédito, lamentavelmente esquecidas, sem as quais teria sido impossível sustentar os níveis de rendimento e emprego nesse momento tão crítico. E neste novo enquadramento, agora na esfera específica do crédito à habitação, o BPI renegociou contratos de 4 mil Clientes, no valor de 436 milhões de euros, bonificou juros em 5 mil casos, que totalizavam 540 milhões de euros e fixou indexantes a

INTRODUÇÃO
 QUEM SOMOS
 A NOSSA ESTRATÉGIA
 O NOSSO DESEMPENHO
 SUSTENTABILIDADE
 GOVERNAÇÃO E CONTROLO INTERNO
 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
 REFERÊNCIAS FINAIS
 INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

400 Clientes, com créditos de 64 milhões de euros.

Em síntese, para se compreender a escala, estiveram em causa 6,6% da carteira e 4% dos Clientes. Foi assim possível minorar para muitos deles o efeito surpresa do pico das taxas de juro, cujo ajustamento descendente já se iniciou. Finalmente - nota importante - o BPI não recebeu, neste período, uma única habitação como dação em pagamento.

Na perspetiva do risco de crédito, essencial para a segurança do sistema financeiro, como a história recente bem documenta, o rácio das exposições improdutivas (NPE, Non Performing Exposures) é o melhor em Portugal e nunca foi tão baixo, com uma cobertura por imparidades que nunca foi tão alta, seja qual for o critério considerado. É um resultado reconfortante, se pensarmos, como poucas vezes pensamos, que em apenas quatro anos a economia mundial, a economia europeia e a economia portuguesa foram sucessivamente sujeitas, nas suas escalas e condições próprias, aos choques encadeados da pandemia, da invasão da Ucrânia, da radical alteração das cadeias de abastecimento, nomeadamente na energia, e do regresso de elevados níveis de inflação e taxas de juro, com as inevitáveis consequências na atividade económica e nos mercados financeiros. O BPI termina este ciclo com os elevadíssimos níveis de

capitalização, liquidez e rentabilidade, as pensões adequadamente cobertas e um rácio de eficiência custo/rendimento de 39%, também o melhor de sempre, com um progresso de 11 pontos percentuais em 2023. A tudo isto acresce, no último exercício, um incremento de mais de 60% no somatório de impostos, contribuições e custos regulamentares, que atingiu 335 milhões de euros, equivalentes a 63% do lucro líquido consolidado.

A melhoria do rácio de eficiência merece ênfase especial, porque ocorre num quadro de aumento de custos, impulsionado, sobretudo, pela inflação e as amortizações, que refletem, por sua vez, o considerável esforço de investimento realizado nos últimos cinco anos, prosseguido, aliás, em 2023. Esse investimento foi essencialmente orientado para a digitalização das operações e do serviço ao cliente, num movimento metódico e persistente, acompanhado em simultâneo pela consolidação das redes comerciais e dos recursos humanos. Segundo informação independente, o BPI detém a primeira posição entre os principais bancos, no que respeita à adesão de Clientes aos canais digitais, que registavam um total de 924 mil utilizadores no final do exercício. Cerca de um terço das vendas a particulares de produtos muito relevantes, como seguros, fundos de investimento, PPR e crédito pessoal, por exemplo, foram iniciadas nos canais digitais e, num outro registo, mais orientado para a

inovação e a abertura de novos horizontes, o BPI foi pioneiro no lançamento de um mercado de colecionáveis digitais, de um jogo na esfera virtual e de um balcão no Metaverso. A convergência entre o digital e o novo mundo físico do serviço bancário está agora bem representada no balcão All in One, aberto em Lisboa, que agrega num só espaço todas as dimensões comerciais do Banco.

O mesmo empenho estratégico investido na Transição Digital tem sido aplicado no desenvolvimento da Sustentabilidade, domínio em que o BPI pretende ser referência e que tomou como centro das suas principais campanhas de comunicação multimédia nos anos recentes. A valorização da sustentabilidade exprime-se através de um compromisso permanente com a sociedade, o ambiente e as pessoas. O primeiro - a sociedade - fica evidente na forma como o Banco tem exercido a sua atividade na conjuntura tão volátil e exigente deste tempo histórico, primeiro com a pandemia, depois com a guerra e a inflação, apoiando a economia e os seus agentes, abrindo o crédito, gerindo as exceções em colaboração com as autoridades e os supervisores, protegendo os segmentos mais frágeis, valorizando o seu próprio capital humano. O segundo - o ambiente - pode ser ilustrado pelo volume de negócios sustentável, que atingiu quase 2 mil milhões de euros

- INTRODUÇÃO
- QUEM SOMOS
- A NOSSA ESTRATÉGIA
- O NOSSO DESEMPENHO
- SUSTENTABILIDADE
- GOVERNAÇÃO E CONTROLO INTERNO
- PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
- REFERÊNCIAS FINAIS
- INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

em 2023, cerca de 600 milhões em “financiamento verde” para empresas, a que se podem adicionar as linhas de apoio à eficiência energética, reabilitação urbana e habitação social, sem esquecer, na área da intermediação, um depósito a prazo e os fundos especificamente dedicados a este propósito, que em conjunto geraram um volume próximo de 900 milhões de euros. O terceiro – as pessoas – começa internamente, na contínua adoção de medidas favoráveis à valorização do mérito e às condições de trabalho e remuneração, mas também, por exemplo, no importante desenvolvimento do Programa de Voluntariado, que em menos de três anos chegou a 4 mil inscritos, uma adesão de quase 90%, que permitiu realizar em 2023 mais de 300

iniciativas, que beneficiaram diretamente 35 mil pessoas; e depois, não menos importante, há que destacar a colaboração do Banco com a Fundação “La Caixa”, primeiro acionista do Grupo, que é hoje a mais importante instituição filantrópica em Portugal, no que respeita, à distribuição de donativos, com uma execução orçamental próxima de 50 milhões de euros e um alcance de dezenas de milhares de beneficiários, sobretudo nos domínios do Solidariedade Social, Ciência, Educação e Cultura. As instituições de avaliação independente têm valorizado a solidez, a qualidade e o consistente esforço do BPI para ser cada vez mais relevante e antecipar permanentemente a profunda mudança em curso no sector financeiro e, em particular nos seus

sistemas de distribuição comercial. O Banco conquistou e mantém assim as mais elevadas classificações das principais agências de rating e voltou a ser distinguido com importantes prémios nacionais e internacionais, em áreas tão diversas como o private banking, a sustentabilidade e a tecnologia. São estímulos sempre bem-vindos, que reforçam a credibilidade do percurso traçado, que não teria sido possível sem a qualidade, dedicação e profissionalismo dos nossos Colaboradores. O mais importante, porém, é o reconhecimento dos Clientes, os de sempre, e os novos 100 mil que se juntaram a nós em 2023, como inequívoco sinal de confiança no futuro.



FOTO CE

Principais Indicadores 2024

| | | | | | |
|--------------------|--------------------|--------------------------------|--------------------|----------------------|--------------------------------|
| 39.9 m.M. € | 30.3 m.M. € | 39.2 m.M. € | 1.8 milhões | 4 280 | 304 |
| Ativo total | Crédito | Recursos (Clientes) | Clientes | Colaboradores | Unidades Comerciais |



DINAMISMO COMERCIAL E RENTABILIDADE

| | |
|----------------|--|
| +0.8% | Carteira de crédito (tvh) |
| +5.2% | Carteira de crédito (tvh) |
| 14.4% | Quota de mercado crédito habitação (+ 0.1 p.p. tvh) |
| 11.1% | crédito a empresas (- 0.1 p.p. tvh) |
| 402 M.€ | Resultado líquido em Portugal |
| 471 M.€ | Resultado líquido Banco BPI |
| 18.0% | ROTE recorrente em Portugal |



PERFIL DE RISCO BAIXO E ELEVADA CAPITALIZAÇÃO

| | |
|---------------|--|
| 1.4% | Rácio NPE |
| 153.0% | Cobertura NPE (por imparidades e colaterais) |
| 17.5% | Capital total |
| 13.8% | CET1 |
| 24.7% | Rácio MREL (em % RWA) |



COMPROMISSO COM A SUSTENTABILIDADE

| | |
|----------------|--|
| 2 119 | Volume de negócio sustentável |
| mil | Número de beneficiários apoiados |
| 43% | Mulheres em posições diretivas |
| (100 %) | Redução de emissões Ao nível da pegada de carbono operativa de âmbito 1,2 e 3 (categorias 3.1, 3.2, 3.3, 3.5, 3.6 e 3.7) |

(Montantes consolidados em M.€, exceto quando indicado de outra forma)

INTRODUÇÃO
 QUEM SOMOS
 A NOSSA ESTRATÉGIA
 O NOSSO DESEMPENHO
 SUSTENTABILIDADE
 GOVERNAÇÃO E CONTROLO INTERNO
 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
 REFERÊNCIAS FINAIS
 INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

| | 2020 | 2021 | 2022 ¹ | 2023 | 2024 |
|--|--------|--------|-------------------|--------|--------|
| Lucro líquido | 104,8 | 306,8 | 368,9 | 524,0 | 471,1 |
| Atividade em Portugal | 66,2 | 178,6 | 238,5 | 443,7 | 402,1 |
| Participações no BFA e BCI | 38,6 | 128,2 | 130,4 | 80,3 | 69,0 |
| Rentabilidade dos capitais próprios tangíveis, ROTE ² | 3,0% | 0,092 | 10,1% | 14,6% | 15,5% |
| ROTE recorrente na atividade em Portugal ⁶ | 2,7% | 6,8% | 8,1% | 16,0% | 18,0% |
| Rácio de eficiência na atividade em Portugal ³ | 61,1% | 56,9% | 51,7% | 39,9% | 37,1% |
| Rentabilidade do ativo total, ROA | 0,3% | 0,8% | 0,9% | 1,3% | 1,4% |
| Ativo total líquido | 37 786 | 41 378 | 38 914 | 38 628 | 39 920 |
| Crédito a Clientes (bruto) | 25 695 | 27 529 | 29 161 | 30 073 | 30 310 |
| Recursos totais de Clientes | 36 989 | 40 305 | 40 045 | 37 905 | 39 200 |
| Rácio de transformação de depósitos em crédito | 93% | 91% | 92% | 99% | 97% |
| Rácio NPE (Non performing exposures; critérios da EBA) | 1,7% | 1,6% | 1,6% | 1,5% | 1,4% |
| Cobertura de NPE por imparidades e colaterais | 140% | 149% | 155% | 154% | 153% |
| Custo do risco de crédito ⁴ | 0,57% | 0,17% | 0,20% | 0,16% | 0,12% |
| Capitais próprios atribuíveis aos acionistas do BPI ⁵ | 2 981 | 3 393 | 3 599 | 3 700 | 3 596 |
| Rácio Common Equity Tier I ⁶ | 14,1% | 14,2% | 14,8% | 14,1% | 13,8% |
| Rácio de capital total ¹⁰ | 17,3% | 17,4% | 18,9% | 17,9% | 17,5% |
| Rácio de leverage ¹⁰ | 7,3% | 6,8% | 7,1% | 7,4% | 7,3% |
| Rede de distribuição (nº) ⁷ | 425 | 349 | 325 | 316 | 304 |
| Colaboradores do Grupo BPI (número) | 4 622 | 4 478 | 4 404 | 4 263 | 4 280 |

Nota: contas consolidadas até 2023. A partir de junho 2024 (inclusivé), o Banco BPI deixou de apresentar contas consolidadas por não ter participadas que consolidem pelo método de integração global. De acordo com o IAS 28 e IAS 27, as empresas associadas nas quais o Banco BPI tem influência significativa (Allianz e BCI) são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial nas contas do Banco BPI a partir de 30 junho 2024 (anteriormente, nas contas separadas do Banco BPI essas participações eram registadas pelo valor de aquisição).

¹ 2022 reexpresso pelos impactos nas participações em empresas de seguros da adoção da IFRS17 que entrou em vigor em 2023.

² O capital próprio médio considerado no cálculo do ROTE é abatido do saldo médio dos instrumentos AT1, ativos intangíveis e goodwill de participações.

³ Custos de estrutura em % do produto bancário. Exclui impactos não recorrentes.

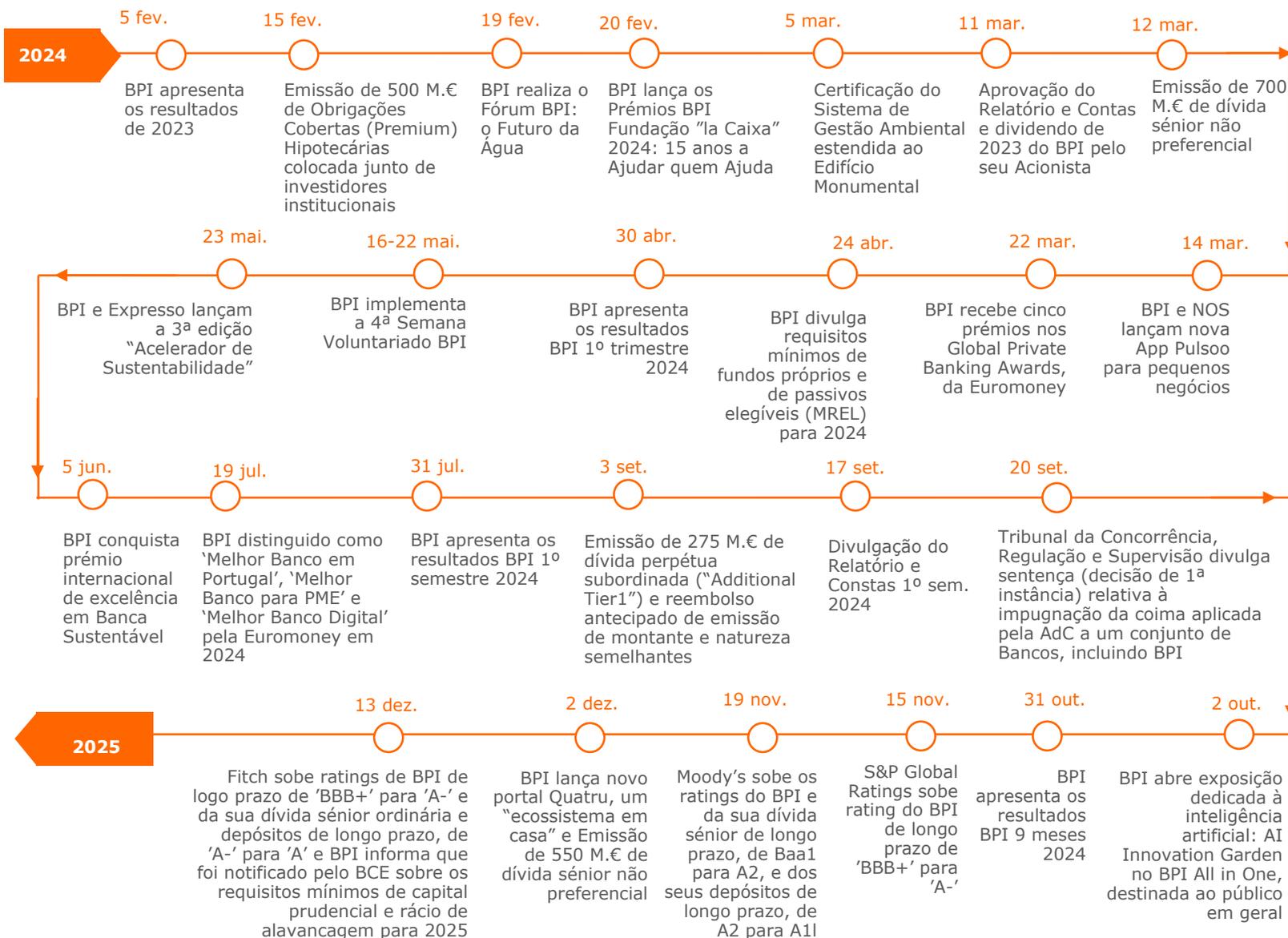
⁴ Imparidades e provisões para crédito e garantias líquidas de recuperações de crédito anteriormente abatido ao ativo / Valor médio da carteira de crédito bruto e garantias.

⁵ Exclui instrumentos de capital AT1 (275 M.€).

⁶ Rácios de capital fully loaded em 2019 e phasing-in do impacto de implementação de IFRS9 de 2020 a 2024.

⁷ Balcões de retalho, balcão móvel, centros Premier, Private Banking e centros de Empresas e Institucionais.

Principais Acontecimentos



Reconhecimento

- INTRODUÇÃO
- QUEM SOMOS
- A NOSSA ESTRATÉGIA
- O NOSSO DESEMPENHO
- SUSTENTABILIDADE
- GOVERNAÇÃO E CONTROLO INTERNO
- PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
- REFERÊNCIAS FINAIS
- INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR



Best bank – Portugal
Euromoney



Best for SME - Portugal
Euromoney



Best for Digital - Portugal
Euromoney



Portugal’s Best Corporate/
Institutional Digital Bank



Marca de Excelência
Superbrands



Marca de Confiança
11 anos
Seleções Reader´s
Digest



Crédito Habitação e
Produtos Prestígio
Cinco Estrelas

Best User/Consumer
Experience Initiative
in Business Payments
Fintech Futures



Excellence in
Sustainable Banking
Initiative
CFI.co



Best for Digital
Education
PWN



Best Domestic Private
Bank – Portugal 2024
Euromoney



Best for Sustainability
– Portugal 2024
Euromoney



Best for High Net
Worth - Portugal 2024
Euromoney



Best for Digital
Solutions – Portugal
2024
Euromoney



Best for Next-Gen –
Portugal 2024
Euromoney

QUEM SOMOS

- INTRODUÇÃO
- QUEM SOMOS
- A NOSSA ESTRATÉGIA
- O NOSSO DESEMPENHO
- SUSTENTABILIDADE
- GOVERNAÇÃO E CONTROLO INTERNO
- PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
- REFERÊNCIAS FINAIS
- INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

Identidade

Missão, Visão e Valores

O BPI tem como missão contribuir para o bem-estar financeiro dos seus Clientes e para o progresso sustentável de toda a Sociedade através da oferta de produtos e serviços financeiros diversificados e inovadores e crescente integração dos princípios de Sustentabilidade.

Para prosseguir a sua missão e visão, o BPI desenvolve a sua atividade com valores:

- Qualidade para, de modo cada vez mais ágil, melhorar a experiência dos Clientes e responder às suas necessidades em cada momento;
- A confiança construída no dia-a-dia e que se traduz na conduta íntegra e responsável, comunicação transparente, salvaguarda da segurança dos depositantes, proteção dos dados dos Clientes, oferta de um serviço de elevada qualidade, e solidez financeira;
- O compromisso social com as Famílias, as Empresas e a Sociedade, marca identitária do BPI desde o nascimento, e que atualmente também se materializa na atuação conjunta com a Fundação "la Caixa".

O Banco BPI, 100% detido pelo Grupo CaixaBank desde 2018, tem como principais atividades a prestação de serviços financeiros no âmbito da banca de empresas e de retalho. O BPI serve os segmentos de Empresas e Institucionais, Particulares, Empresários e Negócio e Private e Wealth.



- INTRODUÇÃO
- QUEM SOMOS
- A NOSSA ESTRATÉGIA
- O NOSSO DESEMPENHO
- SUSTENTABILIDADE
- GOVERNAÇÃO E CONTROLO INTERNO
- PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
- REFERÊNCIAS FINAIS
- INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

Modelo de Criação de Valor

O presente Relatório de Gestão segue a estrutura internacional de *Integrated Reporting*, incorporando o impacto da atividade do BPI nos Capitais⁸ e a informação relevante para as partes interessadas.



⁸Sobre o Capital Manufaturado, remete-se para a descrição do Modelo de Negócio ("Rede de distribuição e segmentação de Clientes").

- INTRODUÇÃO
- QUEM SOMOS
- A NOSSA ESTRATÉGIA
- O NOSSO DESEMPENHO
- SUSTENTABILIDADE
- GOVERNAÇÃO E CONTROLO INTERNO
- PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
- REFERÊNCIAS FINAIS
- INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

Modelo de Negócio

O BPI, detido 100% pelo CaixaBank, centra a atividade na banca comercial em Portugal, sendo neste mercado a **quarta maior instituição financeira** a operar em termos de volume de negócio (crédito, garantias e

O modelo de negócio assenta numa rede de distribuição especializada, omnicanal e integrada, e na disponibilização de uma oferta completa de produtos e serviços financeiros, estruturada para responder às necessidades específicas dos segmentos.

>Estrutura e modelo de negócio BPI



recursos totais de Clientes). Em outubro de 2024, apresentava quotas de mercado⁹ de 12,0% em crédito (com títulos de dívida) e 10.9% em recursos de Clientes, destacando-se a quota de crédito habitação com 14.5%.

Parte dessa oferta baseia-se em produtos e serviços fornecidos por empresas participadas em Portugal e por empresas do Grupo CaixaBank.

* - Em parceria com a Allianz, detentora de 65% do capital.
 ** - Líder de mercado espanhol.

mento, Pensões e Patrimónios (APFIPP), Associação Portuguesa de

> Segmentação de Clientes BPI



Banca de Particulares, Negócios, Premier e InContact

Esta área é direcionada para Clientes Particulares, Empresários e Negócios. A sua rede de distribuição multicanal inclui:

- Balcões tradicionais (Clientes de massa e empresários e negócios);
- Centros Premier (Clientes com elevado património ou com potencial de acumulação financeira);
- Centros inTouch (Clientes particulares com acesso a um gestor dedicado via telefone ou canais digitais, em horário alargado);
- Centro AGE (Clientes jovens entre os 18 e 25 anos servidos remotamente);
- Centro Connect (Clientes com baixo potencial comercial e envolvimento, servidos remotamente);
- Centro Citizen (Clientes estrangeiros);
- Centro DayOne (start-ups).



Banca de Empresas e Institucionais

A Banca de Empresas e Institucionais é um segmento especializado que proporciona um serviço próximo dos seus Clientes dispondo para tal de uma rede especializada:

- 6 Centros de Corporate (4) and Institutional Banking (2) que respondem às necessidades dos Clientes Institucionais e dos maiores grupos empresariais nacionais
- 22 Centros de Empresas, para médias empresas
- 1 Centro de Empresas de Negócio Imobiliário.

A Banca de Empresas conta ainda com um conjunto de equipas especializadas nos setores agrícola, turismo e imobiliário. Estas equipas possuem um profundo conhecimento das especificidades e dos desafios que estes setores enfrentam assim como apresentam uma vasta experiência na estruturação de operações mais complexas.



Private Banking e Wealth

O **Private Banking** presta serviços de gestão discricionária e aconselhamento financeiro a Particulares com elevado património. Esta área continua a ser uma referência em Portugal, estando assente em equipas de profissionais especializados com vasta experiência, na inovação contínua oferta de produtos e serviços e no compromisso com a experiência do Cliente.

Com uma proposta de valor diferenciadora e aconselhamento financeiro independente, o novo serviço **BPI Wealth** serve Clientes com um maior potencial de negócio e maior sofisticação financeira.

- INTRODUÇÃO
- QUEM SOMOS
- A NOSSA ESTRATÉGIA
- O NOSSO DESEMPENHO
- SUSTENTABILIDADE
- GOVERNAÇÃO E CONTROLO INTERNO
- PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
- REFERÊNCIAS FINAIS
- INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

Rede de distribuição e segmentação de Clientes

Para disponibilizar produtos e serviços a todos os seus Clientes, o BPI conta com uma rede variada que inclui unidades comerciais na rede física e centros/áreas de equipas comerciais à distância e um serviço transversal de Banca Digital (BPI Net, BPI Net Empresas, BPIApp, App BPI AGE, APP BPI Empresas, BPI Broker e BPI Direto).

Para além destes canais, o BPI continua a inovar explorando novas formas de se relacionar com os Clientes.

> Novos canais de relação com Clientes

- 

Quatru
Ecossistema para toda a jornada da casa, com processo de Crédito Habitação 100% digital.

- 

APP Pulsoo
Ecossistema para pequenos negócios, traz uma visão financeira e regulatória.

- 

BPI VR no Metaverso
1º balcão virtual informativo em Portugal.

- 

D-Verse
Plataforma de compra e venda de colecionáveis digitais.

- 

Planeta AGE Craft Tycoon
Primeiro Banco no Roblox que promove educação financeira.

| | | |
|------------------------|---|--|
| 1,8 M. Clientes | 304 Unidades comerciais na rede física | 940 mil Utilizadores regulares de Banca Digital |
|------------------------|---|--|

Rede de distribuição por segmentos de oferta BPI



Oferta de produtos e serviços

O BPI disponibiliza uma oferta de produtos e serviços direcionada às necessidades específicas dos Clientes, comercializando-a de forma transparente e responsável. O modelo de atenção e atuação das equipas comerciais desenvolve-se em torno das necessidades dos Clientes e apresentação da oferta mais adequada.

O correto desenho de produtos e serviços bancários e financeiros e a sua correta comercialização (incluindo produtos cujo produtor não é o BPI) é uma prioridade para o BPI, que tem em conta na sua oferta a adequação da mesma aos interesses, objetivos e características dos Clientes.

O BPI desenvolve regularmente inquéritos e estudos de mercado, como é o caso dos Inquéritos de Avaliação da Experiência Global do Cliente, para conhecer melhor o perfil dos Clientes e delinear ações que visem aumentar a qualidade de serviço e a adequabilidade da oferta.

Em execução da Política de Governo de Produtos, em 2024, o Comité de Validação de Produto analisou, discutiu e submeteu a votação 206 produtos, serviços, relatórios de acompanhamento e campanhas publicitárias. Em 2024, o BPI não apresentou casos de não conformidade em relação a informações e rotulagem de produtos e serviços, e

comunicações de Marketing que tenham resultado em penalidade.

O BPI compromete-se a publicitar e divulgar os seus produtos e serviços de forma ética e responsável, sendo sócio da Associação de Autorregulação Publicitária. O Banco dispõe ainda da Política de Comunicação Comercial que tem como objetivo garantir que o conteúdo e o formato da atividade publicitária têm em conta os legítimos interesses dos Clientes bem como as características do mercado-alvo a que se destina.

> Proposta de Valor BPI

- Oferta adaptada às necessidades dos Clientes
- Comunicação clara e comercialização transparente
- Acessibilidade e inclusão



Cientes particulares

Para dar resposta às necessidades dos **Cientes Particulares**, a oferta do BPI está organizada em torno de cinco experiências que refletem as principais necessidades dos Clientes e marcam a relação com o Banco:

● Dia-a-dia

Soluções que facilitam a gestão do dia a dia

- Contas Valor (inclui um conjunto de produtos e serviços por um preço único mensal);
- Conta AGE Júnior (até aos 12 anos) e Jovem (13-25 anos);
- Conta Serviços Mínimos Bancários;
- Facilidade de contacto à distância com o Gestor.

● Dormir tranquilo

Soluções de proteção e segurança

- Oferta alargada de seguros vida e não-vida (parceria BPI Vida e Pensões e Allianz);
- Alarmes (parceria Securitas Direct).

● Pensar no futuro

Soluções de investimento e de reforma

- Soluções de investimento (Fundos de Investimento, Seguros de Capitalização, PPR, Contas Poupanças, Depósitos a prazo)
- Serviço consolidado de venda assessorada (Balcões) e de consultoria para investimento (Centros BPI Premier).

● A minha casa

Soluções para a habitação

- Soluções para comprar, construir, fazer obras, equipar ou transferir o crédito habitação. Taxa fixa, variável ou mista.

● Desfrutar a vida

Soluções para a realização de projetos

- Crédito imediato e cartões de crédito;
- Crédito para projetos pessoais, despesas de saúde, formação, obras, entre outros;
- Financiamento automóvel e *renting*;
- Catálogo de produtos não-financeiros.

> Serviços de Banca Digital para Particulares

- BPI App: A forma mais simples, rápida e segura de consultar e gerir as contas, cartões, poupanças e investimento, incluindo a funcionalidade "Contacto com o Gestor" que possibilita a comunicação direta entre o Gestor de Conta e o Cliente BPI
- BPI Net: Serviço de homebanking que permite aceder, gerir as contas e realizar operações bancárias de forma segura e conveniente.

Cientes Empresas e Institucionais

O BPI tem uma experiência de mais de 40 anos a apoiar as empresas e o desenvolvimento da economia nacional, dispondo de uma oferta de produtos e serviços preparada para responder às necessidades das empresas.



Welcome e dia-a-dia

Abertura e manutenção de contas, canais automáticos e soluções de pagamentos e recebimentos.



Financiar o crescimento

Soluções para financiar as necessidades de investimento e desenvolvimento da atividade.



Proteger o negócio

Seguros de créditos, seguros não-vida e seguros de vida.



Gerir a tesouraria

Soluções para financiar o ciclo de tesouraria e aplicar excessos de liquidez.



Apoiar a internacionalização

Soluções de comércio internacional e de cobertura do risco cambial.

> Um Banco digital

O BPI disponibiliza um conjunto de serviços que lhe permitem realizar um conjunto alargado de operações bancárias. Tudo isto de forma simples, rápida e segura, 24 horas por dia, 7 dias por semana. O BPI Net Empresas é um serviço de Corporate Internet Banking que permite uma gestão integrada das contas e a realização de diversas operações nacionais e internacionais.

A App BPI Empresas oferece funcionalidades para a gestão diária das empresas, enquanto o Canal Multibancário facilita a troca de informação financeira direta entre o sistema informático das empresas e o BPI. O Canal SWIFT Net, gerido pela SWIFT, possibilita a troca segura e eficaz de mensagens e ficheiros standard entre as empresas e os bancos, garantindo integridade, autenticação e confidencialidade.

INTRODUÇÃO
 QUEM SOMOS
 A NOSSA ESTRATÉGIA
 O NOSSO DESEMPENHO
 SUSTENTABILIDADE
 GOVERNAÇÃO E CONTROLO INTERNO
 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
 REFERÊNCIAS FINAIS
 INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

Cientes do Private e Wealth

O modelo de negócio do Private e Wealth está assente no acompanhamento personalizado dos Clientes, na excelência na gestão do património e na contínua inovação tecnológica com vista à satisfação do Cliente. Neste contexto, são disponibilizados três tipos de serviço especializado: Mera execução, Consultoria para investimento e Gestão discricionária.

Este segmento conta com uma equipa de especialistas com vasta experiência em gestão de património. Cada Cliente é acompanhado por um Private Banker/Wealth Manager, que assegura todas as atividades que o Cliente tem com o Banco, tanto ao nível da gestão diária da sua conta como ao nível das decisões de investimento.

O Cliente tem à sua disposição uma vasta oferta de produtos e serviços financeiros para diferentes classes de ativos. Adicionalmente, o Private e Wealth procura criar produtos exclusivos que vão ao encontro das necessidades e objetivos deste segmento de Clientes.

BPI Wealth, novo conceito de consultoria

Criado em julho de 2023, o BPI Wealth oferece aconselhamento personalizado e acesso a oportunidades de investimento exclusivas e desenhadas especificamente para Clientes de elevado património.

De forma a dar resposta às exigências de sofisticação deste segmento, em 2024 o BPI Wealth deu o primeiro passo na oferta de fundos de Private Equity, uma subclasse de ativos que oferece diversas vantagens aos investidores.

Esta exclusividade está também presente no serviço dinâmico e proativo da Mesa de Aconselhamento, lançado em 2024, que permite o acesso ao investimento direto em ações, obrigações e exchange-traded funds (ETFs) através de uma equipa exclusivamente dedicada e com experiência profunda em mercados financeiros.



Os segmentos **Private e Wealth** prestam serviços de gestão discricionária e aconselhamento financeiro a Particulares com elevado património.

Com uma vasta tradição no segmento alto, e uma posição privilegiada no setor do Private Banking em Portugal, a cultura do Private e Wealth é baseada num forte compromisso de preservação do património dos Clientes através dos segmentos:

BPI Private

O BPI Private conta com uma equipa de especialistas com vasta experiência em gestão de grandes patrimónios, que procuram as soluções de investimento que melhor se adaptam às necessidades e objetivos dos Clientes.

BPI Wealth

Com uma proposta de valor diferenciadora e aconselhamento financeiro independente, o serviço BPI Wealth serve Clientes com um maior potencial de negócio e maior sofisticação financeira.

- INTRODUÇÃO
- QUEM SOMOS
- A NOSSA ESTRATÉGIA
- O NOSSO DESEMPENHO
- SUSTENTABILIDADE
- GOVERNAÇÃO E CONTROLO INTERNO
- PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
- REFERÊNCIAS FINAIS
- INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

Valor Sustentável

O BPI tem o objetivo de apoiar o progresso sustentável da sociedade. O Banco reconhece o papel que tem em impulsionar a transição sustentável dos Particulares e das Empresas, que cada vez mais procuram avançar na sua jornada de sustentabilidade, e reconhece os riscos e oportunidades que emergem deste novo paradigma. O Banco assume também a relevância da sua atuação na promoção da inclusão financeira, e tem a ambição de garantir que as pessoas não deixam de estar no centro do processo de tomada de decisão.

O BPI aborda os fatores ambientais, sociais e de governação numa perspetiva de dupla materialidade. Por um lado, reconhece a relevância de aproveitar oportunidades e gerir os riscos, associados à sua rentabilidade financeira e continuidade operativa, que resultam destes temas. Por outro lado, o Banco está comprometido com a redução dos seus impactos negativos, e maximização dos seus impactos positivos, na sociedade e no ambiente.

O BPI considera também importante ser transparente em questões de sustentabilidade e, neste contexto, tomou a decisão de preparar as [Demonstrações de Sustentabilidade](#) apesar de não serem ainda exigíveis devido ao atraso na transposição.

- INTRODUÇÃO
- QUEM SOMOS
- A NOSSA ESTRATÉGIA
- O NOSSO DESEMPENHO
- SUSTENTABILIDADE
- GOVERNAÇÃO E CONTROLO INTERNO
- PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
- REFERÊNCIAS FINAIS
- INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

Dupla Materialidade

Em 2024, o BPI atualizou o seu exercício de análise de dupla materialidade - o processo através do qual o Banco consegue apurar os temas de sustentabilidade, nos seus três pilares (ESG), que são mais relevantes numa perspetiva de impacto e/ou numa perspetiva financeira.

Este exercício permite identificar os temas e subtemas materiais e, também, os principais Impactos, Riscos e Oportunidades (IROs).

A identificação destes IROs materiais é relevante na medida em que:

- i) apoia na definição da informação a incluir nas demonstrações de sustentabilidade e, conseqüentemente, na informação a comunicar às partes interessadas e
- ii) apoia na delimitação do percurso de sustentabilidade do Banco, identificando os temas sobre os quais deverão ser canalizados os principais esforços.



No âmbito deste exercício foram envolvidos diversos grupos de partes interessadas relevantes cujo *feedback* foi considerado na avaliação dos IROs, com recurso a vários mecanismos, nomeadamente questionários, *focus-group* e entrevistas.

Partes interessadas envolvidas na análise de dupla materialidade

| Colaboradores e Diretores Executivos | Clientes Particulares e Empresas | Fornecedores | Organizações de referência |
|--------------------------------------|----------------------------------|--------------|----------------------------|
|--------------------------------------|----------------------------------|--------------|----------------------------|

Os subtemas nos quais cada grupo de partes interessadas considera que o Banco tem um maior impacto podem ser consultados [aqui](#).

Após este exercício, os resultados, incluindo as perspetivas das partes interessadas auscultadas, foram partilhados com o Comité de Sustentabilidade, a Comissão de Riscos, a CECA e o Conselho de Administração.

Temas e subtemas materiais

Do processo de análise de dupla materialidade resultaram seis temas materiais, quatro dos quais com correspondência direta com os European Sustainability Reporting Standards (ESRS) e dois temas *Entity Specific* (ES):

- Alterações Climáticas (E);
- Trabalhadores (S);
- Consumidores e Utilizadores Finais (G);
- Conduta Empresarial (G);
- Finanças Sustentáveis (ES);
- Cibersegurança e segurança da informação (ES).

Os principais IROs¹⁰ resultantes deste exercício decorrem dos seguintes temas materiais e respetivos sub-temas:

Lista de temas materiais

| Tema | Sub-tema | Materialidade | | Localização | |
|-----------------|--|--|------------|-------------|--|
| | | Impacto | Financeira | | |
| E1 | Alterações Climáticas | Neutralidade de carbono operativa e eficiência energética. | ● | ● | > Capital Natural > ESRS E1 - Alterações Climáticas |
| | | Descarbonização da carteira de financiamento. | ● | | |
| S1 | Trabalhadores | Promoção do emprego de qualidade e desenvolvimento profissional. | ● | | > Capital Humano > ESRS S1 - Própria mão de obra |
| | | Promoção da diversidade, equidade e inclusão. | ● | | |
| S4 | Consumidores e utilizadores finais | Marketing responsável. | | ● | > ESRS S4 - Consumidores e utilizadores finais |
| G1 | Conduta empresarial | Promoção da ética e integridade. | ● | ● | |
| | | Prevenção da corrupção e suborno. | | ● | > ESRS G1 - Conduta empresarial |
| | | Promoção do <i>lobby</i> responsável e transparente. | | ● | |
| | | Gestão das relações com fornecedores. | ● | | |
| Entity Specific | Finanças sustentáveis | Promoção da oferta de produtos e serviços com características ESG (mobilização sustentável). | ● | ● | > Capital Natural > ES2 - Finanças Sustentáveis |
| | | Gestão de riscos ESG nas operações de financiamento. | | ● | > Gestão de Riscos e Impactos ESG |
| | Cibersegurança e segurança da informação | Promoção da cibersegurança e segurança da informação. | | ● | > ES1 - Cibersegurança > Outros temas relevantes para a Gestão de Risco |

¹⁰ A lista detalhada dos IROs e a abordagem do Banco aos mesmos pode ser consultada [aqui](#).

- INTRODUÇÃO
- QUEM SOMOS
- A NOSSA ESTRATÉGIA
- O NOSSO DESEMPENHO
- SUSTENTABILIDADE
- GOVERNAÇÃO E CONTROLO INTERNO
- PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
- REFERÊNCIAS FINAIS
- INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

Oportunidades - Negócio Sustentável

Na vertente de negócio, o BPI procura dinamizar a sua oferta de produtos e serviços que integram critérios ESG com o objetivo de maximizar os seus impactos positivos na sociedade e no ambiente e aproveitar as oportunidades de negócio associadas às necessidades de investimento dos seus clientes neste domínio.

Meta para o negócio sustentável

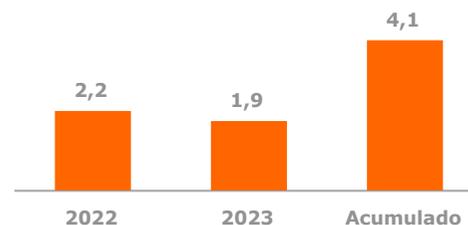
Cumprindo este desígnio, em 2022, o BPI definiu como meta a mobilização de 4 m.M.€ em negócio sustentável, entre 2022 e 2024, no Plano Diretor de Sustentabilidade (ver indicador [Finanças Sustentáveis](#)). Para o efeito, o Banco disponibiliza uma oferta variada de produtos, tanto no lado do ativo como do passivo, e também no contexto da distribuição de produtos de investimento que integra fatores ambientais, sociais e de governação.

Neste triénio, o BPI mobilizou 0,01 m.M.€ em negócio sustentável, tendo os fundos sido mobilizados, em particular, para a habitação energeticamente eficiente, no caso dos Particulares, e para empréstimos com bonificações mediante o cumprimento de objetivos de sustentabilidade, no

caso das Empresas (empréstimos *ESG-linked*).

Ao longo deste três anos o contributo do Financiamento Sustentável tem vindo a aumentar sucessivamente enquanto que o contributo da intermediação e recursos sustentáveis tem vindo a diminuir dado que o esforço de transformação de produtos de investimento pré-existentes em produtos de investimento Artigo 8/9 do SFDR¹¹ se concentrou em 2022.

Negócio sustentável acumulado
(milhares de milhões de Euros)



Critérios ESG na remuneração variável

Reforçando o compromisso da gestão do Banco com a sua estratégia de sustentabilidade, em 2023, o BPI decidiu incluir o cumprimento da meta de negócio sustentável como um dos critérios para obtenção da remuneração variável, ao nível da gestão de topo.

¹¹ SFDR Sustainable Finance Disclosure Regulation - Regulamento UE 2019/2088.

- INTRODUÇÃO
- QUEM SOMOS
- A NOSSA ESTRATÉGIA
- O NOSSO DESEMPENHO
- SUSTENTABILIDADE
- GOVERNAÇÃO E CONTROLO INTERNO
- PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
- REFERÊNCIAS FINAIS
- INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

Financiamento Sustentável

Com a oferta específica e a prestação de serviços de forma especializada e segmentada, o Banco é capaz de influenciar as Famílias e as Empresas a adotarem padrões de consumo e produção mais sustentáveis, apresentando um conjunto de soluções competitivas que têm em consideração as temáticas ESG, assim como efetuando aconselhamento especializado na montagem de financiamentos estruturados que atendam a este tipo de práticas.

Em 2024, o volume de financiamento sustentável foi de 1,9 m.M.€, atingindo um valor acumulado de 3,7 m.M.€ (desde 2022).

[XX sobre o GAR]

Formação e diálogo com os Clientes

O BPI investe na capacitação da rede comercial e equipas especializadas para dar resposta às necessidades dos Clientes e fomentar a dinamização de produtos ESG.

Para a Banca de Empresas, o Banco definiu a figura de *Pivots* de Sustentabilidade, quais é dada formação em matéria de sustentabilidade com o objetivo de os capacitar para ajudarem, numa vertente mais técnica, os restantes elementos dos Centros.

Produtos de financiamento sustentável

Financiamento ESG Particulares

Crédito Pessoal BPI – Energias Renováveis
Condições especiais em crédito pessoal para aquisição de equipamentos de energias renováveis.

Crédito Habitação – Eficiência Energética
Condições especiais em crédito habitação para os imóveis com classificação energética A+, A ou B.

Produtos Prestígio Sustentáveis
Linhas de produtos não financeiros com características de sustentabilidade.

Conta AGE Neutra em Carbono *NOVO*
Conta bancária destinada ao segmento dos 0 aos 25 anos cujas emissões de carbono são compensadas.



Depósito BPI+ Ambiente *NOVO*
Depósito a prazo cujos fundos são alocados a operações que contribuam substancialmente para um objetivo ambiental e/ou operações verdes.

Financiamento ESG Empresas

Linha BPI Apoios Públicos *Novo*
Linha para apoio a entidades com candidaturas submetidas ao PRR, Portugal 2030 (PT2030) e Plano Estratégico da Política Agrícola Comum para 2023-2027 (PEPAC).

Linha BPI FEI InvestEU
Linha para empresas que necessitem de apoio para a realização de investimentos para a transição sustentável.

Linha BPF InvestEU *Novo*
Linha com garantia mútua para empresas que necessitem de apoio para a realização de investimentos sustentáveis ou em mobilidade urbana sustentável.

Linha ESG Empresas
Linha de crédito que oferece uma solução de financiamento para apoio da transição ESG.

Linha Descarbonização e Economia Circular
Linha de crédito destinada a projetos de descarbonização e economia circular para PME.

Linha de apoio ao empreendedorismo e à criação de emprego próprio
Linha de apoio a pessoas em situação de desemprego para a criação de empresas e de emprego próprio.

Linha BPI Primeiro Direito
Linha de crédito com bonificação de taxa de juro destinada a projetos habitacionais para pessoas em condições vulneráveis.

Linha de Apoio à Qualificação da Oferta 2024
Linha para apoio de projetos do setor do Turismo com condições vantajosas e com impacto no desempenho ambiental e social do setor.

Linha de Financiamento ao Setor Social
Linha para apoiar as Entidades da Economia Social (EES), com acesso ao crédito em condições mais vantajosas para estas entidades.

Procololo Galp Solar
Parceria entre o BPI e a Galp Solar com o objetivo de disponibilizar soluções de financiamento para o fornecimento e instalação de sistemas de painéis fotovoltaicos destinados à produção de energia elétrica para autoconsumo.

Investimento sustentável

Distribuição de produtos de investimento

O BPI disponibiliza aos seus Clientes produtos de investimento que tomam em consideração os fatores ambientais, designadamente, e utilizando a terminologia do SFDR:

- Artigo 8º: Produtos e serviços financeiros que promovem características ambientais e/ou sociais, ou uma combinação destas.;
- Artigo 9º: Os produtos e serviços financeiros que prosseguem um objetivo de investimento sustentável.

Em 2024, o volume de produtos de investimento de Artigo 8º e 9º depositados em contas do Banco BPI¹² aumentou 202 M.€, essencialmente devido à transformação de produtos pré-existentes em produtos de Artigo 8º e 9º.

Consultoria para Investimento e Gestão Discricionária

No serviço de Consultoria para Investimento e Gestão Discricionária, são tomados em consideração no processo de seleção dos investimentos, para além de critérios financeiros e de risco, fatores ambientais, sociais e de governação (ESG).

Em dezembro de 2024, o BPI tinha em custódia 6,5 m.M.€ de produtos de investimento de Artigo 8º e 9º da SFDR, que atesta o esforço de colocação destes ativos das várias equipas do BPI.

Gestão de Riscos e Impactos ESG

A sociedade e o ambiente afetam de forma significativa o Banco, sendo que o BPI pode também causar, de forma direta ou indireta, através dos seus financiamentos a Clientes e também através da sua atividade operacional, incluindo os seus Fornecedores, impactos sobre o ambiente e sociedade.

O BPI está comprometido com a incorporação destes fatores na análise e admissão de Clientes tanto para efeitos de avaliação de risco de crédito como para evitar o financiamento de impactos negativos indesejados (ver indicador [Finanças Sustentáveis](#)). O BPI está a preparar a introdução em 2025 desta avaliação também na fase de *onboarding* inicial do cliente, antes do estabelecimento da relação de negócio.

A [Política de Gestão de Riscos de Sustentabilidade](#) assume-se como a principal ferramenta do BPI para a gestão de riscos e impactos negativos,

a qual possui aplicação no processo de admissão de crédito.

São de destacar igualmente um conjunto de princípios e declarações que norteiam a atuação do BPI neste domínio: i) [Princípios de Gestão Ambiental](#)¹³; ii) [Princípios de Atuação em Matéria de Sustentabilidade](#); iii) [Princípios de Direitos Humanos](#) (ver indicadores [S1-1](#) e [S4-1](#)); iv) [Declaração sobre Alterações Climáticas](#).

É ainda de referir que em 2024 o BPI concluiu uma *Due Diligence* em Direitos Humanos, iniciada em 2023, e que aprovou a Declaração sobre a Natureza, através da qual o BPI se compromete a desenvolver ações no âmbito da proteção e preservação da natureza.

¹² Considerando a produção líquida (subscrições - resgates) e as transformações, sem considerar o efeito de mercado.

¹³ Alinhado com as exigências da Norma ISO 14001, o BPI compromete-se a melhorar continuamente o seu desempenho ambiental e alcançar a máxima eficiência no uso de recursos, respeitando os princípios de gestão ambiental.

- INTRODUÇÃO
- QUEM SOMOS
- A NOSSA ESTRATÉGIA
- O NOSSO DESEMPENHO
- SUSTENTABILIDADE
- GOVERNAÇÃO E CONTROLO INTERNO
- PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
- REFERÊNCIAS FINAIS
- INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

Fatores ESG na admissão de clientes

A Direção de Crédito do BPI, através da sua Área de Sustentabilidade é responsável por implementar e efetuar o seguimento do processo da avaliação de fatores de sustentabilidade no âmbito da admissão de riscos creditícios, com o objetivo de mitigar riscos e o potencial impacto negativo dos financiamentos concedidos pelo Banco às Empresas no ambiente e na sociedade.

Compete-lhe, em concreto, promover a integração da análise dos fatores de sustentabilidade das empresas no BPI, no âmbito da admissão e seguimento de risco de crédito.

Esta análise tem por objetivo primordial assegurar que as Empresas que o Banco financia cumprem com a política em vigor, mas também permite avaliar a forma como gerem o seus riscos e impactos no ambiente e sociedade, classificando-as em função da sua envolvente de controlo.

Sectores com restrições na Política de Gestão de Riscos ESG

- | | |
|---|---|
|  Energia |  Indústria mineira |
|  Infraestruturas |  Agricultura, pesca, pecuária e Silvicultura |
|  Defesa | |



A referida política define critérios de materialidade para efeitos desta análise, quer no que respeita às Empresas quer no que respeita a operações de financiamento e investimento, em alinhamento com o modelo corporativo do CaixaBank.

Ao longo de 2024 realizaram-se ações de formação especificamente dirigida aos principais intervenientes neste processo, nomeadamente os Colaboradores da Banca de Empresas e os analistas de risco de crédito.

No decurso de 2024, foram analisadas **2383** empresas. Em termos de cobertura da carteira de crédito, este conjunto de empresas representa **XX** % das operações contratadas no decurso de 2024 e **XX**% da exposição total contratada pelo segmento Empresas no final de 2024.



XXXX Empresas analisadas segundo critérios de sustentabilidade



- INTRODUÇÃO
- QUEM SOMOS
- A NOSSA ESTRATÉGIA
- O NOSSO DESEMPENHO
- SUSTENTABILIDADE
- GOVERNAÇÃO E CONTROLO INTERNO
- PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
- REFERÊNCIAS FINAIS
- INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

Compromisso com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

O BPI definiu, em 2022, sete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) prioritários para a atuação do Banco em matéria de Sustentabilidade. Em 2024, o Banco deu continuidade ao compromisso com estes ODS, apresentando de seguida o seu contributo para os mesmos.

ODS e Eixos do PDS 2022-2024

Apresenta-se abaixo o alinhamento dos ODS prioritários identificados pelo Banco com o PDS 2022-2024, reafirmando o compromisso estratégico do BPI com a sustentabilidade. Para além dos ODS prioritários, identificam-se, ainda, alguns dos ODS para os quais o Banco contribuiu através das iniciativas implementadas no âmbito de cada eixo do PDS 2022-2024.



- INTRODUÇÃO
- QUEM SOMOS
- A NOSSA ESTRATÉGIA
- O NOSSO DESEMPENHO
- SUSTENTABILIDADE
- GOVERNAÇÃO E CONTROLO INTERNO
- PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
- REFERÊNCIAS FINAIS
- INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

Contributo para os ODS ao longo da cadeia de valor

Apresenta-se abaixo o alinhamento dos ODS prioritários identificados pelo Banco com o PDS 2022-2024, reafirmando o compromisso estratégico do BPI com a sustentabilidade. Para além dos ODS prioritários, identificam-se, ainda, alguns dos ODS para os quais o Banco contribuiu através das iniciativas implementadas no âmbito de cada eixo do PDS 2022-2024.



Desenvolvimento de iniciativas que promovem a igualdade e a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional dos trabalhadores BPI.

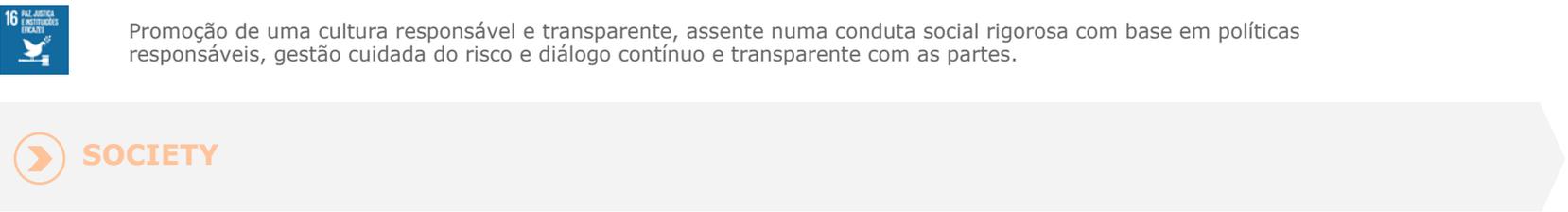
Adoção das melhores práticas laborais e valorização de uma cultura orientada às pessoas.

Apoio na transição para uma economia neutra em carbono e redução da pegada de carbono a nível interno.

Promoção da inclusão social dos grupos mais vulneráveis através de programas que contribuem para o combate à pobreza em parceria com a Fundação "la Caixa".

Promoção do acesso a produtos e serviços financeiros a empresários em nome individual e a PME.

Apoio na transição para uma economia neutra em carbono e redução da pegada de carbono ao nível da carteira de financiamento.



Promoção de uma cultura responsável e transparente, assente numa conduta social rigorosa com base em políticas responsáveis, gestão cuidada do risco e diálogo contínuo e transparente com as partes.



Promoção do emprego e desenvolvimento regional através de programas desenvolvidos em parceria com a Fundação "la Caixa".



Apoio do BPI à Fundação "la Caixa" no desenvolvimento de iniciativas que combatem as desigualdades sociais.



Estabelecimento de parcerias e de diálogo ativo com entidades e grupos de trabalho dedicados à promoção da

Acompanhamento do contributo dos BPI para os ODS

De modo a acompanhar a eficácia da abordagem do Banco, são monitorizados KPI específicos para cada ODS prioritário.

| ODS | KPI | 2024 |
|---|---|---|
|  1. Combate à Pobreza Meta ONU: 1.4 | <ul style="list-style-type: none"> # de beneficiários no âmbito da atuação Conjunta com a Fundação la "Caixa" em ações que contribuem para o combate à pobreza # contas em Serviços Mínimos Bancários # contas com isenção de comissões a IPSS | 89 293 21 244 9 288 |
|  5. Igualdade de Género Meta ONU: 5.5 | <ul style="list-style-type: none"> # parcerias % mulheres no CA % mulheres em posições diretivas | 1 47 % 43% |
|  8. Trabalho Digno, Empregabilidade e Empreendedorismo Meta ONU: 8.5 | <ul style="list-style-type: none"> € créditos à formação € remuneração mínima dos Colaboradores do Banco BPI, incluindo subsídio de alimentação # de beneficiários no âmbito da atuação conjunta com a Fundação la "Caixa" em ações que contribuem para o apoio à inserção social | 3 171 313 XXXX 1 254 |
|  10. Inclusão Social Meta ONU: 10.2; 10.3; 10.4 | <ul style="list-style-type: none"> € de beneficiários no âmbito da atuação Conjunta com a Fundação la "Caixa" em ações que contribuem o apoio à inclusão social # de voluntários # de horas de voluntariado # de beneficiários das ações de voluntariado [% de] / [# de novos] de espaços comerciais acessíveis | 89 293 +17.000 +2.100 +9.300 XXXX |
|  13. Alterações Climáticas Meta ONU: 13.2; 13.3 | <ul style="list-style-type: none"> # empresas sujeitas à análise de riscos de sustentabilidade M.€ em financiamento a empresas para a transição sustentável M.€ em financiamento a particulares para a transição sustentável 100 % compensação da pegada operativa (âmbitos 1, 2 e cat.3.6) | XXXX 1 322 365 100 % |
|  16. Paz, Justiça e Instituições Eficazes Meta ONU: 16.4; 16.5; 16.6; 16.7 | <ul style="list-style-type: none"> % de colaboradores com formação em ética e conduta/PBC # de ações de sensibilização em temas de <i>Compliance</i> | XXXX 17 |
|  17. Parcerias para a Implementação dos ODS Meta ONU: 17.6 | <ul style="list-style-type: none"> # parcerias no ecossistema das finanças sustentáveis # grupos de trabalho em matéria de sustentabilidade | 4 3 |

- INTRODUÇÃO
- QUEM SOMOS
- A NOSSA ESTRATÉGIA
- O NOSSO DESEMPENHO
- SUSTENTABILIDADE
- GOVERNAÇÃO E CONTROLO INTERNO
- PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
- REFERÊNCIAS FINAIS
- INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

Adesões, Alianças e Parcerias



Tranversal



UN Global Compact
 Iniciativa da ONU que promove o alinhamento das empresas com dez princípios sobre direitos humanos, práticas laborais, práticas ambientais e luta contra a corrupção, e com os objetivos da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável.



Princípios para uma Banca Responsável
 Iniciativa da UNEP-FI que promove a transição dos bancos para um modelo de negócio sustentável, com impacto positivo na sociedade, através da definição e acompanhamento de metas e reporte do progresso.



Business Council for Sustainable Development (BCSD)
 Associação que apoia empresas na jornada da sustentabilidade. O BPI participa nos grupos de trabalho de Financiamento Sustentável; Biodiversidade; Clima e Energia; e Cadeia de Valor e Economia Circular.



GRACE – Empresas Responsáveis
 Associação que atua nas áreas da Responsabilidade Social e Sustentabilidade Corporativa. O BPI é co-coordenador do Cluster Financeiro e integra ainda, como membro, os Clusters dos Açores e da Água.



Ambiental



Net-Zero Banking Alliance
 O Grupo CaixaBank, do qual o BPI faz parte, é membro fundador do Net-Zero Banking Alliance e compromete-se a atingir a neutralidade carbónica da carteira financiada do Grupo até 2050.



Compromisso Lisboa Capital Verde 2020
 Iniciativa da Câmara Municipal de Lisboa que desafia as instituições a mudarem comportamentos em prol da sustentabilidade ambiental. O BPI está a implementar 19 medidas no âmbito deste compromisso.



Princípios do Equador
 No quadro de adesão do Grupo CaixaBank ao Protocolo dos Princípios do Equador em 2007, o BPI aplica procedimentos adicionais de validação relativos à avaliação de riscos ESG em operações que se enquadrem no âmbito de aplicação.



Act4Nature
 Iniciativa promovida pelo BCSD Portugal com o objetivo de mobilizar as empresas a proteger, promover e restaurar a biodiversidade. O BPI aderiu em 2023, comprometendo-se a definir metas em prol da biodiversidade.



Social



Women's Empowerment Principles
 Iniciativa através da qual o BPI se compromete com 7 princípios, incluindo a igualdade salarial, a igualdade de oportunidades na progressão na carreira e a tolerância zero para assédio sexual.



Fundação "la Caixa"
 A Fundação "la Caixa" é uma das maiores e mais relevantes fundações da União Europeia em volume de investimento social. Em conjunto, o BPI e a Fundação "la Caixa" têm a missão de construir uma sociedade melhor e mais justa.



ENTRAJUDA
 Associação com a missão de fortalecer as instituições de solidariedade social através do acesso a recursos necessários. O BPI colabora com a ENTRAJUDA no âmbito da sua atuação com a Fundação "la Caixa" e do Programa BPI Voluntariado.



Carta portuguesa para a Diversidade
 Promove a diversidade, a inclusão e a igualdade de oportunidades no ambiente de trabalho, combatendo discriminações com base em fatores como género, idade, etnia, orientação sexual ou deficiência.

- INTRODUÇÃO
- QUEM SOMOS
- A NOSSA ESTRATÉGIA
- O NOSSO DESEMPENHO
- SUSTENTABILIDADE
- GOVERNAÇÃO E CONTROLO INTERNO
- PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
- REFERÊNCIAS FINAIS
- INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR



Grupos de trabalho



Grupo de Reflexão para o Financiamento Sustentável

Grupo de Reflexão do qual o BPI faz parte no âmbito da sua assinatura da Carta de Compromisso para o Financiamento Sustentável, promovido pelo Ministério do Ambiente e da Ação Climática, e que promove a incorporação de critérios de sustentabilidade no setor financeiro.



Conselho Estratégico Fórum ESG do Prémio Nacional de Sustentabilidade

Conselho criado pelo Jornal de Negócios composto pelos CEOs das grandes organizações em Portugal, entre as quais o BPI, que procura ser um espaço de debate e partilha de contributos que melhorem a resposta das organizações e do país aos desafios da sustentabilidade.



Grupos de Trabalho BCSD

O BCSD promove e organiza grupos de trabalho com o objetivo de incentivar práticas sustentáveis no tecido empresarial, abordando temas como finanças sustentáveis, clima, cadeia de valor e economia circular.



APB – Grupo de Trabalho Educação Financeira

O BPI é membro do Grupo de Trabalho para a Literacia Financeira, liderado pela Associação Portuguesa de Bancos, com o propósito de promover os níveis de literacia financeira da população portuguesa.



Parcerias com universidades



Iniciativa para a Equidade Social

Parceria entre Fundação “la Caixa”, o BPI e a Nova School of Business & Economics, que visa promover o setor social em Portugal a longo prazo. No total, a iniciativa envolve oito projetos e duas cátedras, em Finanças Responsáveis e Economia da Saúde, com o objetivo de apoiar as organizações sociais portuguesas.



Iniciativa Voice Leadership

Iniciativa da Nova School of Business & Economics que pretende apoiar a modernização e a competitividade de Portugal através da capacitação dos decisores das Pequenas e Médias Empresas. O BPI apoia ainda o Estudo de impacto da transição energética na competitividade das PMEs.



Observatório dos ODS

Projeto lançado pela Católica Lisbon School of Business & Economics, em parceria com o BPI e a Fundação “la Caixa”, que monitoriza a implementação da Agenda 2030 das Nações Unidas através do acompanhamento de um grupo representativo de grandes e médias empresas portuguesas.

- INTRODUÇÃO
- QUEM SOMOS
- A NOSSA ESTRATÉGIA
- O NOSSO DESEMPENHO
- SUSTENTABILIDADE
- GOVERNAÇÃO E CONTROLO INTERNO
- PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
- REFERÊNCIAS FINAIS
- INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR



Outras parcerias com impacto



A NOSSA ESTRATÉGIA

Plano Estratégico 2022-2024

O ano de 2024 assinala a **conclusão com sucesso do Plano Estratégico 2022-24.**

Sob o lema “**Crescer Mais. Crescer Melhor**”, o Plano decorreu orientado para a qualidade de serviço, crescimento do negócio e cumprimento dos compromissos do Banco em matéria de sustentabilidade”, tendo sido alavancado em desenvolvimentos ao nível de Pessoas, Tecnologia e Processos.



Evoluir no modelo de Serviço ao Cliente

Evoluir no modelo de Serviço ao Cliente

O BPI continua a proporcionar aos Clientes uma experiência inovadora, destacando-se como resultado o crescimento dos utilizadores regulares da BPI App (+ **14%**/ano de Dez-21 a Dez-24), a liderança na satisfação dos Particulares com os Balcões¹⁴, a renovação da certificação AENOR para a qualidade de serviço na Banca de Empresas e a consolidação das quotas de mercado de crédito, crédito

habitação e recursos fora de balanço acima de **12%**¹⁵ em **outubro** de 2024.



Aumentar e diversificar a geração de receitas

Ao nível financeiro, o aumento da atividade comercial e dos proveitos, a manutenção da qualidade da carteira de crédito resultaram no final de Dez-24 na melhoria histórica do rácio de eficiência core para **36.3%** (vs 54.2% em Dez-21) e aumento do ROTE recorrente para **19.0%** (vs 6.8% em Dez-21).



Ser uma referência na Banca sustentável

No âmbito da sustentabilidade, inúmeras iniciativas permitiram ao BPI ultrapassar o objetivo de volume de negócio sustentável e alcançar os prémios de Melhor Banco em Sustentabilidade (ESG)¹⁶, e “Excellence in Sustainable Banking Initiative”¹⁷ em Portugal. No compromisso social, destaque para o investimento do BPI | Fundação “la Caixa” superior a **120** M.€, que no triénio 2022-24 permitiu prestar apoio social a mais de **200** mil pessoas.



¹⁴ Base: 5 maiores Bancos em Portugal; Estudo de mercado Cliente Mistério (1ºS 2024).

¹⁵ Total de crédito (com títulos de dívida: **12.0%**; Crédito Habitação: **14.5%**, Recursos fora de balanço: **13.9%**; Fontes: BPI, Banco de Portugal, Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios (APFIPP), Associação Portuguesa de Seguradores (APS) e BPI Vida e Pensões.

¹⁶ Euromoney Awards for Excellence (2023 e 2024)

¹⁷ Capital Finance International(2024).

- INTRODUÇÃO
- QUEM SOMOS
- A NOSSA ESTRATÉGIA
- O NOSSO DESEMPENHO
- SUSTENTABILIDADE
- GOVERNAÇÃO E CONTROLO INTERNO
- PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
- REFERÊNCIAS FINAIS
- INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

Plano Diretor de Sustentabilidade

O Plano Diretor de Sustentabilidade, para o triénio 2022-2024 materializa o terceiro pilar do Plano Estratégico do Banco, e estabelece as ambições em matéria de sustentabilidade. Sob o desígnio de ser uma referência nacional na Banca Sustentável, através deste Plano, o BPI empenha-se em apoiar a transição para uma economia neutra em carbono, bem

como promover a inclusão social dos grupos mais vulneráveis da sociedade.

Em 2023, o ano equador do Plano, o objetivo centrou-se na consolidação do posicionamento no ecossistema das finanças sustentáveis, através de três alavancas: a criação de condições internas ao nível dos

processos e sistemas do Banco, necessárias para avançar nos compromissos de sustentabilidade; o fomento da cultura interna orientada e capacitada para os temas de sustentabilidade; e o posicionamento externo através de parcerias e adesão a compromissos.

> Ambições estratégicas e metas do Plano Diretor de Sustentabilidade (valores acumulados)



| | 2022 | 2023 | 2024 | Meta |
|--|--------|---------|-------|---------|
| > Negócio Sustentável | | | | |
| Financiamento (M.€) ¹⁸ | 786 | 1 041 | 1 917 | 2 000 |
| Intermediação e Recursos (M.€) | 1 385 | 856 | 202 | 2 000 |
| > Ação Social | | | | |
| Número Beneficiários Ação Social | 97 mil | 212 mil | | 200 mil |
| Investimento BPI Fundação "la Caixa" (M.€) | 40 | 90 | | 120 |
| > Igualdade de Género | | | | |
| % de mulheres em posições diretivas ¹⁹ | 43% | 44% | 44.9% | 43% |
| > Compromisso com a descarbonização | | | | |
| Definição de objetivos/estratégias de descarbonização para 9 setores intensivos em carbono, em alinhamento com o Grupo CaixaBank | - | 2 | | 9 |

¹⁸ Inclui i) Financiamento a Particulares - Crédito Habitação Eficiência Energética (certificado "A" ou "B"), Crédito Pessoal Energia Renováveis, Produtos Prestígio Sustentáveis; ii) Financiamento a Empresas - Linhas de financiamento com critérios ESG, financiamento de projetos imobiliários com certificado energético ou ambiental ou destinados à habitação social, e operações verdes ou sustentáveis de acordo com os princípios ICMA e LMA.

¹⁹ Inclui todas as posições diretivas e o segundo elemento Comissão Local de Crédito do balcão nos Balcões com média de oito ou mais Colaboradores. O valor reportado de 2024 reflete alterações face à metodologia usada no reporte anterior, introduzidas após alteração de estrutura organizativa do BPI. O valor de final de 2022 recalculado de acordo com a nova metodologia seria 43%, o mesmo valor que com a metodologia anterior.

- INTRODUÇÃO
- QUEM SOMOS
- A NOSSA ESTRATÉGIA
- O NOSSO DESEMPENHO
- SUSTENTABILIDADE
- GOVERNAÇÃO E CONTROLO INTERNO
- PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
- REFERÊNCIAS FINAIS
- INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

Plano Estratégico 2025-2027

O BPI aprovou o seu Plano Estratégico para o período 2025-27, que reflete o propósito do Banco de manter o foco no Cliente, Colaboradores e Sociedade, ser arrojado na transformação do Banco e persistente no caminho do crescimento.

Com este Plano Estratégico, o BPI quer continuar a antecipar o futuro, aliando avanços tecnológicos e relacionamento humano numa experiência cada vez melhor e distintiva no serviço aos Clientes.

As três novas linhas estratégicas são:



APROXIMAR

- ... dos Clientes – foco sempre no Cliente
- ... dos Colaboradores – reforçar a captação e o desenvolvimento de talento
- ... da Sociedade – intervir com a força e a experiência da Fundação “la Caixa”.



TRANSFORMAR

- Estabelecer as bases tecnológicas do futuro (arquitetura de dados e API-*-ficação*)
- Evoluir os processos para “Operações 0”
- Prosseguir (r)evolução em IT, operações e processos a caminho do “banco cognitivo”



CRESCER

- Ser ainda mais forte em Crédito Habitação, Private Banking e Grandes Empresas
- Crescer no negócio de PME’s e Particulares
- Financiar a transição para a sustentabilidade

Plano Banca Sustentável

INTRODUÇÃO
QUEM SOMOS
A NOSSA ESTRATÉGIA
O NOSSO DESEMPENHO
SUSTENTABILIDADE
GOVERNAÇÃO E CONTROLO INTERNO
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
REFERÊNCIAS FINAIS
INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR





O NOSSO DESEMPENHO

- INTRODUÇÃO
- QUEM SOMOS
- A NOSSA ESTRATÉGIA
- O NOSSO DESEMPENHO
- SUSTENTABILIDADE
- GOVERNAÇÃO E CONTROLO INTERNO
- PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
- REFERÊNCIAS FINAIS
- INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

Enquadramento 2024

Enquadramento económico

Economia Global e Europeia

2024 foi um ano marcado por incerteza política: 64 países, que representam sensivelmente metade da população mundial, levaram a cabo eleições nacionais para eleger novos governos. No início do ano, o enquadramento global continuava condicionado pelo risco geopolítico, devido ao conflito no médio oriente e das tensões que se sucederam no mar vermelho: ataques a navios de contentores e o condicionamento de uma das mais importantes rotas comerciais entre a Ásia e a Europa. Este contexto com potencial inflacionista contribuiu para a manutenção da política monetária restritiva na primeira metade do ano, aliviada posteriormente.

Com este pano de fundo, o ano de 2024 foi de crescimento global estável, mas não impressionante.

De acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), o crescimento económico recuou de 3.3% em 2023 para 3.2% em 2024²⁰. Comparando a evolução da economia nos dois lados do Atlântico, a economia da zona euro terá acelerado ligeiramente (0,8%) e

por contrapartida a economia dos EUA terá desacelerado, embora o crescimento estimado tenha sido muito mais forte nos EUA (2,8%).

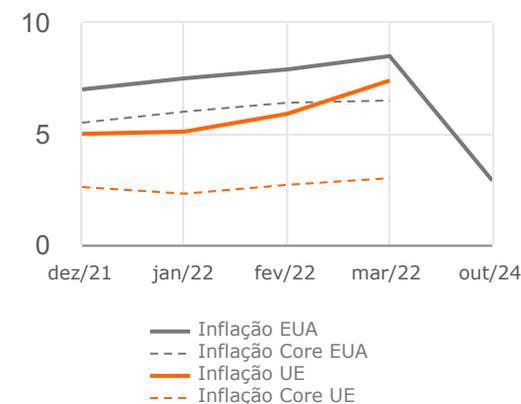
Projeções do FMI para 2023 – 2025²¹

| PIB real (%) | 2023 | 2024P | 2025P |
|---|------|-------|-------|
| Mundo | 3.3 | 3.2 | 3.2 |
| Economias avançadas | 1.7 | 1.8 | 1.8 |
| EUA | 2.9 | 2.8 | 2.2 |
| Zona Euro | 0.4 | 0.8 | 1.2 |
| Economias emergentes e em desenvolvimento | 4.4 | 4.2 | 4.2 |
| China | 5.2 | 4.8 | 4.5 |

A necessidade de controlo da inflação continuou a explicar a ação dos principais bancos centrais na primeira metade do ano, com início de flexibilização logo de seguida. A inflação começou a abrandar em 2023 e continuou em 2024, embora não tenha retornado ao valor objetivo médio anual de 2%. Apesar disso, depois de um compasso de espera no primeiro semestre, o Banco Central Europeu avançou com mais força do que o previsto no seu ciclo de flexibilização monetária. Em 2024, o BCE reduziu quatro vezes as suas taxas diretoras em 25 pontos base, baixando a taxa de facilidade de depósito de 4% para 3%. O último corte ocorreu em dezembro por

decisão unânime. Num contexto de evolução mais favorável da inflação, salienta-se que o Índice Harmonizados de Preços no Consumidor (IHPC) médio de 2024 foi de 2.4% (5.4% em 2023). Já a Reserva Federal (Fed) iniciou a flexibilização monetária em setembro com um corte de 50 p.b. prosseguindo depois e fechando o ano com as taxas no intervalo 4.25%-4.50%.

Inflação homóloga nos EUA e UE



As perspetivas para 2025 são de crescimento, ainda que com comportamentos distintos nas principais economias. Na zona euro o crescimento deverá aumentar suportado pela procura interna via aumento dos salários reais e diminuição das taxas de juro a apoiar o investimento, pese embora seja de esperar alguma persistência da

²⁰ Fonte: FMI - World Economic Outlook, outubro 2024.

²¹ Fonte: FMI - World Economic Outlook update, outubro 2024.

- INTRODUÇÃO
- QUEM SOMOS
- A NOSSA ESTRATÉGIA
- O NOSSO DESEMPENHO
- SUSTENTABILIDADE
- GOVERNAÇÃO E CONTROLO INTERNO
- PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
- REFERÊNCIAS FINAIS
- INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

fraqueza na atividade industrial. Nos EUA o crescimento deverá abrandar com uma política orçamental mais contida e arrefecimento do mercado de trabalho a afrouxar o consumo. A China deverá continuar a crescer abaixo dos 5%, ainda no contexto de fraqueza no imobiliário e na confiança dos consumidores.

É expectável que o aumento da procura de semicondutores e bens eletrónicos, potenciada pelo investimento na IA, também dará impulso ao crescimento na "Emerging Asia".

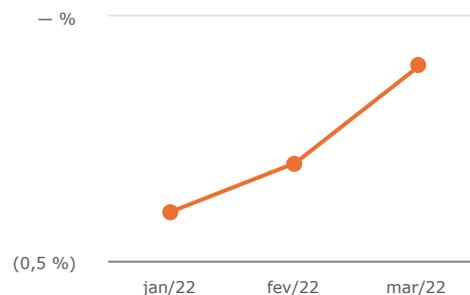
A consolidação orçamental é necessária para fazer face ao aumento da dívida adicional, gerada ainda em contexto pandémico. Em paralelo, reformas estruturais são cruciais para reavivar as perspetivas de crescimento a médio prazo: a aceleração da transição ecológica, o aumento da resistência aos choques climáticos e as alterações demográficas continuarão a marcar o cenário económico.

Mercados Financeiros

A flexibilização da política monetária na União Económica e Monetária (UEM), iniciada em junho de 2024, teve seguimento no resto do ano. Verificou-se um corte cumulativo das taxas de juro diretoras de 100 pontos base (p.b.). As taxas de juro de mercado seguiram a trajetória das taxas diretoras. No final do ano, a taxa Euribor a 12 meses situava-se em

2.5%, a 6 meses em 2.6% e a 3 meses em 2.7%.

Taxa Euribor 12 meses (final de período)



No **mercado de taxa fixa**, numa primeira fase do ano, a divulgação de alguns dados sobre a inflação menos benignos e o adiamento das expetativas acerca do início nos cortes de taxas, fez as curvas soberanas subirem. Posteriormente, as yields oscilaram e ajustaram ligeiramente em baixa já em consonância com os movimentos de cortes de taxas efetuados pelos bancos centrais. Já perto de final do ano, assistimos a uma recuperação significativa das *yields* dos *treasuries* norte-americanos em toda a curva, com o título de referência de 10 anos a atingir níveis de 4.40% (não vistos desde junho de 2024). Esta recuperação deveu-se em parte às expetativas de uma inflação futura mais elevada face à vitória eleitoral de Donald Trump, tendo em conta alguns dos seus principais anúncios de campanha. Destacar também as obrigações francesas cujas *yields* a 10 anos igualaram a taxa das obrigações gregas no final de

novembro, à boleia da situação orçamental e da incerteza acerca da estabilidade governamental do país. Assim, o Bund a 10 anos fechou o ano nos 2.37% (+0.34% face ao final 2023) e o US Treasury a 10 anos em 4.57% (mais 0.69% face ao final de 2023).

O prémio de risco da dívida portuguesa face ao Bund reduziu de 76 p.b., no final de 2023, para 48 p.b. no final de 2024, inferior ao prémio de Itália (115 p.b.) e de Espanha (69 p.b.). Em setembro a Fitch manteve o rating de Portugal inalterado (em A-), mas reviu em alta o Outlook para 'positivo', refletindo o progresso contínuo na redução da dívida pública e o compromisso com uma política fiscal prudente. A Moody's e S&P também mantêm a notação de Portugal na classe "A". Os mercados bolsistas registaram valorizações significativas, com o EURO STOXX 50 e o S&P 500 a valorizarem face ao fecho de 2023 8.3% e 23.3%, respetivamente, enquanto o PSI 20 recuou -0.3%.

- INTRODUÇÃO
- QUEM SOMOS
- A NOSSA ESTRATÉGIA
- O NOSSO DESEMPENHO
- SUSTENTABILIDADE
- GOVERNAÇÃO E CONTROLO INTERNO
- PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
- REFERÊNCIAS FINAIS
- INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

Economia Portuguesa

Em 2024, o ritmo de crescimento da economia portuguesa abrandou para **x.x%**, face aos 2.5% registados em 2023. No 1º trimestre de 2024 a atividade arrancou robusta com o PIB a passar pela primeira vez os 60 mil milhões de euros, apoiado no bom desempenho da procura externa. No 2T e 3T a variação homóloga foi de 1,9%, com contributo muito forte da procura interna. Em paralelo registámos boas notícias no mercado de trabalho e nos preços. A taxa de desemprego situa-se em níveis perto dos mínimos e apesar da inflação média no final do ano ainda ficar acima do objetivo, o surto inflacionista foi-se dissipando gradualmente e chegámos mesmo a registar taxa homóloga abaixo dos 2% em agosto. Apesar do crescimento modesto, este foi, ainda assim, acima daquele que se registou na zona euro (variação anual do PIB de **x.x%**). Ao nível das contas externas, a **balança corrente** registou até ao final de outubro um excedente acumulado de 12 meses de 5.7 m.M.€, correspondente a 2% do PIB, e representando uma melhoria de 4.9 m.M. face ao período homólogo de 2023. Isto resulta quer da redução do défice energético quer do alargamento do excedente da balança turística.

Crescimento do PIB real²²



Nas **contas públicas**, os dados da execução de 2023 até novembro (ótica de caixa) apontam para um excedente equivalente a 0.9% do PIB, o que compara com um excedente de 2.7% em igual período do ano passado. Para este desempenho contribuiu um aumento da receita (5.3% homólogo) menor do que o aumento da despesa (10.4% homólogo), refletindo sobretudo atualizações salariais na função pública, aumentos de pensões e de número de pensionistas. O processo de **consolidação orçamental** deverá prosseguir, estimando a Comissão Europeia que o rácio da dívida diminua para 92.9% do PIB em 2025 e para 90.5% em 2026.

Dívida pública em % do PIB



No mercado de trabalho, é expectável que taxa de desemprego continue a situar-se em níveis em torno dos 6%. O número de pessoas empregadas em 2024 atingiu máximos. Em todos os sectores, a criação de emprego foi principalmente influenciada pelos serviços, enquanto o emprego na indústria transformadora registou uma contração no primeiro semestre. Prevê-se que o crescimento do emprego continue a moderar-se a curto prazo, em consonância com a projetada moderação do turismo e a fraqueza do sector da indústria transformadora. Espera-se que a oferta de mão de obra evolua, em geral, em consonância com o emprego, mantendo a taxa de desemprego relativamente estável.

Taxa de desemprego em Portugal



Para 2025, antecipa-se uma evolução favorável da atividade, justificada pelos contributos que poderão vir da canalização de poupanças das famílias para consumo, da descida das taxas de juro e da receção e execução dos fundos europeus. Os encargos financeiros das famílias e empresas deverão recuar, libertando fundos para consumo e investimento. O Banco de Portugal²³

²² Fonte: FMI, World Economics Outlook, outubro 2024

²³ Fonte: Banco de Portugal (Boletim económico, dezembro 2024)

estima que o PIB cresça 2.2% e a inflação abrande para 2.1%, ou seja, muito próximo do valor objetivo.

Sistema financeiro português

Em 2024, até novembro, a **carteira de crédito** do setor privado não financeiro aumentou 2.0% face ao período homólogo, depois de em 2023 ter recuado -1.5% no conjunto do ano. Verificaram-se, no entanto, comportamentos distintos segmentos: o crédito a particulares incrementou 2.9% enquanto o crédito a SNF incrementou residualmente (0.3%).

| tvh (%) | 2023 | 2024 (nov) |
|---------------------------------|--------------|------------|
| CRÉDITO | | |
| Particulares | (1.2) | 2.9 |
| Habituação | (1.4) | 2.6 |
| Outro | (0.3) | 4.2 |
| Empresas não financeiras | (2.1) | 0.3 |
| TOTAL DO CRÉDITO | (1.5) | 2.0 |
| DEPÓSITOS | (2.3) | 7.0 |

No final do 2º semestre de 2024, o **rácio *non-performing loans*** (NPL) desceu para 2.6% (menos 0.1 p.p. face ao final de 2023).

Rácio *non-performing* (NPL)²⁴



Os **depósitos** do setor privado recuperaram substancialmente em 2024 (7.0% em termos homólogos em novembro) depois de terem recuado em 2023 (-2.3%). Esta recuperação surge num contexto de aumento de remuneração das poupanças (as taxas de juro dos novos depósitos de particulares situaram-se muito próximo dos 3.0% no início do ano), depois de em 2023 terem sofrido alguma erosão resultado da canalização de recursos para certificados de aforro nos primeiros meses desse ano, da utilização de poupanças para fazer face a encargos financeiros mais elevados e também decorrente da utilização de recursos para a amortização antecipada de crédito à habitação.

No final do 3º trimestre de 2024, o rácio de transformação (crédito/depósitos) situava-se em 75.3%, menos 2.7 p.p. face ao final de 2023, prolongando a trajetória de descida observada nos últimos anos.

O rácio de capital CET 1 aumentou 0.6 p.p. face ao final de 2023, para 17.7%.

Em suma, no ano de 2024, os bancos continuaram a operar num contexto de taxas de juro interbancárias relativamente altas o que, conjugado com um nível baixo de empréstimos não produtivos, se repercutiu favoravelmente na rentabilidade e no capital do setor.

Nos próximos tempos o contexto geopolítico desafiante continuará a marcar a atividade do setor financeiro, assim como as grandes transformações e ajustamentos face aos desafios do avanço da digitalização, sustentabilidade, e regulação, entre outros.

²⁴ Fonte: Banco de Portugal (Sistema Bancário Português – 3º Trimestre 2024, dezembro 2024)

Capital Financeiro

Atividade da Banca Comercial

Banca de Particulares, Negócios, Premier e inContact

No final de 2024, a Banca de Particulares, Negócios, Premier e inContact acompanhava 1.6 milhões de contas, sendo responsável por uma carteira de recursos de 26.6 m.M.€ e por uma carteira de crédito habitação no valor de 15.1 m.M.€.

Em 2024, manteve-se um forte dinamismo comercial refletido na contratação de crédito habitação, atingindo uma quota de mercado de 14,5% (Novembro 2024) e um crescimento da carteira de recursos com um aumento de +7.2 p.p. tvh.

+ 18% contratação de crédito habitação

14,5% quota de mercado na carteira de crédito habitação - Nov 2024

+ 6,6% carteira recursos DO + DP (tvh)

Reforço da oferta para Particulares

Em 2024, o BPI continuou a evoluir os seus serviços digitais, destacando-se a abertura de conta online com *self video* e o novo serviço de transferências SPIN, que utiliza apenas o número de telemóvel, sem

necessidade de indicar IBAN ou número de conta.

A BPI App foi simplificada nos componentes mais utilizados, com um menu mais intuitivo e foram disponibilizados os novos menus "Contas e Serviços" e "Cartões". Houve também um alargamento das notificações disponíveis na BPI App, incluindo entradas de dinheiro na conta e movimentos de cartão de débito, além da otimização dos fluxos de atualização de dados online.

A nível de oferta, o BPI reforçou o Programa de Benefícios BPI associado à Conta Valor, ultrapassando 1 milhão de euros em *cashbacks* e um crescimento no leque de marcas e parceiros.

Recursos de Clientes

Em 2024, o BPI expandiu a sua oferta de depósitos a prazo em moeda estrangeira e introduziu novos depósitos estruturados e seguros de capitalização. Para complementar, ampliou a oferta de planos poupança reforma com o BPI Rendimento 2030, juntamente com uma evolução no

serviço de consultoria com um novo processo de adesão simplificado.

Os recursos totais de Clientes aumentaram 7% em 2024, com destaque para o crescimento nos fundos de investimento BPI e de terceiros e nos produtos estruturados.

Recursos de Clientes (M.€)

| M.€ | dez.23 ²⁵ | dez.24 | Δ % |
|--|----------------------|---------------|------------|
| Depósitos de Clientes | 19 319 | 20 597 | 7 % |
| Ativos sob gestão | 5 203 | 5 533 | 6 % |
| Fundos BPI/ Caixabank ²⁶ | 1 542 | 1 756 | 14 % |
| Fundos Terceiros | 209 | 255 | 22 % |
| Poupança Reforma ²⁷ | 1 823 | 1 862 | 2 % |
| Seguros de Capitalização | 1 564 | 1 600 | 2 % |
| OTRV | 65 | 62 | (6 %) |
| Produtos Estruturados de Terceiros | 345 | 516 | 49 % |
| Total Recursos | 24 867 | 26 646 | 7 % |

²⁵ Os valores apresentados estão corrigidos das migrações de Clientes entre redes comerciais.

²⁶ Exclui Planos Poupança Reforma (PPR).

²⁷ PPR sob a forma de fundos de investimento e seguros de capitalização.

INTRODUÇÃO
 QUEM SOMOS
 A NOSSA ESTRATÉGIA
 O NOSSO DESEMPENHO
 SUSTENTABILIDADE
 GOVERNAÇÃO E CONTROLO INTERNO
 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
 REFERÊNCIAS FINAIS
 INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

Crédito a Clientes

Em 2024, a carteira total de crédito cresceu 3.4%, destacando-se o crescimento de 19% na contratação de crédito habitação e de 7.7% na contratação de crédito automóvel.

Na vertente de crédito, o BPI continuou a evoluir a sua oferta digital, destacando-se o lançamento da versão digital na App para contratação de crédito automóvel e o crescimento da contratação de crédito imediato nos canais digitais dinamizado pelas campanhas Flash Sales e Smart Pricing com taxas promocionais por perfil de cliente.

No final de 2024 foi lançado o marketplace Store BPI Enjoy no site oficial do BPI, que possibilita a aquisição de produtos e serviços através das soluções de crédito disponibilizadas pelo BPI.

| Carteira de crédito e garantias (M.€) ²⁸ | | | |
|--|--------------|--------------|------------|
| M.€ | dez.23 | dez. 24 | Δ % |
| Crédito Hipotecário ²⁹ | 14 430 | 15 114 | 5 % |
| Crédito ao Consumo | 1 246 | 1 127 | (10 %) |
| Financiamento Automóvel | 311 | 323 | 4 % |
| Empresários e Negócios (crédito e garantias) ²³ | 1 851 | 1 886 | 2 % |
| Total Crédito | 17838 | 18450 | 3 % |

²⁸Crédito bruto. Saldos de 2023 ajustados por migrações de Clientes entre redes comerciais.
²⁹Crédito com garantia sobre imóveis. Corresponde principalmente à finalidade habitação e a crédito para obras.

No Crédito Habitação, em 2024, a contratação ascendeu a 2.904 M.€ o que representa um aumento de 19% face ao ano anterior que se traduziu numa quota de 14.5%, +0.1 p.p. acima do valor de 2023 (quota de carteira).

Para o aumento na contratação de crédito habitação contribuiu a descida das taxas Euríbor e a disponibilização da Solução de Crédito Habitação Jovem com Garantia Estado (DL 44).

Em 2024 o BPI manteve a oferta de condições especiais no Crédito Habitação BPI para casas energeticamente mais eficientes e implementou nos canais digitais uma solução para importação de certificado energético do novo imóvel.

No final de 2024, o BPI lançou o novo portal Quatru com mais de 220 mil imóveis disponíveis, que tem como objetivo simplificar a experiência da pesquisa na compra e venda de casas, incluindo o crédito habitação, e facilitar todo o processo da gestão de casa.

De salientar também a presença institucional do Banco nas convenções das principais redes com intermediação de crédito, bem como os eventos de reconhecimento dos intermediários de crédito que mais se destacaram na contratação de crédito habitação em 2024.

Cartões de crédito e de débito

No final do ano, o Banco tinha 1.9 milhões de cartões colocados em

Clientes, tendo-se verificado um incremento de 1.7% face a 2023.

De realçar a substituição da carteira atual de cartões de crédito por uma nova oferta mais simples e adequada aos Clientes com novos serviços, nomeadamente a possibilidade de fracionamento das compras.

Acquiring

Em 2024, o BPI disponibilizou terminais de nova geração, BPISmartPOS (baseados em tecnologia Android, que permitem que os Clientes integrem e utilizem outras aplicações do seu negócio no terminal) e BPI MobilePOS (terminais virtuais que consistem numa aplicação instalada nos telemóveis dos Clientes, utilizando a tecnologia NFC para realização de transações seguras.

De salientar também o novo serviço transferências SPIN e COP. SPIN oferece a possibilidade de iniciar transferências SEPA por via da introdução do número de telemóvel dos beneficiários particulares ou do número do contribuinte das empresas beneficiárias) e serviço COP com confirmação imediata do beneficiário da transferência.



38 mil TPA afetos à Rede de Particulares, Negócios, Premier e inContact

- INTRODUÇÃO
- QUEM SOMOS
- A NOSSA ESTRATÉGIA
- O NOSSO DESEMPENHO
- SUSTENTABILIDADE
- GOVERNAÇÃO E CONTROLO INTERNO
- PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
- REFERÊNCIAS FINAIS
- INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

Contas

Em 2024, o Banco continuou o processo de migração das contas tradicionais em Conta Valor que disponibilizam um conjunto de produtos e serviços mediante o pagamento de uma comissão de manutenção mensal única.

Foram também efetuadas diversas campanhas de captação de Clientes. No final de 2024, cerca de 80% dos Clientes Particulares tinham Conta Valor.

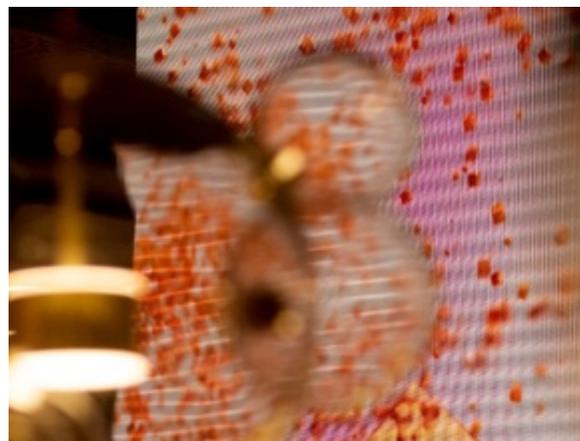


Banca seguros

Em 2024, o BPI alargou a oferta nos seguros vida risco, com o lançamento do seguro BPI Mais Vida, um seguro com um prémio fixo durante 3 anos para o Cliente e com uma inovadora cobertura de doenças graves para filhos.

Com o objetivo de posicionar o Banco como referência na comercialização de seguros, foram efetuadas diversas ações de dinamização e formação de seguros vida e não vida.

As comissões de seguros atingiram 57.7 M.€. Nos seguros Vida as comissões associadas aumentaram em 0.5%.



INTRODUÇÃO
 QUEM SOMOS
 A NOSSA ESTRATÉGIA
 O NOSSO DESEMPENHO
 SUSTENTABILIDADE
 GOVERNAÇÃO E CONTROLO INTERNO
 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
 REFERÊNCIAS FINAIS
 INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

Banca de Empresas e Institucionais

O BPI é, desde o seu início, um Banco para as Empresas. Ao longo de 2024, a Banca de Empresas e Institucionais continuou a reforçar o apoio às empresas portuguesas, num contexto de desalavancagem e maior liquidez. O ano foi marcado pela robustez da economia Portuguesa (crescimento do PIB de 1.7%³⁰) e por uma recuperação do crédito concedido ao setor empresarial fruto dos ajustamentos em baixa das taxas de juro de referência, efetuados pelo BCE.

Foi também um ano de manutenção do forte investimento do BPI na transformação digital acompanhando o desenvolvimento tecnológico dos seus clientes e de novas oportunidades na transição para modelos de negócio mais sustentáveis por parte das empresas.

O ano foi marcado pelo crescimento do BPI no segmento Corporate, em parte resultado da estratégia de aposta em temas relacionados com a transição sustentável e a digitalização.

> Principais Indicadores 2024

| | |
|----------------|--|
| 12,32% | Quota de mercado no crédito concedido às Sociedades não financeiras ³¹ |
| 4,0 % | Crédito a Empresas (excluindo crédito especializado) |
| 958 M.€ | Financiamento sustentável a Empresas (nov/24) |

Certificação de qualidade

O compromisso do BPI com as empresas foi reconhecido pela certificação atribuída pela AENOR em 2022, e renovada em 2023 e 2024, que distingue a qualidade do serviço prestado diariamente pela Banca de Empresas do BPI.

No âmbito desta certificação, todos os processos foram auditados pela AENOR, assegurando o cumprimento dos requisitos de serviço adotados. A certificação valida assim o modelo de atuação comercial da Banca de Empresas, implementado com o objetivo de maximizar a eficiência e prestar um serviço ao Cliente de elevada qualidade e homogéneo em toda a rede comercial.



Atividade da Banca de Empresas e Institucionais

No final do ano, a carteira de crédito bruta da Banca de Empresas e Institucionais atingiu 12 371 M.€, registando um crescimento de 4,0 % face a dezembro de 2023. Destaca-se o facto de o crescimento ter ocorrido em todos os segmentos.

Crédito, garantias e recursos de Clientes (M.€)

| | Dez. 23 ³² | Nov. 24 | Δ% |
|--|-----------------------|---------------|--------------|
| Crédito a Clientes³³ | | | |
| Corporate | 5 407 | 5 749 | 6,3 % |
| Empresas | 4 254 | 4 420 | 3,9 % |
| Institucionais | 2 236 | 2 202 | (1,5 %) |
| Total | 11 897 | 12 371 | 4,0 % |
| Garantias | 2 013 | 2 171 | 7,8 % |
| Recursos³⁴ | 6 350 | 6 357 | 0,1 % |

³⁰ Previsão BdP a Dez.24.

³¹ Fonte: BPI e Banco de Portugal.

³² Saldos ajustados de migrações de Clientes entre a Banca de Particulares, Premier, Negócios e InContact, Private Banking e a Banca de Empresas e Institucionais.

³³ Crédito bruto.

³⁴ Depósitos à ordem e a prazo.

Reforço de oferta para as Empresas

O BPI continuou a **reforçar a oferta** de apoio às Empresas, disponibilizando soluções para apoiar a sua recuperação económica e a transição sustentável.

Em 2024, o BPI continuou a privilegiar a utilização dos instrumentos financeiros do Fundo Europeu de investimento (FEI), com destaque para os seguintes:

- **Linha BPI/FEI InvestEU:** 155 M. €, destinada a PME e Small Mid Cap, com garantia de 70%, para apoiar a realização de investimentos dirigidos à transição sustentável, digitalização e inovação e no apoio aos setores culturais e criativos.
- **Linha BPI ESG Empresas:** 500 M. € para apoiar as PME na transição para a sustentabilidade assente nos 3 eixos ESG, com possibilidade de usufruir da garantia de 70% do FEI.
- **Linha BPI/FEI Agricultura:** 95 M. €, com garantia de 70%, destinada a empresas de qualquer dimensão com investimentos nas explorações agrícolas e na primeira transformação de produtos agrícolas.

Para além das linhas com garantias FEI, destacam-se:

- **Linha BPF InvestEU:** 3.555M.€, com garantia SGM, destinada a apoiar as necessidades de PME e Small Mid Cap em fundo de maneio, investimento em ativos fixos corpóreos e incorpóreos, investimento sustentável destinado a apoiar a redução da pegada carbónica e adoção de princípios de

economia circular, investigação, inovação e digitalização, assim como para investimentos na mobilidade urbana sustentável. **Novo**

- **Linha Apoio à Qualificação Oferta 2024:** renovação do protocolo com o Turismo de Portugal com foco no investimento do setor do turismo em projetos de empreendedorismo e requalificação, adaptação e reposicionamento da oferta existente com impacto no desempenho ambiental e social do setor.
- **Linha BPI Apoios Públicos:** Lançamento de linha com o objetivo de garantir as necessidades de financiamento das entidades com candidaturas submetidas a fundos europeus, nomeadamente PRR, PT2030 e PEPAC. **Novo**
- **Conta Valor Empresas e Conta Valor Empresas+:** Lançamento de novas contas, destinadas essencialmente a PME, que permitem uma fácil utilização e gestão dos serviços do dia-a-dia, com simplicidade do preçário associado, multiplicidade de serviços incluídos na mensalidade e preçário competitivo nas operações remanescentes. **Novo**
- **Terminais de Pagamento Automático (TPA):** Disponibilização dos terminais de nova geração BPISmartPOS (tecnologia Android, permitem que os Clientes integrem e utilizem outras aplicações do seu negócio no terminal) e BPIMobilePOS (terminais virtuais que consistem

numa aplicação instalada nos telemóveis dos Clientes, utilizando a tecnologia NFC para realização de transações seguras). **Novo**

- **Novo Serviço Transferências SPIN e COP:** O BPI foi pioneiro no lançamento de dois novos serviços do Banco de Portugal: **SPIN** (possibilidade de iniciar transferências SEPA por via da introdução do número de telemóvel dos beneficiários particulares ou do número do contribuinte das empresas beneficiárias) e serviço **CoP** (confirmação imediata do beneficiário da transferência). **Novo**
- **Depósitos a Prazo:** melhorias na oferta de Depósitos a Prazo para Empresas, disponibilizando-se Depósitos a Prazo renováveis.

Com o intuito de reforçar a proximidade digital com as Empresas, houve um **alargamento das soluções disponíveis** no BPI Net Empresas:

- Formalização de contratos de Empréstimo a Prazo Fixo com assinatura digital.
- Contratação digital de seguros de crédito Allianz Trade.
- Transferências através do novo serviço do Banco de Portugal (SPIN).
- Envio de ficheiros de cessões de Confirming em moeda estrangeira.

> Um Banco que dá visibilidade às empresas portuguesas

O BPI promove vários prémios de apoio à economia, em parceria com outras entidades, tendo em vista reconhecer o que de melhor se faz em Portugal.

Prémio Nacional de Agricultura (PNA)

Parceria entre o BPI e a Medialivre, com o alto patrocínio do Ministério da Agricultura e o apoio técnico da PwC. Pretende distinguir as melhores empresas, práticas e projetos do setor da Agricultura.



+ detalhe [aqui](#).

Prémios EmpreendeXXI (PEXXI)

Iniciativa promovida pelo CaixaBank em colaboração com o BPI em Portugal. Pretende reconhecer e apoiar as startups portuguesas mais inovadoras. [Ver detalhe na página xx \(capítulo "Inovação"\)](#).



Prémio Nacional de Turismo (PNT)

Parceria entre o BPI e o Grupo Impresa, com o alto patrocínio do Ministério da Economia e o apoio técnico da Deloitte. Pretende distinguir as melhores empresas, práticas e projetos do Turismo nacional.



+ detalhe [aqui](#).

Prémio Nacional de Inovação (PNI)

Promovido pelo BPI, o Negócios e a Claranet, em parceria com a ANI – Agência Nacional de Inovação, a COTEC Portugal e a Nova SBE. Tem por objetivo promover, incentivar e premiar as iniciativas de inovação que contribuem para a transformação das organizações em Portugal. [Ver detalhe na página xx \(capítulo "Inovação"\)](#).



Prémio BPI Mulher Empresária

Iniciativa promovida em Espanha pelo CaixaBank e pelo BPI em Portugal, pretende reconhecer o profissionalismo e a liderança feminina nos negócios. [Ver detalhe na página xx \(capítulo "responsabilidade social"\)](#).



Prémio PME Inovação COTEC-BPI

Atribuído em parceria com a COTEC. Reconhece pequenas e médias empresas portuguesas pela sua liderança, inovação e crescimento sustentável. [Ver detalhe na página xx \(capítulo "Inovação"\)](#).



Prémio BPI Mulher Empresária

O Prémio BPI Mulher Empresária nasceu da colaboração do CaixaBank com a Fundação International Womens Entrepreneurial Challenge (IWEC), para reconhecer o percurso

profissional e a liderança dos negócios no feminino.

A iniciativa é promovida em Espanha pelo CaixaBank e em Portugal pelo BPI e o objetivo é criar uma rede internacional de mulheres empresárias

de sucesso, apoiando as suas empresas a expandirem-se e a acederem a novos mercados.

Em 2024 a distinção coube a Paula Roque, Managing Partner da Revigrés.

[Desde a sua fundação, em 2007, a fundação IWEC já premiou 460 empresárias com presença em 47 países.]

INTRODUÇÃO
QUEM SOMOS
A NOSSA ESTRATÉGIA
O NOSSO DESEMPENHO
SUSTENTABILIDADE
GOVERNAÇÃO E CONTROLO INTERNO
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
REFERÊNCIAS FINAIS
INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

Um Banco especialista

O BPI dispõe de equipas dedicadas, altamente qualificadas e especializadas, para apoiar diferentes setores de atividade.

As equipas de Financiamentos Estruturados oferecem apoio na negociação, contratação e desembolso de financiamentos estruturados de médio e longo prazo, e contam com conhecimento aprofundado e especialização nos setores da agricultura, turismo e imobiliário. O Banco dispõe ainda de gestores especialistas de segmentos estratégicos, que possuem especialização e conhecimento nestes setores.

O Banco disponibiliza ainda Gestores de Protocolos e Especialistas de Produto que acompanham produtos como Factoring, Confirming, Leasing, Cambiais, Derivados e Meios de Pagamento.

Em 2024 foi criada uma equipa de apoio especializado aos seguros Allianz para os ramos Multiriscos, Responsabilidade Civil, Acidentes de Trabalho, Automóvel e Saúde Empresas.

Para apoiar a internacionalização das empresas, o BPI conta com equipas experientes em Trade Finance e nos principais mercados estratégicos.

Por fim, o Centro de Serviço a Clientes conta com equipas que servem de pivot na relação com os clientes no tratamento de assuntos operacionais.

Um Banco próximo das empresas

Em 2024, reforçando a proximidade do Banco aos seus Clientes, foram dinamizados 39 eventos focados em temas prioritários para as empresas portuguesas.

Fórum BPI "O Futuro da Água"

O BPI organizou, em parceria com a Deloitte, o Expresso e a SIC Notícias, o Fórum BPI "O Futuro da Água", que reuniu mais de 300 participantes, incluindo especialistas, ex-governantes, autarcas e empresas, para debater os desafios e as oportunidades relacionados com a gestão sustentável da água em Portugal e no mundo.

O evento contou com seis painéis de debate que abordaram temas como a escassez de água, as prioridades de investimento, as boas práticas na indústria, na agricultura, no turismo e nas cidades, a necessidade de reutilização da água e da existência de políticas de preço ajustadas.

Entre os oradores estavam figuras como Mariana Mazzucato, Jorge Moreira da Silva, Assunção Cristas, Pedro Siza Vieira, Dulce Pássaro, José Eduardo Martins e Paulo Portas.



> Apoio especializado

O BPI proporciona um apoio especializado em alguns setores de atividade, para os quais disponibiliza soluções direcionadas e equipas dedicadas à estruturação de financiamentos.



Agricultura

O setor agroalimentar é crucial para a economia portuguesa, e enfrenta os desafios associados às mudanças climáticas, a necessidade de práticas sustentáveis e a escassez hídrica e de mão de obra, exigindo adaptação e inovação dos agricultores. 2024 foi, contudo, um ano positivo, com incremento do volume de produção vegetal e animal, moderação de alguns custos intermédios e melhoria do VAB.

Liderança no financiamento de curto prazo:

#1 Linha IFAP curto prazo: 68.32%*

(montante de crédito concedido)

#1 Adiantamentos do Pedido Único

2024: 62%**

(validados via protocolo com a CAP)

*Fonte: Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas (IFAP). Apoio às unidades produtivas dos setores da agricultura, silvicultura e pecuária. Em 30/09/2024.

** Fonte: Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP). Montante total de adiantamentos de apoios à exploração concedidos pelo IFAP e validados pela CAP.

Equipas especializadas:

O Banco tem equipas dedicadas ao setor agrícola, que compreendem profundamente as especificidades e os desafios do setor: **gestores especialistas**, que conseguem adaptar as soluções financeiras às necessidades reais dos agricultores; **equipas de estruturação**, para financiamento de operações mais

complexas; e **equipas de risco**, especializadas na análise e decisão de crédito em operações do setor.

Parcerias no setor:

O BPI é patrocinador oficial da Feira Nacional da Agricultura e patrocina a Ovibeja, a Agroglobal e outros eventos regionais ligados à fileira do Olival e dos Frutos Secos.

Oferta em destaque:

- **Linha BPI/FEI Agricultura:** financiamento com garantia do FEI.
- **Linha Tesouraria – Setor Agrícola II:** com garantia SGM para financiamento de necessidades de tesouraria do setor da produção, transformação ou comercialização de produtos agrícolas.
- **Linha Tesouraria – Setor Vinícola:** com garantia SGM para financiamento de necessidades de tesouraria de empresas que se dedicam à transformação de uva para vinho.
- **Linha IFAP Curto Prazo:** Linha de crédito de curto prazo bonificada para financiamento dos custos com campanha agrícola.
- **Linha BPI PDR 2020:** financiamento de projetos agrícolas candidatos ao PDR 2020, em todo o território do continente.
- **Linha BPI SGM:** com garantia da Agrogarante.
- **Protocolo BPI/CAP:** financiamento que permite a antecipação, até 90%, das ajudas diretas aprovadas pelo Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas (IFAP).

- **Protocolo John Deere:** financiamento para aquisição de equipamentos da marca John Deere, com condições favoráveis.

Prémio Nacional de Agricultura

O BPI e a Medialivre encerraram em 2024 a 12.^a edição do Prémio Nacional de Agricultura e lançaram, no final do ano, a 13.^a edição. Esta iniciativa conta com o alto patrocínio do Ministério da Agricultura e tem como objetivo premiar o que de melhor se faz em Portugal no setor da agricultura.

Vencedores de 2023

Sustentabilidade: Casa Relvas. Menção Honrosa: Sociedade Agrícola Herdade dos Lagos

Inovação – Produto: Asfertglobal. Menção Honrosa: APECO - Agro-Pecuária Coelheirinhas

Inovação – Processo: Quinta do Crasto. Menção Honrosa: Frutas Classe Comércio de Frutas SA

Inovação - Novos Projetos: Duck River Agriculture. Menção Honrosa: WiseShape, Lda

Prémio Personalidade: Arlindo Marques da Cunha, ex-ministro da Agricultura e atual presidente da Comissão Vitivinícola Regional do Dão.

Prémio Institucional: "BIPP SEMEAR: Terra de Oportunidades

Turismo

O setor do turismo encerrou 2024 com resultados positivos, crescendo novamente acima da economia como um todo. Em consequência deste bom desempenho, continuou a observar-se interesse dos investidores e a manutenção da requalificação da oferta existente.

O BPI manteve a tendência de crescimento do financiamento de operações estruturadas com diversificação de carteira, potenciando relações estáveis pela maturidade que as mesmas incorporam com diversificação de risco.

2024 foi o ano em que o Banco contratou o maior volume de operações no setor, sendo de destacar que em algumas das mais relevantes o BPI esteve associado em sindicato ao Caixabank, reforçando as sinergias existentes com o Açionista.

Equipas especializadas:

O Banco tem equipas dedicadas ao setor agrícola, que compreendem profundamente as especificidades e os desafios do setor: **gestores especialistas**, que conseguem adaptar as soluções financeiras às necessidades reais dos agricultores; **equipas de estruturação**, para financiamento de operações mais complexas; e **equipas de risco**, especializadas na análise e decisão de crédito em operações do setor.

Oferta em destaque:

- **Linha de Apoio ao Turismo 2021:** 300 M€ para impulsionar a retoma da economia das Empresas do setor, de forma a melhorar a sua liquidez.
- **Linha de Apoio à Qualificação da Oferta - Turismo de Portugal:** 300 M€ para apoiar projetos de empreendedorismo, requalificação, adaptação e criação de empreendimentos com condições vantajosas e com impacto no desempenho ambiental e social do setor.

Em 2024 assistiu-se a um reforço do montante global e da parte isenta de juros na componente financiada pelo Turismo de Portugal.

A 30 de setembro o BPI apresentava uma quota de 15,7% na colocação desta linha, mantendo o segundo lugar no ranking do financiamento bancário.

Parcerias no setor:

O BPI é patrocinador oficial da BTL- Bolsa de Turismo de Lisboa, e é parceiro do Programa Empresas Turismo 360 do Turismo de Portugal e do NEST - Centro de Inovação do Turismo.

Prémio Nacional de Turismo

O BPI e o Expresso lançaram em 2024 a 6.ª edição do Prémio Nacional de Turismo, que conta com o alto patrocínio do Ministério da Economia, o apoio institucional do Turismo de Portugal e a Deloitte enquanto Knowledge Partner.

A iniciativa tem como objetivo premiar o que de melhor se faz em Portugal no setor do turismo.

Vencedores de 2024

Turismo Autêntico: Agroturismo na Fajã dos Padres

Turismo Gastronómico: Oh! My Cod Food & Cultural Food Tours

Turismo Inclusivo: Parque Biológico Serra da Lousã (Turismo com propósito social)

Turismo Inovador: Turismo Industrial de S. João da Madeira

Turismo Sustentável: Herdade da Malhadinha Nova

Prémio Personalidade (2 vencedores)

- Bernardo Trindade, ex-Secretário de Estado do Turismo e administrador do grupo Porto Bay
- Paulo Pinheiro, fundador do Autódromo Internacional do Algarve (a título póstumo)



Comércio Internacional

De modo a apoiar as Empresas no processo de internacionalização do negócio, o BPI dispõe de produtos e serviços que proporcionam maior segurança nas transações internacionais e permitem financiar todo o ciclo de exploração. Em parceria com a Allianz Trade, o BPI disponibiliza ainda soluções de cobertura de risco de crédito.

Por estar integrado no grupo CaixaBank, que conta com uma forte presença internacional, em 24 países, o BPI pode oferecer aos seus Clientes informação sobre qualquer uma dessas geografias e permite potenciar o volume de operações de comércio externo dos Clientes nesses países.

> Plataforma cambial BPI FX Now

- Alargamento em 2024 do horário de negociação
- Está disponível através do BPI Net Empresas
- Permite a realização *online* de operações cambiais à vista (**Spots**) e a prazo (Forwards), de forma simples, rápida e intuitiva, entre as 06:00 e as 21:30
- **27 pares de moedas disponíveis**
- Contratação em **2 cliques**
- Acesso a **informação de mercado** e a notícias atualizadas ao minuto

A Plataforma cambial BPI FX Now foi reconhecida na categoria de serviços

de gestão online de tesouraria das empresas (“Best Online Treasury Services – Portugal 2024”) pela revista internacional Global Finance.

Allianz Trade Seguro de Crédito

O BPI disponibiliza soluções de cobertura de risco de crédito, em parceria com a Allianz Trade. Destaca-se, em 2024, o lançamento em Portugal do primeiro seguro de crédito integralmente contratado em regime de self-service em plataforma digital de serviços bancários: o Allianz Trade Seguro de Crédito para Pequenas Empresas.

Equipas especializadas

O BPI oferece um acompanhamento personalizado, o qual é garantido por **equipas de especialistas de produto, nas áreas de comércio internacional, de cobertura do risco cambial** envolvido nas transações internacionais e de **cobertura do risco de taxa de juro.**



Imobiliário Residencial e Comercial

Mesmo num contexto adverso em termos monetários, o setor do imobiliário residencial apresentou uma evolução assinalável com nova valorização consistente dos imóveis em 2024. Um mercado de trabalho resiliente e uma oferta moderada de novos imóveis continua a sustentar o bom desempenho. Por sua vez, a descida das taxas de juro deverá favorecer o investimento no imobiliário comercial no futuro próximo, ao que

se junta oportunidades ao nível dos data centers, residências estudantis e seniores.

O BPI mantém o seu compromisso e continua a apostar também no **apoio a empresas que atuam no setor do imobiliário**, quer no segmento residencial, quer no segmento comercial.

Equipas especializadas

Em Lisboa e no Porto, o banco conta com equipas especializadas em financiamentos estruturados. Estas equipas são compostas por profissionais dotados de experiência e conhecimento do mercado, assegurando a oferta de soluções de financiamento adaptadas a cada projeto. A abordagem flexível permite estruturar operações complexas, proporcionando soluções *custom-made* para o financiamento de projetos.

Para além das equipas de estruturação de financiamentos, o BPI conta também com um Centro de Empresas de Negócio Imobiliário, com equipa em Lisboa e no Porto, com abrangência nacional, que oferece acompanhamento contínuo aos clientes, garantindo um ponto de contacto único para todas as necessidades de financiamento imobiliário.

Para além das equipas especializadas, o BPI conta ainda com equipas de risco, especializadas na análise e decisão de crédito em operações do setor.

Acelerador de Sustentabilidade

O BPI e o Expresso lançaram o Acelerador de Sustentabilidade, um projeto dirigido a Empresas, com o objetivo de apoiar as empresas no seu caminho de transição energética.

Eventos de Aceleração

Com o tema da Sustentabilidade na agenda das Empresas, a terceira edição desta iniciativa percorreu novamente o país para debater temas como a Mobilidade Sustentável, o Turismo Regenerativo, a Economia Azul, as Cidades Inteligentes, o Desafio da Água na Agricultura e a Moda Sustentável (janeiro de 2025).

Foram realizadas sessões de capacitação e facilitação, tendo em vista acelerar o processo de convergência das PME.

Estas sessões reuniram empresas de diversos setores de atividade, de diferentes dimensões e graus de maturidade em sustentabilidade, promovendo discussões e partilha de experiências.

Nos eventos de aceleração, foram apresentados exemplos práticos, estratégias e metodologias para facilitar o trabalho das empresas no processo de transição sustentável.

6 Eventos de Aceleração

6 Cidades: Açores, Braga, Castelo Branco, Coimbra, Setúbal e Vila Nova de Gaia

350 Participantes

Academia Online

Paralelamente, foi criada uma [academia online](#) para partilha de diversos conteúdos formativos, tais como guias tutoriais, vídeos didáticos e com casos de sucesso, e monofolhas com a apresentação das soluções disponíveis para as empresas (apoios públicos e financiamento BPI).



- INTRODUÇÃO
- QUEM SOMOS
- A NOSSA ESTRATÉGIA
- O NOSSO DESEMPENHO
- SUSTENTABILIDADE
- GOVERNAÇÃO E CONTROLO INTERNO
- PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
- REFERÊNCIAS FINAIS
- INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

Private e Wealth

Os segmentos Private e Wealth registaram em 2024 um crescimento generalizado do negócio. O volume de negócio registou um crescimento de 3.1%, totalizando 9 716 M.€.

No final do ano, os ativos sob gestão discricionária e aconselhamento totalizavam 8 375 M.€, as participações estáveis sob custódia ascendiam a 1 130 M.€ e o crédito e garantias concedidas somavam 211 M.€.

De referir os resultados positivos no serviço de Consultoria, com destaque para o Wealth, que atingiu um volume de negócio de 1 703 M.€ (+143%) e 411 clientes (+56%). O crescimento deste serviço reforçou a nossa proposta de valor e consolida a Consultoria como core desta atividade.

De salientar ainda o aumento da diversificação das carteiras em +305 M.€, com destaque para a colocação de +148 M.€ do BPI Switch (Produto de Investimento com Base em Seguros que possibilita ao Cliente a rotação do seu investimento por 12 fundos autónomos de distintas classes de ativos, com diferentes níveis de risco associado), apesar da concorrência dos certificados de aforro e da elevada remuneração dos depósitos a prazo.

Em 2024, o Private e Wealth foram distinguidos com seis prémios de entidades internacionais líderes na indústria de Wealth Management.

Para além do reconhecimento, pelo segundo ano consecutivo, de Melhor Private Banking em Portugal, a Euromoney, nos Global Private Banking Awards, destacou o Private e Wealth do BPI em mais quatro categorias em Portugal:

- “Best for High Net Worth”;
- “Best for Digital Solutions”;
- “Best for Next-Gen”;
- “Best for Sustainability”.

Pela PWM, nos Wealth Tech Awards, o Private e Wealth do BPI foi distinguido como Melhor Private Bank Europeu para Educação Digital.

Num negócio que se distingue pela relação, o ano de 2024 foi também marcado por uma forte dinamização comercial, com o lançamento de diversas ações de marketing para dinamização do serviço, e pela realização de diversos eventos exclusivos, que envolveram cerca de 400 Clientes. Para além da vasta oferta cultural, com o patrocínio da Fundação La Caixa, concretizaram-se eventos desportivos (torneios de golf e ténis), conferências temáticas e webinars de mercados financeiros. No âmbito da oferta do BPI Wealth, desenvolveu-se um programa de Mentoring, destinado a jovens entre os 18 e os 30 anos, que pretende fomentar a relação com os herdeiros destes Clientes.

> Principais Indicadores 2024

| | |
|------------------|--|
| 8 011 M.€ | Gestão discricionária e aconselhamento |
| 77% | Taxa de penetração do serviço de consultoria |
| 91% | Clientes aderentes aos canais digitais |
| 264 | Clientes BPI Wealth |
| 700 M.€ | Ativos sob Gestão Wealth |



INTRODUÇÃO
 QUEM SOMOS
 A NOSSA ESTRATÉGIA
 O NOSSO DESEMPENHO
 SUSTENTABILIDADE
 GOVERNAÇÃO E CONTROLO INTERNO
 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
 REFERÊNCIAS FINAIS
 INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

Resultado Líquido

O Banco BPI obteve um **lucro líquido** de 471 M.€ em 2024, aumentando 7% tvh. A rentabilidade dos capitais próprios tangíveis (ROTE) do Banco BPI ascendeu a 15.5%.

€ 471 M.€
Lucro líquido do Banco BPI

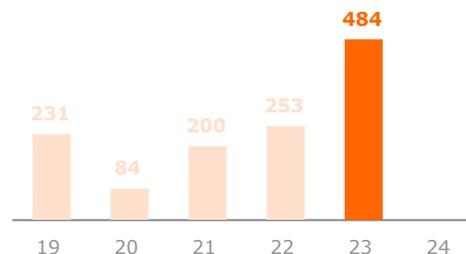
Na **atividade em Portugal, o resultado líquido recorrente** ascendeu a 446 M.€ o que corresponde a um aumento de 17% em relação a 2023.

Esta evolução é explicada pelo crescimento do produto bancário em 9%, custos de estrutura recorrentes estáveis e um custo do risco de crédito baixo (0.12% da carteira média de crédito e garantias).

O indicador de eficiência (*cost to income*) melhorou para 37.1% e o ROTE recorrente subiu para 18.0% em 2024.

O resultado em Portugal como reportado, que inclui impactos não recorrentes³⁵ de -44.3 M.€, foi de 402 M.€ em 2024 (+8% em relação a 2023).

Lucro líquido recorrente da atividade em Portugal



Nota: 2022 reexpresso pelos impactos nas participações em empresas de seguros da adoção da IFRS17 que entrou em vigor em 2023.

ROTE recorrente da atividade em Portugal



Nota: 2022 reexpresso pelos impactos nas participações em empresas de seguros da adoção da IFRS17 que entrou em vigor em 2023.

A contribuição das participações de 48.1% no BFA e 35.7% no BCI para o resultado consolidado ascendeu a 69.0 M.€ em 2024:

- A contribuição do BFA, de 39.7 M.€, reflete o dividendo de 2023 e o impacto da desvalorização do kwanza;
- A contribuição do BCI (reconhecida por equivalência patrimonial) foi de 29.4 M.€.

Resultado líquido consolidado (M.€)

| | 2023 | 2024 | D% |
|---------------------------------------|--------------|-------------|-------------|
| Actividade em Portugal | | | |
| Resultado líq recorrente | 484,3 | xxxx | xxxx |
| Impactos não recorrentes ² | (40,70) | xxxx | xxxx |
| Actividade em Portugal | 443,7 | xxxx | xxxx |
| Contribuição BFA | 41,5 | xxxx | xxxx |
| Contribuição BCI | 38,8 | xxxx | xxxx |
| Consolidado | 524 | xxxx | xxxx |

³⁵ Inclui custos com reformas antecipadas e rescisões voluntárias e outros custos (-23.3 M.€ em 2023 e -44.3 M.€ em 2024) e em 2023 inclui ainda a conversão do compromisso irrevogável relativo a contribuições de anos anteriores para fundo de garantia de depósitos por um pagamento em cash (-26.7 M.€) e mais-valia da venda da BPI Suisse (9.3 M.€). Valores líquidos de impostos.

Atividade em Portugal

Conta de Resultados

O **resultado líquido recorrente** da atividade em Portugal ascendeu a 446 M.€, +17% em termos homólogos. Este aumento é explicado essencialmente por:

- aumento da margem financeira em 43 M.€ (+6%), explicado pelo *repricing* do crédito com indexantes mais altos que no período homólogo e compensado em parte pelo aumento do custo dos depósitos.
- aumento das comissões em **xx M.€ (+xx%)** inclui em 2024 um ganho *one-off* de 16 M.€ com a liquidação antecipada da participação nos resultados de algumas apólices de seguros comercializadas em anos anteriores;
- custos de estrutura recorrentes estáveis.
- diminuição das imparidades de crédito líquidas em 12 M.€. Custo do risco de crédito de 0.12% (0.22% em 2023);

O resultado líquido como reportado, que inclui impactos negativos não recorrentes³⁶ de -44.3 M.€ (após impostos), foi de 402 M.€ (+8% em relação a 2023).

| | | |
|-------------------------------------|-----------------------|-----------------------|
| ROTE recorrente³⁷ | 16,0 % 2023 | 18,0 % 2024 |
|-------------------------------------|-----------------------|-----------------------|

Proveitos

O produto bancário cresceu 9%, com financeiro +6% e comissões +11% e contributo positivo da margem e redução dos custos regulamentares.

Conta de resultados da atividade em Portugal (M.€)

| | 2023 | 2024 | Δ% |
|--|-----------------|------------|------------|
| Margem financeira | 943 | xxxx | xxxx |
| Rendimentos de instrumentos de capital | 2 | xxx | xxx |
| Resultados de empresas associadas (equivalência patrimonial) | 18,7 | xxx | xxx |
| Comissões líquidas | 291,4 | xxx | xxx |
| Produto bancário comercial | 1255,1 | xxx | xxx |
| Resultados em operações financeiras | 21,3 | xxx | xxx |
| Rendimentos e encargos operacionais | (80,00) | xxx | xxx |
| Produto bancário | 1196,5 | xxx | xxx |
| Custos com pessoal recorrentes | (251,50) | xxx | xxx |
| Gastos gerais administrativos | (167,70) | xxx | xxx |
| Depreciações e amortizações | (73,30) | xxx | xxx |
| Custos de estrutura recorrentes | (492,50) | xxx | xxx |
| Custos não recorrentes | (33,70) | xxx | xxx |
| Custos de estrutura | (526,20) | xxx | xxx |
| Resultado operacional | 670,30 | xxx | xxx |
| Imparidades de ativos financeiros | (50,90) | xxx | xxx |
| Outras imparidades e provisões | (3,10) | xxx | xxx |
| Ganhos ou perdas com outros ativos | 7,30 | xxx | xxx |
| Resultado antes de impostos | 623,50 | xxx | xxx |
| Impostos sobre lucros | (179,90) | xxx | xxx |
| Resultado líquido | 443,70 | xxx | xxx |
| <i>[Resultado líquido recorrente]</i> | 484,30 | xxx | xxx |

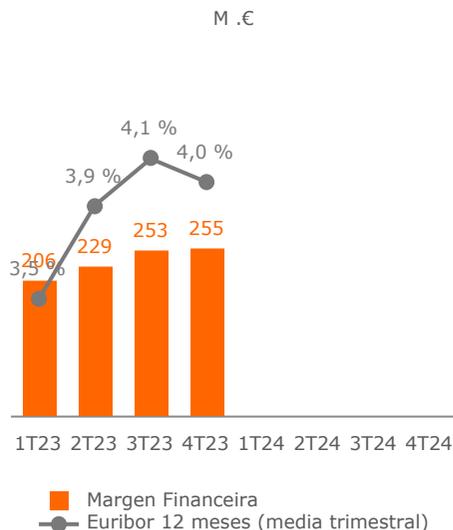
A partir de junho 2024 (inclusivé), o Banco BPI deixou de apresentar contas consolidadas por não ter participadas que consolidem pelo método de integração global. De acordo com o IAS 28 e IAS 27, as empresas associadas nas quais o Banco BPI tem influência significativa (Allianz e BCI) são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial nas contas do Banco BPI a partir de 30 junho 2024 (anteriormente, nas contas separadas do Banco BPI essas participações eram registadas pelo valor de aquisição). Ver nota às demonstrações financeiras 1.2.

³⁶ Inclui custos com reformas antecipadas e rescisões voluntárias e outros custos (-23.3 M.€ em 2023 e -44.3 M.€ em 2024) e em 2023 inclui ainda a conversão do compromisso irrevogável relativo a contribuições de anos anteriores para fundo de garantia de depósitos por um pagamento em cash (-26.7 M.€) e mais-valia da venda da BPI Suisse (9.3 M.€). Valores líquidos de impostos.

³⁷ ROTE recorrente (18.0 % em 2024) = Resultado líquido recorrente em Portugal (532 M.€), após deduzir o custo com juros AT1 (18 M.€) registados diretamente no capital próprio / Capital próprio médio afeto (2 912 M.€).

+6%
Margem financeira (var 2023/2024)

Evolução trimestral da margem financeira



Margem financeira

A margem financeira manteve-se estável em 2024, após atingir um pico no 4T23, beneficiando do ajustamento das taxas de mercado mais lento que o esperado. Em termos homólogos, a margem financeira aumentou 43 M.€, explicado pelo:

- Aumento dos proveitos com juros de crédito (+212 M.€), decorrente do *repricing* do crédito com indexantes superiores aos do período homólogo, e beneficiando

ainda do crescimento da carteira de crédito.

aumentou em **xx p.p.**, para **xx%** em 2024.

Margem Financeira (M.€)

¹Exclui crédito a Colaboradores, comissões ao custo amortizado e juros de crédito vencido.

| | 2023 | | | 2024 | | | Δ juros (%) |
|--|-------------|------------|---------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| | Saldo médio | Taxa média | Juro | Saldo médio | Taxa média | Juro | |
| Crédito a Clientes ¹ | 28802 | 0.04 | 1147,8 | xxxx | xxxx | xxxx | xxxx |
| Depósitos de Clientes em euros | 27603 | 0,4 % | 116 | xxxx | xxxx | xxxx | xxxx |
| Margem de intermediação² | | 4 % | 1031,8 | xxxx | xxxx | xxxx | xxxx |
| Outros proveitos a custos | | | -88,8 | xxxx | xxxx | xxxx | xxxx |
| Margem financeira | | | 943 | xxxx | xxxx | xxxx | xxxx |

Por outro lado, a margem financeira foi impactada negativamente pelo:

- Aumento do custo dos depósitos, com impacto de -189 M.€, refletindo a oferta de remuneração mais elevada nos depósitos a prazo.
- Efeito da subida das taxas de mercado no custo da dívida emitida (obrigações cobertas e MREL) e financiamento junto do BCE. A margem unitária de intermediação³⁸

Comissões líquidas

O aumento das comissões (+11% tvh) é explicado pelo ganho one-off de 16.1 M.€ com a liquidação antecipada, em junho 2024, da participação nos resultados de apólices de seguros comercializadas em anos anteriores. As comissões líquidas excluindo aquele impacto cresceram 4.2% yoy.

³⁸ Definida como a margem entre os proveitos com juros do crédito (excluindo crédito a Colaboradores) e o custo dos depósitos de Clientes em euros. Não inclui cobertura de taxa de juro.

- INTRODUÇÃO
- QUEM SOMOS
- A NOSSA ESTRATÉGIA
- O NOSSO DESEMPENHO
- SUSTENTABILIDADE
- GOVERNAÇÃO E CONTROLO INTERNO
- PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
- REFERÊNCIAS FINAIS
- INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

Evolução das comissões por natureza do serviço:

- as comissões bancárias cresceram 9.3 M.€ (+6.3%), impulsionadas pelas comissões associadas a crédito e garantias, ao serviço BPI Wealth e colocação de emissões de dívida de empresas;
- as comissões de fundos e seguros de capitalização aumentaram 5.7% refletindo a colocação de fundos de investimento e produtos unit linked. No período homólogo incluíam 1.5 M.€ de comissões da BPI Suisse que foi alienada em abril 2023.
- comissões de intermediação de seguros estáveis, excluindo o impacto acima referido da liquidação antecipada da participação nos resultados de apólices.

+4.2%

comissões

(em base comparável 2023/2024)



Comissões líquidas (M.€)

| | 2023 | 2024 | Δ% |
|-----------------------------------|--------------|-------------|-------------|
| Comissões bancárias | 176,9 | xxxx | xxxx |
| Fundos e seguros de capitalização | 53,4 | xxxx | xxxx |
| Intermediação de seguros | 59,7 | xxxx | xxxx |
| Totoal em bae comparável | 290 | xxxx | xxxx |
| BPI Suisse | 1,5 | xxxx | xxxx |
| Como reportado | 291,4 | xxxx | xxxx |

Resultados de empresas associadas

Os resultados de empresas associadas, de 16.6 M.€ em 2024, correspondem à apropriação dos resultados da participação na Allianz (equivalência patrimonial).

Resultados em operações financeiras

Os resultados em operações financeiras foram de 21.8 M.€ e incluem ganhos de 10.7 M.€ em operações cambiais com Clientes e 9.8 M.€ em operações de cobertura de taxa de juro.

Rendimentos e encargos operacionais

A rúbrica rendimentos e encargos operacionais regista um valor negativo de 22.1 M.€ em 2024 (-40.8M.€ em 2023) e incluem 27.3 M.€ de custos regulamentares (Fundo de Resolução Nacional 4.5 M.€, Contribuição sobre o Setor Bancário 19.1 M.€ e Adicional de Solidariedade 3.5 M.€). Em 2024 não houve lugar à contribuição para o

Fundo Único de Resolução por este ter alcançado o objetivo de capitalização.

INTRODUÇÃO
 QUEM SOMOS
 A NOSSA ESTRATÉGIA
 O NOSSO DESEMPENHO
 SUSTENTABILIDADE
 GOVERNAÇÃO E CONTROLO INTERNO
 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
 REFERÊNCIAS FINAIS
 INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

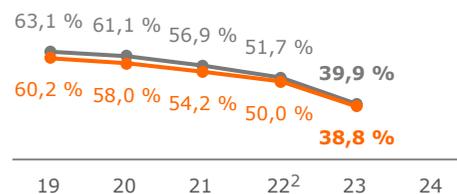
Custos de estrutura

Os custos de estrutura recorrentes mantiveram-se estáveis quando comparados com o período homólogo do ano anterior:

- Os custos com pessoal cresceram 0.8% (+1.6 M.€), que inclui a atualização da tabela salarial de 3% e a redução do quadro médio de pessoal em 2.5%;
- Os gastos gerais administrativos aumentaram 2.9% (+4.4 M.€);
- As depreciações e amortizações diminuíram 10.3% (-6.1 M.€).

Em 2024, os custos não recorrentes (64.2 M.€) são relativos a 233 reformas e rescisões voluntárias. O rácio de eficiência melhorou em 3.8 p.p., para 37.1% em 2024, assente no crescimento da base de proveitos (9%) e no controle dos custos.

Rácios de eficiência¹



—● Rácio de eficiência
 —● Rácio de eficiência core

1 Custos de estrutura em % do produto bancário. Exclui impactos não recorrentes.
 2 Reexpresso pela adoção da IFRS17.

| | 2023 | 2024 | Δ% |
|---|--------------|-------------|-------------|
| Custos com pessoal, excluindo custos não recorrentes | 251,5 | xxxx | xxxx |
| Gastos gerais administrativos | 167,7 | xxxx | xxxx |
| Depreciações e amortizações | 73,3 | xxxx | xxxx |
| Custos de estrutura, excluindo não recorrentes | 492,5 | xxxx | xxxx |
| Custos não recorrentes | 33,7 | xxxx | xxxx |
| Custos de estrutura, como reportados | 526,2 | xxxx | xxxx |

Responsabilidades com pensões

O património dos fundos de pensões dos Colaboradores (1 766 M.€) cobre as responsabilidades com pensões em 107%.

107% cobertura das responsabilidades com pensões

(31 dezembro 2024)

Responsabilidades com pensões de Colaboradores e fundos de pensão (M. €)

| | 2023 | 2024 |
|---|-------|------|
| Responsabilidades totais por serviços | 1514 | xxxx |
| Situação patrimonial do fundo de pensões | 1714 | xxxx |
| Grau de cobertura | 11 % | xxxx |
| Rendibilidade dos fundos de pensões | (9 %) | xxxx |
| Taxa de desconto | 4 % | xxxx |
| Taxa de crescimento dos salários ³ | 1 % | xxxx |
| Taxa de crescimento dos pensões ³ | 1 % | xxxx |

Imparidade e provisões para crédito e garantias

As imparidades para crédito e garantias líquidas de recuperações ascenderam a 35.2 M.€ em 2024 (-12.1 M.€ face a 2023), para as quais contribuíram:

- dotações de imparidades para crédito líquidas de 47.8 M.€ (versus 66.6 M.€ em 2023), que incluem **xx M.€ de reforço** de imparidades não alocadas;
- ganhos de 12.5 M.€ com a venda de uma carteira de 73 M.€ (valor bruto) de créditos não produtivos³⁹ (versus ganhos de 19.3 M.€ em 2023).

O custo do risco de crédito⁴⁰ ascendeu a 0.12% em 2024.

No final de 2024 o saldo no balanço de imparidades não alocadas ascendia a 60.0 M.€.

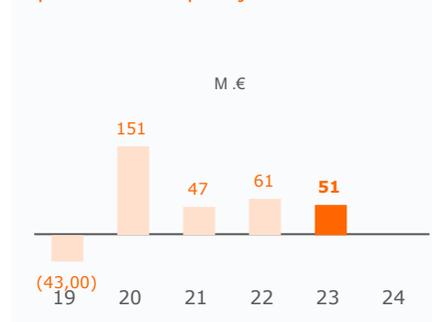
0.12%

Custo do risco de crédito

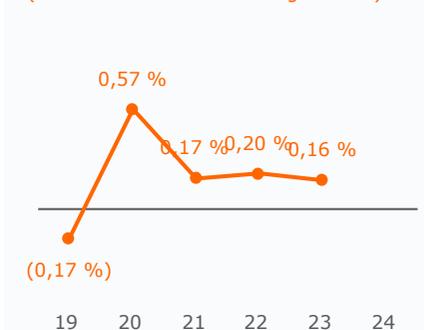
Imparidades para crédito e garantias líquidas de recuperações (M.€)

| | 2022 | | 2023 | |
|--|-------------|---------------|-------------|-------------|
| | Imparidades | % crédito | Imparidades | % crédito |
| Crédito a particulares | 62 | 0,38 % | XXXX | XXXX |
| Credito habitação | 14,8 | 0,1 % | XXXX | XXXX |
| Outro crédito a particulares | 47,2 | 2,61 % | XXXX | XXXX |
| Empresas | 11,4 | 0,09 % | XXXX | XXXX |
| Sector público | 0,1 | 0,00 % | XXXX | XXXX |
| Imparidades | 73,5 | 0,23 % | XXXX | XXXX |
| Recuperações de crédito abatido ao ativo | -3.3 | 0,01 % | XXXX | XXXX |
| Subtotal | 70,3 | 0,22 % | XXXX | XXXX |
| (-) Ganhos com vendas e créditos | 19,3 | | XXXX | XXXX |
| Total | 50,9 | — % | XXXX | XXXX |

Imparidades para crédito e garantias líquidas de recuperações



Custo do risco de crédito (% da carteira de crédito e garantias)



³⁹ Dos quais 51 M.€ de NPE e 22 M.€ de créditos anteriormente abatidos ao ativo e outros saldos extrapatrimoniais. Os proveitos totais com a venda ascenderam a 12.7 M.€ (incluindo 0.2 M.€ registados no produto bancário).

⁴⁰ Imparidades líquidas de recuperações em percentagem do saldo médio de crédito bruto e garantias.

INTRODUÇÃO
 QUEM SOMOS
 A NOSSA ESTRATÉGIA
 O NOSSO DESEMPENHO
 SUSTENTABILIDADE
 GOVERNAÇÃO E CONTROLO INTERNO
 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
 REFERÊNCIAS FINAIS
 INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

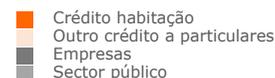
Crédito a Clientes

A carteira de crédito (bruto) a Clientes aumentou 2.3% tvh (+0.7 m.M.€).

Destacam-se por segmentos:

- O crédito habitação, com um crescimento homólogo da carteira de 3.1% (+0.5 m.M.€). Em 2024, o BPI contratou 2.2 m.M.€ de crédito habitação, tendo sido o melhor ano de sempre em termos de contratação (+11% de crescimento homólogo). A quota de mercado na contratação ascendeu a 15.5%;
- o crédito a Empresas, cuja carteira aumentou 3.3% (+0.4 m.M.€). A quota na carteira de crédito a

empresas incluindo crédito titulado ascendeu a 12.3%.



Carteira de crédito bruto a Clientes (M.€) ¹

| | 2023 | 2024 | D% tvh |
|------------------------------|--------------|-------------|-------------|
| Crédito a particulares | 16241 | xxxx | xxxx |
| Crédito habitação | 14557 | xxxx | xxxx |
| Outro crédito a particulares | 1684 | xxxx | xxxx |
| Empresas | 11494 | xxxx | xxxx |
| Sector público | 2338 | xxxx | xxxx |
| Total | 30073 | xxxx | xxxx |
| Por memória: | | | |
| Carteira de crédito líquida | 29540 | xxxx | xxxx |

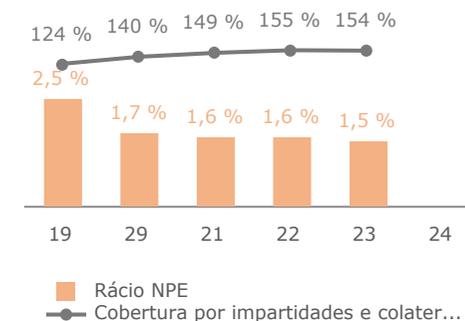
Qualidade dos ativos

O BPI mantém um baixo perfil de risco, espelhado numa elevada qualidade dos ativos e níveis de cobertura prudentes.

Non-Performing Exposures (NPE) EBA⁴¹

Em junho de 2024 o rácio NPE (EBA) era de 1.4%, a cobertura por imparidades ascendia a 95% e a cobertura por imparidades e colaterais associados à exposição NPE a 154%.

Non-performing exposures (NPE) e cobertura



⁴¹ Para além da exposição de crédito considerada no NPL (EBA), engloba adicionalmente suprimentos e títulos de dívida da carteira de crédito.

Non-Performing Loans (NPL) EBA

O rácio NPL ascendia a 1.7% no final de junho de 2024, muito abaixo do limiar de risco elevado de ativos não-produtivos definido pela EBA (5%).

A cobertura de NPL por imparidades é de 97% e 153% considerando a cobertura por colaterais associados.



Para os principais segmentos de crédito:

- **crédito a Empresas**, rácio de NPL de 3.2% (3.3% em dezembro 2022) e cobertura de NPL de 149% por imparidades e colaterais;
- **crédito habitação**, rácio de NPL de 1.2% (1.2% em dezembro 2022). Neste segmento, os colaterais (garantias reais) têm um efeito muito relevante na redução do risco de perda. A cobertura de NPL por imparidades e colaterais é de 156% (cobertura por imparidades de 57%).

| M. € | 2023 | 2024 |
|--|-------|------|
| Non-performing exposures(NPE)¹ | | |
| Exposição de risco de crédito | 37431 | xxxx |
| Non-performing exposures | 56000 | xxxx |
| Rácio NPE | 2 % | xxxx |
| Imparidades p/risco crédito ² | 547 | xxxx |
| Cobertura por imparidades | 98 % | xxxx |
| Cobertura por imparidades e colaterais | 154 % | xxxx |
| Non-performing loans (NPL)¹ | | |
| Exposição de risco de crédito | 29308 | xxxx |
| Non-performing Loans | 549 | xxxx |
| Rácio NPL | 2 % | xxxx |
| Imparidades p/ risco crédito ² | 547 | xxxx |
| Cobertura por imparidades | 100 % | xxxx |
| Cobertura por imparidades e colaterais | 156 % | xxxx |
| Crédito duvidoso¹ | | |
| Carteira bruta e garantias | 32232 | xxxx |
| Crédito duvidoso | 553 | xxxx |
| Rácio crédito duvidoso | 2 % | xxxx |
| Imparidades p/ risco crédito ² | 547 | xxxx |
| Cobertura por imparidades | 99 % | xxxx |
| Cobertura por imparidades e colaterais | 155 % | xxxx |

Cerca de 69% era crédito produtivo (Performing Exposures) e os restantes 31% estavam incluídos no saldo de NPE. O rácio "forborne" foi de 1.9% (0.9% em dez.22).

Crédito reestruturado por segmentos:

- **crédito a Empresas**, 198 M.€ de crédito reestruturado e rácio "forborne" de 2.3%. Cerca de 31% é crédito produtivo e os restantes 69% estão incluídos no NPE;
- **crédito habitação**, 534 M.€ de crédito reestruturado e rácio "forborne" de 3.7%. Cerca de 86% é crédito produtivo e os restantes 14% estão incluídos no NPE.

Crédito reestruturado ("forborne"), critérios EBA (M.€)

| | dez.23 | | dez.24 | |
|----------------------|------------------|----------------|------------------|----------------|
| | Crédito forborne | Rácio forborne | Crédito forborne | Rácio forborne |
| Em crédito produtivo | 540 | 1,3 % | xxxx | xxxx |
| Incluído em NPE | 2,46 | 0,6 % | xxxx | xxxx |
| Total | 785 | 1,9 % | xxxx | xxxx |

Crédito reestruturado

O montante de crédito reestruturado ("forborne", de acordo com os critérios EBA) ascendia a 785 M.€ em dezembro de 2023. Face a dezembro de 2022, verifica-se um aumento do crédito reestruturado proveniente da aplicação das medidas de apoio do DL80-A/2022.

INTRODUÇÃO
 QUEM SOMOS
 A NOSSA ESTRATÉGIA
 O NOSSO DESEMPENHO
 SUSTENTABILIDADE
 GOVERNAÇÃO E CONTROLO INTERNO
 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
 REFERÊNCIAS FINAIS
 INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

Fundos de recuperação

O BPI tem uma exposição reduzida a fundos especializados de recuperação de créditos, subscritos por contrapartida da cedência de créditos (Fundo de Recuperação, FCR).

No final de dezembro de 2024, o valor de balanço líquido era de 6.1 M.€.

Imóveis recebidos por recuperação de créditos

A carteira de imóveis recebidos por recuperações de crédito não tem expressão no BPI. No final de dezembro 2024 ascendia a:

| | |
|-------------------------------|-------------------------------------|
| 2.5 M.€ | 0.6 M.€ |
| valor bruto de balanço | valor líquido contabilístico |

O valor de avaliação desses imóveis é 6.3 vezes superior ao respetivo valor líquido de balanço.

Carteira de ativos financeiros

Em dezembro 2024, o BPI detinha uma carteira de títulos de dívida soberana de 3 807 M.€⁴². Esta carteira corresponde a dívida de médio e longo prazo de Portugal (31%), Espanha (26%), Itália (17%), União Europeia (17%) e EUA (8%).

A maturidade média residual da carteira é de 3.3 anos.

O Banco utiliza esta carteira para gerir a liquidez do balanço e gerar um contributo positivo para a margem.

Carteira de títulos de dívida soberana (M.€)

| | 2023 | 2024 |
|------------------------|------|------|
| De médio a longo prazo | | xxxx |
| Portugal | 1210 | xxxx |
| Espanha | 996 | xxxx |
| Italia | 670 | xxxx |
| EUA | 451 | xxxx |
| União Europeia | 645 | xxxx |
| Total | 3973 | xxxx |

⁴² Títulos nas carteiras de ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral e de ativos financeiros pelo custo amortizado.

Recursos de Clientes

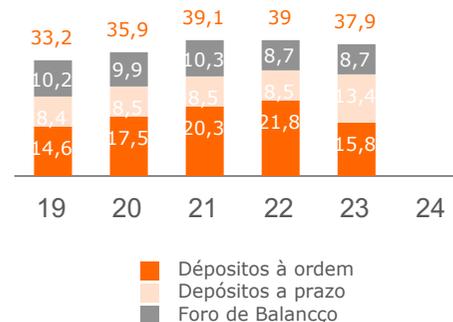
Os depósitos de Clientes cresceram 3.8% tvh (-1.1 m.M.€), dos quais +15% (+1.9 m.M.€) nos depósitos a prazo, refletindo a atratividade destes produtos com a manutenção de taxas de juro altas e competitivas ao longo de 2024. Os depósitos à ordem registaram uma redução de 4.5% (-0.8 m.M.€). Os depósitos a prazo representavam xx% do total dos depósitos no final de 2024 (xx% em 2023).

A quota de mercado do BPI nos depósitos ascendia a 10.2% em dezembro de 2024 (-0.05 p.p. tvh).

Os recursos fora de balanço cresceram 11.5% (+1.1 m.M.€), influenciados pela evolução positiva dos mercados financeiros.

Os recursos totais de Clientes ascenderam a 39.2 m.M.€ (+5.2% tvh). Adicionalmente, o BPI colocou 0.9 m.M.€ de produtos estruturados em 2024.

Recursos de Clientes



Recursos de Clientes (M.€)

| | 2023 | 2024 | Δ% tvh |
|---|--------------|-------------|-------------|
| Depósito de Clientes | 29252 | xxxx | xxxx |
| Depósitos à ordem | 15811 | xxxx | xxxx |
| Depósitos a prazo | 13441 | xxxx | xxxx |
| Recursos fora de balanço | 8654 | xxxx | xxxx |
| Fundos de investimento | 4311 | xxxx | xxxx |
| Seguros de capitalização | 4263 | xxxx | xxxx |
| Ofertas públicas de subscrição ¹ | 79 | xxxx | xxxx |
| Total² | 37905 | xxxx | xxxx |

⁴³ De acordo com orientações da EBA. Componentes de cálculo (média 12 meses): Reservas de Liquidez (7 210 M.€); Total das saídas líquidas (3 373 M.€).

Liquidez e Funding

O BPI apresenta uma estrutura de financiamento equilibrada e uma forte posição de liquidez.

No final de dezembro de 2023:

- 97% rácio de transformação**
de depósitos em crédito (recursos de Clientes constituem a principal fonte de financiamento)
- 140% rácio NSFR**
Net stable funding ratio
- 214% rácio LCR**
Liquidity coverage ratio (média 12 meses)⁴³
- 9.0 m.M.€ ativos elegíveis**
para financiamento junto do BCE
- Reembolso total do TLTRO III**
em dezembro de 2023, com o pagamento de 442 M.€

Em 2024 o BPI emitiu 1250 M.€ de dívida sénior e 300 M.€ de obrigações cobertas. Foram ainda renovadas emissões de 500 M.€ de obrigações cobertas e 275 M.€ de AT1.

Participações no BFA e BCI

O BPI detém participações financeiras minoritárias em dois bancos comerciais africanos:

- 48.1% do capital do Banco de Fomento Angola (BFA). O BFA tem ativos totais de 3.9 m.M.€ e cerca de 2.9 milhões de Clientes em dez.23. A sua quota de mercado em depósitos era de 16.8% em novembro 2023.
- 35.7% do capital do Banco Comercial e de Investimentos (BCI), em Moçambique. O BCI detém a liderança no sistema bancário moçambicano com ativos totais de 3.0 m.M.€, 2.3 milhões de Clientes e quotas de mercado (em dez.23) de 23% em ativos totais, 26% em crédito e 25% em depósitos.

As participações no BFA e BCI contribuíram com 69.0 M.€ para o resultado consolidado em 2024.

Contribuição do BFA e BCI para o Resultado Consolidado (M.€)

| | 2023 | 2024 |
|---------------------|-------------|-------------|
| Contribuição de BFA | 41,5 | xxxx |
| Contribuição de BCI | 38,8 | xxxx |
| Total | 80,3 | xxxx |

Banco de Fomento Angola (BFA)

A contribuição do BFA para o resultado do Banco BPI, de 39.7 M.€ em 2024, reflete o dividendo atribuído relativo ao exercício de 2023.

No final de dezembro 2024, a participação de 48.1% no BFA estava valorizada em 251 M.€⁴⁴.

Banco Comercial e de Investimentos (BCI)

A contribuição do BCI para o resultado consolidado foi de 38.8 M.€.

O valor de balanço da participação (reconhecida por equivalência patrimonial) era de 161 M.€ em dezembro.

Indicadores consolidados de rentabilidade e eficiência

Indicadores consolidados de acordo com Instrução 16/2004 do Banco de Portugal

com alterações da Instrução 6/2018

Indicadores consolidados de acordo com Instrução 16/2004 do Banco de Portugal

com as alterações da Instrução 6/2018

| | 2023 | 2024 |
|---|---------|------|
| Produto bancário/ATM | 3,30 % | xxxx |
| Resultados antes de impostos e interesses minoritários/ATM | 1,80 % | xxxx |
| Resultados antes de impostos e interesses minoritários / Capital próprio e int. minoritários médios | 18,10 % | xxxx |
| Custos com pessoal/Produto bancário ³ | 20 % | xxxx |
| Custos de estrutura/Produto bancário ³ | 39 % | xxxx |
| Rácio de transformação ⁴ | 101 % | xxxx |

ATM = ativo total médio.

² Reexpresso pelos impactos nas participações em empresas de seguros da adoção da IFRS17 que entrou em vigor em 2023.

³ Excluindo custos com reformas antecipadas.

⁴ Crédito a Clientes líquido / depósitos de Clientes.

⁴⁴ A participação no BFA é classificada desde final de 2018 como um investimento financeiro e registada em "ações ao justo valor por outro rendimento integral".

INTRODUÇÃO
 QUEM SOMOS
 A NOSSA ESTRATÉGIA
 O NOSSO DESEMPENHO
 SUSTENTABILIDADE
 GOVERNAÇÃO E CONTROLO INTERNO
 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
 REFERÊNCIAS FINAIS
 INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

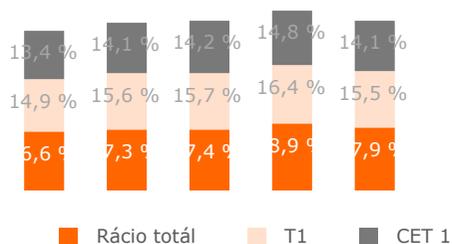
Capital Prudencial

No final de dezembro 2024, os rácios de capital do Banco BPI (phasing-in) ascendiam a CET1 de 13.8%, Tier 1 de 15.2% e capital total de 17.5%, cumprindo por margem significativa os requisitos mínimos exigidos pelo Banco Central Europeu (BCE)⁴⁵.

A evolução do CET1 em 2024 (-0.6 p.p.) explica-se principalmente por:

- resultado gerado em Portugal (+2.3 p.p.)
- crescimento dos ativos ponderados pelo risco (-0.7 p.p.)
- distribuição de dividendos relativos ao resultado obtido em Portugal e juros do cupão AT1 (-2.3 p.p.).

Rácios de capital consolidado¹



²Rácio calculado entre o capital Tier 1 e o valor dos ativos do balanço e elementos extrapatrimoniais,

⁴⁵Os requisitos mínimos de capital determinados pelo BCE para o Banco BPI para 2024 foram os seguintes: CET1 de 10.4%, T1 de 12.3% e rácio total de 14.7%. A estes requisitos, acresce, a partir 1 de outubro 2024, o requisito para risco sistémico no mercado imobiliário residencial em Portugal (xx p.p. para o BPI por referência a 31 dez.2024). O requisito para o rácio de alavancagem foi de 3% em 2024. Os requisitos mínimos de capital para 2025 (incluindo o requisito para risco sistémico no mercado imobiliário com referência a 31 dez. 2024): CET1 de 9.45%, T1 de 11.32% e rácio total de 13.82% e rácio de alavancagem de 3%.

não sendo sujeitos a coeficientes de ponderação pelo risco

O Buffer MDA - folga de capital sem limitações à distribuição de resultados – ascende a 3.8 p.p. no final de 2024.

Rácios de capital consolidado (M.€)

| | 2023 | 2024 |
|--------------------------------|-------|------|
| Common Equity Tier I | 2670 | xxxx |
| Tier I | 2945 | xxxx |
| Tier II | 446 | xxxx |
| Fundos próprios totais | 3391 | xxxx |
| Activos ponderados pelo risco | 18983 | xxxx |
| Rácio CET1 | 14 % | xxxx |
| Rácio T1 | 16 % | xxxx |
| Rácio Total | 18 % | xxxx |
| Buffer MDA | 5 % | xxxx |
| Rácio de leverage ² | 7 % | xxxx |
| MREL (em % RWA) | 24 % | xxxx |
| MREL (em % LRE) | 11 % | xxxx |

² Rácio calculado entre o capital Tier 1 e o valor dos ativos do balanço e elementos extrapatrimoniais, não sendo sujeitos a coeficientes de ponderação pelo risco.

No final de dezembro de 2024, o BPI cumpre os requisitos de MREL requeridos:

- rácio MREL em percentagem dos RWA era de 24.7%, versus requisito de 23.05%.
- rácio MREL em percentagem da LRE de 11.8% versus o requisito final de 5.91%.

Reserva de capital para risco sistémico setorial

Em 1 de outubro 2024 entrou em vigor uma nova reserva de capital para risco sistémico no mercado imobiliário residencial em Portugal, a cumprir com fundos próprios principais nível 1 (CET1).

Esta reserva é aplicada a instituições que utilizam o método de notações internas (IRB - Internal Ratings Based) e corresponde a 4% do montante das posições ponderadas pelo risco da carteira de crédito a particulares garantidas por imóveis destinados à habitação em Portugal. O requisito de reserva para risco sistémico aplicável ao Banco BPI **ascendia a x.x p.p. em 31 dez.2024.**

Nota: em setembro 2024, o BPI reembolsou antecipadamente os títulos AT1 (275 M.€) emitidos em 2019 e realizou uma nova emissão AT1 com o mesmo valor nominal.

Informação financeira individual

Resultado individual

O lucro líquido apurado nas contas individuais do Banco BPI aumentou 72% para 574 M.€ em 2023, explicado por:

- o aumento da margem financeira em 70%, refletindo a subida das taxas de juro de mercado e a expansão do crédito. As comissões líquidas mantiveram-se estáveis e os dividendos de participações ascenderam a 120 M.€¹.
- lucros em operações financeiras inclui o impacto da desvalorização do AKZ (-42 M.€) sobre os valores a receber do BFA.
- aumento dos custos de estrutura recorrentes de 11% (+50 M.€).
- imparidades de crédito líquidas de 51.1 M.€, correspondendo a um custo de risco de crédito de 0.16%.
- Impactos não recorrentes de 23 M.€ (após impostos).

Conta de Resultados Individual (M.€)

| | 2023 | 2024 | Δ% |
|--|-----------------|-------------|-------------|
| Mergem financeira | 948,9 | xxxx | xxxx |
| Rendimentos de instrumentos de capital | 120 | xxxx | xxxx |
| Comissões líquidas | 290 | xxxx | xxxx |
| Resultados em operações financeiras | -21,3 | xxxx | xxxx |
| Rendimentos e encargos operacionais | (88,70) | xxxx | xxxx |
| Produto bancário | 1249 | xxxx | xxxx |
| Custos com pessoal recorrentes | (250,70) | xxxx | xxxx |
| Gastos gerais administrativos | (167,30) | xxxx | xxxx |
| Depreciações e amortizações | (73,30) | xxxx | xxxx |
| Custos de estrutura recorrentes | (491,30) | xxxx | xxxx |
| Custos não recorrentes | (33,70) | xxxx | xxxx |
| Custos de estrutura | (525,00) | xxxx | xxxx |
| Resultado operacional | 724,9 | xxxx | xxxx |
| Imparidades de ativos financeiros | (51,10) | xxxx | xxxx |
| Outras imparidades e provisões | (3,10) | xxxx | xxxx |
| Ganhos ou perdas com outros ativos | 73,10 | xxxx | xxxx |
| Resultado antes de impostos | 742,9 | xxxx | xxxx |
| Impostos sobre lucros | (168,40) | xxxxx | xxxx |
| Resultado líquido | 574,40 | xxxx | xxxx |
| <i>[Resultado líquido recorrente]</i> | 551,7 | xxxxx | xxxx |

| Impactos não recorrentes em 2023(M.€) | | Antes de impostos | Após impostos | |
|---------------------------------------|-------|-------------------|---------------|---|
| Rendimentos e encargos operacionais | (i) | xxxx | xxxx | (i) Pagamento do compromisso irrevogável ao fundo de garantia de depósitos, relativo a contribuições de anos anteriores; |
| Custos não recorrentes | (ii) | xxxx | xxxx | (ii) Custos com reformas antecipadas e rescisões voluntárias e outros; |
| Ganhos ou perdas com outros ativos | (iii) | xxxx | xxxx | (iii) Valias na venda da BPI Suisse e Cosec e ganho reconhecido na reclassificação da Unicre registados nas contas individuais do Banco BPI |
| Total | | xxxx | xxxx | |

Balanço individual

O ativo total líquido do Banco BPI, em base individual, ascendia a 38.5 m.M.€ no final de dezembro 2023.

A carteira de crédito (bruto) a Clientes cresceu 3.1%, para 30.1 m.M.€. Os depósitos totais diminuíram 3.5%, para 29.3 m.M.€.

O capital próprio contabilístico individual totalizava 3 572 M.€, excluindo 275 M.€ de instrumentos de capital Additional Tier 1 (AT1).

A descrição do desempenho comercial do Banco BPI em termos consolidados é válida também para a evolução das rubricas em base individual. A BPI Suisse que era consolidada por integração global foi alienada em abril 2023. As outras participações que integram o perímetro de consolidação - Allianz Portugal e BCI Moçambique – são reconhecidas por equivalência patrimonial.

Indicadores do Balanço Individual (M.€)

| | 2023 | 2024 | Δ% tvh |
|-------------------------------|-------|------|--------|
| Ativo total líquido | 38488 | xxxx | xxxx |
| Crédito a Clientes (bruto) | 30073 | xxxx | xxxx |
| Depósitos | 29252 | xxxx | xxxx |
| Capital próprio ¹⁾ | 3572 | xxxx | xxxx |

Rácios de capital individual

Em 31 de dezembro de 2023 os rácios de capital individual (phasing-in) eram de:

CET 1 de 14.1%, Tier 1 de 15.6%, capital total de 17.9% e o rácio de alavancagem de 7.4%.

Rácios de capital individual (M.€)

| | 2023 | 2024 |
|-------------------------------|--------|------|
| Common Equity Tier I | 2682 | xxxx |
| Tier I | 2957 | xxxx |
| Tier II | 446 | xxxx |
| Fundos próprios totais | 3403 | xxxx |
| Activos ponderados pelo risco | 18965 | xxxx |
| Rácio CET 1 | 14,1 % | xxxx |
| Rácio T1 | 15,6 % | xxxx |
| Rácio Total | 17,9 % | xxxx |
| Rácio de leverage | 7,4 % | xxxx |

Rating

BPI detém classificações de investimento (“*investment grade*”) pelas três agências internacionais, Fitch Ratings, Moody’s e S&P Global Ratings.

| | |
|---------------------|-------------------|
| Fitch Rating | A- Estável |
| Moody’s | A2 Estável |
| S&P | A- Estável |

A dívida colateralizada por crédito hipotecário emitida pelo BPI (mortgage covered bonds) tem notações de AA pela DBRS e Aaa pela Moody’s e qualificam como ativos de nível 1 para efeitos de cálculo do rácio LCR.

Em 2024, a Moody’s, Fitch Ratings e DBRS Morningstar melhoraram os ratings atribuídos ao BPI:

- Fitch Ratings subiu em 1 nível os *ratings* do BPI, para A-, e da sua dívida senior e depósitos, para A.

- Moody’s melhorou em 1 nível os *ratings* do BPI e da sua dívida senior para A2 (de Baa1) e dos depósitos para A1 (de A2).
- A S&P Global Ratings subiu em 1 nível o rating do BPI para A-.

| Em 31 de dezembro de 2024 | DBRS Morningstar | Fitch Ratings | Moody’s | S&P Global Ratings |
|---------------------------------------|------------------|----------------------------|--------------------------------------|--|
| Rating de crédito Banco BPI | | | | |
| Rating do Emitente / Outlook | | A- / Estável | A2 / Estável | A- / Estável |
| Depósitos Longo Prazo / Outlook | | A | A1 / Estável | - |
| Dívida Longo Prazo / Outlook | | A | A2 | A- / Estável |
| Depósitos Curto Prazo | | F1 | Prime-1 | - |
| Dívida Curto Prazo | | F1 | Prime-1 | A-2 |
| Rating individual | | bbb- (Viability rating) | baa1 (Baseline Credit Assessment) | bbb+ (Stand-alone credit profile, SACP) |
| Obrigações cobertas – Hipotecária | AA | | Aaa | |
| Obrigações cobertas – Sector Público | | | Aa2 | |
| Dívida sénior não preferencial | | | A3 | BBB- |
| Dívida subordinada | | | Baa2 | BBB |
| Dívida “junior” subordinada | | | Baa3 | |
| Rating de Portugal¹ | | | | |
| Longo prazo / Outlook | A / Positivo | A- / Positivo | A3 / Estável | A-/ Positivo ¹ |
| Curto prazo | R-1 (low) | F1 | Prime-2 | A-2 ¹ |

Capital Intelectual

O BPI dispõe de um conjunto de bens intangíveis fundamentais para o bom funcionamento do Banco e para garantir qualidade de serviço e vantagem comparativa no setor financeiro.

Ao longo de 2023, o Banco empenhou-se em fomentar a inovação e a transformação digital, quer por meio de investimentos, da capacitação dos seus Colaboradores ou do envolvimento com parceiros externos, com vista a melhorar a sua eficiência operativa e progredir continuamente no seu serviço ao Cliente.

> Principais Indicadores 2024



Qualidade de Serviço e Experiência do Cliente

Criada em 2023, este ano foi um ano de consolidação para a Direção de Qualidade, durante o qual contribuiu para o fortalecimento de uma cultura centrada no Cliente, estimulando a eficácia e eficiência dos processos “end to end” com o propósito de entregar a melhor experiência Cliente em todos os Canais.

Uma das iniciativas com maior visibilidade, desenvolvida em colaboração com a Direção de Comunicação, consistiu no lançamento da campanha de comunicação interna Clientelógico, com diversas ações que promovem o reforço de uma atitude centrada no Cliente. Neste âmbito, destacamos a formação para todos os Colaboradores sobre as tendências do setor bancário, a evolução do Cliente/consumidor e a importância da diferenciação pela Experiência Cliente.

Outra iniciativa lançada com o objetivo de fomentar a mudança na atitude das equipas foi o Livro de Elogios, que incentiva o reconhecimento, a criação de uma cultura mais positiva, o reforço de um atendimento de excelência e partilha de casos de sucesso.

Em 2024 foi também realizada uma formação dirigida a alguns quadros diretivos do Banco, com o objetivo de dotar os participantes de conhecimentos e técnicas que permitam melhorar e homogeneizar a Experiência Cliente.

Na área de Empresas, em alinhamento com a campanha Clientelógico, foi criado o projeto we.BE, que identificou as 5 atitudes chave a desenvolver para alcançar padrões de excelência no

serviço ao Cliente. Em 2024 esta iniciativa conta já com 400 colaboradores a trabalhar ativamente as atitudes we.BE.

Por último, as metodologias de avaliação da Qualidade de Serviço e Experiência Cliente foram otimizadas, com recurso a estudos e indicadores medidos internamente ou por consultoras especializadas, com o objetivo de conhecer a perspetiva do Cliente ao longo de toda a sua jornada e em todos os segmentos de negócio.

Avaliação da Experiência Global do Cliente - Cliente Mistério

Focado na qualidade do serviço ao Cliente, o BPI consolidou a liderança no atendimento ao Balcão, destacando-se em primeiro lugar no estudo Cliente Mistério.

O Estudo Cliente Mistério é um

estudo semestral, realizado por uma entidade externa independente, que mede a qualidade do atendimento a Clientes num contexto de Mystery Shopping, com o objetivo de aferir as práticas de atendimento e de venda, bem como identificar oportunidades de melhoria nas mesmas. No ano de 2024, o Banco obteve as seguintes pontuações no Estudo:



Net Promoter Score (NPS) - Real Time. Além da realização de questionários a todos os segmentos de Clientes, o BPI tem vindo a implementar novas metodologias de medição da sua satisfação. Em 2023, o BPI lançou o piloto Net Promoter Score (NPS) Real Time, alargado a duas Direções de Particulares, Centros Premier, um Centro InTouch e o Centro de Colaboradores. Este processo visa conhecer a experiência do Cliente na interação com o Banco, identificar pontos fortes e áreas de melhoria e implementar iniciativas que melhorem a Qualidade de Serviço.

Processo de identificação de Oportunidades de Melhoria. Tendo como foco a melhoria contínua da Experiência Cliente, simplificação dos processos e otimização dos circuitos e modelos de trabalho, o BPI implementou um projeto de identificação de oportunidades de melhoria com base nos vários insights que recebe dos Clientes (reclamações, inquéritos, elogios, entre outros). A Direção de Qualidade acompanha e monitoriza a implementação das melhorias junto das restantes Direções do Banco, que têm a missão de as concretizar.

Transformação Digital

O investimento na experiência digital do Cliente mantém-se como prioridade estratégica do Banco, com destaque para a aposta nos meios de self-service e na omnicanalidade, que permite a prestação integrada de serviços em diferentes canais.

Evolução dos canais digitais

Em 2024, foram efetuados novos desenvolvimentos para melhorar a experiência dos Clientes, destacando-se:

> Particulares:

- Implementação de nova funcionalidade na BPI App para importação do Certificado Energético associado ao Imóvel financiado pelo Banco e de eventuais medidas de melhoria da eficiência energética.
- Exposição de informação mais detalhada e mais clara para Clientes sobre os seus empréstimos CH na BPI App.
- Lançamento do Crédito Automóvel 100% digital.
- Novo processo de adesão ao serviço de Consultoria, com possibilidade de o mesmo ser feito à distância, e emissão automática do Relatório Anual de Acompanhamento, em versão digital, para os Clientes com este serviço.
- Depósitos a Prazo e Contas Poupança: implementação de novas funcionalidades nos (opção de renovação automática e gestão de agendamentos) e alargamento da oferta (em moeda estrangeira).
- Alargamento da oferta de Planos Poupança Reforma (com novas opções de investimento).

> Empresas:

- Possibilidade de atualização de dados de Cliente no BPI Net Empresas.
- BPI foi pioneiro na disponibilização do novo serviço SPIN do BdP
- Lançamento da plataforma de Open Banking “Pulsoo”.
- Empréstimos a Prazo Fixo: Formalização digital de contratos através da assinatura digital/chave móvel digital.
- Empréstimos a Prazo Fixo: Pedido de documentos e/ou informações aos Clientes através da funcionalidade “contacto com o gestor”.
- Seguro de Crédito: Contratação de Seguro de Crédito Allianz Trade para Pequenas Empresas disponibilizada através de processo 100% online no BPI Net Empresas.
- Plataforma Cambial BPI FX Now: Alargamento do horário de negociação, privilegiando cada vez mais o canal digital como preferencial para a negociação de operações cambiais.
- Disponibilização automática no BPI Net Empresas das notas de execução das operações de antecipação de cambiais a prazo e dos *swaps* de taxa de juro.

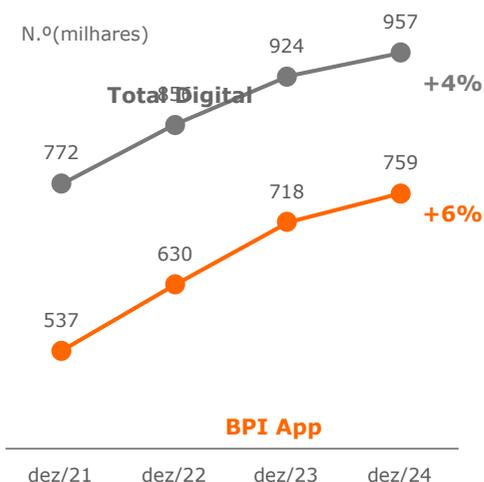
Utilização dos canais digitais

Em 2024, como resultado do esforço contínuo de inovação, o número de utilizadores regulares dos canais digitais atingiu 957 mil (+4% tvh) e o número de utilizadores regulares da BPI APP ultrapassou os 759 mil (+5% tvh). Paralelamente, resultante do facto de os produtos e serviços serem crescentemente disponibilizados nos canais digitais, cerca de 36% do total

- INTRODUÇÃO
- QUEM SOMOS
- A NOSSA ESTRATÉGIA
- O NOSSO DESEMPENHO
- SUSTENTABILIDADE
- GOVERNAÇÃO E CONTROLO INTERNO
- PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
- REFERÊNCIAS FINAIS
- INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

de vendas de produtos core⁴⁶ foram iniciadas nos canais digitais.

Utilizadores regulares de Banca Digital



Crescimento nos canais digitais

Em 2024, o BPI alcançou o 2º lugar na penetração dos canais digitais no setor bancário, no que diz respeito aos Clientes Particulares⁴⁷.

Inovação

Evolução no Metaverso

No último ano, o BPI continuou a consolidar a sua presença no metaverso, aprofundando a análise e atuação em duas áreas principais:

- Realidades imersivas e aumentadas como canal de interação com os Clientes;
- Facilitação da custódia e transação de propriedade digital baseada em tecnologia *blockchain*.

O BPI investiu, assim, em dois produtos: i) o **BPI VR**, a aplicação de realidade imersiva que permite a interação de Clientes e não Clientes com o Banco; e ii) o **D-VERSE**, a plataforma de ativos digitais que possibilita a transação de propriedade digital em Euros, com custódia garantida pelo Banco.

BPI VR

Em evolução desde o seu lançamento em 2022, o BPI VR continuou este ano a promover a posição pioneira do Banco no metaverso. Em 2024 foram implementadas melhorias para estabilização da aplicação, bem como a inclusão de novos parceiros com espaços dedicados.

Relativamente às parcerias, foi criado um espaço para integrar a Quinta do Crasto, no qual os Clientes podem encontrar uma galeria de fotografias, um livro com todas as campanhas feitas para o BPI, modelos *digital twins*

das garrafas de vinho produzidas, e uma visita virtual com visão 360º para vários espaços da quinta.

A aplicação BPI VR está disponível para *download* na app Meta Horizon (anteriormente conhecida como *Oculus Quest Store*) e em dispositivos Oculus disponíveis em alguns Balcões BPI, permitindo que os Clientes experimentem esta realidade imersiva.

> Principais Indicadores 2024

- > **350 Downloads** na store Meta Horizon (>130 em 2024)
- > **380 Demos** em balcões BPI (>850 em 2024)



D-VERSE

Em 2024, o BPI consolidou e expandiu o D-VERSE, a plataforma de colecionáveis digitais, assente em tecnologia *blockchain*, lançada no ano anterior. A diversificação da oferta inclui novas coleções de arte digital e a integração estratégica de um novo parceiro do setor vinícola.

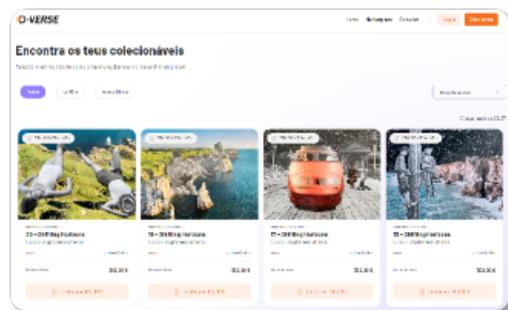
⁴⁶ Número de vendas de Produtos Core em Particulares: Fundos/PPR, Produtos Prestígio, Crédito Pessoal, Cartões Crédito e Seguros stand alone.

⁴⁷ BASEF Banca - Agosto 2024 (principais bancos).

A colaboração com a *Ephemeral Eternal* foi fortalecida através da disponibilização de oito novas coleções de arte digital na plataforma.

A introdução da Sogrape no D-VERSE visa criar uma ponte entre o mundo digital dos NFTs e experiências físicas, oferecendo aos clientes do BPI oportunidades exclusivas que combinam colecionáveis digitais com experiências enológicas *premium*.

Os Clientes BPI continuam a ter acesso a colecionáveis leiloados diretamente pelos artistas, e ao mercado para compra e venda entre utilizadores, promovendo a democratização ao acesso dos ativos digitais.



Ecosistema Habitação

Quatru

Há 15 anos, o BPI e o Expresso lançaram uma plataforma digital de compra e venda de casas, o BPI Expresso Imobiliário. Este ano, o BPI foi mais longe e criou uma nova plataforma, o Quatru, com a ambição de se tornar na plataforma de

referência no mercado. Neste relançamento foram lançadas novas funcionalidades altamente distintivas no mercado e que apostam numa melhor experiência do consumidor, incluindo:

- **A Minha Casa** - área pessoal onde os usuários podem criar o perfil da sua casa e geri-la, guardando a documentação (ex. certidão predial, certificado energético, etc.) e do recheio (ex. eletrodomésticos) e, desta forma controlar as respetivas garantias, calcular o valor de mercado da casa em tempo real, através da integração com a fintech Reatia;
- **Simulador “Quanto posso gastar?”** - permite avaliar o poder de compra do usuário, indicando-lhe até que valor pode procurar e comprar casa. Este fluxo está feito para aquisição ou troca;
- **Simulador Crédito Habitação** - redesenho da ferramenta e de forma a permitir customizar as simulações a diferentes cenários e com ligação direta às API do Banco, que permite obter melhores resultados;
- **Pesquisa** - novos filtros, resultados de pesquisa por preço total ou prestação mensal, pesquisa por formato de vídeos de 30 segundos, e pesquisa por múltiplos polígonos no mapa.
- **Store** - página com ligação direta a parceiros, fornecendo códigos de desconto exclusivos para utilização futura nas quatro verticais disponíveis: equipar a casa, gerir a casa, manter a casa segura e serviços para a casa.

Outra grande novidade é o lançamento da App Quatru, disponível em iOS e Android.



Portal de Parceiros

Os parceiros de intermediação de crédito habitação do BPI trabalham em parceria com o Banco para oferecer aos seus Clientes as melhores soluções de crédito habitação. Por conseguinte, estes devem estar em constante comunicação com o Banco e atualizados em relação à sua oferta. Neste contexto, em 2023, o BPI lançou uma plataforma de intermediação de crédito que permite aos intermediários de crédito criar, acompanhar e gerir eficientemente Clientes e operações de crédito, mantendo o contacto constante com o Banco. Através da plataforma, é possível gerar perfis de Clientes, efetuar simulações de crédito à habitação e

- INTRODUÇÃO
- QUEM SOMOS
- A NOSSA ESTRATÉGIA
- O NOSSO DESEMPENHO
- SUSTENTABILIDADE
- GOVERNAÇÃO E CONTROLO INTERNO
- PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
- REFERÊNCIAS FINAIS
- INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

apresentar propostas de crédito. Simultaneamente, o BPI mantém a capacidade de supervisionar as operações no *backoffice* da plataforma.

Em 2024, o BPI focou-se em alavancar esta ferramenta internamente, de modo a tornar os processos de crédito mais ágeis, oferecendo à equipa uma plataforma com funcionalidades novas e com uma experiência de utilizador intuitiva.

> Principais Indicadores 2024

Portal de Parceiros

| |
|----------------------------------|
| + 350 Intermediários registados. |
| + 800 Utilizadores ativos |
| +1000 Operações no Portal |

Portal Interno

| |
|-----------------------------|
| Todos os balcões registados |
| + 8000 Operações no Portal |

Ecosistema da Inovação

Parcerias com a Fintech House e Fábrica de Unicórnios

O BPI mantém o papel como o **Banco Parceiro da Fintech House**, com o objetivo de apoiar o empreendedorismo, a inovação e o desenvolvimento de projetos tecnológicos e financeiros. Neste contexto, conta já com parcerias ativas com entidades como a Veridas, Reatia, Data4deals, BizAPIs AgentifAI

que trazem benefícios à relação do Banco com os seus Clientes, assentes na melhoria dos processos e da comunicação.

O BPI mantém também o apoio e mentoria às empresas do programa **Scale Up Program** da Fábrica de Unicórnios de Lisboa.

Prémio Nacional de Inovação

A 2ª Edição do Prémio Nacional de Inovação (PNI), uma iniciativa conjunta do BPI, o Jornal de Negócios e a Claranet, terminou com mais de 140 candidaturas. A cerimónia da entrega de prémios teve lugar no dia **20 de junho de 2023**, no Hub Criativo do Beato.

Prémios PNI 2024

Segmento de Negócio

Prémio Agricultura e Indústria

- Sebol - Comércio e Indústria de Sebo com o projeto ProHy.

Prémio Turismo e Imobiliário

- Photobooking com o projeto Marketplace Photobooking.

Prémio Energia, Utilities e Infraestruturas

- Addvolt com o projeto Addvolt Powerback.

Prémio Retalho e E-Commerce

- Automaise com o projeto Automaise Support Genius - Agent Assist.

Prémio Saúde

- Psychomeasure com o projeto Ferramenta Clínica Psychomeasure.

Prémio Banca, Seguros e Serviços

- Coverflex com o produto Coverflex.

Prémio Educação

- Code for All com o projeto MIT.

Prémio Setor Público

Lipor com o projeto Wayste.

Segmento Tecnologia

Transformação de Posto de Trabalho

- Fidelidade com o projeto GAMA - Generic Analytical Model Automation.

Tecnologia Sustentável

- Addvolt com o projeto Powerpack.

Web 3.0

- Sogrape co o projeto Sandeman & Douro Metaverse Experience.

Software e Desenvolvimento Apicacional

- Vitruvian Shield com o projeto Vitruvian Shield eHealth CMTS PaaS.

Inteligência Artificial e Machine Learning

- MTG Research and Development Lab com o projeto Full Circle RWE Studies.

Dimensão

Inovação em Grandes Empresas

- Sogrape co o projeto Sandeman & Douro Metaverse Experience.

Inovação em Startups

- Addvolt com o projeto Powerpack.

Inovação em PME

- MTG Research and Development Lab com o projeto Full Circle RWE Studios.

Prémio Personalidade

- Paulo Rosado, CEO da Outsystems.

Reconhecimentos internacionais

Em 2024, o BPI foi reconhecido internacionalmente através de projetos inovadores:

- Global Finance com os projetos Pulsoo, Quatru, D-Verse e FX Now foi reconhecido como "Portugal's Best Corporate/Institutional Digital Bank"
- Paytech Awards com Pulsoo na categoria de "Best User/Customer Experience Initiative – Business Payments"
- Euromoney Awards for Excellence nas categorias de "Portugal's Best Bank", "Portugal's Best Bank for SMEs" e "Portugal's Best Digital Bank" com Pulsoo
- Qorus, Banking Innovation Awards, D-Verse foi eleito o terceiro melhor projeto na categoria de "Business Model Transformation"
- The Digital Banker, Pulsoo com "Outstanding SME Payments Solution by a Bank" e D-Verse com "Best Digital Banking Initiative"

- Banking Tech Awards com Pulsoo na categoria de "Best User/Customer Experience Initiative for Business"
- Portugal Digital Awards, finalistas com as iniciativas Quatru e Pulsoo.



Prémio PME Inovação COTEC-BPI

O BPI é parceiro da COTEC desde 2003, partilhando valores comuns de estímulo ao crescimento económico através da inovação, promovendo iniciativas conjuntas e dando maior visibilidade às empresas inovadoras.

O Prémio PME Inovação COTEC-BPI é uma iniciativa conjunta da COTEC e do Banco BPI, que visa reconhecer e premiar Pequenas e Médias Empresas (PME) portuguesas.

Este prémio tem como objetivo incentivar a inovação empresarial e destacar exemplos de boas práticas no setor empresarial português, de crescimento sustentado, rentabilidade e competitividade.

A vencedora da 20.^a edição foi a Fravizel, empresa portuguesa de engenharia e metalomecânica especializada na produção de equipamentos para a indústria extrativa e florestal.

Inteligência artificial

O ano de 2024 destaca-se pela consolidação da equipa e pela disseminação da utilização de inteligência artificial por múltiplas áreas do banco, contribuindo para a eficiência de processos internos e uma maior personalização da abordagem ao Cliente.

De entre as diversas implementações destacam-se:

- Lançamento da **tecnologia Document AI** para reconhecimento e processamento de documentos em processos core, tais como o crédito habitação;
- Conclusão da **implementação do priorizador de leads comerciais** para clientes de alta propensão geradas por IA na rede comercial, disponibilizado através de Sales Force e integrado na nova sistemática comercial;
- Concretização de **várias campanhas**, de elevado sucesso, nas **Sales Factories**, com audiências seleccionadas com IA, criando as bases para uma utilização generalizada no próximo ano;

Formação em inteligência artificial

Em 2024, o banco BPI integrou nos quadros a quase totalidade dos trainees da primeira edição da **Academia DTI – Data, Transformação Impacto.**

Lançou-se a segunda edição da Academia DTI, já incorporando a distinção enquanto pós graduação, que contou com mais de 420 candidaturas (+40% do que na primeira edição), tendo sido selecionados 12 novos *trainees*.



- INTRODUÇÃO
- QUEM SOMOS
- A NOSSA ESTRATÉGIA
- O NOSSO DESEMPENHO
- SUSTENTABILIDADE
- GOVERNAÇÃO E CONTROLO INTERNO
- PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
- REFERÊNCIAS FINAIS
- INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

Capital Social

O BPI desenvolve um modelo de Banca Sustentável que promove o apoio às empresas, famílias e sociedade em geral.

Em 2023, o BPI continuou a desempenhar um papel importante na Sociedade mediante promoção da inclusão financeira e social através de produtos orientados aos grupos mais vulneráveis, e apoio às empresas portuguesas na prossecução dos seus objetivos sociais.

O foco manteve-se ainda na consolidação da atuação conjunta com a Fundação “la Caixa” e no reforço do Programa de Voluntariado BPI, dois eixos de atuação com impacto positivo nas comunidades em que o Banco se insere.

Principais Indicadores 2024

174 M.€ Financiamento associado a objetivos sociais

75 486 Beneficiários da Atuação Conjunta BPI | Fundação “la Caixa”

+ 3 700 Número de Voluntários BPI

Financiamento com impacto

Inclusão social e financeira. Em 2023, o BPI reforçou a sua carteira de produtos com impacto social, aderindo à **Linha de Financiamento ao Setor Social** destinada a Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) ou entidades equiparadas sem fins lucrativos e certificadas com o objetivo de as apoiar face à atual conjuntura económica. O BPI, o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, o Banco Português de Fomento, S.A. e as Sociedades de Garantia Mútua facilitam o acesso ao crédito em condições mais vantajosas para estas entidades.

O BPI disponibiliza ainda contas com condições especiais vocacionadas para a entidades da economia social.

> Em 2023

9288 Contas IPSS

Habitação social. Em 2023, a contratação de financiamento para a construção de habitação social totalizou os 13 M.€.

> Em 2023

13 M.€ Financiamento para Habitação Social

Financiamento ligado a objetivos sociais. O BPI tem vindo a promover operações de financiamento com condições associadas à prossecução de

objetivos sociais por parte das empresas, incluindo objetivos ligados à

participação de mulheres em cargo de direção e à melhoria do salário médio bruto, alinhando-se, entre outros, com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5 “Igualdade de Género” e 8 “Trabalho Digno e Crescimento Económico”, que definiu como prioritários. Em 2023, foram contratados 161 M.€ de financiamento ligado a objetivos sociais.

> Em 2023

161 M.€ Financiamento ligado a objetivos sociais

120 M.€ diversidade de género

41 M.€ condições laborais (1.2 M.€ condições salariais)

- INTRODUÇÃO
- QUEM SOMOS
- A NOSSA ESTRATÉGIA
- O NOSSO DESEMPENHO
- SUSTENTABILIDADE
- GOVERNAÇÃO E CONTROLO INTERNO
- PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
- REFERÊNCIAS FINAIS
- INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

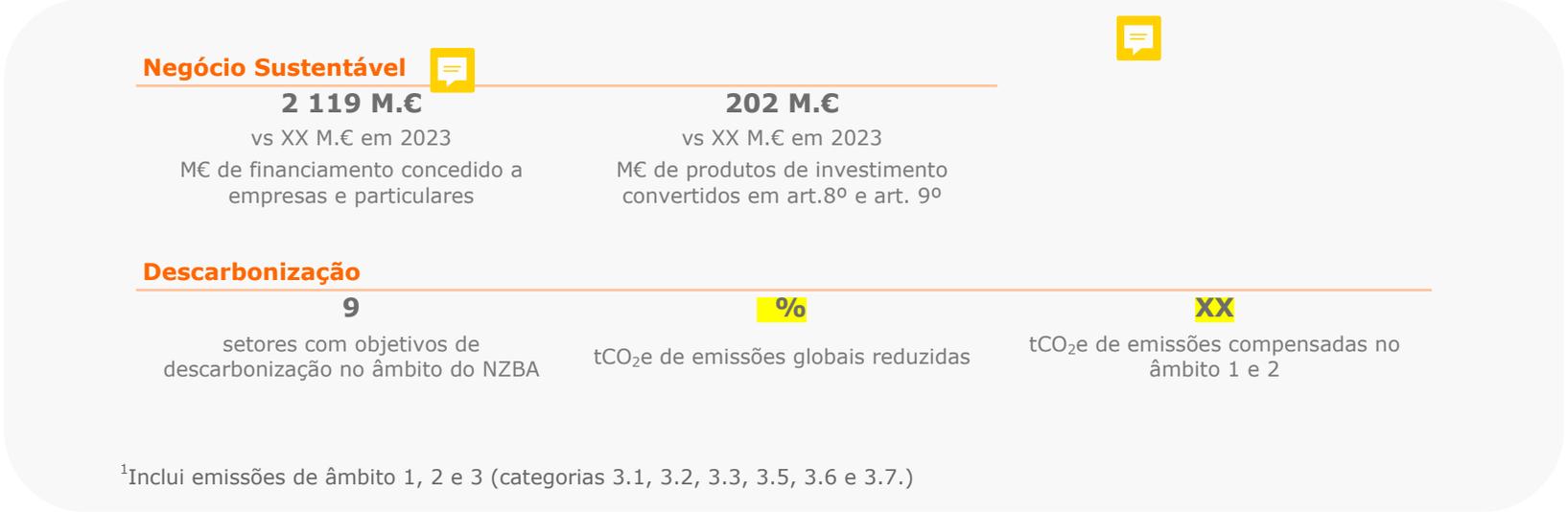
Capital Natural

O Banco tem como objetivo ser uma referência na banca sustentável e contribuir para a transição de uma economia de baixo carbono, mitigando os riscos associados às alterações climáticas e acompanhando os Clientes nos seus esforços de descarbonização, fortalecendo a sua reputação e contribuindo para um futuro mais sustentável.

Deste modo, a estratégia ambiental e climática é crucial para o BPI, tendo sido um aspeto em destaque no Plano Diretor de Sustentabilidade 22-24 e enquadrando-se como um eixo central do Plano de Banca Sustentável 25-27.

Considerando que o principal impacto ambiental do Banco é através do seu relacionamento com os Clientes, pela forma como facilita ou restringe a sua atividade, bem como pelos incentivos e desincentivos que apresenta, a transição climática e descarbonização da carteira é central e assume-se como um vetor de crescimento sustentável do próprio negócio. Neste quadro, o BPI, em linha com a adesão do Grupo CaixaBank ao *Net Zero Banking Alliance*, o Banco assume o compromisso de alcançar a neutralidade carbónica em 2050.

Principais indicadores 2024



Promover uma Economia mais Sustentável

Oferta de produtos e serviços sustentáveis⁵¹

O Banco BPI tem vindo a desenvolver uma oferta consolidada e segmentada, integrando, cada vez mais, critérios ESG que incentive padrões de atuação adequados e seja mais inclusiva.

Neste domínio, a oferta de produtos e serviços centra-se em três pilares:

- Na adequação da proposta com foco em setores chave e também na expansão de serviços financeiros inovadores e plataformas integradas que promovam a sustentabilidade.
- No desenvolvimento das capacidades internas, em termos de formação e capacitação das equipas comerciais, para reforçar a especialização em produtos e serviços sustentáveis.
- Em planos comerciais direcionados a setores alvo que permitam aumentar o negócio sustentável em áreas estratégicas, incluindo a criação de um sistema de incentivos alinhado com objetivos de negócio sustentável.

Clientes Particulares

As principais áreas de atuação estão centradas na eficiência energética e energias renováveis para habitação, e mobilidade sustentável. Até 2024, o BPI definiu o objetivo de mobilizar 1.025 M.€ para a promoção do financiamento sustentável a

Particulares, tendo concretizado 988 M.€.

Crédito habitação eficiência energética

344 M€

vs 259 M.€ em 2023

88 M.€ certificado energético A+

168 M.€ certificado energético A

87 M.€ certificado energético B

Crédito com finalidade sustentável

22 M€

vs 1 M.€ em 2023

20 M.€ crédito automóvel

0,3 M.€ energias renováveis

1 M.€ Produtos Prestígio Sustentáveis- Mobilidade

Na oferta de soluções de crédito à habitação, que constitui grande parte do negócio de Particulares, o BPI promove uma bonificação do spread em função do certificado energético, incentivando assim a eficiência energética das habitações.

Foi, ainda, em 2024, lançada a iniciativa CASA+ com o intuito de promover a melhoria da eficiência energética dos imóveis detidos por Clientes com crédito habitação no BPI.

Intermediação e recursos

202 M.€

vs 856 M.€ em 2023

Produtos de investimento alinhados com os requisitos da SFDR aplicáveis ao Art.8º e Art.9º.

O volume de produtos de investimento de Clientes depositados em contas do BPI em 31 de dezembro de 2024 ascendia a **MM€**. No ano de 2024 ocorreu a fusão e/ou conversão de um conjunto de fundos de investimentos e seguros de capitalização comercializados pelo BPI:

- Conversão em Art.8º dos Fundos BPI Portugal e BPI Ações Mundiais;
- Incorporação e liquidação de um conjunto de fundos de 7 fundos de investimento;
- Conversão do BPI Poupança **dólear** em Art.8º.

Empresas e Institucionais

O BPI está comprometido em apoiar as Empresas que procuram modelos de negócio mais sustentáveis e assentes numa visão de longo-prazo, em particular em setores afetados por riscos climáticos e de transição.

O total de financiamento sustentável concedido pelo BPI ascendeu a 2 642 M€ em 2024, ultrapassando a meta do Plano Diretor de Sustentabilidade 2022-2024 em 171 %.

⁵¹ Para mais informação sobre a oferta de produtos e serviços sustentáveis consultar [ES2-Finanças Sustentáveis](#).

- INTRODUÇÃO
- QUEM SOMOS
- A NOSSA ESTRATÉGIA
- O NOSSO DESEMPENHO
- SUSTENTABILIDADE
- GOVERNAÇÃO E CONTROLO INTERNO
- PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
- REFERÊNCIAS FINAIS
- INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

Financiamento de Empresas

XX M€

vs XX M.€ em 2023

% obrigações verdes

% obrigações ESG-linked

Empréstimos

XX M€

vs XX M.€ em 2023

% empréstimos verdes

% empréstimos ESG-linked

o BPI é parceiro, que visa a recolha de um conjunto de dados ESG que possibilitará a disponibilização ao BPI de informação dos seus Clientes de uma forma estruturada. A obtenção destes dados permitirá ao BPI apoiar os seus Clientes nos desafios em matéria ESG.



Estas operações são classificadas de acordo com os critérios definidos no **Guia de Financiamento Sustentável:**

| Obrigações | Empréstimos |
|------------------------------|------------------------------|
| Verdes: | Verdes: |
| [Empresa] (XX M.€): [Objeto] | [Empresa] (XX M.€): [Objeto] |
| [Empresa] (XX M.€): [Objeto] | [Empresa] (XX M.€): [Objeto] |
| ESG-linked: | ESG-linked: |
| [Empresa] (XX M.€): [Objeto] | [Empresa] (XX M.€): [Objeto] |
| [Empresa] (XX M.€): [Objeto] | [Empresa] (XX M.€): [Objeto] |

O BPI tem vindo a recolher informação sobre os planos de transição dos seus Clientes, com vista a apoiá-los na consecução dos seus objetivos de descarbonização e do próprio Banco.

A SIBS concluiu em 2024 o desenvolvimento de um portal, do qual



Contas AGE e Valor com compensação carbónica

O Banco tem vindo a proceder ao cálculo, verificação e compensação carbónica do ciclo de vida das Contas AGE e Valor. O cálculo e verificação das Contas Valor foi efetuado, pela 1.ª vez, em 2024. Consequentemente, foram compensadas as emissões de um total de cerca de 84,5 mil Contas Valor abertas em 2024, e um total de cerca de 42 mil Contas AGE abertas em 2023 e 2024. A verificação das emissões foi realizada por 3.ª entidade independente e segue a ISO 14067:2018. As emissões associadas a estas Contas foram compensadas através de projetos de reflorestação em Espanha, certificados pelo Ministério de Espanha (MITECO). De referir que o BPI definiu em termos de procedimentos internos que, a cada 3 anos, é revista a metodologia de cálculo e realizada a verificação da pegada de carbono do ciclo de vida destes produtos. Pegada de carbono de cada tipologia de conta Valor BPI:

- INTRODUÇÃO
- QUEM SOMOS
- A NOSSA ESTRATÉGIA
- O NOSSO DESEMPENHO
- SUSTENTABILIDADE
- GOVERNAÇÃO E CONTROLO INTERNO
- PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
- REFERÊNCIAS FINAIS
- INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

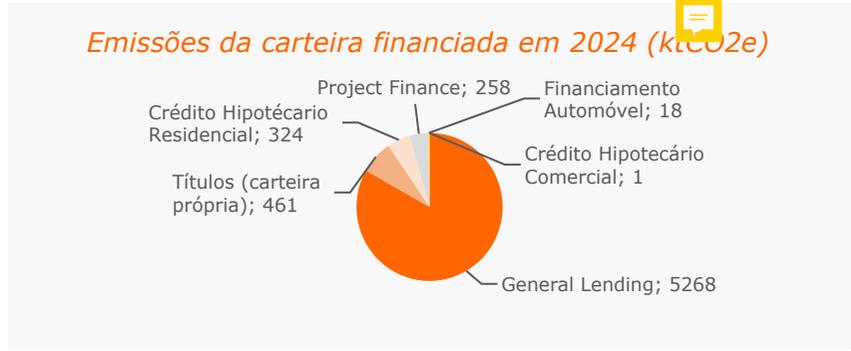
Impulsionar a Descarbonização

O Banco BPI está comprometido com a neutralidade carbónica em 2050, através da redução das emissões associadas à carteira de crédito financiada e à redução das emissões da própria atividade de âmbitos 1, 2 e 3.

Descarbonização da carteira financiada⁵²

O BPI encontra-se empenhado em contribuir para uma rápida, mas consistente descarbonização, apoiando, neste processo, os seus Clientes na sua jornada para uma economia mais “verde”.

Vinculado aos compromissos do Grupo no âmbito da *Net-Zero Banking Alliance*, no quadro da adesão do Grupo CaixaBank, o Banco definiu objetivos de descarbonização intermédios a 2030 para os setores mais intensivos em carbono: Eletricidade, Petróleo & Gás, Ferro e Aço, Automóvel, Imobiliário e Aviação.



Objetivos de descarbonização para os setores mais intensivos em carbono

| Setor | Âmbito Emissões | Métrica | Unidades | Ano base | Desempenho passado | | | Metas (em % face ao ano base) | |
|--------------------------------|--------------------------|--------------------|------------------------------------|----------|--------------------|-------|-----------|-------------------------------|-------------|
| | | | | | Ano base | 2023 | 2024 | 2025 | 2030 |
| Petróleo & Gás | 1+2+3 | Emissões | mt CO ₂ e | 2021 | 0,96 | 1,5 | preencher | 0 | -23 % |
| Eletricidade | 1 | Intensidade Física | kg CO ₂ e/ MWh | 2021 | 175 | 221,1 | preencher | 0 | -30 % |
| Automóvel | 3, cat.11: tank-to-wheel | Intensidade Física | gCO ₂ e/vkm | 2022 | 169,2 | 169,1 | preencher | 0 | -33 % |
| Ferro e Aço | 1,2 | Intensidade Física | kg CO ₂ e/ taço | 2022 | 1141 | 1137 | preencher | 0 | -10% a -20% |
| Carvão | n/a | Exposição | M€ | 2022 | 0,4 | 14,6 | preencher | 0 | -100 % |
| Aviação | 1; tank-to-wake | Intensidade Física | gCO ₂ e/RPK | 2022 | 165,1 | 165,1 | preencher | 0 | -30 % |
| Imobiliário Comercial | 1+2 | Intensidade Física | kgCO ₂ e/m ² | 2022 | 51,5 | 51,8 | preencher | 0 | -41 % |
| Imobiliário Residencial | 1+2 | Intensidade Física | kgCO ₂ e/m ² | 2022 | 10,1 | | preencher | 0 | -19 % |

⁵² Para mais informações sobre a descarbonização da carteira financiada e metas de descarbonização consultar [ESRS E1-4](#).

Descarbonização das próprias operações⁵³

A estratégia da pegada de carbono operativa seguida pelo BPI, assenta em três eixos:



Cálculo da Pegada de Carbono

Realização de inventário anual das emissões de carbono da atividade operativa desde 2019.



Redução das emissões de CO₂

Monitorização anual de indicadores ambientais da atividade operativa, análise e implementação de medidas de redução.



Compensação das emissões CO₂

Compensação parcial de emissões associadas à atividade operativa (âmbitos 1, 2 e 3.6).

No âmbito do Plano Diretor de Sustentabilidade 2022-2024 foram definidas metas para a redução das emissões.

Progresso relativamente aos objetivos de redução das emissões do PDS 22-24

| Indicadores ⁵⁴ | 2022 | | 2023 | | 2024 | |
|---|---------|------|---------|------|---------|------|
| | Meta | Real | Meta | Real | Meta | Real |
| Âmbito 1 | (4 %) | | (5 %) | | (7 %) | |
| Âmbito 2 | (100 %) | | (100 %) | | (100 %) | |
| Âmbito 3 ⁵⁵ | (6 %) | | (8 %) | | (10 %) | |
| Emissões globais de CO₂ reduzidas | (2%) | | (6%) | | (12%) | |

| Pegada de Carbono [tCO ₂ e] | 2022 | 2023 | 2024 | Δ (%) |
|---|-------|-------|------|---------|
| Combustão de fontes fixas | 107 | 42 | | (100 %) |
| Combustão de fontes móveis | 2715 | 2928 | | (100 %) |
| Fugas de gases refrigerantes | 189 | 0 | | #DIV/0! |
| ÂMBITO 1 | 3011 | 2970 | 0 | (100 %) |
| Eletricidade (<i>market based method</i>) | 0 | 0 | | #DIV/0! |
| Eletricidade (<i>location based method</i>) | 2752 | 2336 | | (100 %) |
| ÂMBITO 2⁵⁶ | 0 | 0 | 0 | #DIV/0! |
| 3.1 Compra de Bens e Serviços (Opex) | 7118 | 7948 | | (100 %) |
| 3.2 Bens de Capital (Capex) | 6892 | 3467 | | (100 %) |
| 3.3 Outras emissões (energia) | 377 | 967 | | (100 %) |
| 3.5 Produção de Resíduos ⁵⁷ | 67 | 44 | | (100 %) |
| 3.6 Deslocações em serviço | 145 | 455 | | (100 %) |
| 3.7 Deslocações pendulares | 1257 | 1054 | | (100 %) |
| ÂMBITO 3 | 15856 | 13935 | 0 | (100 %) |

⁵³ Para mais informações sobre a pegada de carbono operativa consultar [ESRS E1-6](#).

⁵⁴ Metas e reduções reais calculadas face a 2019.

⁵⁵ Perímetro calculado em 2021.

⁵⁶ Inclui (i) location based method, que considera a intensidade media das emissões de GEE associadas à produção da eletricidade distribuída na rede nacional e (ii) market based method que reflete as emissões as emissões de GEE.

⁵⁷ Considera a quantidade de resíduos produzidos e declarados no Mapa Integrado de Registo de Resíduos (MIRR) da Agência Portuguesa do Ambiente.

- INTRODUÇÃO
- QUEM SOMOS
- A NOSSA ESTRATÉGIA
- O NOSSO DESEMPENHO
- SUSTENTABILIDADE
- GOVERNANÇA E CONTROLO INTERNO
- PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
- REFERÊNCIAS FINAIS
- INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

| | | | | |
|--|-------|-------|-----|---------|
| Total de emissões de GEE (market method) | 18867 | 16905 | 0 | (100 %) |
| Total de emissões de GEE (location method) | 21619 | 19241 | 0 | (100 %) |
| Total por Colaborador (market method) | 4.3 | 3,8 | 0,0 | (100 %) |

No Âmbito 1 verificou-se uma redução de XX% associado às medidas de eficiência energética em curso para o consumo de gás natural e um aumento de XX% referente ao consumo de combustível pela frota devido ao aumento de atribuição de viaturas na rede comercial. O consumo de eletricidade, no âmbito 2, continuou a reduzir (-15%), com 100% origem em fontes renováveis. Relativamente ao âmbito 3, em que foram recalculadas as categorias 3.1 e 3.2, incluindo Opex e Capex, ocorreu um aumento (XX%) considerável no total das emissões. Neste sentido, e destacando as cat. 3.1 e 3.2, o Banco tem em curso um projeto de envolvimento com os fornecedores para um acompanhamento mais próximo dos processos de redução das emissões da pegada de carbono, nomeadamente: cálculo da pegada de carbono; ações e objetivos de redução de descarbonização; apoio os processos de compensação das emissões evitadas.

Emissões Âmbito 1, 2 e 3 (Operacional)



INTRODUÇÃO
 QUEM SOMOS
 A NOSSA ESTRATÉGIA
 O NOSSO DESEMPENHO
 SUSTENTABILIDADE
 GOVERNAÇÃO E CONTROLO INTERNO
 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
 REFERÊNCIAS FINAIS
 INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

Em 2024 foram compensadas **XX** tCO₂e. O BPI volta a optar e a dar relevância a projetos de reflorestação⁵⁸ de elevada qualidade em termos de biodiversidade, dos quais 50% em Espanha:

| | | |
|--|---|--|
| 10 % das emissões compensadas através do: Restauración Florestal X-Pichil, México Vintage 2022+ Norma de Verificação: Climate Action Reserve | 40 % das emissões compensadas através do: Montes del Este, Uruguai Vintage 2019 Padrão de Verificação: Verified Carbon Standard | 50 % das emissões compensadas através do: Bosque Galicia I, Espanha Vintage 2022 Norma de Verificação: Ministério para a Transição Ecológica e o Reto Demográfico. |
|--|---|--|

Durante o ano de 2024, o BPI definiu novas metas de redução para 25-27 com base no Plano de Gestão Ambiental 25-27, estabelecendo também já metas para 2030.

Metas de redução de emissões 2025-2027

| Plano de Atuação | Objetivos | Metas (baseline 2024) | | | |
|--|---|-----------------------|------|------|------|
| | | 2025 | 2026 | 2027 | 2030 |
| Estratégia de redução da pegada de carbono | Evolução das Emissões Scope 1* | 0% | 0% | 0% | 0% |
| | Evolução das Emissões Scope 2 (Location Method) | -1% | -2% | -5% | -7% |
| | Evolução das Emissões Scope 2 (Market Method) | 0% | 0% | 0% | 0% |
| | Evolução das Emissões Scope 1+2 (Market Method) | 0% | 0% | 0% | 0% |
| | Engagement de fornecedores ("% de fornecedores estratégicos dos quais dispomos de um questionário sobre a pegada de carbono")** | 0% | 3% | 7% | 15% |
| | Compensação da pegada de carbono (scopes 1, 2 e 3.6) | 100% | 100% | 100% | 100% |
| Compromisso com a economia circular | Consumo de energia elétrica renovável | 100% | 100% | 100% | 100% |
| | Redução do consumo/resíduo de papel (papel A4 + comunicação Cliente) | -3% | -4% | -5% | -8% |
| Promoção da eficiência | Poupança de energia elétrica consumida | -1% | -2% | -5% | -7% |

* A frota representa 99% das emissões scope 1.
 ** Não está disponível o número absoluto de fornecedores dado que se encontra em definição o conceito de fornecedor estratégico.

| Pegada de Carbono [t CO ₂ e] | | | | | | METAS (baseline 2024) | | | |
|---|-------|-------|-------|-------|-------|-----------------------|----------|----------|----------|
| | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 | 2030 |
| Combustão de fontes fixas | 110 | 48 | 107 | 42 | 31 | Objetivo | Objetivo | Objetivo | Objetivo |
| Combustão de fontes móveis | 1.889 | 2.400 | 2.715 | 2.928 | 3.226 | 0% | 0% | 0% | 0% |
| Fugas de gases refrigerantes | 144 | 100 | 189 | 0 | 65 | | | | |

⁵⁸ Para mais informações sobre os projetos de compensação consultar [ESRS E1-7](#).

| | | | | | | | | | |
|---|-------|-------|-------|-------|-------|-----|-----|-----|-----|
| ÂMBITO 1 - Emissões Diretas de GEE | 2.143 | 2.548 | 3.011 | 2.970 | 3.322 | 0% | 0% | 0% | 0% |
| Consumo de eletricidade (market method) | 7.632 | 282 | 0 | 0 | 0 | 0% | 0% | 0% | 0% |
| Consumo de eletricidade (location method) | 6.410 | 4.342 | 2.752 | 2.336 | 1.983 | -1% | -2% | -5% | -7% |
| ÂMBITOS 1 + 2 (market method) | 2.143 | 2.548 | 3.011 | 2.970 | 3.322 | 0% | 0% | 0% | 0% |
| Papel Branco A4 + Comunicados a Cliente | 800 | 1.790 | 809 | 588 | 549 | -3% | -4% | -5% | -8% |

| Plano de Atuação | Objetivos | 2025 | 2026 | 2027 | 2030 |
|------------------|-----------|------|------|------|------|
| Estratégia de | | | | | |

Envolvimento com a cadeia de fornecimento

Com a incorporação de critérios ambientais e sociais na compra de produtos e na contratação de serviços, o BPI alargou o compromisso com os seus fornecedores e pretende incentivar a adoção de medidas que minimizem o impacto negativo, ambiental e social, das suas atividades. Em 2024, o Banco desenvolveu e implementou mais critérios ambientais com base no Plano de Compras Sustentáveis. Em 2025, e com base no *Plano de Gestão Ambiental 25-27 do BPI, prevê-se o envio e análise de um questionário sobre a pegada de carbono e a implementação de um plano de acompanhamento aos fornecedores em que o Banco tem uma exposição acima de um determinado valor de negócio.*

Adicionalmente, o BPI realiza verificações a fornecedores residentes nos seus edifícios centrais, com o objetivo de promover a identificação de oportunidades de melhoria e de reduzir o risco ambiental associado às suas atividades subcontratadas.

De salientar que o BPI tem em prática o Código de Conduta de Fornecedores, subscrito por todos os fornecedores, e que compromete a adoção de condutas rigorosas, especialmente no que diz respeito ao ambiente, condições de emprego e ética.

No próximo triénio está prevista a incorporação de um novo questionário de avaliação de riscos de sustentabilidade de fornecedores, incluindo a revisão da informação a recolher, que permitirá dispor de mais dados sobre o impacto real da aquisição e contratualização de produtos e serviços, e servirá de base para a definição de objetivos de redução das nossas

emissões indiretas. O BPI pretende assim, ser um agente influenciador na adoção de comportamentos mais sustentáveis, privilegiando os fornecedores que assegurem as melhores práticas de sustentabilidade,

- INTRODUÇÃO
- QUEM SOMOS
- A NOSSA ESTRATÉGIA
- O NOSSO DESEMPENHO
- SUSTENTABILIDADE
- GOVERNAÇÃO E CONTROLO INTERNO
- PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
- REFERÊNCIAS FINAIS
- INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

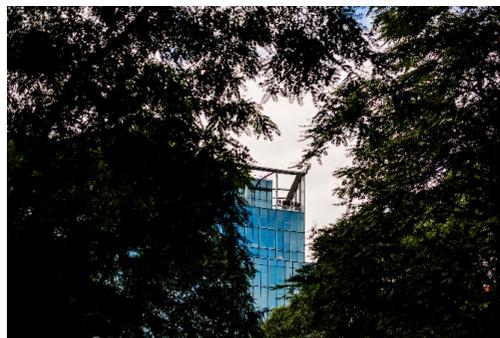
Gestão Ambiental

Sistema de gestão ambiental

O BPI tem implementado, desde 2020, um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) de acordo com a ISO 14 001, que considera o negócio sustentável, a gestão de riscos climáticos e a redução do impacto ambiental da atividade operativa do BPI. Em 2024, o BPI obteve a sua 1.ª certificação de renovação que abrange a atividade bancária e de suporte nos edifícios centrais: Casal Ribeiro, Monumental, Boavista e Saudade.



O SGA é concretizado através do Plano de Acompanhamento Ambiental 22-24, integrado no Plano Diretor de Sustentabilidade 2022-24, sendo uma ferramenta fundamental para a melhoria do desempenho ambiental do BPI, dado que permite reduzir o impacto direto das suas operações, desenvolver e sistematizar métricas, e contribuir para a estratégia climática do Banco.



Plano de Gestão Ambiental

O Plano de Gestão Ambiental 25-27⁵⁹ centrar-se-á na redução do impacto ambiental gerado pela atividade direta do BPI, fazendo parte do Plano de Banca Sustentável 25-27 em conjunto com as iniciativas relativas à promoção do negócio sustentável e descarbonização da carteira. Este alinhamento garante uma abordagem coordenada e eficaz para atingir os objetivos climáticos e fortalecer o compromisso do BPI com práticas sustentáveis.

Plano de Gestão Ambiental 25-27

Objetivo – Reduzir Impacto da própria atividade

01. Estratégia de redução da **pegada de carbono** operativa
02. Promoção da **eficiência de recursos**
03. Promoção da **Mobilidade sustentável**
04. Compromisso com a **economia circular**
05. Redução do impacto da **cadeia de fornecimento**
06. Implementação de novas **certificações** e renovação das existentes.

Gestão ambiental das instalações

O BPI tem vindo a adotar iniciativas de eficiência ambiental e a monitorizar indicadores ambientais associados à atividade das suas instalações físicas, nomeadamente o consumo de energia, papel, água, e a produção de resíduos, de forma a assegurar a melhoria contínua do seu desempenho ambiental operativo.

Para além da certificação ISO 14 001, referente ao Sistemas de Gestão Ambiental, o Banco BPI deu início em 2024 à implementação da ISO 50 001, para melhoria da gestão energética das suas instalações físicas, sendo que o consumo de eletricidade é o mais significativo em termos de energia.

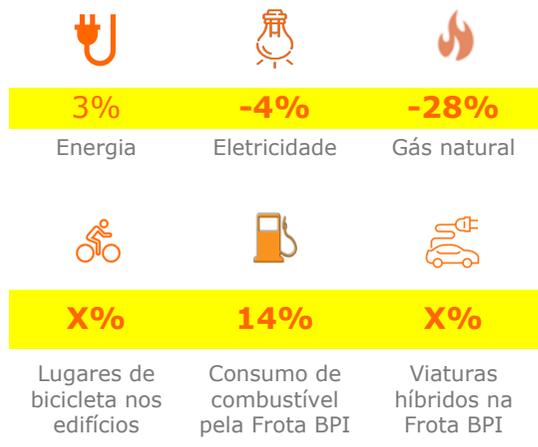
De salientar também que os Edifícios Casal Ribeiro e Monumental, possuem certificação LiderA, um sistema voluntário português que avalia e certifica critérios de construção sustentável. O Edifício Monumental tem ainda, a certificação internacional BREEAM que avalia, promove a construção sustentável, garantindo assim que os edifícios tenham um menor impacto ambiental.

⁵⁹ O Plano de Gestão Ambiental substitui o anterior Plano de Acompanhamento Ambiental.

INTRODUÇÃO
 QUEM SOMOS
 A NOSSA ESTRATÉGIA
 O NOSSO DESEMPENHO
 SUSTENTABILIDADE
 GOVERNAÇÃO E CONTROLO INTERNO
 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
 REFERÊNCIAS FINAIS
 INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

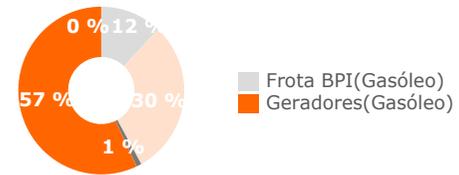
Energia

> Evolução 23-24



O consumo de energia direta do BPI considera o uso de combustível associado à frota automóvel BPI (gasóleo e gasolina) e aos equipamentos de emergência (gasóleo) existentes nos seus edifícios centrais, e a utilização de gás natural das duas caldeiras existentes no seu edifício situado na Casal Ribeiro. O consumo de energia indireta considera o uso de eletricidade em todas as instalações do BPI (edifícios centrais e rede comercial).

> Consumo de Energia⁶⁰



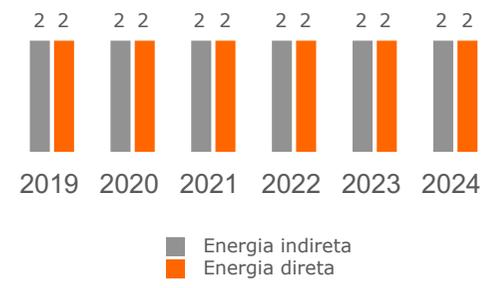
Em relação ao consumo de eletricidade, em 2024, houve uma **redução global de 4%**, considerando uma **redução de 4% nos Edifícios Centrais e de 5% na Rede Comercial**, relativamente ao ano anterior. Para além desta redução no consumo da eletricidade, é de salientar que o Banco adquire energia elétrica 100% renovável, desde 2022.

Em 2024, foi ainda dada continuidade à substituição da frota de automóveis para viaturas híbridas com pontos de carregamento nos parques de estacionamento dos edifícios centrais. Em 2024, foram consumidos **XX kwh** de energia através dos referidos pontos de carregamento, que permitiram evitar **XX tCO₂e** de emissões. A frota automóvel híbrida, aumentou **XX%** em 2024, face ao ano anterior, existindo **XX viaturas** híbridas no total da frota BPI.

O BPI consome gás natural no Edifício Casal Ribeiro devido à existência de 2 caldeiras, registando um decréscimo

no consumo de gás natural **(-28%)**, evidenciando o esforço na sua monitorização e redução. Um dos objetivos do Plano de Gestão Ambiental de 2025 a 2027 consiste na substituição da caldeira a gás natural.

> Evolução do consumo de energia direta e indireta (GJ)



Em 2024, o BPI deu continuidade à implementação de medidas de eficiência energética nas suas instalações, e deu início a outras, com destaque:

⁶⁰ Para mais informações sobre o consumo de energia consultar [ESRS E1-5](#).

Edifícios centrais

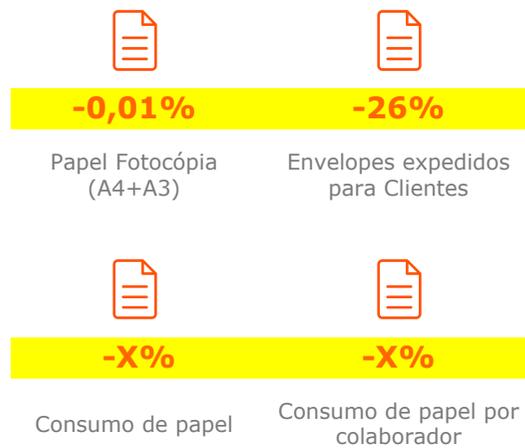
- Implementação de medidas de redução e de eficiência energética tais como, controlo diário dos consumos, alteração dos equipamentos AVAC e redução da luminosidade dos conteúdos da loja All In One;
- Continuação da substituição de equipamentos de climatização
- Medidas de redução do consumo de gás natural no Ed. Casal Ribeiro?
- Otimização do processo de manutenção preventiva
- Continuação da substituição da iluminação para LEDS e da colocação de sensores de presença
- Definição de horário de funcionamento do sistema de ventilação e ar condicionado, programado para funcionar somente nos dias uteis entre as 0Xh e as XXh
- 17% de consumos monitorizados de forma automática nos edifícios centrais

Rede Comercial

- Ajuste dos set point da climatização e do horário de funcionamento da sinalética exterior
- Instalação de sensores de presença em salas de reunião, gabinetes, backoffices, entre outros
- Substituição dos sistemas de climatização obsoletos por outros de menor consumo
- Substituição de lâmpadas por outras mais eficientes
- 29% de consumos monitorizados de forma automática na rede comercial

Papel

> Evolução 23-24



O Banco tem vindo a investir na digitalização de processos de aberturas de contas, com recurso à assinatura digital, e na redução da correspondência por correio em termos de comunicação com Clientes⁶¹.

O papel de fotocópia e de carta utilizado na comunicação com o Cliente continua a ser um dos materiais mais consumidos, destacando que o papel utilizado é certificado com o selo Ecolabel, e as publicações são realizadas em papel com certificado FSC.

Medidas de redução do consumo 2024

- Continuação da desmaterialização de operações;
- Revisão dos catálogos de economato com que finalidade?;

Água

> Evolução 23-24



O BPI procura, de modo contínuo, implementar medidas de redução do consumo de água, de que é exemplo a colocação de redutores de caudal nas suas instalações. Procura, ainda, influenciar o uso consciente deste recurso pelos seus colaboradores, através de campanhas internas de sensibilização.

Em 2024, o Edifício Monumental foi certificado pelo Aqua + que visa a monitorização criteriosa da eficiência hídrica, com o objetivo de otimizar o seu consumo, estando a ser analisada a sua expansão para outros edifícios do Banco.

Medidas de redução do consumo 2024

Continuação da instalação de redutores de fluxo de água nos WC das instalações do BPI

Considerar medidas que BPI implementou de acordo com relatório de ações do AQUA+

⁶¹ Mais detalhe sobre os processos de digitalização [aqui](#).

INTRODUÇÃO
QUEM SOMOS
A NOSSA ESTRATÉGIA
O NOSSO DESEMPENHO
SUSTENTABILIDADE
GOVERNANÇA E CONTROLO INTERNO
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
REFERÊNCIAS FINAIS
INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

Resíduos



O BPI continua a implementar ações para uma melhor gestão de resíduos nos seus edifícios centrais, que consideram a consciencialização dos Colaboradores para a redução da sua produção, correta segregação, definição de fluxos específicos e a monitorização das quantidades produzidas em termos de recicláveis, e não recicláveis.

Parceria com a EntrAjuda

Existe, também, uma parceria com a EntrAjuda, entre outras entidades, para a promoção e reaproveitamento de equipamentos e materiais descontinuados, e mobiliário, a favor de instituições e comunidades locais que lhes darão nova utilidade e valor.

Medidas de redução do consumo 2024

- Existência de recolha seletiva nos Edifícios Centrais que permite valorizar / reciclar resíduos
- Contabilização de resíduos produzidos nos Edifícios Centrais e encaminhados para operadores de gestão de resíduos autorizados.
- Medidas de melhoria da gestão de resíduos na rede comercial (colocação de ecopontos)
- Distribuição de copos de café e chá/água reutilizáveis pelos colaboradores

Cadeia de fornecimento

O BPI reconhece a importância de uma abordagem de sustentabilidade que abranja a cadeia de fornecimento, sendo que, no processo de homologação, privilegia o conhecimento e a aceitação do Código de Conduta de Fornecedores, estabelecendo relações de confiança e consistentes com os seus valores. Os fornecedores do Banco comprometem-se, assim, a adotar condutas específicas, no que diz respeito às melhores práticas em matéria de: ambiente, direitos humanos e laborais, ética, saúde e segurança, aspetos relevantes na seleção e avaliação de Fornecedores.

Com a incorporação de critérios ambientais na compra de produtos e na contratação de serviços, alargámos o nosso compromisso com os nossos fornecedores e incentivamo-los a adotar medidas para minimizar o impacto ambiental das suas atividades. Em 2024, continuámos a desenvolver o Plano de Compras Sustentáveis do BPI, definindo mais produtos e serviços com critérios

ambientais e operacionalizando estes processos. Em 2025, o BPI pretende operacionalizar as auditorias de cumprimento destes critérios pelos seus fornecedores.

Adicionalmente, o BPI realiza verificações a fornecedores residentes nos seus edifícios centrais, com o objetivo de promover a identificação de oportunidades de melhoria e de reduzir o risco ambiental associado às suas atividades subcontratadas.

De salientar que o BPI tem em prática o Código de Conduta de Fornecedores, subscrito por todos os fornecedores, e que compromete a adoção de condutas rigorosas, especialmente no que diz respeito ao ambiente, condições de emprego e ética.

Para o próximo triénio está prevista a incorporação de um novo questionário de avaliação de riscos de sustentabilidade de fornecedores, incluindo a revisão da informação a recolher, que permitirá dispor de mais dados sobre o impacto real da aquisição e contratualização de produtos e serviços, e servirá de base para a definição de objetivos de redução das nossas emissões indiretas. O BPI pretende assim, ser um agente influenciador na adoção de comportamentos mais sustentáveis, privilegiando os fornecedores que assegurem as melhores práticas e sustentabilidade.

- INTRODUÇÃO
- QUEM SOMOS
- A NOSSA ESTRATÉGIA
- O NOSSO DESEMPENHO
- SUSTENTABILIDADE
- GOVERNAÇÃO E CONTROLO INTERNO
- PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
- REFERÊNCIAS FINAIS
- INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR



INTRODUÇÃO
QUEM SOMOS
A NOSSA ESTRATÉGIA
O NOSSO DESEMPENHO
SUSTENTABILIDADE
GOVERNAÇÃO E CONTROLO INTERNO
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
REFERÊNCIAS FINAIS
INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR



DEMONSTRAÇÕES DE SUSTENTABILIDADE

Informações Gerais

ESRS 2 – Divulgações Gerais

BASE DE ELABORAÇÃO

BP-1 - Base geral para a elaboração das demonstrações de sustentabilidade

As demonstrações de sustentabilidade do Banco BPI, S.A. são elaboradas numa base individual.

O Banco prepara as suas demonstrações de sustentabilidade de acordo com os requisitos de divulgação previstos no Regulamento UE 2023/2772 (Normas Europeias de Relato de Sustentabilidade) de modo voluntário, devido à não transposição da Diretiva 2022/2464.

No âmbito da análise de dupla materialidade foram definidos os impactos, riscos e oportunidades materiais associados ao Banco através da cadeia de valor, apresentada em detalhe na resposta ao [SBM-1 Estratégia, modelo de negócios e cadeia de valor](#).

XX

BP-2 — Divulgações em relação a circunstâncias específicas

Utilização de disposições de introdução progressiva de acordo com o apêndice C da ESRS

| Requisito de divulgação | Justificação da introdução progressiva |
|---|--|
| SBM-1 Estratégia, modelo de negócios e cadeia de valor n.º 40, alínea b e c | O Banco fez uso da introdução progressiva dado que à data de publicação do Relatório não tinham ainda sido publicada a lista de setores significativos dos ESRS. |
| SBM-3 Impactos, riscos e oportunidades materiais e sua interação com a estratégia e o modelo empresarial n.º 48, alínea e | O Banco optou por fazer uso da introdução progressiva dado ser o primeiro ano de elaboração das suas demonstrações de sustentabilidade. |
| S1-7 Características dos trabalhadores não assalariados na própria mão de obra da empresa | O Banco optou por fazer uso da introdução progressiva dado ser o primeiro ano de elaboração das suas demonstrações de sustentabilidade. |

- INTRODUÇÃO
- QUEM SOMOS
- A NOSSA ESTRATÉGIA
- O NOSSO DESEMPENHO
- SUSTENTABILIDADE
- GOVERNAÇÃO E CONTROLO INTERNO
- PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
- REFERÊNCIAS FINAIS
- INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

GOVERNAÇÃO

GOV-1 — Papel dos órgãos de administração, de direção e de supervisão

> Caracterização do Conselho de Administração

6
executivos

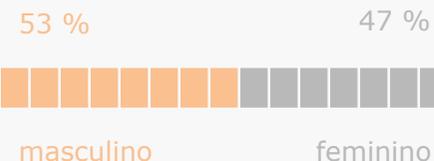
56 anos
idade média

9
não-executivos

31 anos
média de experiência
profissional

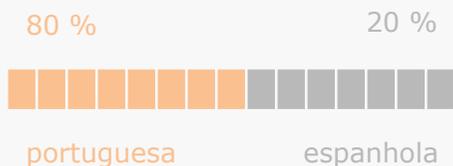
7 anos
média de experiência
no cargo

Género



0,88
rácio de diversidade de
género

Nacionalidade



Independência



O CA é composto por 15 membros que representam partes interessadas relevantes para o Banco e para a sociedade em geral: três representantes do acionista, um representante de uma instituição de ensino e dois representantes de associações setoriais, não existindo representantes de trabalhadores nos termos indicados nos ESRS.

Experiência e competências do CA



Fernando Ulrich

Presidente do Conselho de Administração

Formação académica

- 1969-1974: Frequência do Curso de Gestão de Empresas no Instituto Superior de Economia de Lisboa

Cargos de administração e fiscalização desempenhados em outras sociedades

- Administrador não executivo do CaixaBank, S.A. (sendo membro da respetiva Comissão de Nomeações e Sustentabilidade)

Outros cargos/funções

- Não exerce outros cargos

Experiência profissional anterior

- 2017-....: Presidente do Conselho de Administração do Banco BPI, S.A.
- 1998-2017: Vice-Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva (desde 2004) do Banco BPI, S.A.
- 2005-2017: Presidente do Conselho de Administração do BFA
- 2004-2019: Membro da Direção da APB - Associação Portuguesa de Bancos
- 1991-2017: Presidente do Conselho de Administração da BPI Vida e Pensões - Companhia de Seguros, S.A.
- 1990-2017: Presidente do Conselho de Administração da BPI Gestão de Activos, S.A.
- 2009-2013: Presidente do Conselho Geral da Universidade do Algarve:

- 2006-2008: Administrador não executivo da SEMAPA
- 1998-2005: Administrador não executivo da Portugal Telecom
- 1999-2004: Administrador não executivo da Allianz Portugal
- 2002-2004: Administrador não executivo da PT Multimédia
- 2002-2004: Membro do Conselho Consultivo da CIP, Confederação da Indústria Portuguesa
- 2000-2003: Conselheiro não executivo da IMPRESA e da SIC;
- 1995-1999: Vice-presidente do Conselho de Administração do BPI SGPS, S.A.
- 1996-1998: Vice-presidente de Banco de Fomento & Exterior, S.A. e do Banco Borges & Irmão
- 1983-1985: Diretor Adjunto da SPI - Sociedade Portuguesa de Investimento
- 1981-1983: Chefe de Gabinete do Ministro das Finanças e do Plano
- 1979-1980: Técnico no Secretariado para a Cooperação Económica Externa do Ministério dos Negócios Estrangeiros (Relações com a EFTA, OCDE e GATT)
- 1975-1979: Membro da Delegação de Portugal junto da OCDE (Paris) responsável pelos assuntos económicos e financeiros
- 1973-1974: Responsável pela secção sobre mercados financeiros do semanário Expresso



Cristina Rios Amorim

Vice-Presidente do Conselho de Administração

Presidente da Comissão de Riscos

Membro da Comissão de Nomeações, Avaliação e Remunerações

Formação académica

- 2001: Pós-Graduação em Gestão Internacional, Universidade Católica Portuguesa
- 1992: MBA em International Banking and Finance, Birmingham Business School, The University of Birmingham, Reino Unido
- 1991: Licenciatura em Economia, Faculdade de Economia da Universidade do Porto

Cargos de administração e fiscalização desempenhados em outras sociedades

- Administradora não executiva da Amorim, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.
- Presidente não executiva do Conselho de Administração da Amorim Investimentos e Participações, SGPS, S.A.
- Administradora executiva e CFO e CSO da Corticeira Amorim, SGPS, S.A.

Outros cargos/funções

- Membro da Direção em representação da Corticeira Amorim, SGPS, S.A., da AEM - Associação de Empresas Emitentes de Valores Cotados em Mercado

- Membro da Direção da BCSD Portugal – Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável

Experiência profissional anterior

- 2012-2021: Vice-Presidente e CFO da Amorim Investimentos e Participações, SGPS, S.A.
- 2012-2021: Administradora não executiva da Corticeira Amorim, SGPS, S.A.
- 1997-2021: Responsável pela supervisão da área financeira da Corticeira Amorim, SGPS, S.A.
- 1997-2017: Representante para as Relações com o Mercado da Corticeira Amorim, SGPS, S.A.
- 2009-2013: Administradora não executiva da Fundação AEP
- 2006-2013: Administradora não executiva da Fundação Casa da Música
- 2003-2012: Administradora e CFO da Amorim Investimentos e Participações, SGPS, S.A.
- 1997-2003: Financeira da Amorim Investimentos e Participações, SGPS, S.A.
- 1994-1997: Corporate Finance Officer da Amorim Investimentos e Participações, SGPS, S.A.
- Mar-Dez 1993: Analista: Soserfin – Sociedade de Investimentos e Serviços Financeiros, S.A.
- Jan-Mar 1993: Junior Analyst: Rothschild & Sons Ltd. e Rothschild Asset Management Ltd.
- Out-Dez 1992: Corporate Finance Trainee: S.G. Warburg España – Madrid



João Pedro Oliveira e Costa

Presidente da Comissão Executiva

Formação académica

- 1989: Licenciatura em Administração e Gestão de Empresas pela Universidade Católica Portuguesa de Lisboa

Cargos de administração e fiscalização desempenhados em outras sociedades

- Não exerce outros cargos

Outros cargos/funções

- Não exerce outros cargos ou funções

Experiência profissional anterior

- Desde 2020: Presidente da Comissão Executiva do Banco BPI, S.A.
- 2018-2020: Administrador não executivo da Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A.
- 2014-2020: Administrador e membro da Comissão Executiva do Banco BPI, S.A.
- 2011-2020: Administrador não executivo da BPI (Suisse), S.A.
- 2007-2016: Administrador e membro da Comissão Executiva do Banco Português de Investimento, S.A.
- 2000-2007: Diretor Central do Banco Português de Investimento, S.A.



Afonso Fuzeta Eça

Administrador Executivo

Formação académica

- 2011: Chartered Financial Analyst - CFA Institute
- 2009: Master in Finance - Tilburg University
- 2008: Licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa

Cargos de administração e fiscalização desempenhados em outras sociedades

- Administrador não executivo da SIBS SGPS, S.A.
- Administrador não executivo da SIBS Forward Payment Solutions, S.A.

Outros cargos/funções

- Não exerce outros cargos

Experiência profissional anterior

- 2022-2024: Diretor Executivo da Direção de Inovação do Banco BPI, S.A.
- 2015-2021: Co-fundador e Administrador da Raize
- 2014-2024: Professor Convidado da Universidade NovaSBE
- 2006-2015: Portofolio Manager - MATH Fund Management Company



Ana Rosas Oliveira
 Administradora Executiva

Formação académica

- 2002: Master in Finance – London Business School
- 2000: Chartered Financial Analyst - CFA Institute
- 1996: Licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto

Cargos de administração e fiscalização desempenhados em outras sociedades

- Não exerce outros cargos

Outros cargos/funções

- Membro do Conselho de Curadores da Fundação AEP (em representação do Banco BPI, S.A.)
- Membro do Conselho Geral da COTEC PORTUGAL – ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL PARA A INOVAÇÃO (em representação do Banco BPI, S.A.)

Experiência profissional anterior

- 2023-2024: Diretor Executivo da Direção de Marketing de Empresas e Institucionais do Banco BPI
- 2016-2023: Diretor Executivo da Direção de Planeamento e Capital do Banco BPI
- 2007-2016: Diretor da Direção de Planeamento do Banco BPI
- 1996-2001: Equity research analyst no Banco Português de Investimento, S.A. - Iberian banking sector



António Lobo Xavier
 Administrador Não Executivo
 Membro da Comissão de Auditoria

Formação académica

- 1988: Mestrado em Ciência Jurídico Económicas pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra
- 1982: Licenciatura em Direito pela Universidade de Coimbra

Cargos de administração e fiscalização desempenhados em outras sociedades

- Administrador não executivo da NOS SGPS, S.A.
- Administrador não executivo da BA Glass – Serviços de Gestão e Investimentos, S.A.
- Presidente do Conselho Geral e de Supervisão da EDP-Energias de Portugal, S.A.
- Vice-Presidente não executivo do Conselho de Administração da Sogrape, SGPS, S.A.

Outros cargos/funções

- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Têxtil Manuel Gonçalves, S.A.
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Mysticinvest, Holding S.A.
- Membro do Conselho de Curadores da Fundação Francisco Manuel dos Santos
- Membro do Conselho de Curadores da Fundação Belmiro de Azevedo
- Membro do Conselho de Estado

Experiência profissional anterior

- 2006-2024: Sócio da Morais Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva & Associados, R.L.

- 2003-2012: Administrador Executivo da Sonaecom, SGPS, S.A.
- 2000 -2021: Administrador não executivo da Mota-Engil
- 2000-2002: Administrador do Futebol Clube do Porto, SAD
- 1988-1994: Professor convidado do departamento de Direito da Universidade Portucalense
- 1988-1994: Professor do Curso de Estudos Europeus da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra
- 1988: Colaborador da Comissão da Reforma Fiscal de 1988
- 1988-1994: Assistente da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.
- 1986-1991: Membro do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais
- 1985- ...: Exercício de forma independente das funções de juriconsulto nas áreas do Direito Financeiro e Fiscal
- 1983-1996: Deputado à Assembleia da República
- 1983-1988: Assistente estagiário da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.



Diogo Sousa Louro
 Administrador Executivo

Formação académica

- 1989-1994: Licenciatura em Gestão e Administração de Empresas pela Universidade Católica Portuguesa

Cargos de administração e fiscalização desempenhados em outras sociedades

- Não exerce outros cargos

Outros cargos/funções

- Não exerce outros cargos ou funções

Experiência profissional anterior

- 2021- 2023: Administrador não executivo da Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A.
- 2017- 2023: Diretor Executivo da Direção de Particulares Negócios e Premier Sul e Ilhas
- 2013-2017: Diretor Coordenador da Direção de Centros Premier Sul
- 2011-2013: Diretor Coordenador na Direção de Marketing Estratégico – Área de Planeamento e Gestão de Clientes Particulares
- 2003-2011: Diretor Coordenador na Direção de Private Banking e Centros Premier – Área de Desenvolvimento de Negócio
- 2000-2002: Subdiretor no Departamento de Private Banking do Banco Português de Investimento, SA – Equipa de Marketing e Controlo de Gestão
- 1998-1999: Técnico de Gestão de Produtos no Departamento de Private Banking do Banco Português de Investimento, SA – Área de Marketing
- 1994-1997: Técnico de Controlo de Gestão no Departamento de Private Banking do

Banco Português de Investimento, SA – Área de Marketing



Fátima Barros
 Administradora Não Executiva
 Presidente da Comissão de Auditoria
 Membro da Comissão de Riscos

Formação académica

- 1993: PhD em Economia (European Doctoral Program in Quantitative Economics), Université Catholique de Louvain, Bélgica
- 1988: Mestrado em Ciências Económicas, Université Catholique de Louvain, Bélgica
- 1986: Licenciatura em Economia, Universidade Católica Portuguesa de Lisboa

Cargos de administração e fiscalização desempenhados em outras sociedades

- Administradora Não Executiva da Brisa Concessão Rodoviária, S.A.
- Administradora Não Executiva do Supervisory Board da Warta – Retail & Services Investments B.V.

Outros cargos/funções

- Administradora não executiva da Fundação Francisco Manuel dos Santos

Experiência profissional anterior

- Jun 1999-....: Professora Associada, CATOLICA LISBON School of Business and Economics, Universidade Católica Portuguesa
- Jan-Dez 2015: Presidente, BEREC, (Body of European Regulators for Electronic Communications)

- Jan-Dez 2014 e Jan- Dez 2016: Vice-Presidente, BEREC, (Body of European Regulators for Electronic Communications)
- Mai 2012 – Ago 2017: Presidente da Fundação Portuguesa de Comunicações
- Mai 2012-Ago 2017: Presidente do Conselho de Administração da ANACOM
- Jul 2011-Mai 2012: Administradora Não Executiva, EUROPAC, Papeles & Cartones da Europa
- Out 2004-Mai 2012: Diretora, CATOLICA LISBON School of Business and Economics, Universidade Católica Portuguesa
- Mar 2001-Abr 2004: Diretora Adjunta, CATOLICA LISBON School of Business and Economics, Universidade Católica Portuguesa
- Jun 1993- Jun1999: Professora Auxiliar, CATOLICA LISBON School of Business and Economics, Universidade Católica Portuguesa
- Out 1986-Julho1988: Assistente, CATOLICA LISBON School of Business and Economics, Universidade Católica Portuguesa



Francisco Artur Matos

Administrador Executivo

Formação académica

- 2002-2003: Mestrado em Finanças - ISCTE
- 1995-1999: Licenciatura em Economia, ISEG, Universidade Técnica de Lisboa

Cargos de administração e fiscalização desempenhados em outras sociedades

- Não exerce outros cargos

Outros cargos/funções

- Não exerce outros cargos ou funções

Experiência profissional anterior

- 2016-2021 – Responsável da Função de Gestão de Risco (Head of RMF)
- 2013-2016 – Diretor de Rating
- 2005-2013 – Diretor de Risco de Crédito
- 2002-2005 – Gestor de Risco Banco BPI
- 1999-2002 – Comercial, Analista de Crédito Banco BPI



Gonzalo Gortázar

Administrador Não Executivo

Formação académica

- 1992: Master Business Administration, INSEAD, Fontainebleau
- 1989: Licenciatura em Gestão, ICADE E-3, Universidade Pontificia de Comillas
- 1988: Licenciatura em Direito, ICADE E-3, Universidade Pontificia de Comillas

Cargos de administração e fiscalização desempenhados em outras sociedades

- CEO CaixaBank, S.A.
- Presidente não executivo do Conselho de Administração do CaixaBank Payments & Consumer, EFC, S.A.

Outros cargos/funções

- Não exerce outros cargos ou funções

Experiência profissional anterior

- 2014-...: Administrador Delegado, CaixaBank, S.A.
- 2014-2021: Presidente não executivo da VidaCaixa
- 2011-2014: CFO, CaixaBank, S.A.
- 2009-2011: Administrador Delegado, Criteria
- 1993-2009: Morgan Stanley, Banca de Investimento (FIG)
- 1989-1991: Bank of America Spain, Banca Corporativa e de Investimento
- 1988-1989: Consultor Financeiro, Bancapital



Inês Valadas

Administradora Não Executiva

Membro da Comissão de Auditoria

Membro da Comissão de Riscos

Formação académica

- 2007: Executive Education, Building On Talent, IMD (Lausanne)
- 2004: Executive Education, Market Driving Strategies, London Business School (London)
- 2003: Master of Business Administration da Universidade Católica Portuguesa (Lisboa)
- 1995: Licenciatura em Marketing pelo Instituto Português de Administração de Marketing (IPAM)

Cargos de administração e fiscalização desempenhados em outras sociedades

- 2020-....: Administradora Executiva da Vodafone Portugal – Comunicações Pessoais, S.A.

Outros cargos/funções

- Não exerce outros cargos ou funções

Experiência profissional anterior

- 2012-2019: Administradora Não Executiva Sonae SR
- 2011-2020: Administradora Executiva na MCreteail SGPS, S.A.
- 2008-2013: Professora convidada no Master of Science in Business Administration da Universidade Católica Portuguesa (Marketing Communications)
- 2008-2010: Chief Executive Officer da Media Capital Multimédia



Javier Pano

Administrador Não Executivo

Membro da Comissão de Riscos

Membro da Comissão de Nomeações, Avaliação e Remunerações

Formação académica

- Licenciatura em Gestão pela ESADE, Barcelona
- Cargos de administração e fiscalização desempenhados em outras sociedades
- Vice-Presidente não executivo do Conselho de Administração do CECABANK, S.A.

Outros cargos/funções

- CaixaBank, S.A. Chief Financial Officer

Experiência profissional anterior

- 2004-2014: Heady of Treasury and Capital markets do CaixaBank, S.A.
- 1996-2004: CaixaBank Asset Management CIO
- 1993-1996: Asset Management & Private Banking CIO do CaixaBank, S.A.
- 1987-1993: Managing Director e CIO da Gesindex Asset Management, Barcelona
- 1985-1987: Financial & Accounting Division da Croissant Express, Barcelona



Joana Freitas

Administradora Não Executiva

Presidente da Comissão de Nomeações, Avaliação e Remunerações

Membro da Comissão de Auditoria

Formação académica

- 1995-2000: Licenciatura em Economia na Faculdade de Economia do Porto
- 2003: MBA no INSEAD

Cargos de administração e fiscalização desempenhados em outras sociedades

- Administradora Executiva da EDP - Gestão da Produção de Energia, S.A.
- Administradora Não Executiva da EDA-Eletricidade dos Açores, S.A.

Outros cargos/funções

- Presidente do Comité de Generation and Environment da Eurelectric - Federation of the European Electricity Industry
- Membro da Direção da International Hydropower Association

Experiência profissional anterior

- 2019-...: Administradora Executiva da EDP - Gestão da Produção de Energia, S.A.
- 2015-2019: Diretora (reporte ao CFO) da REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.
- Fev-Mai 2015: Consultora Independente (líder de projeto interno ligado ao portfólio imobiliário) do Novo Banco, S.A.
- 2012-2014: CFO/CIO - Espírito Santo Property, S.G.P.S, S.A.

- 2009-2012: COO (Operações, Recursos Humanos, Equipamento e Sistemas de Informação) na Portway - Handling de Portugal, S.A.
- 2008-2009: Assessora do Secretário de Estado do Tesouro e Finanças - XVII Governo Constitucional, Ministério das Finanças e da Administração Pública
- 2000-2007: Consultora (Analista/Associada/Sénior) e Chefe de projeto (Lisboa, Londres e Rio de Janeiro) na McKinsey & Company



Natividad Capella

Administradora Não Executiva

Membro da Comissão de Auditoria

Formação académica

- 1997 - PhD em Economics & Business Science, Universidade de Barcelona
- 1991 - Master of Science em Finanças Internacionais, London School of Economics and Political Science (LSE)
- 1990- Grado em Estudos Económicos, London School of Economics and Political Science (LSE)
- 1989 - Licenciatura em Ciências Económicas e Empresariais, Universidade de Barcelona
- 1989 - Licenciada em Direito, Universidade de Barcelona

Cargos de administração e fiscalização desempenhados em outras sociedades

- Administradora não executiva da VidaCaixa, S.A.U.
- Administradora não executiva do CaixaBank Wealth Management Luxembourg S.A.

Outros cargos/funções

- CaixaBank, S.A. Head of Corporate Risk Management Function & Planning.

Experiência profissional anterior

- Jun 2013-Jan 2019: CaixaBank, S.A. Head of Global Risk Management.
- Jan 2011-Abr 2013: CaixaBank, S.A. Corporate Director, Risk Models.
- Mar 2001-Jan 2011, CaixaBank, S.A. Directora del Área de Control de Riesgos de Mercado.
- Nov 2001-Ago 2005: Profesora Asociada, Universidade de Barcelona.
- Set 1991-Fev 2001 CNMV (Comisión Nacional del Mercado de Valores), Analista de mercados secundarios. Analista de productos financieros y empresas de inversión. Subdirectora de Estrategia.
- Jan 1988 – Ago 1989 Analista de créditos bancarios, Banco de Crédito Industrial (BCI).



Susana Trigo Cabral

Administradora Executiva

Formação académica

- 1993: Licenciatura em Gestão e Administração de Empresas pela Faculdade de Economia do Porto/Universidade do Porto

Cargos de administração e fiscalização desempenhados em outras sociedades

- Administradora não executiva da VIDA CAIXA, S.A.U.

Outros cargos/funções

- Não exerce outros cargos ou funções

Experiência profissional anterior

- 2011-2016: Administradora não executiva da BPI Gestão de Activos – Sociedade

Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.

- 2009-2018: Administradora não executiva da BPI Vida e Pensões – Companhia de Seguros, S.A.
- 2009-2017: Vogal do Conselho Fiscal do Banco de Fomento Angola, S.A.
- 2006-2023: Diretora Executiva da Direção de Contabilidade e Planeamento do Banco BPI, S.A.
- 2002-2006: Diretora de Planeamento do Banco BPI, S.A.
- 1993-2002: Direção de Planeamento e Contabilidade do Banco Português de Investimento, S.A. Participação em diversas operações de aquisição, fusão e reorganização societária do Grupo BPI

Experiência e competências em sustentabilidade

Joana Freitas



Joana Freitas é membro do Conselho de Administração da EDP - Gestão da Produção de Energia, S.A., onde é responsável pelo Centro de Excelência Hídrico e Térmico, coordenando as áreas de Engenharia hídrica, Gestão da Manutenção e Gestão de ativos hídricos e térmicos e Descomissionamento de centrais térmicas. É também Presidente do Comité de Geração e Ambiente da Eurelectric, associação industrial de geradores de energia na Europa que contribui para a política europeia em matéria de energia e clima. Em 2023 completou a formação executiva em "Climate Change and Energy" pela Harvard Kennedy School.

Cristina Rios Amorim



Cristina Rios Amorim é Membro da Comissão de ESG e da Comissão de Riscos da Corticeira Amorim, SGPS, SA. Na qualidade de Chief Sustainability Officer (CSO) é responsável pela promoção dos temas ESG no negócio, bem como a proposta do plano de ação plurianual de sustentabilidade (objetivos estratégicos, iniciativas estratégicas e ações prioritárias), visando a integração das questões ESG no negócio. Promove o alinhamento em matéria de ESG entre o Conselho de Administração, a Comissão Executiva e a Comissão de ESG. Esta Comissão assessora o Conselho de Administração no acompanhamento, supervisão e orientação estratégica, em matérias de governo societário, responsabilidade social, ambiente e ética na Corticeira Amorim. Neste âmbito tem, nos últimos anos, participado em formação sobre os desafios e oportunidades relacionados com os temas ESG: CSRD, ESRS, riscos climáticos e dupla materialidade, cadeia de valor e *due diligence* de sustentabilidade, biodiversidade.

Fernando Ulrich



Fernando Ulrich é membro da Comissão de Nomeações e Sustentabilidade do CaixaBank S.A., uma Comissão especializada do Conselho de Administração responsável pela supervisão da atuação do Banco em matéria de sustentabilidade (incluindo a atuação em questões ambientais, sociais e de governo, tais como, negócios sustentáveis, gestão ambiental, sustentabilidade e riscos climáticos, inclusão financeira ou diálogo com grupos de interesse, entre outros), bem como por analisar e propor ao Conselho de Administração a aprovação de políticas, declarações e normas que desenvolvam a estratégia de sustentabilidade do CaixaBank S.A..

Governo de sustentabilidade

O BPI tem definido um modelo de governo específico para a sustentabilidade, com responsabilidades definidas nesta matéria para diversos órgãos.

Conselho de Administração | O CA tem como principais responsabilidades em matéria de sustentabilidade: i) a aprovação, supervisão e avaliação da definição, do desenvolvimento e da implementação da estratégia de sustentabilidade; e ii) a implementação de uma estrutura de governo do risco de acordo com o perfil de apetência pelo risco do Banco (incluindo riscos ESG).

Comissão Executiva do Conselho de Administração (CECA) | A CECA tem como principais responsabilidades em matéria de sustentabilidade: i) o desenvolvimento do Plano Estratégico e do orçamento que integra os compromissos e as iniciativas em matéria de Sustentabilidade; e ii) a adoção das políticas e principais linhas de ação em temas de sustentabilidade.

Comissão de Riscos (CR) | A CR tem como principais responsabilidades em matéria de sustentabilidade: i) a monitorização e avaliação das práticas do Banco em matéria de ESG, incluindo riscos para o banco e impactos no Ambiente e Sociedade; e ii) no que diz respeito à gestão de riscos ESG: Efetuar o seguimento do grau de adequação entre o risco assumido e o perfil previamente

definido; Assegurar que as práticas do Banco se encontram ajustadas à estratégia e às políticas ESG definidas; Avaliar os relatórios periódicos em matéria de sustentabilidade; e Assegurar que o Banco é dotado dos meios e recursos que permitam implementar a estratégia na gestão dos riscos ESG.

Comité Global de Riscos (CGR) | O CGR tem como principais responsabilidades em matéria de sustentabilidade: i) a gestão, controlo e monitorização dos riscos ESG, entre outros, assim como das implicações na gestão da liquidez, solvência e consumo de capital; ii) a análise do posicionamento global em relação aos riscos ESG e definição das políticas ou procedimentos que otimizam a sua gestão, monitorização e controlo; e iii) assegurar que se gerem as exposições identificadas como relevantes a efeitos dos riscos ESG.

Comité de Sustentabilidade | O Comité de Sustentabilidade tem como principais responsabilidades: i) aprovação e acompanhamento da estratégia e das práticas de Sustentabilidade do BPI; ii) definição e acompanhamento das metas relacionadas com IROs materiais; iii) proposta e submissão para aprovação aos órgãos de governo das políticas relevantes para a gestão da Sustentabilidade; iv) supervisão do Plano Diretor de Sustentabilidade e avaliação do seu grau de cumprimento; e v) e promoção da

integração dos critérios de sustentabilidade na gestão do negócio.

O Comité de Sustentabilidade reporta diretamente à CECA e é presidido pelo Diretor Executivo de Sustentabilidade. Reúne mensalmente para discutir os temas de sustentabilidade, no que diz respeito à gestão dos impactos, riscos e oportunidades do BPI.

A **Direção de Sustentabilidade** acompanha a implementação das várias iniciativas de sustentabilidade. Adicionalmente, existem **áreas especializadas**, dentro de diferentes Direções, que são responsáveis por temas como: a gestão do risco de Sustentabilidade, a integração dos fatores ESG na admissão de Clientes e a estruturação de financiamentos ESG especializados.

Os temas de sustentabilidade são acompanhados em conformidade com a estrutura e responsabilidades apresentadas acima, estando definidos, para os temas mais estruturantes, processos que garantam o reporte e acompanhamento regular dos mesmos, nomeadamente:

- **Análise de materialidade:** Após a realização do exercício de análise de materialidade, os resultados são enviados, para apreciação, ao Comité de Sustentabilidade, à Comissão de Riscos e à CECA e, para aprovação, ao Conselho de Administração.

- Plano Diretor de Sustentabilidade: O Plano Diretor de Sustentabilidade (PBS) é acompanhado pelos órgãos de dois modos: i) acompanhamento mensal dos KPI do PBS no Comité de Sustentabilidade; e ii) avaliação global do PBS, incluindo KPI e iniciativas, pelo CS e reporte trimestral a CR, CECA e CA das conclusões da avaliação. A gestão dos temas materiais é concretizada através do PDS que procura que as iniciativas estabelecidas respondam aquilo que é material. Neste sentido, apesar de não serem definidos controlos e procedimentos específicos, é feito um acompanhamento junto das áreas responsáveis quer do cumprimento dos KPI como do cumprimento das iniciativas.

A Política de Seleção e Avaliação dos Membros do Conselho de Administração e da Comissão de Auditoria e dos Titulares de Funções Essenciais do BPI determina que o Banco disponibiliza aos membros do órgão de administração e do órgão de fiscalização e aos Titulares de Funções Essenciais o acesso a formações externas e/ou internas que se identifiquem como adequadas e relevantes para o exercício das funções a desempenhar. O Banco disponibiliza também formações internas, sobre temas de natureza obrigatória e outros que se venham a identificar como necessários ou úteis ao exercício das respetivas funções, nos quais se incluem temas relacionados com sustentabilidade. Em 2024, o CA e a CECA realizaram formações relacionadas sobre temas como transição climática e a importância da ética na sustentabilidade.

Neste âmbito a Comissão de Nomeações, Avaliações e Remunerações (CNAR), na sequência do processo de avaliação anual dos membros dos órgãos de governo e dos seus membros, tendo em conta as conclusões obtidas, elabora uma proposta de plano anual de formação para o ano seguinte. Complementarmente, qualquer membro poder solicitar formação para além da definida no plano de formação anual.

GOV-2 — Informações prestadas e questões de sustentabilidade abordadas pelos órgãos de administração, de direção e de supervisão da empresa

- O Comité de Sustentabilidade do BPI, que reúne mensalmente, é responsável pelo acompanhamento da estratégia e práticas de sustentabilidade do Banco, bem como propor e elevar para aprovação aos órgãos de governo correspondentes as matérias relevantes para a gestão da sustentabilidade.
- O Comité de Sustentabilidade é um órgão dependente da Comissão Executiva do Conselho de Administração (CECA) nas matérias relacionadas com as suas funções, tomando as decisões no âmbito da sua atuação para as quais é totalmente autónomo.
- No âmbito do Comité de Sustentabilidade são abordados os diversos temas de sustentabilidade e consequentemente, os seus impactos, riscos e oportunidades, como apresentado em detalhe abaixo:
- IROs relativos à neutralidade de carbono operativo e eficiência energética abordados no âmbito dos projetos de compensação das emissões de carbono associadas às contas;
 - IROs relativos à descarbonização da carteira de financiamento, à promoção da oferta de produtos e serviços com características ESG e à gestão de riscos ESG nas operações de financiamento abordados no âmbito da Política Gestão de Riscos de Sustentabilidade na Admissão de Crédito, riscos relacionados com o clima e ambiente e operações verdes;
 - IROs relacionados com promoção do emprego de qualidade e desenvolvimento profissional e com promoção da diversidade, equidade e inclusão abordados no âmbito da apresentação de resultados do processo de *due diligence* de direitos humanos e da meta relacionada com a diversidade.

- IROs relacionados com *marketing* responsável abordado no âmbito das evoluções de regulação em matéria de *greenwashing*.
- IROs relacionados com gestão da relação com fornecedores abordado no âmbito da apresentação de resultados do processo de *due diligence* de direitos humanos.

Acima apresentam-se os IROs materiais que foram abordados através de pontos autónomos nas reuniões do Comité de Sustentabilidade, não obstante, todos os IROs materiais foram abordados através da apresentação trimestral do *Dashboard* de Sustentabilidade, no qual é apresentado um ponto de

situação do cumprimento das metas do Plano Diretor de Sustentabilidade (instrumento através do qual é operacionalizada a prioridade estratégica "Ser uma referência na Banca sustentável") e através da apresentação dos resultados do exercício de análise de dupla materialidade e IROs materiais.

GOV-3 — Integração do desempenho relacionado com a sustentabilidade nos regimes de incentivo

O BPI dispõe de uma política de remuneração para os membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização - Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização - consistente com a gestão dos riscos de sustentabilidade, incorporando na componente de remuneração variável, métricas corporativas associadas a esta realidade, nomeadamente a métrica ESG – Negócio Sustentável, tendo em conta as responsabilidades e funções atribuídas.

Assim, poderá ser atribuída aos Administradores Executivos uma remuneração variável ajustada ao risco e com base na medição de desempenho do Banco aferido pelo cumprimento dos Objetivos Corporativos e com base no desempenho individual de cada Administrador Executivo, aferido pelo grau de cumprimento dos seus Objetivos Individuais.

Em 2024, o BPI incluiu o cumprimento da meta de **ESG - negócio sustentável** como um dos critérios para obtenção da remuneração variável, ao nível da gestão de topo. O negócio elegível para efeitos desta métrica é o considerado elegível no indicador de “Negócio Sustentável” definido no âmbito do Plano Diretor de Sustentabilidade⁶² ().

O BPI inclui, ainda, o **indicador de Qualidade**, que considera questões relacionadas com os Índices de Experiência do Cliente (IEX) e Reclamações.

A meta de ESG – negócio sustentável e o indicador de Qualidade representam, cada um, um peso de 10% do peso dos objetivos corporativos para a CECA (que representam 60% da avaliação de cada administrador).

Os objetivos corporativos são fixados pela CNAR sob proposta da CECA e

parecer da Direção Jurídica (DJU), Direção de Gestão de Riscos (DGR) e Direção de Compliance (DC), para cada exercício, e o seu peso deve ser determinado por parâmetros definidos com base nos principais objetivos do Banco, refletidos no orçamento anual e no Plano Estratégico. Em qualquer caso, a composição e ponderação dos objetivos do Banco BPI deve estabelecer-se, em conformidade com as disposições da lei.

A Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização e a sua implementação são objeto de revisão anual pela Comissão de Nomeações, Avaliação e Remunerações (CNAR), cabendo-lhe a apresentação ao Acionista Único das alterações que entenda justificadas para sua aprovação.

GOV-4 - Declaração sobre o dever de diligência

O modo como o Banco se propõe a integrar o dever de diligência na governação, na estratégia e no modelo de negócios é apresentado ao longo do Relatório, na resposta aos diversos indicadores.

⁶² Para mais detalhe sobre o indicador e respetiva meta consultar: [ESRS 2 – SBM-1](#); [E1-4](#).

ELEMENTOS ESSENCIAIS DO DEVER DE DILIGÊNCIA

ELEMENTOS DA DEMONSTRAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE

| | |
|---|--|
| <p>a) Integrar o dever de diligência na governação, na estratégia e no modelo de negócios</p> | <p>GOV-2 - Informações prestadas e questões de sustentabilidade abordadas pelos órgãos de administração, de direção e de supervisão da empresa</p> <p>GOV-3 - Integração do desempenho em matéria de sustentabilidade nos regimes de incentivos</p> <p>SBM-3 - Impactos, riscos e oportunidades materiais e sua interação com a estratégia e o(s) modelo(s) empresarial(is)</p> <p>E1 – SBM-3 – Impactos, riscos e oportunidades materiais e sua interação com a estratégia e o(s) modelo(s) empresarial(is)</p> <p>S1 – SBM-3 – Impactos, riscos e oportunidades materiais e sua interação com a estratégia e o(s) modelo(s) empresarial(is)</p> <p>S4 – SBM-3 – Impactos, riscos e oportunidades materiais e sua interação com a estratégia e o(s) modelo(s) empresarial(is)</p> <p>Finanças Sustentáveis</p> <p>Cibersegurança</p> |
| <p>b) Dialogar com as partes interessadas afetadas em todas as etapas essenciais do dever de diligência</p> | <p>GOV-2 - Informações prestadas e questões de sustentabilidade abordadas pelos órgãos de administração, de direção e de supervisão da empresa</p> <p>SBM-2 – Interesses e pontos de vista das partes interessadas</p> <p>S1 – SBM-2 – Interesses e pontos de vista das partes interessadas</p> <p>S4 – SBM-2 – Interesses e pontos de vista das partes interessadas</p> <p>IRO-1 - Descrição dos processos de identificação e avaliação dos impactos, riscos e oportunidades materiais</p> <p>E1 - IRO-1 - Descrição dos processos de identificação e avaliação dos impactos, riscos e oportunidades materiais</p> <p>G1 - IRO-1 - Descrição dos processos de identificação e avaliação dos impactos, riscos e oportunidades materiais</p> <p>E1-1 — Plano de transição para a atenuação das alterações climáticas</p> <p>S1-1 — Políticas relacionadas com a própria mão de obra</p> <p>S4-1 — Políticas relacionadas com consumidores e utilizadores finais</p> <p>G1-1 — Políticas de conduta empresarial e cultura empresarial</p> <p>Finanças Sustentáveis</p> <p>Cibersegurança</p> |
| <p>c) Identificar e avaliar os impactos negativos</p> | <p>IRO-1 - Descrição dos processos de identificação e avaliação dos impactos, riscos e oportunidades materiais</p> <p>E1 - IRO-1 - Descrição dos processos de identificação e avaliação dos impactos, riscos e oportunidades materiais</p> <p>G1 - IRO-1 - Descrição dos processos de identificação e avaliação dos impactos, riscos e oportunidades materiais</p> <p>SBM-3 - Impactos, riscos e oportunidades materiais e sua interação com a estratégia e o(s) modelo(s) empresarial(is)</p> <p>E1 – SBM-3 – Impactos, riscos e oportunidades materiais e sua interação com a estratégia e o(s) modelo(s) empresarial(is)</p> <p>S1 – SBM-3 – Impactos, riscos e oportunidades materiais e sua interação com a estratégia e o(s) modelo(s) empresarial(is)</p> <p>S4 – SBM-3 – Impactos, riscos e oportunidades materiais e sua interação com a estratégia e o(s) modelo(s) empresarial(is)</p> <p>Finanças Sustentáveis</p> <p>Cibersegurança</p> |

| | |
|--|--|
| d) Tomar medidas para dar resposta a esses impactos negativos | E1-3 — Ações e recursos relacionados com as políticas em matéria de alterações climáticas |
| | S1-3 — Processos para corrigir os impactos negativos e canais para os próprios trabalhadores expressarem preocupações |
| | S1-4 — Tomada de medidas sobre os impactos materiais na própria mão de obra e abordagens para gerir os riscos materiais e procurar oportunidades materiais relacionadas com a própria mão de obra, bem como a eficácia dessas medidas |
| | S4-3 — Processos para corrigir os impactos negativos e canais para os consumidores e utilizadores finais poderem expressar preocupações |
| | S4-4 — Adoção de medidas sobre impactos significativos nos consumidores e utilizadores finais, e abordagens para gerir os riscos materiais e procurar oportunidades materiais relacionadas com consumidores e utilizadores finais, e eficácia dessas ações |
| | G1-2 — Gestão das relações com os fornecedores |
| | G1-3 — Prevenção e deteção de corrupção e suborno |
| | Finanças Sustentáveis |
| | Cibersegurança |
| | e) Acompanhar a eficácia destes esforços e comunicar |
| S1-5 — Metas relacionadas com a gestão de impactos materiais, a promoção de impactos positivos, bem como de riscos e oportunidades | |
| S4-5 — Metas relacionadas com a gestão dos impactos materiais negativos, a promoção de impactos positivos e a gestão de riscos e oportunidades materiais | |
| G1-4 — Incidentes de corrupção ou suborno | |
| G1-5 — Influência política e atividades de representação de grupos de interesse | |
| G1-6 — Práticas de pagamento | |
| Finanças Sustentáveis | |
| Cibersegurança | |

GOV-5— Gestão de riscos e controlos internos da comunicação de informações sobre sustentabilidade

O processo adotado pelo BPI para a gestão de risco e controlo interno relativo à divulgação de informação sobre sustentabilidade assenta no modelo de três linhas de defesa.

A primeira linha de defesa consiste nas unidades da estrutura comercial, unidades de gestão do risco e unidades de suporte operacional. As primeiras linhas de defesa (1LoDs) são responsáveis pelo desenvolvimento e manutenção de controlos eficazes sobre as respetivas atividades, bem como pela identificação, gestão, medição, controlo, atenuação e comunicação dos principais riscos que surgem na condução das suas

atividades, e no que diz respeito a este procedimento.

No que diz respeito ao reporte, no âmbito da 1LoD, a Direção de Sustentabilidade é responsável por acompanhar os desenvolvimentos regulamentares (advocacy), definir a dupla materialidade e impactos, riscos e oportunidades (IROs), bem como o conteúdo do relato de sustentabilidade. Também estabelece prazos e o calendário para o Relatório de Gestão e define os responsáveis pelas métricas e informação. Identifica, ainda, as necessidades de informação, fornece os dados necessários e gere a recolha, define a metodologia e cálculo das métricas,

concebe e implementa controlos de processo para garantir a sua eficácia e prepara o relatório final. É, ainda, responsável por fornecer uma garantia razoável do processo global, assegurando a coerência do ambiente de controlo das áreas de negócio, mantendo atualizado e propondo revisões ao modelo de governação (quando apropriado), revendo a metodologia das métricas relevantes, revendo a coerência e a integridade do relato, estabelecendo a ligação com a segunda linha (2LoD), a terceira linha (3LoD), o auditor externo, e reportando aos órgãos de governação.

A DGR – Controlo Interno, enquanto 2LoD do risco transversal de

- INTRODUÇÃO
- QUEM SOMOS
- A NOSSA ESTRATÉGIA
- O NOSSO DESEMPENHO
- SUSTENTABILIDADE
- GOVERNAÇÃO E CONTROLO INTERNO
- PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
- REFERÊNCIAS FINAIS
- INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

fiabilidade de informação, identifica os controlos-chave associados ao processo de preparação, revisão, aprovação e divulgação de um conjunto de documentos incluídos no Perímetro de Informação Relevante (definidos no âmbito da Política de Gestão e Controlo da Fiabilidade da Informação), nos quais se inclui o Relatório e Contas, que por sua vez inclui o Relatório de Gestão, que inclui as Demonstrações de Sustentabilidade. A avaliação destes processos de divulgação consiste num processo de certificação interna ascendente para avaliar a conformidade e a eficácia da aplicação dos controlos-chave identificados no âmbito do sistema de controlo interno SCIIF.

Por último, a 3LoD cabe à Direção de Auditoria Interna. A sua função é

fornecer uma garantia razoável à Gestão de Topo e aos Órgãos Sociais sobre a eficácia e eficiência dos sistemas de controlo interno, o cumprimento da legislação em vigor e a aplicação adequada das Políticas e Procedimentos aprovados nesta área. Em termos de relato de sustentabilidade, é responsável por avaliar a inclusão do processo de elaboração das Demonstrações de Sustentabilidade, bem como dos controlos implementados e a avaliação do modelo SCIIF, nos planos anuais de auditoria interna.

O Banco tem implementados processos de controlo ao processo de preparação, revisão, aprovação e divulgação, de modo a assegurar a exatidão e a consistência da informação a reportar. Os processos implementados consistem em:

1. Definição de controlos internos necessários para atenuar eventuais riscos associados ao processo de preparação, revisão, aprovação e divulgação das Demonstrações de Sustentabilidade.
2. Atribuição de responsabilidades claras para garantir que todos compreendem e podem gerir corretamente eventuais riscos associados à elaboração das Demonstrações de Sustentabilidade.
3. Manutenção de uma comunicação transparente e coerente com todas as partes interessadas, garantindo que a informação reportada reflete o compromisso com a sustentabilidade.

Os principais riscos associados ao processo de elaboração das Demonstrações de Sustentabilidade são:

| Riscos | Causa | Controlos existentes |
|----------------------------------|---|---|
| Risco reputacional e regulatório | Divulgação de informações incorretas, causadas pela recolha inadequada ou incompleta de dados | Controlos de elaboração, revisão e reporte para cada área que contribui para o Relatório de Gestão |
| | Incumprimento de regulamentos e normas, expondo o Banco a penalizações e afetando a sua imagem | Controlo de acompanhamento da regulamentação aplicável e identificação de necessidades de reporte |
| | Divulgação de relatórios com informações incompletas, resultante de erros na introdução e processamento de dados, impactando a fiabilidade do relatório | Controlos de elaboração, revisão e reporte para cada área que contribui para o Relatório de Gestão Controlos de elaboração e revisão do Relatório (versão zero e versão final) |
| | Omissão de informações relevantes para as partes interessadas, devido a uma avaliação incorreta da materialidade, prejudicando a transparência e clareza dos relatórios | Controlo de análise de materialidade |

Os controlos conexos são efetuados pela 1LoD e, se for caso disso, pela 2LoD, que é responsável por

assegurar a qualidade da gestão dos riscos e a validação dos controlos necessários, em

coordenação com a 1LoD, avaliando a sua posterior conformidade.

A estrutura de controlo interno relacionada com a fiabilidade da informação está organizada de forma a definir claramente as responsabilidades e funções de todos os participantes no processo de elaboração, revisão e divulgação, e garante a respetiva segregação de funções e a existência das várias camadas de controlo.

As várias áreas que intervêm nos processos de elaboração de informação, são responsáveis pela identificação e avaliação dos riscos potenciais, assim como pela definição e implementação de controlos que mitiguem os respetivos riscos, com o objetivo de obter uma segurança razoável quanto à idoneidade, qualidade e fiabilidade da referida informação.

A integração das conclusões da avaliação de riscos e dos controlos internos no processo de divulgação de informação de sustentabilidade é feita de forma sistemática:

- As várias áreas que intervêm nos processos de elaboração de informação, são responsáveis pela identificação e avaliação dos riscos potenciais, assim como pela definição e implementação de controlos que mitiguem os respetivos riscos.
- Uma vez identificadas as áreas críticas associadas à divulgação da informação, são identificados os controlos-chave e implementado o processo de certificação interna ascendente.
- O desempenho destes controlos é monitorizado através da auditoria interna ao processo de certificação interna ascendente. O feedback desta atividade é

utilizado para ajustar e melhorar continuamente os controlos internos e o processo de divulgação de informação.

Após a certificação interna ascendente dos controlos identificados, as conclusões do processo são reportadas ao Comité Global de Riscos, à Comissão de Risco e à Comissão de Auditoria, pela 2LoD.

- INTRODUÇÃO
- QUEM SOMOS
- A NOSSA ESTRATÉGIA
- O NOSSO DESEMPENHO
- SUSTENTABILIDADE
- GOVERNAÇÃO E CONTROLO INTERNO
- PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
- REFERÊNCIAS FINAIS
- INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

ESTRATÉGIA

SBM-1 — Estratégia, modelo de negócio e cadeia de valor

Modelo de negócio e cadeia de valor

O modelo de negócio do Banco assenta numa rede de distribuição especializada, omnicanal e integrada, e na disponibilização de uma oferta completa de produtos e serviços financeiros, estruturada para responder às necessidades específicas dos segmentos.

Abaixo apresenta-se a cadeia de valor do Banco, estruturada em torno das etapas fundamentais que sustentam as operações e serviços, começando nos fornecedores, passando pela atividade do Banco propriamente dita, pelos intermediários e culminando nos clientes, nos seus diversos segmentos.



Oferta de produtos e serviços ESG

O BPI tem o objetivo de apoiar o progresso sustentável da sociedade e reconhece o papel que tem em impulsionar a transição sustentável dos Particulares e das Empresas, que cada vez mais procuram avançar na sua jornada de sustentabilidade, e reconhece os riscos e oportunidades que emergem deste novo paradigma. O Banco assume também a relevância da sua atuação na promoção da inclusão financeira, e tem a ambição de garantir que as pessoas não deixam de estar no centro do processo de tomada de decisão.

Como tal, o Banco está comprometido com o financiamento sustentável com vista a apoiar a transição dos setores mais afetados e a integrar a sustentabilidade na estratégia de financiamento das empresas que procuram modelos mais

sustentáveis, bem como o desenvolvimento de uma oferta consolidada e segmentada para particulares e empresas que incentive padrões de consumo sustentáveis e seja mais inclusiva.

De forma a apoiar e incentivar os seus Clientes para um futuro mais sustentável, a oferta do BPI contém produtos e serviços específicos que integram critérios ESG com o objetivo de maximizar os seus impactos positivos na sociedade e no ambiente.

i. Clientes Particulares

No que diz respeito, ao segmento de particulares as principais áreas de atuação estão centradas no desenvolvimento de soluções que integrem critérios de sustentabilidade com foco nas áreas de eficiência energética, energias renováveis, mobilidade e habitação sustentável.

Para dar resposta às necessidades dos Clientes Particulares, a oferta do BPI está organizada em torno de cinco experiências que refletem as principais necessidades dos Clientes e marcam a relação com o Banco. Apresentam-se abaixo as soluções que contribuem para temas de sustentabilidade:

Dia-a-dia | Soluções que facilitam a gestão do dia a dia

Em 2022 o BPI iniciou a substituição gradual de todos os tradicionais cartões bancários em PVC por cartões em PVC reciclado (re-PVC). Os cartões em re-PVC contribuem para a preservação dos recursos naturais, uma vez que evitam a produção de PVC novo e reduzem a quantidade de PVC que é depositado em aterros.

Desde 2022, foram já emitidos 500 mil cartões em re-PVC.

O Banco efetua a compensação de emissões carbono, associada ao ciclo de vida de diversas contas, nomeadamente: Conta Age Júnior (até aos 12 anos) e Jovem (13- 25 anos), Conta Valor BPI; Conta Premier BPI,e Conta Private Banking. A verificação do processo de compensação é efetuada pela Bureau Veritas⁶³.

O BPI disponibiliza, ainda, na sua oferta a Conta de Serviços mínimos, que permite uma maior abrangência na disponibilização dos serviços financeiros e consequentemente uma mais vasta inclusão social. Em 31 de dezembro de 2024, o BPI tinha um total de contas desta natureza de [REDACTED].

A minha casa | Soluções para habitação

Na oferta de soluções para comprar, construir, fazer obras, equipar ou transferir o crédito à habitação o spread pode ser bonificado em função do certificado energético do imóvel dado em garantia.

Pensar no futuro | Soluções de investimento e de reforma

O BPI disponibiliza aos seus Clientes produtos de investimento que têm em consideração os fatores ambientais e/ou sociais, designadamente, e utilizando a terminologia do SFDR:

- Artigo 8º: Produtos e serviços financeiros que promovem características ambientais e/ou sociais, ou uma combinação destas;
- Artigo 9º: Os produtos e serviços financeiros que prosseguem um objetivo de investimento sustentável.

Em 2024, o volume de produtos de investimento de Artigo 8º e 9º de clientes depositados em contas do Banco BPI foi de [REDACTED].

| Intermediação Sustentável (Produção) | Montante (M €) | |
|--------------------------------------|----------------|------------|
| | 2023 | 2024 |
| [REDACTED] | [REDACTED] | [REDACTED] |

⁶³ Certificação com base na ISO 14067 - Pegada de carbono dos produtos.

INTRODUÇÃO
 QUEM SOMOS
 A NOSSA ESTRATÉGIA
 O NOSSO DESEMPENHO
 SUSTENTABILIDADE
 GOVERNAÇÃO E CONTROLO INTERNO
 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
 REFERÊNCIAS FINAIS
 INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

| | | |
|--|------|------|
| Intermediação Sustentável | 856 | -148 |
| Recursos (Depósitos) | 573 | 0 |
| Intermediação (Ativos sob custódia) | 282 | -148 |
| Transformação de Fundos e Seguros em Art 8 e Art 9 | 797 | 0 |
| Produção Líquida de Fundos e seguros Art 8 e Art 9 | -515 | -148 |
| Intermediação Sustentável | 856 | -148 |

Neste contexto, o Banco disponibiliza, ainda, um serviço consolidado de venda assessorada (em Balcões) e de consultoria para investimento (Centros Premier BPI). No serviço de Consultoria para Investimento e Gestão Discricionária, são tidos em consideração no processo de seleção dos investimentos, para além de critérios financeiros e de risco, fatores ambientais, sociais e de governação (ESG). Na consultoria para investimento, desde 2023 que é disponibilizado o Questionário de Preferências de Sustentabilidade⁶⁴ com o objetivo de aferir as preferências de sustentabilidade no âmbito dos serviços de Consultoria e Gestão Discricionária dos Clientes de Private Banking e Premier.

Desfrutar a vida | Soluções para realização de projetos

No que diz respeito a soluções de financiamento, para o segmento de particulares o BPI disponibiliza diversas soluções para o contributo para a sustentabilidade, nomeadamente:

- **Crédito pessoal BPI Saúde** – Crédito para financiamento na aquisição de equipamentos e de serviços de saúde.
- **Crédito pessoal BPI energias renováveis** – Crédito para financiamento de aquisição e instalação de equipamentos que produzam energias renováveis.
- **Crédito Formação BPI** – Crédito destinado a financiar despesas de Educação com Licenciaturas, Pós-Graduações (inclui MBA).
- **Catálogo de Produtos de Prestígio Sustentáveis** – Linha de produtos não financeiros com características de sustentabilidade, sobretudo ligados à mobilidade (trotinetes, postos de carregamento elétricos e bicicletas elétricas).

A oferta de produtos e serviços no segmento de particulares registou as seguintes alterações relevantes em 2024:

- Introdução do processo de cálculo, verificação e compensação das emissões de carbono das Contas Negócio e Contas Valor.
- Por força das conversões de produtos Artigo 6º em produtos art 8º e 9º efetuada pela BPI Gestão de Ativos e a BPI Vida e Pensões, uma parte significativa dos produtos de investimento distribuídos pelo BPI são produtos classificados como Artigo 8º e Artigo 9º nos termos Regulamento de Divulgação de Finanças Sustentáveis (SFDR) Estas alterações, que exigiram também desenvolvimentos do lado do BPI, refletem um compromisso crescente com a sustentabilidade por parte dos produtores de produtos de investimento com quem o BPI mantém maior proximidade.

ii. Empresas e Institucionais

Enquanto instituição de referência no setor financeiro, faz parte das prioridades do BPI apoiar a transição para uma economia mais sustentável, em particular tendo em consideração as necessidades de redução das emissões de carbono, por via das suas atividades de financiamento.

⁶⁴ Questionário de acordo com o Regulamento Delegado (UE) 2021/1253.

Apresenta-se abaixo a oferta do BPI de produtos e serviços em matéria de sustentabilidade no segmento de empresas:

- **Linhas de crédito que apoiam iniciativas e projetos que contribuam diretamente para prevenir mitigar e responder às alterações climáticas** com foco nas áreas da eficiência energética energia renovável e economia circular e, também, oferta de produtos financeiros com condições especiais ligadas ao cumprimento de metas de sustentabilidade (ambientais, sociais ou de governação) impulsionando a transição das empresas para níveis mais elevados de desempenho ESG.
 - **Linha BPI ESG Empresas** - linha de crédito para PME que oferece uma solução de financiamento para o apoio da transição ESG, sob a forma de empréstimo a prazo fixo
 - **Linha FEI InvestEU** - linha de crédito destinada a apoiar as PME e as Small Mid Cap na realização de investimentos focados na transição sustentável, na digitalização e inovação e no apoio aos setores cultural e criativo
 - **Linha BPF InvestEU** - linha de crédito destinada a PME e as Small Mid Cap que prevê, entre outras finalidades, apoiar os investimentos que permitam a redução da pegada carbónica e adoção de princípios da economia circular na atividade das empresas e o investimento em formas sustentáveis de transporte para passageiros.
 - **Linha descarbonização e economia circular** - linha de crédito destinada a projetos de eficiência energética e economia circular para PME
 - **Linha de apoio ao empreendedorismo e à criação de emprego próprio** - linha de apoio a pessoas em situação de desemprego para a criação de empresas e de emprego próprio
 - **Linha de apoio a qualificação da oferta** - linha de apoio à requalificação ou criação de empreendimentos e projetos de empreendedorismo no setor do turismo
 - **Linha BPI Primeiro Direito** - linha de crédito protocolada com IHRU destinada ao financiamento de projetos habitacionais para pessoas que vivem em condições indignas e não dispõem de capacidade financeira para suportar o custo de acesso a uma habitação
 - **Linha de Financiamento ao Setor Social** - linha destinada apoiar as Entidades da Economia Social (EES) afetadas pela subida de custos das matérias-primas e energia e na disrupção nas cadeias de abastecimento

O BPI desenvolve simultaneamente um conjunto de iniciativas destinadas a promover o negócio sustentável, incentivando práticas empresariais alinhadas com os princípios de sustentabilidade, nomeadamente:

- Promoção de **diálogo com os Clientes**, com especial enfoque nos pertencentes aos setores mais intensivos em carbono, sobre a sua estratégia em matéria de sustentabilidade.
- O BPI dispõe de equipa especializada para colaborar na estruturação e **formalização de financiamentos sustentáveis** de médio e longo prazo, avaliando o alinhamento das estratégias das exposições mais relevantes com a sua Política de gestão de risco ESG.
- Promoção de uma **estratégia de preço diferenciada** para determinadas operações consideradas sustentáveis.
- Realização de **eventos com clientes**, de que é exemplo o Acelerador de Sustentabilidade e o Fórum da Água, cujo objetivo é promover a partilha de conhecimento e networking em torno de temas de Sustentabilidade mais impactantes da região onde ocorre o evento.
- Incentivo à inovação e à sustentabilidade das empresas portuguesas, através da promoção de prémios de apoio à economia, como por exemplo, os Prémios EmpreendeXXI (PEXXI), o Prémio Nacional de Inovação e o Prémio BPI Mulher Empresária.

O total de financiamento sustentável concedido pelo BPI ascendeu a **1025** M€ em 2024. Estas operações são classificadas de acordo com os critérios definidos no Guia de Financiamento Sustentável⁶⁵.

Estratégia

Plano Diretor de Sustentabilidade 2022-2024

No âmbito do Plano Estratégico para o período 2022-24, foi definido como prioridade estratégia “Ser uma referência na Banca sustentável”. Esta prioridade foi operacionalizada pelo Plano Diretor de Sustentabilidade 2022-2024 (PDS 22-24), que foi concluído em 2024, e que significou para o BPI um progresso significativo na gestão da sustentabilidade nas três ambições definidas:

- Apoiar a transição sustentável das empresas e da sociedade
- Liderar em impacto social e promover a inclusão social
- Liderar nas melhores práticas de governação

Neste âmbito o BPI cumpriu ou superou os objetivos-chave a que se tinha proposto:

| | 2022 | 2023 | 2024 | Meta |
|--|--------|---------|----------------|---------|
| > Negócio Sustentável | | | | |
| Financiamento (M.€) ⁶⁶ | 786 | 1 827 | 1025 | 2 000 |
| Intermediação e Recursos (M.€) ⁶⁷ | 1 400 | 2 240 | -148 | 2 000 |
| > Ação Social | | | | |
| Número Beneficiários Ação Social | 97 mil | 212 mil | 44 mil | 200 mil |
| Investimento BPI Fundação “la Caixa” (M.€) | 40 | 90 | 50 M €* | 120 |
| > Igualdade de Género | | | | |
| % de mulheres em posições diretivas | 43% | 44% | 43% | 43% |
| > Compromisso com a descarbonização | | | | |
| Definição de objetivos/estratégias de descarbonização para 9 setores intensivos em carbono, em alinhamento com o Grupo CaixaBank | - | 2 | 9 | 9 |

*Valor orçamentado para 2024

As iniciativas associadas ao PDS 22-24 mobilizaram todo o Banco tendo implicado o envolvimento das várias partes interessadas incluindo clientes, colaboradores, fornecedores e o acionista. Em 2024, o Plano foi acompanhado numa base mensal, pelo Comité de Sustentabilidade e, trimestralmente, pela Comissão de Riscos e pelo Conselho de Administração.

Plano de Banca Sustentável 2025-2027

O BPI lançou o seu novo Plano de Banca Sustentável 2025-2027 (PBS 25-27), que integra o Plano Estratégico do Banco para o mesmo período, reforçando o seu compromisso com a sustentabilidade e com a integração dos temas relacionados de forma transversal na estratégia e nas decisões do Banco, com o objetivo de prestar às pessoas um serviço próximo do cliente e que, ao mesmo tempo, gere um impacto positivo no negócio, nas empresas e na sociedade [SBM-1_23]. Este

⁶⁵ Mais detalhe sobre Financiamento Sustentável disponível em [Finanças Sustentáveis](#).

⁶⁶ Considera o volume de negócio correspondente a: (i) Crédito Pessoal Energias Renováveis; (ii) Crédito Pessoal Produtos Prestígio Sustentáveis; (iii) Linha BPI | BEI Eficiência Energética; (iv) Linha BPI ESG e (v) Operações Obrigacionistas ESG.

⁶⁷ Inclui a produção líquida e a transformação de Fundos e Seguros alinhados com o Artigo 8/9 da SFDR e Depósito a Prazo DP BPI +Ambiente.

- INTRODUÇÃO
- QUEM SOMOS
- A NOSSA ESTRATÉGIA
- O NOSSO DESEMPENHO
- SUSTENTABILIDADE
- GOVERNAÇÃO E CONTROLO INTERNO
- PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
- REFERÊNCIAS FINAIS
- INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

novo Plano vem dar continuidade ao trabalho iniciado no PDS 22-24, refletindo uma resposta alinhada com os desafios crescentes da sustentabilidade num contexto cada vez mais exigente.

O Plano de Banca Sustentável surge num cenário global caracterizado pela aceleração de desafios globais neste domínio em particular quanto às alterações climáticas e a natureza, que exigem ações concretas de mitigação e de preservação. É também de sublinhar o aumento de desigualdades sociais e a diminuição da coesão social que colocam em risco a estabilidade e o desenvolvimento sustentável. Adicionalmente, observa-se uma sociedade cada vez mais consciente e atenta, que exerce um maior escrutínio sobre as empresas. Este ambiente é reforçado por uma pressão regulatória crescente na União Europeia, marcada por normativos mais rigorosos e de elevada especificidade e por uma supervisão cada vez mais exigente.

O PBS 25-27 reforça, neste contexto, o compromisso do Banco em apoiar a transição para uma economia neutra em carbono e promover a inclusão social, estabelecendo metas ambiciosas para impulsionar a sustentabilidade, procurando, também, compreender melhor o seu impacto na sociedade.



Para alavancar a promoção de uma economia mais sustentável, o BPI pretende aproveitar oportunidades de investimento em tecnologia e soluções limpas, alinhadas com a visão de futuro e fortalecer o acompanhamento a Clientes, especialmente PME, para incrementar a mobilização, em linha com compromissos de descarbonização no âmbito do NZBA. Mantendo o foco na responsabilidade social, o Banco pretende dar continuidade à atuação conjunta com a Fundação "La Caixa" com foco em três desafios sociais: emprego, pobreza e inclusão social e longevidade e compreender o financiamento com impacto social.

Para concretizar as aspirações definidas, o BPI continuará a apostar nas melhores práticas de governação, através de uma gestão ética e responsável, da especialização e formação das suas equipas, para continuar a ser uma referência na banca sustentável.

SBM-2 - Interesses e pontos de vista das partes interessadas

Empenhado em estabelecer uma comunicação clara e transparente com as suas partes interessadas, o BPI assegura uma comunicação e de diálogo permanente para dar resposta às necessidades de cada um.

| Principais partes interessadas | Mecanismos de envolvimento |
|--------------------------------|--|
| Acionista | <ul style="list-style-type: none"> Reuniões Contactos presenciais, por correio eletrónico ou telefone Reportes de gestão |
| Clientes | <ul style="list-style-type: none"> Redes comerciais de distribuição especializada Balcões, Centros Premier, Centros de Private Banking, Centro inTouch, Centros de Empresas e Institucionais, Centros de Negócio Imobiliário, Centros Corporate e Investment Banking Serviços de homebanking (BPI Net e BPI Net Empresas), Banca telefónica (BPI Direto) e aplicações móveis (BPI App) Balcão móvel Website institucional Redes sociais Facebook, LinkedIN, Twitter, Instagram, Youtube Reuniões com Clientes Eventos com Clientes, presenciais e online Inquéritos e Estudos de Mercado |
| Colaboradores | <ul style="list-style-type: none"> Intranet Inquéritos, nomeadamente, estudo de clima organizacional Reuniões Avaliação de desempenho Canal de Denúncias |
| Fornecedores | <ul style="list-style-type: none"> Contactos por correio eletrónico ou telefone Plataforma de compras |
| Sociedade | <ul style="list-style-type: none"> Redes de distribuição omnicanal Website institucional Redes Sociais (Facebook, LinkedIN, Twitter, Instagram, Youtube) Encontros abertos à Sociedade Inquéritos |

O objetivo dos diversos mecanismos de envolvimento implementados é conhecer a perspetiva das partes interessadas e integrar os resultados apurados nos processos do Banco e na sua oferta. Por exemplo, no caso dos Clientes, o BPI desenvolve regularmente inquéritos e estudos de mercado para conhecer melhor o perfil dos Clientes e delinear ações que

- INTRODUÇÃO
- QUEM SOMOS
- A NOSSA ESTRATÉGIA
- O NOSSO DESEMPENHO
- SUSTENTABILIDADE
- GOVERNAÇÃO E CONTROLO INTERNO
- PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
- REFERÊNCIAS FINAIS
- INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

visem aumentar a qualidade de serviço e a adequabilidade da oferta. E, no caso dos colaboradores, por exemplo, as reclamações realizadas através do canal de denúncias e seu acompanhamento, os feedbacks recolhidos no âmbito do processo de avaliação e os resultados do estudo de opinião realizado anualmente influenciam o desenvolvimento e a implementação de medidas dirigidas a colaboradores.

De modo mais transversal às diversas partes interessadas, o Banco conduz o exercício de análise de dupla materialidade, no qual são envolvidos diversos grupos de partes interessadas, com o objetivo de apoiar e informar o Banco neste processo. Após conclusão do exercício, os seus resultados, incluindo as perspectivas das partes interessadas auscultadas, são partilhados com o Comité de Sustentabilidade, a Comissão de Riscos, a CECA e o Conselho de Administração⁶⁸.

No âmbito do processo de análise de materialidade foram auscultadas as principais partes interessadas e, através deste processo, foram identificados os temas em que estas partes consideram que o Banco tem o maior impacto:

| Partes interessadas envolvidas | Subtemas nos quais o Banco tem maior impacto⁶⁹ |
|---------------------------------------|--|
| Clientes ⁷⁰ | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Neutralidade de carbono operativa e eficiência energética ▪ Gestão do impacto ambiental direto na poluição, na água, na biodiversidade e economia circular ▪ Inclusão e educação financeira ▪ Promoção do lobby responsável e transparente ▪ Promoção da ética e integridade ▪ Prevenção da corrupção e suborno ▪ Promoção da oferta de produtos e serviços com características ESG (mobilização sustentável) ▪ Gestão de riscos ESG nas operações de financiamento ▪ Promoção da cibersegurança e segurança da informação |
| Colaboradores ⁷¹ | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Promoção e respeito pelos direitos humanos dos colaboradores, trabalhadores da cadeia de valor, comunidades afetadas e clientes ▪ Promoção da ética e integridade ▪ Prevenção da corrupção e do suborno ▪ Defesa da privacidade e proteção de dados dos colaboradores e clientes ▪ Promoção da cibersegurança e segurança da informação |
| Fornecedores | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Defesa da privacidade e proteção de dados dos colaboradores, dos trabalhadores da cadeia de valor e dos clientes ▪ Promoção de bem-estar, saúde e segurança ▪ Prevenção da corrupção e suborno |

⁶⁸ Mais detalhe sobre a análise de materialidade e o envolvimento de partes interessadas [aqui](#).
⁶⁹ Subtemas identificados com base no top 5 de subtemas em que as partes interessadas consideraram que o Banco tem maior impacto. Para simplificar a apresentação da informação alguns subtemas foram aglomerados.
⁷⁰ Inclui top 5 dos resultados de Clientes Empresas e Clientes Particulares.
⁷¹ Inclui top 5 dos resultados de Colaboradores e Diretores Executivos.

INTRODUÇÃO
QUEM SOMOS
A NOSSA ESTRATÉGIA
O NOSSO DESEMPENHO
SUSTENTABILIDADE
GOVERNAÇÃO E CONTROLO INTERNO
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
REFERÊNCIAS FINAIS
INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

| | |
|----------------------------|--|
| Organizações de referência | <ul style="list-style-type: none">▪ Gestão do impacto ambiental direto – Economia circular▪ Promoção do emprego de qualidade e desenvolvimento profissional▪ Promoção de bem-estar, saúde e segurança▪ Compromisso com os territórios▪ Marketing responsável |
| Sociedade | <ul style="list-style-type: none">▪ Promoção e respeito pelos direitos humanos dos colaboradores, dos trabalhadores da cadeia de valor, das comunidades afetadas e dos clientes▪ Promoção da ética e integridade▪ Prevenção da corrupção e do suborno |

SBM-3— Impactos, riscos e oportunidades materiais e a sua interação com a estratégia e o modelo de negócios

No âmbito do exercício de análise de dupla materialidade o BPI identificou os seus impactos, riscos e oportunidades (IROs) materiais, tendo, no contexto desta análise identificado onde na cadeia de valor estes têm impacto, como se apresenta na tabela abaixo.

| Tema | Subtema | Tipo | Descrição | UPSTRE AM | OWN OPERATIONS | DOWNSTREAM | |
|--|---|------|---|-----------|----------------|------------|---|
| E1 Alterações climáticas | Neutralidade de carbono operativa e eficiência energética | I | Monitorização contínua e identificação de áreas para melhoria tendo em vista a redução da pegada de carbono operativa | | | | |
| | | I | Pegada de carbono operativa do Banco | | | | |
| | Descarbonização da carteira de financiamento | I | Não financiamento de setores altamente intensivos em carbono | | | | X |
| | | R | Exposição da carteira de financiamento a riscos físicos agudos e crónicos (tempestades, inundações, ondas de calor, etc.) devido à maior gravidade dos fenómenos meteorológicos extremos | | | | X |
| | | R | Exposição da carteira a risco de transição devido ao financiamento de setores ou empresas envolvidas em controvérsias relacionadas com alterações climáticas ou emissões intensivas de GEE | | | | X |
| S1 Trabalhadores | Promoção do emprego de qualidade e desenvolvimento profissional | I | Estabilidade laboral dos colaboradores do Banco devido às práticas do Banco | | X | | |
| | | I | Desenvolvimento de competências, ampliação do conhecimento e possibilidade de promoções internas | | X | | |
| | Promoção da diversidade, a equidade e inclusão | I | Bem-estar no trabalho promovido por um ambiente acessível, respeitoso e recetivo entre os colaboradores | | X | | |
| S4 Consumidores e utilizadores finais | Marketing responsável | R | Práticas de <i>greenwashing</i> associadas à falta de informação sobre os produtos oferecidos pelo Banco | | | X | |
| G1 Conduta empresarial | Promoção da ética e integridade | I | Promoção de uma cultura ética e atuação íntegra com clientes, fornecedores e demais <i>stakeholders</i> | X | X | X | |
| | | R | Falta de adaptação, transparência ou conformidade com regulamentos em questões ambientais, sociais e de governo | | | | |
| | | R | Falta de uma estrutura adequada de gestão de riscos, incluindo identificação e gestão de conflitos de interesse e alinhamento com o apetite de risco do Banco. Tal pode resultar em sanções financeiras por não conformidade regulamentar e/ou perda de confiança das partes interessadas | | | | |
| | Prevenção da corrupção e do suborno | R | Incumprimento dos requisitos estabelecidos nas regulamentações sobre PBC/FT, corrupção e suborno | X | X | X | |
| | Promoção do <i>lobby</i> responsável e transparente | R | Falta de transparência nas relações com instituições públicas | | | | |
| | Gestão das relações com fornecedores | I | Aumento do cumprimento dos requisitos de normas ESG no relacionamento comercial com fornecedores em linha com o estabelecido no Código de Conduta de Fornecedores | X | | | |

INTRODUÇÃO
 QUEM SOMOS
 A NOSSA ESTRATÉGIA
 O NOSSO DESEMPENHO
 SUSTENTABILIDADE
 GOVERNAÇÃO E CONTROLO INTERNO
 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
 REFERÊNCIAS FINAIS
 INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|--|---|
| ES Finanças sustentáveis | Promoção da oferta de produtos e serviços com características ESG (mobilização sustentável) | I | Contributo para adaptação ou mitigação das alterações climáticas devido a operações de financiamento ambiental | | | |
| | | I | Operações de financiamento com impacto social positivo | | | |
| | | R | Risco de crédito e reputacional associado ao financiamento em projetos ambientais não lucrativos ou controversos | | | X |
| | | R | Risco de crédito e reputacional associado ao financiamento em projetos sociais não lucrativos ou controversos | | | X |
| | | O | Financiamento social e atividades sustentáveis com o objetivo de atrair novos clientes graças a ofertas mais adaptadas | | | X |
| | Gestão de riscos ESG nas operações de financiamento | R | Risco de crédito e reputacional associado ao financiamento de empresas e setores com controvérsias | | | X |
| ES Cibersegurança e segurança da informação | Promoção da cibersegurança e segurança da informação | R | Risco de fraude externa e reputacional associado a exposição a ataques cibernéticos por falhas ou execução inadequada de medidas de proteção do sistema | x | | X |

O Banco procura adaptar a sua abordagem aos principais IROs, de modo a assegurar que reconhece e gere estes aspetos através da sua estratégia, nomeadamente através do seu Plano Diretor de Sustentabilidade e do Plano de Banca Sustentável (para mais detalhe ver resposta ao indicador [SBM-1](#)). Abaixo apresenta-se de que modo o Banco se propõe a assegurar a adaptação das suas atividades para fazer face aos seus impactos e riscos materiais e para tirar partido das suas oportunidades materiais, ao nível dos temas:

- **Alterações climáticas:** No âmbito do PDS 22-24 as alterações climáticas são um tema estrutural para a execução das ações definidas em torno do eixo “Apoiar a transição sustentável das empresas e da sociedade”.
- **Trabalhadores:** No âmbito do Plano Estratégico 22-24 as pessoas são identificadas com uma alavanca para a experiência ao cliente e no âmbito do PDS 22-24 foram estabelecidas medidas com o objetivo de promover uma cultura orientada para as pessoas;
- **Consumidores e utilizadores finais:** No âmbito do Plano Estratégico do Banco é definida a prioridade estratégica de “Evoluir no modelo de serviço ao cliente” e são identificadas as alavancas para a experiência ao cliente;
- **Conduta empresarial:** No âmbito do PDS 22-24 a conduta empresarial é um tema estrutural para a execução das ações definidas em torno do eixo “Liderar nas melhores práticas de governação”.
- **Finanças sustentáveis:** No âmbito do PDS 22-24 a promoção das finanças sustentáveis é um tema estrutural para a execução das ações definidas em torno do eixo “Apoiar a transição sustentável das empresas e da sociedade”.
- **Cibersegurança e segurança da informação:** No âmbito do Plano Estratégico 22-24 do Banco a tecnologia e os processos são identificadas com uma alavanca para a experiência ao cliente.

Impactos Materiais

| Tema | Subtema | Descrição dos Impactos | Tipo de impacto | Abordagem ao impacto |
|--------------------------|---|---|-----------------|--|
| E1 Alterações climáticas | Neutralidade de carbono operativa e eficiência energética | Monitorização contínua e identificação de áreas para melhoria tendo em vista a redução da pegada de carbono operativa | Real | E1-6 — Emissões brutas de GEE de âmbito 1, 2, 3 e emissões totais de GEE |
| | | Pegada de carbono operativa do Banco | Real | E1-6 — Emissões brutas de GEE de âmbito 1, 2, 3 e emissões totais de GEE |
| | Descarbonização da carteira de financiamento | Não financiamento de setores altamente intensivos em carbono | Potencial | E1-3 — Ações e recursos relacionados com as políticas em matéria de alterações climáticas Finanças sustentáveis |
| S1 Trabalhadores | Promoção do emprego de qualidade e desenvolvimento profissional | Estabilidade laboral dos colaboradores do Banco devido às práticas do Banco | Real | S1-1 — Políticas relacionadas com a própria mão de obra S1-4 — Tomada de medidas sobre os impactos materiais na própria mão de obra e abordagens para gerir os riscos materiais e procurar oportunidades materiais relacionadas com a própria mão de obra, bem como a eficácia dessas medidas |
| | | Desenvolvimento de competências, ampliação do conhecimento e possibilidade de promoções internas | Real | S1-1 — Políticas relacionadas com a própria mão de obra S1-4 — Tomada de medidas sobre os impactos materiais na própria mão de obra e abordagens para gerir os riscos materiais e procurar oportunidades materiais relacionadas com a própria mão de obra, bem como a eficácia dessas medidas S1-13 — Métricas de formação e desenvolvimento de competências |
| | Promoção da diversidade, a equidade e inclusão | Bem-estar no trabalho promovido por um ambiente acessível, respeitoso e recetivo entre os colaboradores | Real | S1-1 — Políticas relacionadas com a própria mão de obra S1-4 — Tomada de medidas sobre os impactos materiais na própria mão de obra e abordagens para gerir os riscos materiais e procurar oportunidades materiais relacionadas com a própria mão de obra, bem como a eficácia dessas medidas |
| G1 Conduta empresarial | Promoção da ética e integridade | Promoção de uma cultura ética e atuação íntegra com clientes, fornecedores e demais <i>stakeholders</i> | Potencial | G1-1 - Políticas de conduta empresarial e cultura empresarial |
| | Gestão das relações com fornecedores | Aumento do cumprimento dos requisitos de normas ESG no relacionamento comercial com fornecedores em linha com o estabelecido no Código de Conduta de Fornecedores | Real | G1-2 — Gestão das relações com os fornecedores G1-6 — Práticas de pagamento |
| ES Finanças sustentáveis | Promoção da oferta de produtos e serviços com características ESG (mobilização sustentável) | Contributo para adaptação ou mitigação das alterações climáticas devido a operações de financiamento ambiental | Real | Finanças Sustentáveis |
| | | Operações de financiamento com impacto social positivo | Real | Finanças Sustentáveis |

Riscos e oportunidades materiais

| Tema | Subtema | Descrição dos Riscos e Oportunidades | Abordagem aos Riscos e Oportunidades |
|---|--|---|--|
| E1 Alterações climáticas | Descarbonização da carteira de financiamento | Exposição da carteira de financiamento a riscos físicos agudos e crónicos (tempestades, inundações, ondas de calor, etc.) devido à maior gravidade dos fenómenos meteorológicos extremos | E1-9 - Efeitos financeiros previstos dos riscos materiais físicos e de transição e potenciais oportunidades relacionadas com o clima |
| | | Exposição da carteira a risco de transição devido ao financiamento de setores ou empresas envolvidas em controvérsias relacionadas com alterações climáticas ou emissões intensivas de GEE | E1-9 - Efeitos financeiros previstos dos riscos materiais físicos e de transição e potenciais oportunidades relacionadas com o clima |
| S4 Consumidores e utilizadores finais | Marketing responsável | Práticas de <i>greenwashing</i> associadas à falta de informação sobre os produtos oferecidos pelo Banco | S4-4 - Adoção de medidas sobre impactos significativos nos consumidores e utilizadores finais, e abordagens para gerir os riscos materiais e procurar oportunidades materiais relacionadas com consumidores e utilizadores finais, e eficácia dessas ações |
| G1 Conduta empresarial | Promoção da ética e integridade | Falta de adaptação, transparência ou conformidade com regulamentos em questões ambientais, sociais e de governo | G1-1 - Políticas de conduta empresarial e cultura empresarial |
| | | Falta de uma estrutura adequada de gestão de riscos, incluindo identificação e gestão de conflitos de interesse e alinhamento com o apetite de risco do Banco. Tal pode resultar em sanções financeiras por não conformidade regulamentar e/ou perda de confiança das partes interessadas | G1-1 - Políticas de conduta empresarial e cultura empresarial |
| | Prevenção da corrupção e do suborno | Incumprimento dos requisitos estabelecidos nas regulamentações sobre PBC/FT, corrupção e suborno | G1-1 – Políticas de conduta empresarial e cultura empresarial G1-3 - Prevenção e deteção de corrupção e suborno |
| | Promoção do <i>lobby</i> responsável e transparente | Falta de transparência nas relações com instituições públicas | G1-1 – Políticas de conduta empresarial e cultura empresarial G1-5 - Influência política e atividades de representação de grupos de interesse |
| | Promoção da oferta de produtos e serviços com características ESG (mobilização sustentável) | Risco de crédito e reputacional associado ao financiamento em projetos ambientais não lucrativos ou controversos | Finanças Sustentáveis |
| | | Risco de crédito e reputacional associado ao financiamento em projetos sociais não lucrativos ou controversos | Finanças Sustentáveis |
| | | Financiamento social e atividades sustentáveis com o objetivo de atrair novos clientes graças a ofertas mais adaptadas | Finanças Sustentáveis |
| Gestão de riscos ESG nas operações de financiamento | Risco de crédito e reputacional associado ao financiamento de empresas e setores com controvérsias | Finanças Sustentáveis | |
| ES Cibersegurança e segurança da informação | Promoção da cibersegurança e segurança da informação | Risco de fraude externa e reputacional associado a exposição a ataques cibernéticos por falhas ou execução inadequada de medidas de proteção do sistema | Cibersegurança |

GESTÃO DOS IMPACTOS, RISCOS E OPORTUNIDADES

IRO-1 — Descrição do processo de identificação e avaliação dos impactos, riscos e oportunidades materiais

O Banco tem vindo a realizar exercícios de análise materialidade, tendo, em 2023, feito um primeiro exercício em que foi tida em consideração a dupla materialidade e as duas perspetivas inerentes (materialidade de impacto e materialidade financeira). Em 2024, procurou-se robustecer a metodologia utilizada, de modo a responder aos requisitos estabelecidos pelos ESRS e assegurar um maior alinhamento com a abordagem do Grupo CaixaBank.

O exercício decorreu em três fases principais:



i. Compreensão do contexto

Para a identificação dos IROs potencialmente materiais foi realizada uma análise do contexto que permitisse compreender as especificidades do setor, do contexto geográfico e do Banco. Para essa análise foram tidos em consideração diversas fontes, nomeadamente:

- Fontes externas: *Frameworks* de reporte de sustentabilidade; Índices e ratings ESG; Regulamentação e Requisitos de Supervisores; etc.
- Fontes internas: Relatórios de Gestão do Banco; Exercícios de análise de materialidade anteriores; Análise de contexto e identificação de riscos e oportunidades no âmbito do Sistema de Gestão Ambiental; Políticas e Declarações relevantes (ex.: Política de Gestão de Riscos ESG); Resultados do processo de análise de diligência devida.

As fontes deverão ser revistas e atualizadas periodicamente para incorporar quaisquer atualizações ou modificações que possam surgir e que se revelem relevantes.

No âmbito da compreensão do contexto procedeu-se, ainda, à delimitação da cadeia de valor, de modo a definir o âmbito e os limites do exercício, tendo sido delimitada a cadeia de valor a considerar no contexto do exercício, conforme apresentado na resposta ao indicador SBM-1.

ii. Identificação de IROs

Após a análise de contexto foi identificada a lista de temas e subtemas a considerar, com base na lista fornecida nos ESRS e nas fontes referidas no ponto anterior, para identificar temas não identificados nos ESRS.

Para a identificação dos IROs, foi considerada a lista de temas e subtemas potencialmente materiais, a informação presente na análise de contexto e toda a informação consultada na primeira fase do projeto, tendo em conta aspetos como a localização, o tipo de atividade, o setor e a estrutura do Banco.

Cada IRO está relacionado com fase(s) da cadeia de valor, tendo sido identificado qual o elo que é afetado

por cada um, de modo a que possam ser estabelecidas as ações adequadas para gerir cada um destes.

Do processo de identificação resultaram 104 IROs, dos quais 50 correspondiam a impactos, 42 a riscos e 12 a oportunidades. No que se refere aos **impactos**, estes foram identificados ao longo de toda a cadeia de valor e considerando aqueles que envolvem tanto o Banco através das suas próprias atividades como aqueles que resultam das suas relações comerciais. No que se refere aos **riscos e oportunidades**, estes foram identificados tendo em conta as ligações e dependências de impactos, nomeadamente no que se refere à exposição dos ativos próprios e da carteira a riscos físicos e de transição.

iii. Avaliação de IROs

Após a identificação dos IROs potencialmente materiais procedeu-se à sua avaliação, de acordo com critérios previamente definidos, como se apresenta de seguida.

Para a avaliação dos **impactos** foram considerados os seguintes critérios:

- **Escala:** relevância do impacto para as partes interessadas;
- **Âmbito:** âmbito geográfico ou número de pessoas afetadas;
- **Probabilidade:** probabilidade de ocorrência do impacto (apenas para impactos potenciais);
- **Remediabilidade:** capacidade de corrigir os efeitos do impacto (apenas para impactos negativos).

Para a avaliação da escala dos impactos foram auscultados os principais grupos de partes interessadas, recorrendo a uma metodologia de auscultação que assentou num processo de escuta e diálogo adaptada a cada grupo e combinou: inquéritos *online*, *focus-group* e entrevistas.

Adicionalmente, cada impacto foi sujeito a uma avaliação qualitativa que complementa a avaliação quantitativa com informações adicionais relevantes. Esta avaliação foi composta por:

- **Justificação dos parâmetros quantitativos:** Apresentação de uma explicação que indica o pressuposto de suporte da avaliação dos critérios mencionados anteriormente (à exceção da escala que é avaliada através da auscultação das partes interessadas).
- **Estratégia e ferramentas de gestão:** Identificação do conjunto de estratégias, planos, políticas,

metodologias e objetivos estabelecidos para a gestão do impacto, caso existam.

Para a avaliação dos riscos e oportunidades foram considerados os seguintes critérios:

- **Impacto:** magnitude potencial do impacto económico do risco/opportunidade;
- **Probabilidade:** quão provável é o risco/opportunidade, considerando as medidas mitigadoras do Banco.

A avaliação de riscos e oportunidades foi realizada tendo por base os resultados da avaliação do CaixaBank, dada a corporativização dos processos em análise e as sinergias devido à semelhança entre os modelos de negócio, tendo sido posteriormente analisada e adaptada às especificidades do Banco. No âmbito desta avaliação foram tidos em consideração três horizontes temporais: curto (até um ano), médio (mais de um e menos de cinco anos) e longo (cinco anos ou mais) prazo.

Para a definição dos limiares de materialidade foram considerados os seguintes pressupostos:

- **Materialidade de Impacto:** Considera-se o impacto com a pontuação mais elevada como referência e multiplica-se pela percentagem determinada. Esta percentagem varia consoante os resultados e a dispersão entre eles. Uma vez estabelecido este limiar, todos os valores iguais ou superiores a este limiar serão considerados materiais, enquanto

os valores inferiores serão considerados não materiais.

- **Materialidade Financeira:** Considera-se o Risco ou a Oportunidade com a pontuação mais alta como referência e multiplica-se pela percentagem determinada. Essa percentagem varia consoante os resultados e a dispersão entre eles. Uma vez estabelecido este limiar, todos os valores iguais ou superiores a este serão considerados materiais, enquanto os valores inferiores serão considerados não materiais.

O exercício de análise de dupla materialidade é realizado de três em três anos ou sempre que existam alterações significativas na cadeia de valor ou nas operações do Banco. O Banco analisa, anualmente se se verificam alterações significativas que justifiquem antecipar a realização do exercício.

Após a realização do exercício, os resultados são enviados, para apreciação, ao Comité de Sustentabilidade, à Comissão de Riscos, à CECA e aprovação pelo Conselho de Administração .

Este trabalho e as suas futuras ramificações permitirão ao BPI agregar valor a outros processos, como a definição de objetivos ESG e a gestão de seus IROs. Nos próximos exercícios, a metodologia será aprimorada para estabelecer uma maior sinergia entre os processos já existentes no BPI e a análise de dupla materialidade .

INTRODUÇÃO
 QUEM SOMOS
 A NOSSA ESTRATÉGIA
 O NOSSO DESEMPENHO
 SUSTENTABILIDADE
 GOVERNAÇÃO E CONTROLO INTERNO
 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
 REFERÊNCIAS FINAIS
 INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

Requisitos de divulgação

| Temas materiais | Subtemas materiais | Norma | Requisitos de divulgação |
|-----------------------|---|--------|--|
| NA | NA | ESRS 2 | BP-1 — Base geral para a elaboração das demonstrações de sustentabilidade |
| NA | NA | ESRS 2 | BP-2 — Divulgações em relação a circunstâncias específicas |
| NA | NA | ESRS 2 | SBM-1 — Estratégia, modelo de negócio e cadeia de valor |
| NA | NA | ESRS 2 | SBM-2 — Interesses e pontos de vista das partes interessadas |
| NA | NA | ESRS 2 | SBM-3 — Impactos, riscos e oportunidades materiais e sua interação com a estratégia e o modelo de negócio |
| NA | NA | ESRS 2 | IRO-1 — Descrição do processo de identificação e avaliação dos impactos, riscos e oportunidades materiais |
| NA | NA | ESRS 2 | IRO-2 — Requisitos de divulgação constantes de ESRS abrangidas pela demonstração de sustentabilidade da empresa |
| NA | NA | ESRS 2 | GOV-1 — Papel dos órgãos de administração, de direção e de supervisão |
| NA | NA | ESRS 2 | GOV-2 — Informações prestadas e questões de sustentabilidade abordadas pelos órgãos de administração, de direção e de supervisão da empresa |
| NA | NA | ESRS 2 | GOV-3 — Integração do desempenho em matéria de sustentabilidade nos regimes de incentivos |
| NA | NA | ESRS 2 | GOV-4 — Declaração sobre o dever de diligência |
| NA | NA | ESRS 2 | GOV-5 — Gestão de riscos e controlos internos do relato de sustentabilidade |
| Alterações Climáticas | Neutralidade de carbono operativa e eficiência energética Descarbonização da carteira de financiamento | E1 | ESRS 2 GOV-3 — Integração do desempenho relacionado com a sustentabilidade nos regimes de incentivo |
| Alterações Climáticas | Neutralidade de carbono operativa e eficiência energética Descarbonização da carteira de financiamento | E1 | E1-1 — Plano de transição para a atenuação das alterações climáticas |
| Alterações Climáticas | Neutralidade de carbono operativa e eficiência energética Descarbonização da carteira de financiamento | E1 | ESRS 2 SBM-3 — Impactos, riscos e oportunidades materiais e a sua interação com a estratégia e o modelo de negócios |
| Alterações Climáticas | Neutralidade de carbono operativa e eficiência energética Descarbonização da carteira de financiamento | E1 | ESRS 2 IRO-1 — Descrição dos processos para identificar e avaliar os impactos, os riscos e as oportunidades materiais relacionados com o clima |
| Alterações Climáticas | Neutralidade de carbono operativa e eficiência energética Descarbonização da carteira de financiamento | E1 | E1-2 — Políticas relacionadas com a atenuação das alterações climáticas e a adaptação às mesmas |
| Alterações Climáticas | Neutralidade de carbono operativa e eficiência energética Descarbonização da carteira de financiamento | E1 | E1-3 — Ações e recursos relacionados com as políticas em matéria de alterações climáticas |

| | | | |
|-----------------------|---|----|---|
| Alterações Climáticas | Neutralidade de carbono operativa e eficiência energética Descarbonização da carteira de financiamento | E1 | E1-4 — Metas relacionadas com a atenuação das alterações climáticas e a adaptação às mesmas |
| Alterações Climáticas | Neutralidade de carbono operativa e eficiência energética | E1 | E1-5 — Consumo energético e combinação de energia |
| Alterações Climáticas | Neutralidade de carbono operativa e eficiência energética Descarbonização da carteira de financiamento | E1 | E1-6 — Emissões brutas de GEE de âmbito 1, 2, 3 e emissões totais de GEE |
| Alterações Climáticas | Neutralidade de carbono operativa e eficiência energética | E1 | E1-7 — Projetos de remoção de GEE e de atenuação dos GEE financiados através de créditos de carbono |
| Alterações Climáticas | Neutralidade de carbono operativa e eficiência energética Descarbonização da carteira de financiamento | E1 | E1-8 — Fixação interna do preço do carbono |
| Alterações Climáticas | Descarbonização da carteira de financiamento | E1 | E1-9 — Efeitos financeiros previstos dos riscos materiais físicos e de transição e potenciais oportunidades relacionadas com o clima |
| Trabalhadores | Promoção do emprego de qualidade e desenvolvimento profissional Promoção da diversidade, a equidade e inclusão | S1 | SBM-2 — Interesses e pontos de vista das partes interessadas |
| Trabalhadores | Promoção do emprego de qualidade e desenvolvimento profissional Promoção da diversidade, a equidade e inclusão | S1 | SBM-3 — Impactos, riscos e oportunidades materiais e a sua interação com a estratégia e o modelo de negócios |
| Trabalhadores | Promoção do emprego de qualidade e desenvolvimento profissional Promoção da diversidade, a equidade e inclusão | S1 | S1-1 — Políticas relacionadas com a própria mão de obra |
| Trabalhadores | Promoção do emprego de qualidade e desenvolvimento profissional Promoção da diversidade, a equidade e inclusão | S1 | S1-2 — Processos para dialogar com a própria mão de obra e com os representantes dos trabalhadores sobre impactos |
| Trabalhadores | Promoção do emprego de qualidade e desenvolvimento profissional Promoção da diversidade, a equidade e inclusão | S1 | <u>S1-3 — Processos para corrigir os impactos negativos e canais para a própria mão de obra expressar preocupações</u> |
| Trabalhadores | Promoção do emprego de qualidade e desenvolvimento profissional Promoção da diversidade, a equidade e inclusão | S1 | S1-4 — Tomada de medidas sobre os impactos materiais na própria mão de obra e abordagens para gerir os riscos materiais e procurar oportunidades materiais relacionadas com a própria mão de obra, bem como a eficácia dessas medidas |
| Trabalhadores | Promoção do emprego de qualidade e desenvolvimento profissional Promoção da diversidade, a equidade e inclusão | S1 | S1-5 — Metas relacionadas com a gestão dos impactos materiais negativos, a promoção de impactos positivos e a gestão de riscos e oportunidades materiais |
| Trabalhadores | Promoção do emprego de qualidade e desenvolvimento profissional Promoção da diversidade, a equidade e inclusão | S1 | S1-6 — Características dos trabalhadores assalariados da empresa |

| | | | |
|---------------------|---|----|--|
| Trabalhadores | Promoção do emprego de qualidade e desenvolvimento profissional Promoção da diversidade, a equidade e inclusão | S1 | S1-8 — Cobertura de negociação coletiva e diálogo social |
| Trabalhadores | Promoção da diversidade, a equidade e inclusão | S1 | S1-9 — Métricas de diversidade |
| Trabalhadores | Promoção do emprego de qualidade e desenvolvimento profissional Promoção da diversidade, a equidade e inclusão | S1 | <u>S1-11 — Proteção social</u> |
| Trabalhadores | Promoção da diversidade, a equidade e inclusão | S1 | S1-12 — Pessoas com deficiência |
| Trabalhadores | Promoção do emprego de qualidade e desenvolvimento profissional | S1 | S1-13 — Métricas de formação e desenvolvimento de competências |
| Clientes | <i>Marketing Responsável</i> | S4 | SBM-2 — Interesses e pontos de vista das partes interessadas |
| Clientes | <i>Marketing Responsável</i> | S4 | SBM-3 — Impactos, riscos e oportunidades materiais e a sua interação com a estratégia e o modelo de negócios |
| Clientes | <i>Marketing Responsável</i> | S4 | S4-1 — Políticas relacionadas com consumidores e utilizadores finais |
| Clientes | <i>Marketing Responsável</i> | S4 | S4-2 — Processos para dialogar com os consumidores e utilizadores finais sobre impactos |
| Clientes | <i>Marketing Responsável</i> | S4 | S4-3 — Processos para corrigir os impactos negativos e canais para os consumidores e utilizadores finais poderem expressar preocupações |
| Clientes | <i>Marketing Responsável</i> | S4 | S4-4 — Adoção de medidas sobre impactos significativos nos consumidores e utilizadores finais, e abordagens para gerir os riscos materiais e procurar oportunidades materiais relacionadas com consumidores e utilizadores finais, e eficácia dessas ações |
| Clientes | <i>Marketing Responsável</i> | S4 | S4-5 — Metas relacionadas com a gestão dos impactos materiais negativos, a promoção de impactos positivos e a gestão de riscos e oportunidades materiais |
| Conduta empresarial | Promoção da ética e integridade Prevenção da corrupção e do suborno Promoção do <i>lobby</i> responsável e transparente Gestão das relações com fornecedores | G1 | GOV-1 — O papel dos órgãos de administração, de supervisão e de direção |
| Conduta empresarial | Promoção da ética e integridade Prevenção da corrupção e do suborno Promoção do <i>lobby</i> responsável e transparente Gestão das relações com fornecedores | G1 | IRO-1 — Descrição do processo de identificação e avaliação dos impactos, riscos e oportunidades materiais |

| | | | |
|--|--|-----|---|
| Conduta empresarial | Promoção da ética e integridade | G1 | G1-1 — Políticas de conduta empresarial e cultura empresarial |
| | Prevenção da corrupção e do suborno | | |
| | Promoção do <i>lobby</i> responsável e transparente | | |
| | Gestão das relações com fornecedores | | |
| Conduta empresarial | Gestão das relações com fornecedores | G1 | G1-2 — Gestão das relações com os fornecedores |
| Conduta empresarial | Promoção da ética e integridade Prevenção da corrupção e do suborno | G1 | G1-3 — Prevenção e deteção de corrupção e suborno |
| Conduta empresarial | Promoção da ética e integridade Prevenção da corrupção e do suborno | G1 | G1-4 — Incidentes de corrupção ou suborno |
| Conduta empresarial | Promoção do <i>lobby</i> responsável e transparente | G1 | G1-5 — Influência política e atividades de representação de grupos de interesse |
| Conduta empresarial | Gestão das relações com fornecedores | G1 | G1-6 — Práticas de pagamento |
| Cibersegurança e segurança da informação | Promoção da cibersegurança e segurança da informação | ES1 | Governo; Estratégia; Impactos, riscos e oportunidades; Métricas e metas |
| Finanças sustentáveis | Promoção da oferta de produtos e serviços com características ESG (mobilização sustentável) Gestão de riscos ESG nas operações de financiamento | ES2 | Governo; Estratégia; Impactos, riscos e oportunidades; Métricas e metas |

Pontos de dados constantes de normas transversais e temáticas decorrentes de outra legislação da UE

| Requisito de divulgação e ponto de dados | Materialidade |
|---|---------------|
| ESRS 2 GOV-1 — Diversidade de género nos conselhos de administração n.o 21, alínea d) | + |
| ESRS 2 GOV-1 Percentagem de membros do conselho de administração que são independentes n.o 21, alínea e) | + |
| ESRS 2 GOV-4 Declaração sobre o dever de diligência n.o 30 | + |
| ESRS 2 SBM-1 Participação em atividades relacionadas com os combustíveis fósseis n.o 40, alínea d), subalínea i) | + |
| ESRS 2 SBM-1 Participação em atividades relacionadas com a produção de produtos químicos n.o 40, alínea d), subalínea ii) | + |
| ESRS 2 SBM-1 Participação em atividades relacionadas com questões controversas armas controversas n.o 40, alínea d), subalínea iii) | + |
| ESRS 2 SBM-1 Participação em atividades relacionadas com o cultivo e produção de tabaco n.o 40, alínea d), subalínea iv) | + |
| ESRS E1-1 Plano de transição para atingir a neutralidade climática até 2050 n.o 14 | + |
| ESRS E1-1 Empresas excluídas dos índices de referência alinhados com o Acordo de Paris n.o 16, alínea g) | + |
| ESRS E1-4 Metas de redução das emissões de GEE n.o 34 | + |
| ESRS E1-5 Consumo de energia de origem fóssil desagregadas por fontes (somente setores com grande impacto climático) n.o 38 | + |
| ESRS E1-5 — Consumo de energia e matriz energética, n.o 37 | |

| | |
|---|--------------|
| ESRS E1-5 Intensidade energética associada a atividades em setores com elevado impacto climático n.os 10 a 43 | + |
| ESRS E1-6 Emissões brutas de âmbito 1, 2, 3 e emissões totais de GEE n.o 44 | + |
| ESRS E1-6 Intensidade das emissões brutas de GEE n.os 10 a 55 | + |
| ESRS E1-7 Remoções de GEE e créditos de carbono n.o 56 | + |
| ESRS E1-9 Exposição da carteira do índice de referência a riscos físicos relacionados com o clima n.o 66 | + |
| ESRS E1-9 Desagregação dos montantes monetários por risco físico agudo e crónico, n.o 66, alínea a) ESRS E1-9 Localização de ativos significativos em risco físico material n.o 66, alínea c) | + |
| ESRS E1-9 — Repartição do valor contabilístico dos seus ativos imobiliários em termos de eficiência energética n.o 67, alínea c). | + |
| ESRS E1-9 Grau de exposição da carteira a oportunidades relacionadas com o clima n.o 69 | + |
| ESRS E2-4 Quantidade de cada poluente enumerado no anexo II do Regulamento RETP (Registo Europeu das Emissões e Transferências de Poluentes) emitida para o ar, a água e o solo, n.o 28 | Não material |
| ESRS E3-1 Recursos hídricos e marinhos n.o 9 | Não material |
| ESRS E3-1 Política específica, n.o 13 | Não material |
| ESRS E3-1 Oceanos e mares sustentáveis n.o 14 | Não material |
| ESRS E3-4 Total de água reciclada e reutilizada, n.o 28, alínea c) | Não material |
| ESRS E3-4 Consumo total de água em m3 por rédito líquido das próprias operações n.o 29 | Não material |
| ESRS 2- SBM 3 — E4 n.o 16, alínea a), subalínea i) | Não material |
| ESRS 2- SBM 3 — E4 n.o 16, alínea b) | Não material |
| ESRS 2- SBM 3 — E4 n.o 16, alínea c) | Não material |
| ESRS E4-2 Práticas ou políticas fundiárias/agrícolas sustentáveis n.o 24, alínea b) | Não material |
| ESRS E4-2 Práticas ou políticas oceânicas/marítimas sustentáveis n.o 24, alínea c) | Não material |
| ESRS E4-2 Políticas para combater a deflorestação, n.o 24, alínea d) | Não material |
| ESRS E5-5 Resíduos não reciclados, n.o 37, alínea d) | Não material |
| ESRS E5-5 Resíduos perigosos e resíduos radioativos, n.o 39 | Não material |
| ESRS 2 — SBM3 — S1 Risco de incidentes decorrentes de trabalho forçado, n.o 14, alínea f | + |
| ESRS 2 — SBM3 — S1 Risco de utilização de trabalho infantil n.o 14, alínea g) | + |
| ESRS S1-1 Compromissos em matéria de política de direitos humanos n.o 20 | + |
| ESRS S1-1 Políticas em matéria de dever de diligência sobre questões abordadas pelas convenções fundamentais 1 a 8 da Organização Internacional do Trabalho, n.o 21 | + |
| ESRS S1-1 Processos e medidas de prevenção do tráfico de seres humanos n.o 22 | + |
| ESRS S1-1 Política de prevenção de acidentes de trabalho ou sistema de gestão de acidentes de trabalho, n.o 23 | + |
| ESRS S1-3 Mecanismos de tratamento de reclamações/ queixas, n.o 32, alínea c | + |
| ESRS S1-14 Número de vítimas mortais e número e taxa de acidentes relacionados com o trabalho, n.o 88, alíneas b) e c) | Não material |
| ESRS S1-14 Número de dias perdidos devido a lesões, acidentes, morte ou doença n.o 88, alínea e) | Não material |
| ESRS S1-16 Disparidades salariais entre homens e mulheres não ajustadas n.o 97, alínea a) | Não material |
| ESRS S1-16 Rácio de remuneração excessiva dos diretores executivos (CEO) n.o 97, alínea b) | Não material |

| | |
|---|--------------|
| ESRS S1-17 Incidentes de discriminação, n.o 103, alínea a) | Não material |
| ESRS S1-17 Inobservância dos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos e Linhas Diretrizes da OCDE n.o 104, alínea a | Não material |
| ESRS 2 — SBM3 — S2 Risco significativo de trabalho infantil ou de trabalho forçado na cadeia de valor, n.o 11, alínea b) | Não material |
| ESRS S2-1 Compromissos em matéria de política de direitos humanos n.o 17 | Não material |
| ESRS S2-1 — Políticas relacionadas com os trabalhadores da cadeia de valor n.o 18 | Não material |
| ESRS S2-1 Inobservância dos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos e Linhas Diretrizes da OCDE n.o 19 | Não material |
| ESRS S2-1 Políticas em matéria de dever de diligência sobre questões abordadas pelas convenções fundamentais 1 a 8 da Organização Internacional do Trabalho, n.o 19 | Não material |
| ESRS S2-4 Questões e incidentes em matéria de direitos humanos relacionados com a sua cadeia de valor a montante e a jusante n.o 36 | Não material |
| ESRS S3-1 Compromissos em matéria de direitos humanos, n.o 16 | Não material |
| ESRS S3-1 Inobservância dos UNGP sobre empresas e direitos humanos, dos princípios da OIT ou das diretrizes da OCDE n.o 17 | Não material |
| ESRS S3-4 Questões e incidentes em matéria de direitos humanos, n.o 36 | Não material |
| ESRS S4-1 — Políticas relativas aos consumidores e utilizadores finais n.o 16 | + |
| ESRS S4-1 Inobservância dos UNGP sobre empresas e direitos humanos, dos princípios da OIT e das diretrizes da OCDE n.o 17 | + |
| ESRS S4-4 Questões e incidentes em matéria de direitos humanos, n.o 35 | + |
| ESRS G1-1 Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, n.o 10, alínea b) | + |
| ESRS G1-1 Proteção de denunciante n.o 10, alínea d) | + |
| ESRS G1-4 Coimas por violação das leis de combate à corrupção e ao suborno, n.o 24, alínea a | + |
| ESRS G1-4 Coimas por violação das leis de combate à corrupção e ao suborno, n.o 24, alínea a | + |

Informações Ambientais

Divulgações nos termos do artigo 8º do Regulamento 2020/852 (Regulamento Taxonomia)

A forma harmonizada a nível da UE de medir o contributo positivo da atividade das empresas para os objetivos ambientais é através do Regulamento da Taxonomia⁷² que estabelece uma moldura de avaliação do contributo das diversas atividades económicas para cada um dos seis objetivos ambientais identificados.

De acordo com o Regulamento Delegado de Divulgação⁷³ as instituições de crédito deverão reportar o denominado *Green Asset Ratio* (GAR) que pretende medir o peso do financiamento “verde” no total do respetivo ativo.

Importa sublinhar que o rácio apresenta várias limitações estruturais que exigem cuidado na interpretação/ leitura e comparação:

Nas secções seguintes encontram-se as divulgações obrigatórias em linha com o Regulamento Delegado de Divulgação⁷⁴:

Um conjunto de quadros sobre o Green Asset Ratio (GAR), sendo que três dos quadros são

- apenas uma parte do negócio do Banco poderá ser incluído no numerador desse rácio, uma vez que, entre outros fatores, apenas empresas sujeitas a reporte desta informação integram o perímetro relevante de apuramento de numerador;
- apenas são incluídas atividades com contributo substancial para objetivos ambientais, desconsiderando o esforço de transição das atividades que têm impacto negativo;
- apenas são consideradas as atividades identificadas pela Comissão Europeia num processo que está em contínua evolução.

Acresce que a metodologia de cálculo é relativamente nova e complexa, tem vindo a exigir inúmeros e sucessivos reportados tanto em termos de Volume de Negócios como de Capex, conforme o respetivo Anexo VI;

Um conjunto de informação qualitativa, conforme o respetivo Anexo XI.

esclarecimentos por parte da Comissão Europeia, e exige às empresas desenvolvimentos de novos processos de análise e recolha de dados. O BPI adotou uma postura conservadora tanto em caso de insuficiência de informação como no caso de dúvida na interpretação: nesses casos os financiamentos não foram incluídos no numerador do rácio. Por estes motivos, o rácio apresentado não representa toda a contribuição do BPI para objetivos ambientais, correspondendo a uma subestimação do financiamento com esta finalidade.

No anexo “Informação Complementar” encontram-se todos os quadros previstos no Regulamento Delegado de Divulgação bem como uma explicação mais detalhada dos cálculos efetuados

Um conjunto de informação sobre a atividade associada ao Gás e Nuclear, conforme o respetivo Anexo XII;

Quadros GAR (Anexo VI)

⁷² Regulamento (UE) 2020/852.

⁷³ Regulamento (UE) 2021/2178

⁷⁴ Regulamento (UE) 2020/852.

INTRODUÇÃO
 QUEM SOMOS
 A NOSSA ESTRATÉGIA
 O NOSSO DESEMPENHO
 SUSTENTABILIDADE
 GOVERNAÇÃO E CONTROLO INTERNO
 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
 REFERÊNCIAS FINAIS
 INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

Modelo 0. xx

Quadro 0.

| KPI Principal | KPIs Adicionais | | |
|---------------|-----------------|-----------------------|-------------------|
| GAR (stock) | GAR (fluxo) | Garantias financeiras | Ativos sob Gestão |

| | | | | |
|--|--------|--------|--------|--------|
| Total dos ativos sustentáveis do ponto de vista ambiental (Turnover) | 162.35 | 66.54 | 13.95 | 0.10 % |
| GAR (Turnover) | 0.49% | 0.82 % | 12,28% | 0.24 % |
| GAR (Capex) | 1.27% | 1.47 % | 13.68% | 0.24 % |

| | | | |
|---|-------|--------|--|
| % de cobertura ⁷⁵ | 58.1% | 52.2 % | |
| % de ativos excluídos do numerador do GAR ⁷⁶ | 35.2% | 47.9 % | |
| % de ativos excluídos do denominador do GAR ⁷⁷ | 16.1% | 0.3% | |

⁷⁵ Em relação ao total dos ativos.

⁷⁶ Artigo 7(2) e 7(3) Regulamento Delegado de Divulgação.

⁷⁷ Artigo 7(1) Regulamento Delegado de Divulgação.

INTRODUÇÃO
QUEM SOMOS
A NOSSA ESTRATÉGIA
O NOSSO DESEMPENHO
SUSTENTABILIDADE
GOVERNAÇÃO E CONTROLO INTERNO
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
REFERÊNCIAS FINAIS
INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

Modelo 1. Ativos para o cálculo do Green Asset Ratio (CAPEX)

INTRODUÇÃO
 QUEM SOMOS
 A NOSSA ESTRATÉGIA
 O NOSSO DESEMPENHO
 SUSTENTABILIDADE
 GOVERNAÇÃO E CONTROLO INTERNO
 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
 REFERÊNCIAS FINAIS
 INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

| Milhões de EUR | Total de quantia escriturada | Mitigação das alterações climáticas (MAC) | | | | | Adaptação às alterações climáticas (AAC) | | | | | Total (MAC+AAC) | | | | |
|--|------------------------------|---|-------------------------|-------------------------|-----------------------------------|-------------------------|--|-----------------------------------|-------------------------|-------------------------|-----------------------------------|--|-------------------------|-----------------------------------|-------------------------|-------------------------|
| | | Dos quais, para setores pertinentes para a taxonomia (elegíveis para taxonomia) | | | | | Dos quais, setores pertinentes para a taxonomia (elegíveis para taxonomia) | | | | | Dos quais, setores pertinentes para a taxonomia (elegíveis para taxonomia) | | | | |
| | | Dos quais, sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhados pela taxonomia) | | | | | Dos quais, sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhados pela taxonomia) | | | | | Dos quais, sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhados pela taxonomia) | | | | |
| | | Dos quais, utilização de receitas | Dos quais, de transição | Dos quais, capacitantes | Dos quais, utilização de receitas | Dos quais, de transição | Dos quais, capacitantes | Dos quais, utilização de receitas | Dos quais, de transição | Dos quais, capacitantes | Dos quais, utilização de receitas | Dos quais, de transição | Dos quais, capacitantes | Dos quais, utilização de receitas | Dos quais, de transição | Dos quais, capacitantes |
| GAR – Ativos abrangidos tanto no numerador como no denominador | 19 109 | 15 820 | 418 | - | - | 14 | 1 | - | - | - | - | 15 822 | 418 | - | - | 14 |
| 1 Empréstimos e adiantamentos, títulos de dívida e instrumentos de capital não elegíveis detidos para negociação para cálculo do GAR | 19 108 | 15 820 | 418 | - | - | 14 | 1 | - | - | - | - | 15 821 | 418 | - | - | 14 |
| 2 Empresas financeiras | 1 396 | 297 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 297 | - | - | - | - |
| 3 Instituições de crédito | 1 292 | 287 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 287 | - | - | - | - |
| 4 Empréstimos e adiantamentos | 940 | 212 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 212 | - | - | - | - |
| 5 Títulos de dívida, incluindo unidades de participação | 150 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 6 Instrumentos de capital | 202 | 75 | - | - | - | - | - | - | - | - | 75 | - | - | - | - | - |
| 7 Outras empresas financeiras | 104 | 11 | - | - | - | - | - | - | - | - | 11 | - | - | - | - | - |
| 8 Das quais, empresas de investimento | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 9 Empréstimos e adiantamentos | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 10 Títulos de dívida, incluindo unidades de participação | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 11 Instrumentos de capital | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 12 Das quais, sociedades gestoras | 6 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 13 Empréstimos e adiantamentos | 6 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 14 Títulos de dívida, incluindo unidades de participação | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 15 Instrumentos de capital | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 16 Das quais, empresas de seguros | 62 | 11 | - | - | - | - | - | - | - | - | 11 | - | - | - | - | - |
| 17 Empréstimos e adiantamentos | 2 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 18 Títulos de dívida, incluindo unidades de participação | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 19 Instrumentos de capital | 60 | 11 | - | - | - | - | - | - | - | - | 11 | - | - | - | - | - |

INTRODUÇÃO
 QUEM SOMOS
 A NOSSA ESTRATÉGIA
 O NOSSO DESEMPENHO
 SUSTENTABILIDADE
 GOVERNAÇÃO E CONTROLO INTERNO
 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
 REFERÊNCIAS FINAIS
 INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|----|---|--------|----|----|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 42 | Títulos de dívida | - | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 43 | Instrumentos de capital | 343 | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 44 | Derivados | 3 | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 45 | Empréstimos bancários à vista | 73 | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 46 | Ativos em numerário equivalentes a numerário | 285 | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 47 | Outras categorias de ativos (p. ex.: goodwill, produtos de base, etc.) | 3 136 | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 48 | GAR Total dos Ativos | 32 880 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 49 | Ativos não abrangidos para efeitos do cálculo do GAR | 6 288 | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 50 | Administrações centrais e emitentes supranacionais | 4 734 | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 51 | Posições em risco sobre bancos centrais | 1 498 | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 52 | Carteira de negociação | 56 | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 53 | Total dos ativos | 39 168 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| | Posições extrapatrimoniais – empresas sujeitas às obrigações de cálculo do GAR | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 54 | Garantias financeiras | 114 | 16 | 16 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 55 | Ativos sob gestão | 42 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 56 | Dos quais, títulos da dívida | 14 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 57 | Dos quais, instrumentos de capital | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |

Modelo 2. Informações setoriais do GAR (Turnover)

INTRODUÇÃO
 QUEM SOMOS
 A NOSSA ESTRATÉGIA
 O NOSSO DESEMPENHO
 SUSTENTABILIDADE
 GOVERNAÇÃO E CONTROLO INTERNO
 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
 REFERÊNCIAS FINAIS
 INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

| Discriminação por setor - nível de 4 dígitos da NACE (código e rótulo) | | Mitigação das alterações climáticas (MAC) | | Mitigação das alterações climáticas (AAC) | | Total (MAC+AAC) | |
|--|--|---|---|--|---|---|---|
| | | Empresas não financeiras (sujeitas às obrigações de divulgação da NFRD) | | PME e empresas não financeiras (distintas de PME) não sujeitas às obrigações de divulgação da NFRD | | Empresas não financeiras (sujeitas às obrigações de divulgação da NFRD) | |
| | | Quantia escriturada (bruta) | | Quantia escriturada (bruta) | | Quantia escriturada (bruta) | |
| | | Milhões de EUR | Dos quais, sustentáveis do ponto de vista ambiental (MAC) | Milhões de EUR | Dos quais, sustentáveis do ponto de vista ambiental (AAC) | Milhões de EUR | Dos quais, sustentáveis do ponto de vista ambiental (MAC+AAC) |
| 1 | A02.40 - Actividades dos serviços relacionados com a silvicultura e exploração florestal | - | - | - | - | - | - |
| 2 | B08.11 - Extração de rochas ornamentais e de outras pedras para construção, de calcário, de gesso, de cré e de ardósia | - | - | - | - | - | - |
| 3 | C13.10 - Preparação e fiação de fibras têxteis | - | - | - | - | - | - |
| 4 | C16.29 - Fabricação de outras obras de madeira, de cestaria e espartaria; indústria da cortiça | 6 | 3 | - | - | 9 | - |
| 5 | C17.11 - Fabricação de pasta | 21 | 17 | - | - | 38 | - |
| 6 | C17.12 - Fabricação de papel e de cartão (excepto canelado) | 10 | 7 | - | - | 17 | - |
| 7 | C17.21 - Fabricação de papel e de cartão canelados e de embalagens de papel e cartão | - | - | - | - | - | - |
| 8 | C23.51 - Fabricação de cimento | 3 | 2 | - | - | 5 | - |
| 9 | C23.63 - Fabricação de betão pronto | - | - | - | - | - | - |
| 10 | C27.32 - Fabricação de outros fios e cabos eléctricos e electrónicos | - | - | - | - | - | - |
| 11 | C29.32 - Fabricação de outros componentes e acessórios para veículos automóveis | 2 | - | - | - | 2 | - |
| 12 | C30.92 - Fabricação de bicicletas e veículos para inválidos | 1 | - | - | - | 1 | - |
| 13 | D35.11 - Produção de electricidade | 122 | 121 | - | - | 243 | - |
| 14 | D35.13 - Distribuição de electricidade | - | - | - | - | - | - |
| 15 | D35.22 - Distribuição de combustíveis gasosos por condutas | - | - | - | - | - | - |
| 16 | E36.00 - Captação, tratamento e distribuição de água | - | - | - | - | - | - |
| 17 | E38.11 - Recolha de resíduos não perigosos | 2 | - | - | - | 2 | - |
| 18 | E38.21 - Tratamento e eliminação de resíduos não perigosos | - | - | - | - | - | - |
| 19 | E38.32 - Valorização de resíduos seleccionados | - | - | - | - | - | - |
| 20 | F41.10 - Promoção imobiliária (desenvolvimento de projectos de edifícios) | - | - | - | - | - | - |
| 21 | F42.11 - Construção de estradas e pistas de aeroportos | 1 | - | - | - | 1 | - |
| 22 | F42.12 - Construção de vias férreas | - | - | - | - | - | - |

INTRODUÇÃO
 QUEM SOMOS
 A NOSSA ESTRATÉGIA
 O NOSSO DESEMPENHO
 SUSTENTABILIDADE
 GOVERNAÇÃO E CONTROLO INTERNO
 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
 REFERÊNCIAS FINAIS
 INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

| | | | | | | | |
|----|--|----|---|---|---|----|---|
| 23 | F43.11 - Demolição | 2 | - | - | - | 2 | - |
| 24 | F43.21 - Instalação eléctrica | - | - | - | - | - | - |
| 25 | F43.99 - Outras actividades especializadas de construção, n.e. | - | - | - | - | - | - |
| 26 | G45.11 - Comércio de veículos automóveis ligeiros | - | - | - | - | - | - |
| 27 | G46.76 - Comércio por grosso de outros bens intermédios | - | - | - | - | - | - |
| 28 | G47.11 - Comércio a retalho em estabelecimentos não especializados, com predominância de produtos alimentares, bebidas ou tabaco | 1 | - | - | - | 1 | - |
| 29 | G47.19 - Comércio a retalho em estabelecimentos não especializados, sem predominância de produtos alimentares, bebidas ou tabaco | - | - | - | - | - | - |
| 30 | G47.30 - Comércio a retalho de combustível para veículos a motor, em estabelecimentos especializados | - | - | - | - | - | - |
| 31 | H49.41 - Transportes rodoviários de mercadorias | - | - | - | - | - | - |
| 32 | H52.10 - Armazenagem | 1 | 1 | - | - | 1 | - |
| 33 | H53.20 - Outras actividades postais e de courier | - | - | - | - | - | - |
| 34 | I55.10 - Estabelecimentos hoteleiros | - | - | - | - | 1 | - |
| 35 | J58.14 - Edição de revistas e de outras publicações periódicas | - | - | - | - | - | - |
| 36 | J58.19 - Outras actividades de edição | 21 | - | - | - | 21 | - |
| 37 | J59.13 - Distribuição de filmes, de vídeos e de programas de televisão | - | - | - | - | - | - |
| 38 | J59.14 - Projecção de filmes e de vídeos | - | - | - | - | - | - |
| 39 | J60.20 - Actividades de televisão | 17 | - | - | - | 17 | - |
| 40 | J61.10 - Actividades de telecomunicações por fio | 6 | - | - | - | 6 | - |
| 41 | J61.90 - Outras actividades de telecomunicações | - | - | - | - | - | - |
| 42 | J62.02 - Actividades de consultoria em informática | - | - | - | - | - | - |
| 43 | K64.20 - Actividades das sociedades gestoras de participações sociais | 7 | - | - | - | 7 | - |
| 44 | L68.20 - Arrendamento de bens imobiliários | 4 | 3 | - | - | 7 | - |
| 45 | M71.12 - Actividades de engenharia e técnicas afins | 5 | 5 | - | - | 11 | - |
| 46 | N77.11 - Aluguer de veículos automóveis ligeiros | 1 | - | - | - | 1 | - |
| 47 | N77.39 - Aluguer de outras máquinas e equipamentos, n.e. | 37 | - | - | - | 37 | - |
| 48 | N82.99 - Outras actividades de serviços de apoio prestados às empresas, n.e. | - | - | - | - | - | - |
| 49 | Q86.90 - Outras actividades de saúde humana | 5 | 2 | - | - | 6 | - |

Modelo 2. Informações setoriais do GAR (CAPEX)

| Discriminação por setor - nível de 4 dígitos da NACE (código e rótulo) | | Mitigação das alterações climáticas (MAC) | | Mitigação das alterações climáticas (AAC) | | Total (MAC+AAC) | |
|--|--|---|---|--|---|---|---|
| | | Empresas não financeiras (sujeitas às obrigações de divulgação da NFRD) | | PME e empresas não financeiras (distintas de PME) não sujeitas às obrigações de divulgação da NFRD | | Empresas não financeiras (sujeitas às obrigações de divulgação da NFRD) | |
| | | Quantia escriturada (bruta) | | Quantia escriturada (bruta) | | Quantia escriturada (bruta) | |
| | | Milhões de EUR | Dos quais, sustentáveis do ponto de vista ambiental (MAC) | Milhões de EUR | Dos quais, sustentáveis do ponto de vista ambiental (AAC) | Milhões de EUR | Dos quais, sustentáveis do ponto de vista ambiental (MAC+AAC) |
| 1 | A01.21 - Viticultura | - | - | - | - | - | - |
| 2 | A02.40 - Actividades dos serviços relacionados com a silvicultura e exploração florestal | - | - | - | - | - | - |
| 3 | B08.11 - Extração de rochas ornamentais e de outras pedras para construção, de calcário, de gesso, de cré e de ardósia | - | 1 | - | - | 1 | - |
| 4 | C13.10 - Preparação e fiação de fibras têxteis | - | - | - | - | 1 | - |
| 5 | C16.29 - Fabricação de outras obras de madeira, de cestaria e espartaria; indústria da cortiça | 28 | 7 | - | - | 34 | - |
| 6 | C17.11 - Fabricação de pasta | 122 | 11 | - | - | 233 | - |
| 7 | C17.12 - Fabricação de papel e de cartão (excepto canelado) | 30 | 26 | - | - | 55 | - |
| 8 | C17.21 - Fabricação de papel e de cartão canelados e de embalagens de papel e cartão | - | - | - | - | - | - |
| 9 | C19.20 - Fabricação de produtos petrolíferos refinados e de aglomerados de combustíveis | 103 | 103 | - | - | 207 | - |
| 10 | C23.13 - Fabricação de vidro de embalagem e cristalaria (vidro oco) | 2 | - | - | - | 2 | - |
| 11 | C23.51 - Fabricação de cimento | 9 | 8 | - | - | 17 | - |
| 12 | C23.63 - Fabricação de betão pronto | - | - | - | - | - | - |
| 13 | C24.34 - Trefilagem a frio | - | - | - | - | - | - |
| 14 | C27.32 - Fabricação de outros fios e cabos eléctricos e electrónicos | - | - | - | - | - | - |
| 15 | C29.32 - Fabricação de outros componentes e acessórios para veículos automóveis | 2 | - | - | - | 2 | - |
| 16 | C30.92 - Fabricação de bicicletas e veículos para inválidos | 2 | 1 | - | - | 3 | - |
| 17 | D35.11 - Produção de electricidade | 120 | 120 | - | - | 239 | - |
| 18 | D35.13 - Distribuição de electricidade | - | - | - | - | - | - |
| 19 | D35.22 - Distribuição de combustíveis gasosos por condutas | - | - | - | - | - | - |
| 20 | E36.00 - Captação, tratamento e distribuição de água | - | - | - | - | - | - |
| 21 | E38.11 - Recolha de resíduos não perigosos | - | - | - | - | - | - |

INTRODUÇÃO
 QUEM SOMOS
 A NOSSA ESTRATÉGIA
 O NOSSO DESEMPENHO
 SUSTENTABILIDADE
 GOVERNAÇÃO E CONTROLO INTERNO
 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
 REFERÊNCIAS FINAIS
 INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

| | | | | | | | |
|----|--|----|----|---|---|----|---|
| 22 | E38.21 - Tratamento e eliminação de resíduos não perigosos | - | - | - | - | - | - |
| 23 | E38.32 - Valorização de resíduos seleccionados | - | - | - | - | - | - |
| 24 | F41.10 - Promoção imobiliária (desenvolvimento de projectos de edifícios) | 1 | - | - | - | 2 | - |
| 25 | F42.11 - Construção de estradas e pistas de aeroportos | - | - | - | - | - | - |
| 26 | F42.12 - Construção de vias férreas | 1 | - | - | - | 1 | - |
| 27 | F43.11 - Demolição | 4 | - | - | - | 4 | - |
| 28 | F43.21 - Instalação eléctrica | - | - | - | - | - | - |
| 29 | F43.99 - Outras actividades especializadas de construção, n.e. | - | - | - | - | - | - |
| 30 | G45.11 - Comércio de veículos automóveis ligeiros | - | - | - | - | - | - |
| 31 | G46.38 - Comércio por grosso de outros produtos alimentares | - | - | - | - | - | - |
| 32 | G46.39 - Comércio por grosso não especializado de produtos alimentares, bebidas e tabaco | - | - | - | - | - | - |
| 33 | G46.69 - Comércio por grosso de outras máquinas e equipamentos | - | - | - | - | - | - |
| 34 | G46.72 - Comércio por grosso de minérios e de metais | 2 | - | - | - | 2 | - |
| 35 | G46.76 - Comércio por grosso de outros bens intermédios | - | - | - | - | - | - |
| 36 | G47.11 - Comércio a retalho em estabelecimentos não especializados, com predominância de produtos alimentares, bebidas ou tabaco | 75 | 12 | - | - | 87 | - |
| 37 | G47.19 - Comércio a retalho em estabelecimentos não especializados, sem predominância de produtos alimentares, bebidas ou tabaco | - | - | - | - | - | - |
| 38 | G47.30 - Comércio a retalho de combustível para veículos a motor, em estabelecimentos especializados | - | - | - | - | - | - |
| 39 | H49.41 - Transportes rodoviários de mercadorias | 1 | 1 | - | - | 2 | - |
| 40 | H52.10 - Armazenagem | 1 | 1 | - | - | 1 | - |
| 41 | H53.20 - Outras actividades postais e de courier | - | - | - | - | - | - |
| 42 | I55.10 - Estabelecimentos hoteleiros | 1 | 1 | - | - | 3 | - |
| 43 | J58.14 - Edição de revistas e de outras publicações periódicas | - | - | - | - | - | - |
| 44 | J58.19 - Outras actividades de edição | 4 | 4 | - | - | 8 | - |
| 45 | J59.11 - Produção de filmes, de vídeos e de programas de televisão | - | - | - | - | - | - |
| 46 | J59.13 - Distribuição de filmes, de vídeos e de programas de televisão | - | - | - | - | - | - |
| 47 | J59.14 - Projecção de filmes e de vídeos | - | - | - | - | - | - |
| 48 | J60.20 - Actividades de televisão | 16 | 3 | - | - | 19 | - |
| 49 | J61.10 - Actividades de telecomunicações por fio | 3 | - | - | - | 3 | - |

INTRODUÇÃO
 QUEM SOMOS
 A NOSSA ESTRATÉGIA
 O NOSSO DESEMPENHO
 SUSTENTABILIDADE
 GOVERNAÇÃO E CONTROLO INTERNO
 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
 REFERÊNCIAS FINAIS
 INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

| | | | | | | | | | | | | | | | | |
|----|---|--------|-------|---|---|------|------|---|---|---|-------|------|---|---|---|-------|
| 17 | Empréstimos e adiantamentos | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 18 | Títulos de dívida, incluindo unidades de participação | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 19 | Instrumentos de capital | 17,8% | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 0,2% |
| 20 | Empresas não financeiras | 33,6% | 23,3% | - | - | 0,8% | 0,1% | - | - | - | 0,8% | - | - | - | - | 5,5% |
| 21 | Empréstimos e adiantamentos | 30,2% | 9,6% | - | - | 0,7% | 0,2% | - | - | - | 0,7% | - | - | - | - | 1,8% |
| 22 | Títulos de dívida, incluindo unidades de participação | 35,2% | 29,8% | - | - | 0,8% | - | - | - | - | 0,8% | - | - | - | - | 3,7% |
| 23 | Instrumentos de capital | 16,0% | 16,0% | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 24 | Famílias | 98,0% | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 46,3% |
| 25 | Dos quais, empréstimos caucionados por imóveis de habitação | 100,0% | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 43,9% |
| 26 | Dos quais, empréstimos para a renovação de edifícios | 100,0% | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 1,2% |
| 27 | Dos quais, empréstimos automóveis | 18,6% | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 28 | Financiamento do setor público local | 1,2% | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 2,2% |
| 29 | Financiamento à habitação | 100,0% | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 30 | Outros financiamentos do setor público local | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 2,1% |
| 31 | Cauções obtidas por aquisição da posse: bens imóveis residenciais e comerciais | 100,0% | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 32 | GARTotal dos Ativos | 48,1% | 1,3% | - | - | - | - | - | - | - | 48,1% | 1,3% | - | - | - | 58,1% |

Modelo 4. KPI GAR dos fluxos (Turnover)

| % (em comparação com o total de ativos elegíveis) | Mitigação das alterações climáticas (MAC) | | | | | Adaptação às alterações climáticas (AAC) | | | | Total (MAC+AAC) | | | | | |
|--|--|------|-----------------------------------|-------------------------|-------------------------|---|---|-----------------------------------|-------------------------|---|------|-----------------------------------|-------------------------|-------------------------|---|
| | Proporção do total dos ativos abrangidos que financiam setores pertinentes para taxonomia (elegíveis para taxonomia) | | | | | Dos quais, setores pertinentes para a taxonomia Proporção do total dos ativos abrangidos que financiam setores pertinentes para taxonomia (elegíveis para taxonomia) | | | | Dos quais, setores pertinentes para a taxonomia Proporção do total dos ativos abrangidos que financiam setores pertinentes para taxonomia (elegíveis para taxonomia) | | | | | Proporção do total de novos ativos cobertos |
| | Proporção do total dos ativos abrangidos que financiam setores pertinentes para taxonomia (alinhados pela taxonomia) | | | | | Proporção do total dos ativos abrangidos que financiam setores pertinentes para taxonomia (alinhados pela taxonomia) | | | | Proporção do total dos ativos abrangidos que financiam setores pertinentes para taxonomia (alinhados pela taxonomia) | | | | | |
| | | | Dos quais, utilização de receitas | Dos quais, de transição | Dos quais, capacitantes | | | Dos quais, utilização de receitas | Dos quais, capacitantes | | | Dos quais, utilização de receitas | Dos quais, de transição | Dos quais, capacitantes | |
| GAR – Ativos abrangidos tanto no numerador como no denominador | 74,8% | 1,6% | - | - | 0,1% | - | - | - | - | 74,8% | 2,8% | - | - | 0,1% | |
| 1 Empréstimos e adiantamentos, títulos de dívida e instrumentos de capital não elegíveis detidos para negociação para cálculo do GAR | 74,8% | 1,6% | - | - | 0,1% | - | - | - | - | 74,8% | 2,8% | - | - | 0,1% | 52,1% |
| 2 Empresas financeiras | 22,8% | - | - | - | - | - | - | - | - | 22,8% | - | - | - | - | 7,1% |
| 3 Instituições de crédito | 23,1% | - | - | - | - | - | - | - | - | 23,1% | - | - | - | - | 7,0% |

INTRODUÇÃO
 QUEM SOMOS
 A NOSSA ESTRATÉGIA
 O NOSSO DESEMPENHO
 SUSTENTABILIDADE
 GOVERNANÇA E CONTROLO INTERNO
 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
 REFERÊNCIAS FINAIS
 INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

| | | | | | | | | | | | | | | | | |
|----|---|--------|-------|---|---|------|------|---|---|---|--------|-------|---|---|------|-------|
| 4 | Empréstimos e adiantamentos | 24,8% | - | - | - | - | - | - | - | - | 24,8% | - | - | - | - | 6,5% |
| 5 | Títulos de dívida, incluindo unidades de participação | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 6 | Instrumentos de capital | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 0,5% |
| 7 | Outras empresas financeiras | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 0,1% |
| 8 | Das quais, empresas de investimento | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 9 | Empréstimos e adiantamentos | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 10 | Títulos de dívida, incluindo unidades de participação | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 11 | Instrumentos de capital | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 12 | Das quais, sociedades gestoras | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 0,1% |
| 13 | Empréstimos e adiantamentos | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 0,1% |
| 14 | Títulos de dívida, incluindo unidades de participação | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 15 | Instrumentos de capital | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 16 | Das quais, empresas de seguros | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 17 | Empréstimos e adiantamentos | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 18 | Títulos de dívida, incluindo unidades de participação | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 19 | Instrumentos de capital | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 20 | Empresas não financeiras | 13,8% | 10,0% | - | - | 0,6% | - | - | - | - | 13,9% | 10,0% | - | - | 0,6% | 8,2% |
| 21 | Empréstimos e adiantamentos | 8,7% | 0,9% | - | - | 1,0% | 0,1% | - | - | - | 8,8% | 0,9% | - | - | 1,0% | 2,8% |
| 22 | Títulos de dívida, incluindo unidades de participação | 16,5% | 14,9% | - | - | 0,5% | - | - | - | - | 16,5% | 14,9% | - | - | 0,5% | 5,4% |
| 23 | Instrumentos de capital | 0,0% | 0,0% | - | - | - | - | - | - | - | 0,0% | 0,0% | - | - | - | - |
| 24 | Famílias | 98,9% | 0,0% | - | - | - | - | - | - | - | 98,9% | 0,0% | - | - | - | 36,6% |
| 25 | Dos quais, empréstimos caucionados por imóveis de habitação | 100,0% | 0,0% | - | - | - | - | - | - | - | 100,0% | 0,0% | - | - | - | 35,1% |
| 26 | Dos quais, empréstimos para a renovação de edifícios | 100,0% | 0,0% | - | - | - | - | - | - | - | 100,0% | 0,0% | - | - | - | 0,7% |
| 27 | Dos quais, empréstimos automóveis | 55,1% | 0,0% | - | - | - | - | - | - | - | 55,1% | 0,0% | - | - | - | 0,9% |
| 28 | Financiamento do setor público local | 0,0% | 0,0% | - | - | - | - | - | - | - | 0,0% | 0,0% | - | - | - | 0,3% |
| 29 | Financiamento à habitação | 0,0% | 0,0% | - | - | - | - | - | - | - | 0,0% | 0,0% | - | - | - | - |
| 30 | Outros financiamentos do setor público local | 0,0% | 0,0% | - | - | - | - | - | - | - | 0,0% | 0,0% | - | - | - | 0,3% |
| 31 | Cauções obtidas por aquisição da posse: bens imóveis residenciais e comerciais | 100,0% | 0,0% | - | - | - | - | - | - | - | 0,0% | 0,0% | - | - | - | - |
| 32 | GAR Total dos Ativos | 39,0% | 0,8% | - | - | 0,1% | - | - | - | - | 39,0% | 0,8% | - | - | 0,1% | 52,2% |

INTRODUÇÃO
 QUEM SOMOS
 A NOSSA ESTRATÉGIA
 O NOSSO DESEMPENHO
 SUSTENTABILIDADE
 GOVERNAÇÃO E CONTROLO INTERNO
 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
 REFERÊNCIAS FINAIS
 INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

| | | | | | | | | | | | | | | | | |
|----|---|--------|-------|---|---|------|---|---|---|---|-------|------|---|---|-------|-------|
| 22 | Títulos de dívida, incluindo unidades de participação | 31,0% | 24,2% | - | - | 0,5% | - | - | - | - | - | - | - | - | 5,4% | |
| 23 | Instrumentos de capital | 0,0% | 0,0% | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | |
| 24 | Famílias | 98,9% | 0,0% | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 36,6% | |
| 25 | Dos quais, empréstimos caucionados por imóveis de habitação | 100,0% | 0,0% | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 35,1% | |
| 26 | Dos quais, empréstimos para a renovação de edifícios | 100,0% | 0,0% | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 0,7% | |
| 27 | Dos quais, empréstimos automóveis | 55,1% | 0,0% | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | |
| 28 | Financiamento do setor público local | 0,0% | 0,0% | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 0,3% | |
| 29 | Financiamento à habitação | 0,0% | 0,0% | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 0,0% | |
| 30 | Outros financiamentos do setor público local | 0,0% | 0,0% | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 0,3% | |
| 31 | Cauções obtidas por aquisição da posse: bens imóveis residenciais e comerciais | 100,0% | 0,0% | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | |
| 32 | GAR Total dos Ativos | 40,6% | 1,5% | - | - | 0,1% | - | - | - | - | 40,7% | 1,5% | - | - | 0,1% | 52,2% |

Modelo 5. KPI exposições extrapatrimoniais (Turnover)

| % (em comparação com o total dos ativos extrapatrimoniais elegíveis) | | Mitigação das alterações climáticas (MAC) | | | | | Adaptação às alterações climáticas (AAC) | | | Total (MAC+AAC) | | | | | |
|--|-------------------------------------|--|-----------------------------------|-------------------------|-------------------------|------|--|-------------------------|---|--|-------------------------|-------------------------|---|---|------|
| | | Proporção do total dos ativos abrangidos que financiam setores pertinentes para taxonomia (elegíveis para taxonomia) | | | | | Proporção do total dos ativos abrangidos que financiam setores pertinentes para a taxonomia | | | Proporção do total dos ativos abrangidos que financiam setores pertinentes para taxonomia (elegíveis para taxonomia) | | | | | |
| | | Proporção do total dos ativos abrangidos que financiam setores pertinentes para taxonomia (alinhados pela taxonomia) | | | | | Proporção do total dos ativos abrangidos que financiam setores pertinentes para taxonomia (alinhados pela taxonomia) | | | Proporção do total dos ativos abrangidos que financiam setores pertinentes para taxonomia (alinhados pela taxonomia) | | | | | |
| | | | Dos quais, utilização de receitas | Dos quais, de transição | Dos quais, capacitantes | | Dos quais, utilização de receitas | Dos quais, capacitantes | | Dos quais, utilização de receitas | Dos quais, de transição | Dos quais, capacitantes | | | |
| Stock | Garantias financeiras (KPI FinGuar) | 12,6% | 12,3% | - | - | - | 0,3% | - | - | - | 12,9% | 12,3% | - | - | - |
| | Ativos sob gestão (KPI AuM) | 0,2% | 0,2% | - | - | 0,2% | - | - | - | - | 0,2% | 0,2% | - | - | 0,2% |
| Fluxo | Garantias financeiras (KPI FinGuar) | 1,7% | 1,7% | - | - | - | - | - | - | - | 1,7% | 1,7% | - | - | - |
| | Ativos sob gestão (KPI AuM) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |

Modelo 5. KPI exposições extrapatrimoniais (CAPEX)

| % (em comparação com o total dos ativos extrapatrimoniais elegíveis) | | Mitigação das alterações climáticas (MAC) | | | | | Adaptação às alterações climáticas (AAC) | | | | | Total (MAC+AAC) | | | | |
|--|-------------------------------------|--|-------|-----------------------------------|-------------------------|-------------------------|---|---|-----------------------------------|-------------------------|-------|--|-----------------------------------|-------------------------|-------------------------|--|
| | | Proporção do total dos ativos abrangidos que financiam setores pertinentes para taxonomia (elegíveis para taxonomia) | | | | | Dos quais, setores pertinentes para a taxonomia Proporção do total dos ativos abrangidos que financiam setores pertinentes para taxonomia (elegíveis para taxonomia) | | | | | Proporção do total dos ativos abrangidos que financiam setores pertinentes para taxonomia (elegíveis para taxonomia) | | | | |
| | | Proporção do total dos ativos abrangidos que financiam setores pertinentes para taxonomia (alinhados pela taxonomia) | | | | | Proporção do total dos ativos abrangidos que financiam setores pertinentes para taxonomia (alinhados pela taxonomia) | | | | | Proporção do total dos ativos abrangidos que financiam setores pertinentes para taxonomia (alinhados pela taxonomia) | | | | |
| | | | | Dos quais, utilização de receitas | Dos quais, de transição | Dos quais, capacitantes | | | Dos quais, utilização de receitas | Dos quais, capacitantes | | | Dos quais, utilização de receitas | Dos quais, de transição | Dos quais, capacitantes | |
| Stock | Garantias financeiras (KPI FinGuar) | 13,8% | 13,7% | - | - | - | 0,1% | - | - | - | 14,0% | 13,7% | - | - | - | |
| | Ativos sob gestão (KPI AuM) | 0,2% | 0,2% | - | - | 0,2% | - | - | - | 0,2% | 0,2% | - | - | - | 0,2% | |
| Fluxo | Garantias financeiras (KPI FinGuar) | 1,7% | 1,7% | - | - | - | - | - | - | - | 1,7% | 1,7% | - | - | - | |
| | Ativos sob gestão (KPI AuM) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | |

Divulgações qualitativas

Âmbito (ativos)

Conforme previsto no Regulamento de Divulgação, nos cálculos apresentados do GAR foi considerado o total do balanço, considerando o respetivo valor bruto (i.e. não deduzido de imparidades no caso dos ativos avaliados ao custo amortizado), excluindo exposições a administrações centrais, instituições supranacionais e bancos centrais. No entanto, são excluídos do numerador do GAR os seguintes ativos:

- ativos financeiros detidos para negociação;
- caixa e empréstimos interbancários à vista;
- exposições a empresas que não são obrigadas a publicar informações não financeiras nos termos do artigo 19A ou do artigo 29A da Diretiva 2013/34/EU

- exposições a Administrações Regionais
- derivados de cobertura
- outros ativos, incluindo ativos intangíveis, ativos por impostos, ativos tangíveis (com exceção de imobiliário residencial e comercial adquirido no contexto da execução de hipotecas)

Desta forma, o numerador do GAR apenas considera os seguintes ativos:

- exposições a empresas que são obrigadas a publicar informações não financeiras nos termos do artigo 19A ou do artigo 29A da Diretiva 2013/34/EU;
- exposições a particulares, sendo apenas incluídos os créditos hipotecários para habitação, os créditos para obras e os créditos para aquisição de automóvel;

- imobiliário residencial e comercial adquirido no contexto da execução de hipotecas.

Âmbito (objetivos ambientais)

[ponderar referir algo sobre alinhamento e elegibilidade dos novos 4 objetivos ambientais]

Metodologia

Empresas NFRD - dados publicados pelas empresas; no caso de operações em que o BPI conhecia a forma de utilização do valor financiado a empresa foi questionada quanto ao contributo da atividade financiada ou investimento na divulgação da taxonomia e foram utilizados os mesmos valores que a empresa no

seu reporte para aquele investimento ou atividade específica

Famílias credito hipotecario habitacao – descrever criterio de contribuição e de DNSH ; referir que no anto anterior nao

Familias - automovel - referir que temos emissoes de automoveis (referir o montante que contribui) mas que não temos dados para

verificar o critério DNSH (incluir paragrafo do Regulamento dfa taxonomia)

Municípios – habitação social: apesar de estarem identificados os financiamentos para projetos de habitação social foi considerado que não havia informação suficiente para avaliar o alinhamento.

Evolução

[descrever resultados e apresentar breve explicação dos resultados em particular evolução face ao reporte anterior]

Regulamento (EU) 2020/852 no quadro da estratégia do BPI

O papel da sustentabilidade, em particular a dimensão ambiental, na

estratégia do BPI está descrito em **[Entity Specitific 2 e E1]**

INTRODUÇÃO
QUEM SOMOS
A NOSSA ESTRATÉGIA
O NOSSO DESEMPENHO
SUSTENTABILIDADE
GOVERNAÇÃO E CONTROLO INTERNO
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
REFERÊNCIAS FINAIS
INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

Divulgações relacionadas com energia nuclear e o gás fóssil (Anexo XII)

Modelo 1. Atividades relacionadas com energia nuclear e o gás fóssil

| Linha4, | Atividades relacionadas com a energia nuclear | |
|---------|--|-----|
| 1 | A empresa realiza, financia ou tem exposições perante atividades de investigação, desenvolvimento, demonstração e implantação de instalações inovadoras de produção de eletricidade que produzem energia a partir de processos nucleares com um mínimo de resíduos do ciclo do combustível. | Sim |
| 2 | A empresa realiza, financia ou tem exposições perante a construção e o funcionamento seguro de novas instalações nucleares destinadas a produzir eletricidade ou calor industrial, incluindo para fins de aquecimento urbano ou processos industriais, como a produção de hidrogénio, bem como para a melhoria da sua segurança, utilizando as melhores tecnologias disponíveis. | Sim |
| 3 | A empresa realiza, financia ou tem exposições perante o funcionamento seguro de instalações nucleares existentes que produzem eletricidade ou calor industrial, incluindo para fins de aquecimento urbano ou processos industriais, como a produção de hidrogénio a partir de energia nuclear, bem como a melhoria da sua segurança. | Sim |
| | Atividades relacionadas com o gás fóssil | Sim |
| 4 | A empresa realiza, financia ou tem exposições perante a construção ou exploração de instalações de produção de eletricidade que produzem eletricidade a partir de combustíveis fósseis gasosos. | Sim |
| 5 | A empresa realiza, financia ou tem exposições perante a construção, renovação ou exploração de instalações de produção combinada de calor/frio e eletricidade que utilizam combustíveis fósseis gasosos. | Sim |
| 6 | A empresa realiza, financia ou tem exposições perante a construção, renovação ou exploração de instalações de produção de calor que produzem calor/frio a partir de combustíveis fósseis gasosos. | Sim |

Modelo 2. Atividades económicas alinhadas pela taxonomia (denominador) Turnover

| Linha | Atividades económicas | Montante e proporção (a informação deve ser apresentada em montantes monetários e em percentagens) | | | | | |
|-------|---|--|---|---|---|--|---|
| | | MAC + AAC | | Mitigação das alterações climáticas (MAC) | | Adaptação às alterações climáticas (AAC) | |
| | | Montante | % | Montante | % | Montante | % |
| 1 | Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.26 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável | - | - | - | - | - | - |
| 2 | Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.27 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável | - | - | - | - | - | - |
| 3 | Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.28 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável | 105 759 | - | 105 759 | - | - | - |
| 4 | Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.29 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável | - | - | - | - | - | - |

| | | | | | | | |
|---|---|----------------|------|---|---|---|---|
| 5 | Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.30 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável | - | - | - | - | - | - |
| 6 | Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.31 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável | - | - | - | - | - | - |
| 7 | Montante e proporção de outras atividades económicas alinhadas pela taxonomia não referidas nas linhas 1 a 6 supra no denominador do KPI Aplicável | 32 587 747 974 | 100% | - | - | - | - |
| 8 | KPI total aplicável | 32 587 853 733 | 100% | - | - | - | - |

Modelo 2. Atividades económicas alinhadas pela taxonomia (denominador) CAPEX

| Linha | Atividades económicas | Montante e proporção (a informação deve ser apresentada em montantes monetários e em percentagens) | | | | | |
|-------|---|--|---|---|---|--|---|
| | | MAC + AAC | | Mitigação das alterações climáticas (MAC) | | Adaptação às alterações climáticas (AAC) | |
| | | Montante | % | Montante | % | Montante | % |
| 1 | Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.26 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável | - | - | - | - | - | - |
| 2 | Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.27 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável | - | - | - | - | - | - |
| 3 | Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.28 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável | - | - | - | - | - | - |
| 4 | Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.29 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável | - | - | - | - | - | - |
| 5 | Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.30 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável | - | - | - | - | - | - |
| 6 | Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.31 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável | - | - | - | - | - | - |

| | | | | | | | |
|---|---|----------------|------|---|---|---|---|
| 7 | Montante e proporção de outras atividades económicas alinhadas pela taxonomia não referidas nas linhas 1 a 6 supra no denominador do KPI Aplicável | 32 587 853 733 | 100% | | | | |
| 8 | KPI total aplicável | 32 587 853 733 | 100% | - | - | - | - |

Modelo 3. Atividades económicas alinhadas pela taxonomia (numerador) Turnover

| Linha | Atividades económicas | Montante e proporção (a informação deve ser apresentada em montantes monetários e em percentagens) | | | | | |
|-------|---|--|--------|---|---------|--|------|
| | | MAC + AAC | | Mitigação das alterações climáticas (MAC) | | Adaptação às alterações climáticas (AAC) | |
| | | Montante | % | Montante | % | Montante | % |
| 1 | Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.26 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável | - | - | - | - | - | - |
| 2 | Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.27 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável | - | - | - | - | - | - |
| 3 | Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.28 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável | 105 759 | - | 105 759 | - | - | - |
| 4 | Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.29 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável | - | - | - | - | - | - |
| 5 | Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.30 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável | - | - | - | - | - | - |
| 6 | Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.31 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável | - | - | - | - | - | - |
| 7 | Montante e proporção de outras atividades económicas alinhadas pela taxonomia não referidas nas linhas 1 a 6 supra no denominador do ICD Aplicável | 162 244 253 | 99,93% | 162 243 857 | 99,93% | 396 | 100% |
| 8 | Montante e proporção total das atividades económicas alinhadas pela taxonomia no numerador do ICD Aplicável | 162 350 012 | 100% | 162 349 616 | 100,00% | 396 | |

Modelo 3. Atividades económicas alinhadas pela taxonomia (numerador) CAPEX

| Linha | Atividades económicas | Montante e proporção (a informação deve ser apresentada em montantes monetários e em percentagens) | | | | | |
|-------|---|--|------|---|------|--|------|
| | | MAC + AAC | | Mitigação das alterações climáticas (MAC) | | Adaptação às alterações climáticas (AAC) | |
| | | Montante | % | Montante | % | Montante | % |
| 1 | Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.26 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do ICD aplicável | - | - | - | - | - | - |
| 2 | Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.27 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do ICD aplicável | - | - | - | - | - | - |
| 3 | Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.28 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do ICD aplicável | - | - | - | - | - | - |
| 4 | Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.29 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do ICD aplicável | - | - | - | - | - | - |
| 5 | Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.30 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do ICD aplicável | - | - | - | - | - | - |
| 6 | Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.31 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do ICD aplicável | - | - | - | - | - | - |
| 7 | Montante e proporção de outras atividades económicas alinhadas pela taxonomia não referidas nas linhas 1 a 6 supra no denominador do KPI Aplicável | 418 425 030 | 100% | 418 424 088 | 100% | 942 | 100% |
| 8 | Montante e proporção total das atividades económicas alinhadas pela taxonomia no numerador do KPI Aplicável | 418 425 030 | 100% | 418 424 088 | 100% | 942 | 100% |

Modelo 4. Atividades económicas elegíveis para taxonomia mas não alinhadas pela taxonomia (Turnover)

| Linha | Atividades económicas | Montante e proporção (a informação deve ser apresentada em montantes monetários e em percentagens) | | | | | |
|-------|---|--|---|---|---|--|---|
| | | MAC + AAC | | Mitigação das alterações climáticas (MAC) | | Adaptação às alterações climáticas (AAC) | |
| | | Montante | % | Montante | % | Montante | % |
| 1 | Montante e proporção da atividade económica elegível para taxonomia mas não alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.26 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável | - | - | - | - | - | - |

INTRODUÇÃO
 QUEM SOMOS
 A NOSSA ESTRATÉGIA
 O NOSSO DESEMPENHO
 SUSTENTABILIDADE
 GOVERNAÇÃO E CONTROLO INTERNO
 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
 REFERÊNCIAS FINAIS
 INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

| | | | | | | | |
|---|---|----------------|------|----------------|------|-----------|------|
| 2 | Montante e proporção da atividade económica elegível para taxonomia mas não alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.27 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável | - | - | - | - | - | - |
| 3 | Montante e proporção da atividade económica elegível para taxonomia mas não alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.28 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável | - | - | - | - | - | - |
| 4 | Montante e proporção da atividade económica elegível para taxonomia mas não alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.29 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável | 216 047 | - | 216 047 | - | - | - |
| 5 | Montante e proporção da atividade económica elegível para taxonomia mas não alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.30 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável | 980 | - | 980 | - | - | - |
| 6 | Montante e proporção da atividade económica elegível para taxonomia mas não alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.31 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável | - | - | - | - | - | - |
| 7 | Montante e proporção de outras atividades económicas elegíveis para taxonomia mas não alinhadas pela taxonomia não referidas nas linhas 1 a 6 supra no denominador do KPI aplicável | 15 376 568 381 | 100% | 15 373 662 188 | 100% | 2 906 193 | 100% |
| 8 | Montante e proporção total das atividades económicas elegíveis para taxonomia mas não alinhadas pela taxonomia no denominador do KPI Aplicável | 15 376 785 408 | 100% | 15 373 879 215 | 100% | 2 906 193 | 100% |

Modelo 4. Atividades económicas elegíveis para taxonomia mas não alinhadas pela taxonomia (CAPEX)

| Linha | Atividades económicas | Montante e proporção (a informação deve ser apresentada em montantes monetários e em percentagens) | | | | | |
|-------|---|--|---|---|---|--|---|
| | | MAC + AAC | | Mitigação das alterações climáticas (MAC) | | Adaptação às alterações climáticas (AAC) | |
| | | Montante | % | Montante | % | Montante | % |
| 1 | Montante e proporção da atividade económica elegível para taxonomia mas não alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.26 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável | - | - | - | - | - | - |
| 2 | Montante e proporção da atividade económica elegível para taxonomia mas não alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.27 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável | - | - | - | - | - | - |

- INTRODUÇÃO
- QUEM SOMOS
- A NOSSA ESTRATÉGIA
- O NOSSO DESEMPENHO
- SUSTENTABILIDADE
- GOVERNAÇÃO E CONTROLO INTERNO
- PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
- REFERÊNCIAS FINAIS
- INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

| | | | | | | | |
|---|---|----------------|------|----------------|------|-----------|------|
| 3 | Montante e proporção da atividade económica elegível para taxonomia mas não alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.28 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável | - | - | - | - | - | - |
| 4 | Montante e proporção da atividade económica elegível para taxonomia mas não alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.29 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável | 980 | - | 980 | - | - | - |
| 5 | Montante e proporção da atividade económica elegível para taxonomia mas não alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.30 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável | 490 | - | 490 | - | - | - |
| 6 | Montante e proporção da atividade económica elegível para taxonomia mas não alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.31 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável | - | - | - | - | - | - |
| 7 | Montante e proporção de outras atividades económicas elegíveis para taxonomia mas não alinhadas pela taxonomia não referidas nas linhas 1 a 6 supra no denominador do KPI aplicável | 15 705 940 428 | 100% | 15 704 762 216 | 100% | 1 214 212 | 100% |
| 8 | Montante e proporção total das atividades económicas elegíveis para taxonomia mas não alinhadas pela taxonomia no denominador do KPI Aplicável | 15 705 941 897 | 100% | 15 704 727 686 | 100% | 1 214 212 | 100% |

INTRODUÇÃO
QUEM SOMOS
A NOSSA ESTRATÉGIA
O NOSSO DESEMPENHO
SUSTENTABILIDADE
GOVERNAÇÃO E CONTROLO INTERNO
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
REFERÊNCIAS FINAIS
INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

E1 - Alterações Climáticas

GOV-3 — Integração do desempenho relacionado com a sustentabilidade nos regimes de incentivo

Em 2024, BPI incluiu o cumprimento da meta de ESG - negócio sustentável como um dos critérios para obtenção da remuneração variável, ao nível da gestão de topo. O negócio elegível para efeitos desta métrica é o considerado elegível no indicador de “Negócio Sustentável” definido no âmbito do Plano Diretor de Sustentabilidade (para mais detalhe sobre o indicador e respetiva meta consultar: [ESRS 2 – SBM-1](#); [ESRS E1-4](#)).

De destacar que a meta ESG – negócio sustentável contém aspetos relacionados com o clima, como por exemplo Crédito Pessoal Energia Renováveis, Crédito para Automóveis Elétricos e Híbridos e Crédito Hipotecário para financiar habitações com elevada eficiência energética, mas que inclui também aspetos não relacionados exclusivamente com o clima. Não são incluídos no âmbito da avaliação de desempenho da gestão de topo aspetos relacionados com o cumprimento das metas de redução das emissões de GEE.

A meta de ESG – negócio sustentável representa um peso de 10% do peso dos objetivos corporativos para a CECA (que representam 60% da avaliação de cada administrador).

ESRS 2 IRO-1 – Descrição dos processos para identificar e avaliar os impactos, os riscos e as oportunidades materiais relacionados com o clima & ESRS 2 SBM-3 – Impactos, riscos e oportunidades materiais e a sua interação com a estratégia e o modelo de negócios

No âmbito do exercício de análise de materialidade⁷⁸, o Banco identificou três impactos e dois riscos materiais relacionados com as alterações climáticas.

| Subtema | Adaptação/ Mitigação | Tipo | Descrição |
|---|-------------------------|---------|--|
| Neutralidade de carbono operativa e eficiência energética | Mitigação | Impacto | Monitorização contínua e identificação de áreas para melhoria tendo em vista a redução da pegada de carbono operativa |
| | Mitigação | Impacto | Pegada de carbono operativa do Banco |
| | Mitigação | Impacto | Não financiamento de setores altamente intensivos em carbono |
| Descarbonização da carteira de financiamento | Adaptação | Risco | Exposição da carteira de financiamento a riscos físicos agudos e crónicos (tempestades, inundações, ondas de calor, etc.) devido à maior gravidade dos fenómenos meteorológicos extremos |
| | Mitigação | Risco | Exposição da carteira a risco de transição devido ao financiamento de setores ou empresas envolvidas em controvérsias relacionadas com alterações climáticas ou emissões intensivas de GEE |

Descrição dos processos de identificação e avaliação riscos e oportunidades relacionados com as alterações climáticas

Os riscos físicos e de transição (riscos climáticos) identificados como materiais são considerados como um fator transversal que afeta vários riscos tradicionais do Banco BPI, como o risco de crédito, risco de mercado, risco operacional, risco reputacional, risco de liquidez e risco de negócio/estratégico.

Nas secções seguintes apresentamos a metodologia de avaliação dos riscos climáticos no contexto dos riscos tradicionais bem como a metodologia para identificação dos riscos físicos e de transição na carteira financiada.

Avaliação dos riscos climáticos no contexto dos riscos tradicionais do Banco

Tal como a figura em baixo realça, existem canais de transmissão dos riscos climáticos aos riscos tradicionais. Desta forma, os riscos climáticos, enquanto fatores transversais, são incorporados na gestão dos riscos tradicionais e são tratados não como riscos autónomos, independentes ou isolados, mas como parte integrante do processo de gestão dos riscos globais.

⁷⁸ Mais detalhe na resposta ao indicador [SBM-3 da norma ESRS 2 - Divulgações Gerais](#).

- INTRODUÇÃO
- QUEM SOMOS
- A NOSSA ESTRATÉGIA
- O NOSSO DESEMPENHO
- SUSTENTABILIDADE
- GOVERNAÇÃO E CONTROLO INTERNO
- PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
- REFERÊNCIAS FINAIS
- INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR



Risco de Crédito

Os impactos em risco de crédito podem-se materializar quer por via dos riscos de transição como por riscos físicos.

No que diz respeito ao **risco de transição**: pode ter um maior impacto nos segmentos CIB e de empresas devido à necessidade de transição para modelos de produção de baixas emissões em diversos setores de atividade. Assim, estas empresas podem ter de aumentar de forma significativa os seus investimentos em CAPEX ou assumir novos impostos que podem impactar o seu nível de receitas e rentabilidade.

Numa análise por segmento de negócio constata-se que:

- Segmento CIB - presença de empresas com elevada materialidade para o BPI, em setores com maior impacto potencial por riscos de transição (por exemplo, energia ou oil & gas);

- Segmento de empresas - pode ser afetado pela falta de capacidade de adaptação à transição, incluindo em atividades menos intensivas. No entanto, no curto e médio prazo não se preveem tantas restrições ou imposições legais para este segmento, pelo que a valoração do risco é menor para este segmento. Aquelas que se encontrem na cadeia de valor das empresas de maior dimensão enfrentam um risco maior e mais “cedo”;
- Segmento hipotecário – impacto crescente do médio para o longo prazo por exigências relacionadas com a melhoria da eficiência energética dos edifícios (exemplo, Diretiva (EU) 2023/1791, a vigorar a partir de 2025).

No que diz respeito ao **risco físico**: considera-se que afeta em maior medida a carteira de empresas e a carteira hipotecária a longo prazo.

Numa análise por segmento de negócio constata-se que:

- Segmento CIB - presença de empresas com componente global e exposições em geografias potencialmente mais afetadas por eventos climáticos. Além disso, as atividades de Outras Utilities (principalmente água) e infraestruturas são muito sensíveis ao risco físico.
- Segmento de empresas - exposição direta/indireta a atividades agrícolas, muito sensíveis ao risco físico já no curto e médio prazo.
- Segmento hipotecário - impacto no longo prazo pela diminuição do valor dos ativos em zonas com alto impacto climático.

Avaliação global do Risco de Crédito: dada a materialidade da carteira de crédito no ativo do Banco, e considerando os prazos de Médio e Longo prazo, considera-se que o impacto dos riscos ESG neste risco é médio num cenário de transição ordenada e médio-alto num cenário de transição desordenada.

Risco de Mercado

O perfil de risco de mercado do Banco BPI é baixo. A carteira de obrigações e ações é muito reduzida, tem uma rotação muito elevada e peso predominante dos investimentos em dívida pública. Dados os montantes imateriais, o Banco BPI considera que o impacto dos riscos ESG no risco de mercado é baixo. O risco é também mitigado pela inclusão da análise da carteira de taxa fixa e variável, do ponto de vista de sustentabilidade, no âmbito da Política de Riscos de Sustentabilidade.

Risco Operacional

O risco de danos nos ativos físicos do banco ou outros impactos que afetem a continuidade do serviço é considerado baixo. O risco de transição climático decorrente do risco legal e de conformidade de conduta associado aos investimentos e à exposição creditícia a empresas com elevada intensidade carbónica, bem como à definição e comercialização de produtos sustentáveis, pode ser mais elevado a médio prazo devido ao aumento das expectativas regulatórias e da sensibilidade do mercado, num contexto em que a qualidade da informação e das metodologias é incipiente.

Tal implica um impacto muito contido a curto prazo (baixa materialidade), um pouco mais elevado a médio prazo (materialidade média-baixa dos riscos de transição e baixa materialidade dos riscos físicos) e mais elevado a longo prazo. Tal deve-se ao impacto crescente de eventuais fenómenos meteorológicos extremos (materialidade média-baixa dos riscos físicos) e a um contexto de:

1. aumento dos requisitos e expectativas regulamentares; e

2. *stakeholders* externos e crescente comercialização de produtos e serviços de emissão de obrigações relacionadas com a sustentabilidade, com possíveis reclamações/processos associados que poderiam surgir no médio/longo prazo.

Risco Reputacional

O risco reputacional está sobretudo ligado à perceção dos *stakeholders* de que o Banco BPI não contribui de forma significativa para a descarbonização da economia ou para o financiamento de sectores ou empresas com controvérsias ESG significativas. A particularidade do risco reputacional reside no facto de eventos isolados, como uma notícia nos media, poderem ter algum impacto. Por conseguinte, no curto prazo, o risco reputacional é imaterial dada a estrutura de controlo interno e de Governo estabelecida. No entanto, existe um risco inerente devido à sensibilidade e relevância destes aspetos e do impacto nos *stakeholders* do Banco. No médio e no longo prazo, o risco aumenta pelas exigências relativas aos processos de transição, que implicam maior influência na perceção dos *stakeholders*.

Risco de Liquidez

O impacto no risco de liquidez a curto prazo não é considerado material porque está coberto pelos mecanismos habituais de gestão do risco de liquidez a curto prazo. A médio/longo prazo, pode ter algum impacto adicional nos passivos do Banco BPI (se as empresas ou as famílias forem afetadas por riscos climáticos que possam afetar a geração de fluxos de caixa e resultar numa diminuição dos depósitos), mas não é atualmente considerado material.

Risco de Negócio/Estratégico

O impacto do risco climático sobre o risco de negócio do BPI considera-se médio baixo por estar mitigado por:

- Inclusão do risco climático e ambiental como risco emergente no Catálogo de Riscos, o que implica uma monitorização específica;
- Objetivos de descarbonização da carteira de crédito já definidos e em monitorização;
- Plano Diretor de Sustentabilidade (incorporação de fatores ESG na estratégia da entidade);
- Objetivos de financiamento sustentável;
- Monitorização continua do âmbito regulatório;
- Estabelecimento de um governo robusto dos riscos de sustentabilidade.

Apesar da boa gestão e controlo, persistem elementos exógenos que não são passíveis de serem geridos.

Na figura abaixo, apresenta-se de forma gráfica e detalhada por segmento e risco, a análise qualitativa do impacto dos riscos climáticos no cenário de Transição Ordenada (cenário central e utilizado para a análise de materialidade).

- INTRODUÇÃO
- QUEM SOMOS
- A NOSSA ESTRATÉGIA
- O NOSSO DESEMPENHO
- SUSTENTABILIDADE
- GOVERNAÇÃO E CONTROLO INTERNO
- PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
- REFERÊNCIAS FINAIS
- INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

Matriz de análise de risco climático Cenário "Transição Ordenada"

| | | Riscos de Transição | | | Riscos físicos | | |
|-------------------------|----------------------|---------------------|---------|---------|----------------|---------|---------|
| | | CP | MP | LP | CP | MP | LP |
| RISCO DE CRÉDITO | Segmento CIB | Amarelo | Amarelo | Amarelo | Verde | Amarelo | Amarelo |
| | Segmento Empresas | Amarelo | Amarelo | Amarelo | Verde | Amarelo | Amarelo |
| | Segmento Hipotecário | Verde | Amarelo | Amarelo | Verde | Verde | Amarelo |
| OUTROS RISCOS | Mercado | Verde | Verde | Verde | Verde | Verde | Verde |
| | Operacional | Verde | Amarelo | Amarelo | Verde | Verde | Amarelo |
| | Reputacional | Verde | Amarelo | Amarelo | Verde | Verde | Verde |
| | Liquidez | Verde | Verde | Verde | Verde | Verde | Verde |
| | Negócio/Estratégico | Amarelo | Amarelo | Amarelo | Verde | Verde | Verde |

● Risco baixo ● Risco médio-baixo ● Risco médio ● Risco médio-alto ● Risco alto
 CP: Curto Prazo (até 3 anos); MP: Médio Prazo (3 a 7 anos); LP: Longo Prazo (mais de 7 anos); N/A: não se aplica

Todos estes riscos, uma vez identificados e devidamente geridos, oferecem oportunidades que permitem mitigar o risco e potenciar investimento com uma visão transformadora e de longo prazo.

Metodologia para identificação da exposição aos riscos climáticos na carteira financiada

Riscos Físicos

A metodologia desenhada para identificar as exposições sujeitas ao risco físico baseia-se na projeção de eventos climáticos em Portugal e no impacto que podem ter nas operações e nos resultados financeiros do Banco BPI.

São desenvolvidos mapas de calor que mostram a exposição geográfica a riscos físicos para diferentes cenários climáticos, discriminados por freguesia. Estas projeções climáticas, que abrangem diferentes períodos, baseiam-se em métodos científicos e em fontes de dados reputadas, garantindo uma estimativa precisa da probabilidade e gravidade dos fenómenos climáticos.

As fontes de dados utilizadas para a construção destes mapas e as projeções correspondentes provêm de

organismos oficiais, tanto nacionais como internacionais. Tal garante que os dados utilizados são fiáveis e estão alinhados com as normas globalmente recomendadas de avaliação dos riscos climáticos. Estas projeções abrangem um conjunto alargado de eventos, tais como inundações (marítima e fluvial), incêndios florestais, ondas de calor e outros fenómenos relacionados com as alterações climáticas.

Uma vez gerados os mapas de probabilidade, a carteira de crédito hipotecário e a empresas são avaliados de acordo com as áreas geográficas afetadas e com as severidades aplicadas a cada setor de atividade (no caso das empresas). Este cruzamento de dados permite atribuir a cada imóvel e a cada sociedade não financeira uma probabilidade de ocorrência para cada risco físico identificado. Deste modo, obtém-se uma visão detalhada da

vulnerabilidade dos ativos a fenómenos meteorológicos extremos.

Com esta metodologia é possível estimar o impacto que os riscos físicos podem ter no valor futuro das garantias, nos ativos físicos e na qualidade de crédito dos clientes, tanto a nível setorial como individual. Os riscos físicos, como secas prolongadas ou ondas de calor extremas, podem afetar diretamente a capacidade de funcionamento de uma empresa ou a estabilidade dos ativos imobiliários, aumentando assim a probabilidade de incumprimento dos clientes. Esta avaliação permite não só antecipar os efeitos adversos das alterações climáticas, mas também ajustar as políticas de gestão de risco para mitigar esses impactos na carteira de crédito.

Para apurar o risco físico associado às alterações climáticas, foi utilizada uma metodologia desenvolvida

- INTRODUÇÃO
- QUEM SOMOS
- A NOSSA ESTRATÉGIA
- O NOSSO DESEMPENHO
- SUSTENTABILIDADE
- GOVERNAÇÃO E CONTROLO INTERNO
- PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
- REFERÊNCIAS FINAIS
- INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

internamente dentro do Grupo CaixaBank, através da qual se calcularam as probabilidades de ocorrência e o grau de impacto (severidade). Para determinar quais as exposições que são sensíveis a eventos físicos relacionados com as alterações climáticas, o Banco BPI decidiu, em alinhamento corporativo, considerar exposições nos casos em que a combinação "probabilidade*severidade" seja superior a 0,8%.

Para projetar o impacto dos riscos físicos em resultado das alterações climáticas no risco de crédito e estimar requisitos de capital económico, o Banco BPI desenvolveu modelos que estimam os impactos a vários prazos, avaliando a sua influência nas garantias hipotecárias e na atividade económica dos clientes para diferentes cenários.

Por um lado, os riscos físicos afetam a:

- PD (*probabilidad de default*) na atividade empresarial em virtude de paragens na produção devido ao risco de incêndio, inundações fluviais e costeiras e redução de receitas devido a secas e vagas de calor, em função de diferentes sectores.
- LGD (*loss given default*) da carteira hipotecária (particulares e empresas) através de *haircuts* estimados nos valores de avaliação, de acordo com as probabilidades de ocorrência de eventos climáticos nas localidades dos imóveis.

Risco de Transição

Os setores mais intensivos em carbono, e por isso mais vulneráveis à transição energética e expostos ao

risco de transição, são aqueles identificados com risco "ALTO" na figura seguinte.

| SETOR | RISCO | SETOR | RISCO |
|--------------------------------|-------|--------------------------|-------|
| Oil & Gas | ALTO | Materiais | MÉDIO |
| Setor Elétrico | ALTO | Healthcare | BAIXO |
| Transportes | ALTO | Tecnologia e Comunicação | BAIXO |
| Real Estate | ALTO | Turismo | BAIXO |
| Ferro e Aço | ALTO | Indústria e Manufatura | BAIXO |
| Alumínio | ALTO | Serviços | MÉDIO |
| Cimento | ALTO | Outras utilities | BAIXO |
| Agricultura, pecuária e pesca | ALTO | Consumo | ALTO |
| Carvão | ALTO | Consumo Discricionário | BAIXO |
| Infraestruturas | BAIXO | Financials | NA |
| Indústria Mineira e Metalurgia | BAIXO | | |

Nesta análise foi considerada a intensidade carbónica de cada setor e a sua exposição/concentração na carteira do BPI.

Os riscos de transição afetam especialmente, no médio e longo prazo, os setores mais intensivos em carbono: Oil & Gas, Setor Elétrico, Transportes, Real Estate, Ferro e Aço, Alumínio, Cimento e Carvão, em linha com os setores identificados pela Net Zero Banking Alliance (NZBA). Estes setores estão sujeitos a:

- Maiores exigências de regulamentação e
- Aumento de custos e montantes de investimento derivados da necessidade de adaptação de modelos de negócio/processos produtivos.

Uma empresa é considerada como tendo um elevado risco de transição se desenvolver atividades em setores com um risco alto.

Para projetar o impacto dos riscos de transição em resultado das alterações climáticas, no risco de crédito e estimar requisitos de capital económico, o Banco BPI desenvolveu modelos que estimam os impactos a longo prazo, avaliando a sua influência nas garantias hipotecárias e na atividade económica dos clientes para diferentes cenários.

- PD (*probabilidad de default*) das empresas através da projeção de receitas e custos associados a uma descarbonização da atividade empresarial.
- LGD (*loss given default*) da carteira garantida por hipotecas através de *haircuts* em função do EPC e do seu desfasamento em relação aos níveis de eficiência previstos para 2030, 2040 e 2050 (objetivo 55 do Pacto Ecológico Europeu).

Considerações gerais

Cenários Utilizados

O impacto nas métricas de risco de crédito é efetuado recorrendo-se a uma análise de cenários. Os cenários utilizados são os fornecidos pela Network for Greening the Financial System (NGFS), uma rede de 114 bancos centrais e supervisores financeiros que tem por objetivo acelerar o aumento do financiamento verde e desenvolver recomendações sobre o papel dos bancos centrais nas alterações climáticas.

- **Transição ordenada** - Um cenário de transição ordenada envolve a introdução de políticas para mitigar

as mudanças climáticas precocemente e com profundidade e âmbito crescentes, por forma a que se alcance o objetivo de aumento da temperatura em 1.5°C. Tanto os riscos físicos como os de transição são relativamente moderados. No cenário de transição ordenada, os principais impactos do risco climático concentram-se a médio e longo prazo nas carteiras de crédito a empresas e crédito hipotecário;

- **Transição desordenada** - Um cenário de transição desordenada representa um aumento significativo de riscos de transição devido a atrasos nas políticas climáticas ou divergências entre diferentes países e setores. Envolve a adoção de medidas a partir de 2030 ou numa fase relativamente tardia em relação aos atuais prazos da regulamentação climática e ambiental. Isto aumenta o risco de transição, mas mantém o risco físico num nível relativamente baixo, no sentido de se atingir o objetivo de 1.5°C;
- **"Hot House World"** (alto nível de aquecimento global) - Envolve a aplicação de políticas climáticas muito limitadas e apenas em alguns países, áreas ou sectores, por isso, os esforços globais são insuficientes para evitar o aquecimento global com efeitos climáticos físicos incrementais e significativos. Neste cenário, o risco de transição é limitado, mas o risco físico é muito elevado com impactos irreversíveis.

Horizontes temporais

O impacto dos riscos físicos e dos riscos de transição é avaliado em

diferentes horizontes temporais, desde a situação atual até aos cenários climáticos futuros que abrangem o curto, médio e longo prazo, estendendo-se até 2050. No caso dos riscos físicos, seguindo a abordagem utilizada no teste de esforço do Banco Central Europeu (BCE) em 2022, os impactos físicos inicialmente projetados para o ano de 2080 são antecipados para o horizonte de 2050.

Esta abordagem permite uma melhor interpretação e comparação de cenários climáticos, evitando conclusões erróneas que poderiam surgir devido a uma distribuição de impactes que não seria intuitiva ou consistente entre cenários. Esta metodologia é particularmente importante num contexto de elevada incerteza climática, onde a antecipação destes impactes num horizonte mais próximo garante uma maior precisão no planeamento e gestão de risco, permitindo às instituições financeiras uma atuação mais eficaz e atempada face aos desafios decorrentes das alterações climáticas.

Pressupostos

Na medição e projeção dos impactos do risco climático no risco de crédito e estimativas dos requisitos de capital económico, os pressupostos adotados seguem uma abordagem conservadora, procurando garantir que os resultados refletem cenários desfavoráveis, mas plausíveis. Os principais pressupostos utilizados incluem os seguintes:

- **Cenários adversos:** Na estimativa dos requisitos de capital económico, foram selecionados os cenários mais adversos disponíveis.

Para o risco de transição, foi selecionado um cenário de "transição ordenada", que implica um processo gradual, mas inevitável de descarbonização. Para o risco físico, foi selecionado o cenário "Hot House World", que prevê um aumento significativo das temperaturas globais devido à falta de ação climática, conduzindo a fenómenos extremos mais frequentes e intensos. Esta escolha sublinha uma abordagem que dá prioridade à preparação da entidade para cenários complexos.

- **Balanco estático:** Na análise a longo prazo, parte-se do princípio de que o balanço do banco permanecerá estático, ou seja, a composição da carteira de crédito não sofrerá alterações significativas em termos da sua exposição aos riscos climáticos. Este pressuposto considera que o banco não implementa medidas proativas de gestão da carteira, como a diversificação ou o ajustamento da sua combinação de ativos para reduzir a exposição a sectores ou regiões geográficas mais vulneráveis. Este pressuposto, embora conservador, garante que a análise não se baseia em ações futuras que podem não se concretizar.
- **Certificados EPC estáticos:** Assume-se que os Certificados de Desempenho Energético (EPC) dos imóveis que suportam as garantias hipotecárias permanecerão inalterados ao longo do tempo, o que implica que não serão consideradas quaisquer melhorias na eficiência energética dos imóveis. Este pressuposto evita a sobrestimação dos potenciais

- INTRODUÇÃO
- QUEM SOMOS
- A NOSSA ESTRATÉGIA
- O NOSSO DESEMPENHO
- SUSTENTABILIDADE
- GOVERNAÇÃO E CONTROLO INTERNO
- PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
- REFERÊNCIAS FINAIS
- INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

benefícios dos investimentos na sustentabilidade dos ativos imobiliários, contribuindo para uma estimativa mais conservadora do risco.

É importante notar que esta abordagem conservadora limita a capacidade de captar as oportunidades decorrentes da transição climática, como o investimento em energias renováveis ou as melhorias da eficiência energética que poderiam melhorar a qualidade dos ativos no futuro.

Limitações

Medir e projetar os impactos do risco climático no risco de crédito dos bancos tem algumas limitações. A falta de dados históricos consistentes sobre fenómenos climáticos e a sua relação com o desempenho do crédito dificulta a criação de modelos de previsão precisos. Além disso, a incerteza sobre quando e como as alterações climáticas afetarão os diferentes sectores e geografias traduzem-se em desafios adicionais na avaliação do risco a longo prazo. Os cenários climáticos baseiam-se em pressupostos sobre políticas futuras, o que acrescenta uma camada adicional de incerteza. Por último, a integração destes riscos nos modelos de risco de crédito existentes exige uma adaptação considerável, uma vez que muitas das metodologias atuais não têm em conta a natureza não linear e sistémica dos impactes climáticos.

E1-1 Plano de transição para a atenuação das alterações climáticas

O BPI não dispõe atualmente de um plano de transição para mitigação das alterações climáticas, estando em curso a preparação de um plano

que deverá estar finalizado no triénio 2025-27.

O plano de transição refletirá a estratégia em matéria de transição

climática do Banco conforme descrito nas políticas, ações e metas apresentadas nos indicadores [E1-2](#), [E1-3](#) e [E1-4](#).

E1-2 — Políticas relacionadas com a atenuação das alterações climáticas e a adaptação às mesmas

O BPI tem implementadas Políticas para gestão dos IROs relacionados com a mitigação e adaptação às alterações climáticas, nomeadamente:

- i) Princípios de atuação em matéria de sustentabilidade;
- ii) Política de gestão de riscos ESG;
- iii) Declaração sobre as alterações climáticas.

No âmbito dos documentos supramencionados são apresentados os compromissos do Banco em matéria de: mitigação e adaptação às alterações climáticas, eficiência energética e implantação de energias renováveis, numa perspetiva interna e externa, como apresentado em detalhe abaixo.

i) Princípios de atuação em matéria de sustentabilidade

Os **Princípios de Atuação em Matéria de Sustentabilidade** definem e estabelecem os princípios gerais de ação e os principais compromissos para com as partes interessadas que o BPI deve seguir em matéria de sustentabilidade. Os compromissos assumidos, rumo a uma ação sustentável, destinada a proporcionar valor acrescentado às partes interessadas, abrange toda a cadeia de valor do Banco, desde a

origem dos fundos e recursos até à sua aplicação e investimento.

Estes Princípios contribuem para a gestão dos IROs identificados no âmbito dos subtemas “Neutralidade de carbono operativa e eficiência energética” e “Descarbonização da carteira de financiamento”.

Para além do Plano Diretor de Sustentabilidade e do Código Ético do Banco, os Princípios são desenvolvidos e complementados por outros princípios, políticas específicas, normas e compromissos relacionados com as suas áreas de aplicação, bem como pela adesão a iniciativas internacionais em matéria de Sustentabilidade, que se encontram detalhadas no [website do Banco BPI](#). Estas iniciativas incluem o UN Global Compact e os Princípios para uma Banca Responsável do Programa das Nações Unidas para o Ambiente - Iniciativa Financeira (UNEP FI).

ii) Política de gestão de riscos ESG

A **Política de Gestão de Riscos ESG** define os critérios ESG para o estabelecimento de uma relação comercial com Clientes ou potenciais Clientes para a contratação de novas operações, renovações e renegociações de crédito e de garantia, bem como para investimentos da carteira de títulos ou de participadas. Esta Política contribui

para a gestão dos IROs identificados no âmbito do subtema “Descarbonização da carteira de financiamento”.

Para a execução da Política são identificados com detalhe os diversos documentos/diretrizes que estiveram na base do seu desenvolvimento e que suportam a concretização dos objetivos nesta previstos, gerais (p. ex.: Carta Internacional de Direitos Humanos; Convenções da Organização Internacional do Trabalho; Princípios do Equador: os Princípios do Equador; etc.) e por setor (p. ex.: Guia da Associação Internacional para a Conservação do Meio Ambiente da Indústria do Petróleo em áreas de conflito; Quadro da OCDE para o governo das infraestruturas; Princípios para o Investimento Responsável em Agricultura; etc.).

iii) Declaração sobre as alterações climáticas

O BPI considera fundamental acelerar a transição para uma economia neutra em carbono que promova o desenvolvimento sustentável e que seja socialmente inclusiva, através do financiamento e do investimento em projetos sustentáveis, do apoio à transição sustentável dos Clientes, da minimização e compensação do impacto das suas operações e do

envolvimento com as partes interessadas.

Esta Declaração contribui para a gestão dos IROs identificados no âmbito dos subtemas “Neutralidade de carbono operativa e eficiência energética” e “Descarbonização da carteira de financiamento”

A Declaração do BPI sobre as Alterações Climáticas incorpora as seguintes linhas de ação:

- Apoiar projetos viáveis e compatíveis com uma economia neutra em carbono e soluções para as alterações climáticas;
- Gerir os riscos das alterações climáticas e avançar para a neutralidade das emissões da carteira de crédito e investimento;
- Minimizar e compensar a pegada de carbono operacional;
- Promover o diálogo sobre a transição sustentável e colaborar

com outras organizações para avançar em conjunto;

- Informar os progressos de uma forma transparente.

Neste âmbito, o CaixaBank é um dos membros do Net-Zero Banking Alliance (NZBA) e compromete-se a ser neutro em termos de GEE até 2050, um compromisso que abrange também o BPI e que orienta os compromissos assumidos no âmbito desta Declaração.

Comunicação, participação e diálogo com as partes interessadas

O BPI utiliza uma variedade de canais de comunicação, participação e diálogo para envolver e manter uma relação transparente com as partes interessadas, garantindo que estas contribuem para a execução dos Princípios e Declarações referidos.

Os Princípios e Declarações que promovem a mitigação e a adaptação às alterações climáticas são

disponibilizadas na intranet e/ou no website do Banco e são passíveis de serem consultados pelas partes interessadas.

O BPI participa ativamente em fóruns de diálogo, grupos de trabalho e associações setoriais e de sustentabilidade de modo a partilhar boas práticas e a recolher o feedback das suas partes interessadas.

Governo dos Princípios e Declarações

No âmbito das Políticas, Princípios e Declarações, está definido um modelo de governo, apresentado em cada um dos documentos, que inclui as responsabilidades dos diversos órgãos envolvidos na execução dos compromissos, nomeadamente, ao nível do Conselho de Administração, Comissão de Riscos e Comissão de Auditoria. Dependendo do documento, são também estabelecidas as responsabilidades da CECA, Comité Global de Riscos e Comité de Sustentabilidade.

E1-4 — Metas relacionadas com a atenuação das alterações climáticas e a adaptação às mesmas

A sustentabilidade é um elemento decisivo na estratégia do BPI, constituindo-se como um dos pilares da estratégia do Banco tanto no plano estratégico 2022-24 como no plano estratégico 2025-27, recentemente aprovado. No contexto desses planos foi definida uma estratégia para aumentar o financiamento sustentável, com grande enfoque no apoio à descarbonização dos clientes, e para diminuir a pegada operacional do BPI, tendo sido definidas metas nesses domínios.

Em paralelo, a adesão do CaixaBank à Net Zero Banking Alliance (NZBA), compromisso com o qual o BPI está comprometido em alinhamento corporativo, implicou a definição de um conjunto de metas de descarbonização da carteira.

Neste indicador começamos por apresentar os IROs relacionados com alterações climáticas para passarmos depois a apresentar as metas com a atenuação da pegada operativa e financiada. O indicador termina com a apresentação de metas relacionadas com a geração

de negócio relacionada com as alterações climáticas.

Análise de Materialidade

Na análise de materialidade foram identificados IRO relacionados com a pegada operativa do banco e carteira financiada (mais detalhe é dado no indicador E1 SBM-3).

Neutralidade de carbono operativa e eficiência energética

A pegada de carbono operativa e a respetiva monitorização, foram considerados materiais devido também ao seu papel na relação

com os clientes do Banco: o nível de exigência do Banco para com os seus clientes está, em certa medida, aliado ao nível de exigência interna do Banco.

Dando sequência a esta identificação, a monitorização da pegada operativa tem vindo a ser melhorada sucessivamente e, conforme descrito na secção seguinte, o banco tem vindo a definir metas de: i) redução da pegada operativa; ii) compra de energia eléctrica renovável.

Descarbonização da carteira de financiamento

A pegada financiada do Banco representa a quase a totalidade da pegada constituindo a maior fonte de impacto e sendo também uma fonte de risco de transição.

A estratégia do Banco para reduzir este impacto e risco passa pela definição de metas de descarbonização para os setores mais intensivos em carbono,

incluindo, em alguns casos a eliminação de exposições, conforme detalhado na secção respetiva deste indicador. O BPI efetua uma avaliação anual dos Riscos ESG dos principais clientes e dispõe de um Comité de Controvérsias onde é decidido o posicionamento do Banco quando confrontado com uma controvérsia de uma empresa que financia. Também contribuem para a redução da pegada financiada a meta de negócio sustentável, apresentada no indicador [ES2 - Finanças Sustentáveis](#), na medida em que um dos objetivos centrais da meta consiste em apoiar os clientes no seu trajeto de descarbonização.

Metas definidas sobre GEE – Operacional

O BPI estabeleceu os objetivos de redução de GEE da componente operacional para 25-27 e 2030, em alinhamento com o Grupo CABK, no contexto do plano estratégico 2025-27. O ano base das metas

definidas é 2024, o ano anterior ao início do Plano, tendo as metas sido definidas em percentagem.

Estes objetivos consideram os principais consumos energéticos do BPI, nomeadamente os âmbitos 1 e 2 da pegada de carbono.

Relativamente ao âmbito 3, apenas foi considerada material a categoria 3.15, tratada autonomamente na secção seguinte.

No âmbito 1 os objetivos refletem a expectativa de evolução da frota BPI e da respetiva eletrificação bem como a substituição de equipamentos técnicos para uma maior eficiência energética sendo que no âmbito 2 os objetivos refletem a expectativa das poupanças de energia eléctrica associadas às ações de eficiência, bem como a continuação do consumo de energia eléctrica 100% renovável.

Quadro E1-4_01 Emissões de CO²e operacionais - metas e desempenho passado

| | Desempenho passado | | Metas | | | |
|--|--------------------|------|-------|------|------|------|
| | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 | 2030 |
| A – Âmbito 1 | | | | | | |
| B – Âmbito 2 (<i>location based</i>) | | | | | | |
| B – Âmbito 2 (<i>market based</i>) | | | | | | |

As metas definidas tomaram em consideração as metas do governo português RNC2050 e as metas científicas relativas a GEE com objetivo de limitar aquecimento a

1,5 graus, mas não foram alinhadas com elas.

As principais alavancas de redução de emissões da pegada operativa são as seguintes:

- Eletrificação da frota
- Aumento da eficiência energética na iluminação
- Eletrificação do aquecimento

Metas definidas sobre GEE – Carteira Financiada

Enquadramento

O CaixaBank aderiu em 2021, como membro fundador, à Net Zero Banking Alliance (NZBA), que pressupõe o alinhamento das trajetórias da sua pegada de carbono, operacional e financiada, com o objetivo net zero em 2050. Este compromisso envolve ainda:

- A definição de objetivos de descarbonização a alcançar até 2030 para os setores mais intensivos, priorizando inicialmente os setores mais materiais em termos de emissões e exposição e integrando os restantes numa fase posterior de definição de objetivos;
- A utilização de cenários de descarbonização provenientes de fontes credíveis, com trajetórias de emissões decrescentes e com reduzida dependência em tecnologias de captura CO₂;
- A definição da trajetória de evolução das emissões com o objetivo de alcançar a neutralidade carbónica em 2050;
- A publicação anual de evidências de ações realizadas para alcançar os objetivos definidos, do progresso na redução de emissões e da estratégia de transição.

O BPI, em alinhamento corporativo, está comprometido com os

compromissos assumidos pelo CaixaBank junto da NZBA.

Dando sequência a esse compromisso, o processo de definição de metas, iniciado em 2022 e terminado em 2024, envolveu os seguintes passos:

- Definição de um perímetro para definição de objetivos que maximize a percentagem de cobertura em termos de emissões e exposição (setores, carteiras e segmentos ou partes da cadeia de valor) e a priorização em função da materialidade, intensidade em emissões de CO₂, disponibilidade de metodologias e de dados;
- Seleção da metodologia de cálculo das emissões financiadas que se devem utilizar na definição de objetivos, com base numa avaliação dos standards e das melhores práticas do mercado, em alinhamento corporativo;
- Seleção e validação dos dados necessários para os cálculos das métricas e objetivos;
- Avaliação da definição das métricas de descarbonização específicas de cada setor, com base numa avaliação dos standards e das melhores práticas do mercado;

- Cálculo do ponto de partida da métrica para o ano base selecionado (baseline);
- Definição de objetivos para 2030 em linha com os cenários da IEA, CRREM e MPPU para 2030 com objetivo de limitar aquecimento a 1,5 graus (ver coluna cenários no quadro Q; e
- Definição da trajetória de descarbonização para atingir os objetivos estabelecidos, com base em metas de descarbonização anuais. A definição de metas anuais, inicialmente adotando uma linearização da percentagem-objetivo de redução de emissões a 2030, poderá ser ajustada de acordo com os planos de descarbonização dos clientes do Banco, na medida em que se justificar. Este ajustamento deverá ser realizado com base em toda a informação disponível do cliente, ou deverá decorrer de ações de engagement entre o Banco e o cliente.

Para cada sector Net Zero foram estabelecidos os seguintes critérios para a definição do perímetro:

- CAE de cada setor que determinam a inclusão direta no perímetro do objetivo setorial para uma empresa ou grupo empresarial;

- CAE de cada setor que determinam a exclusão direta do perímetro do objetivo setorial para uma empresa ou grupo empresarial;
 - Finalidades de financiamento que constituem parte do perímetro do objetivo setorial;
 - Tipologias de ativos incluídos e excluídos do perímetro;
 - Limites de materialidade (montante por operação e/ou tamanho da empresa);
 - Detalhe da atividade no perímetro vs. outras fora do perímetro com o mesmo CAE (para setores em que seja aplicável);
 - Percentagem da atividade na cadeia de valor em perímetro para constituir uma empresa integrada
- (para setores em que seja aplicável);
- A descrição deste trabalho, incluindo para os sectores NZBA para os quais não foram fixadas metas, está detalhado na secção seguinte, e resumido nesta tabela.

Quadro E1-4_02 Emissões de CO²e da carteira financiada - metas e desempenho passado

| Setor | Âmbito Emissões | Métrica | Cenários | Unidades | Ano base | Desempenho passado | | | Metas (em % face ao ano base) | |
|-------------------------|---------------------------|---------------------|-------------------|------------------------------------|----------|--------------------|-------|-----------|-------------------------------|-------------|
| | | | | | | Ano base | 2023 | 2024 | 2025 | 2030 |
| Petróleo & Gás | 1+2+3 | Emissões | IEA Net Zero 2050 | mt CO ₂ e | 2021 | 0,96 | 1,5 | preencher | | -23 % |
| Eletricidade | 1 | Intensidad e Física | IEA Net Zero 2050 | kg CO ₂ e/MWh | 2021 | 175 | 221,1 | preencher | | -30 % |
| Automóvel | 3, cat. 11: tank-to-wheel | Intensidad e Física | IEA Net Zero 2050 | gCO ₂ e/vkm | 2022 | 169,2 | 169,1 | preencher | | -33 % |
| Ferro e Aço | 1+2 | Intensidad e Física | IEA Net Zero 2050 | kg CO ₂ e/ taço | 2022 | 1141 | 1137 | preencher | | -10% a -20% |
| Carvão | n/a | Exposição | — | M€ | 2022 | 0,4 | 14,6 | preencher | | -100 % |
| Aviação | 1; tank-to-wake | Intensidad e Física | MPPU 1.5º | gCO ₂ e/RPK | 2022 | 165,1 | 165,1 | preencher | | -30 % |
| Imobiliário Comercial | 1+2 | Intensidad e Física | CRREM 1.5º CRE | kgCO ₂ e/m ² | 2022 | 51,5 | 51,8 | preencher | | -41 % |
| Imobiliário Residencial | 1+2 | Intensidad e Física | CRREM 1.5º CRE | kgCO ₂ e/m ² | 2022 | 10,1 | | preencher | | -19 % |

O BPI irá acompanhar os seus clientes na transição para uma economia de baixo carbono. Assim, a principal alavanca para a descarbonização será o envolvimento com os clientes para lhes oferecer soluções que lhes

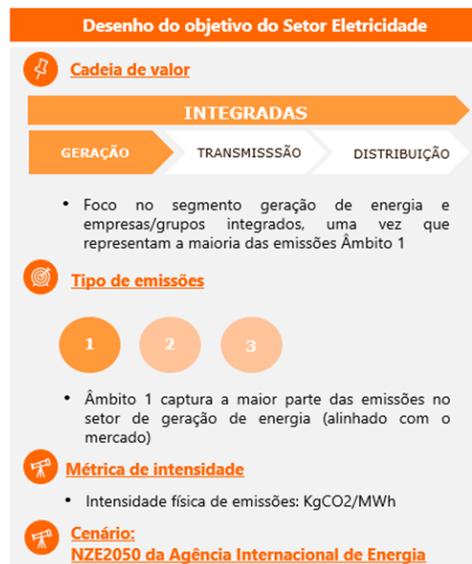
permitam cumprir – ou mesmo acelerar – os seus planos de descarbonização. Além disso, está contemplada a possibilidade de reequilibrar a carteira para clientes menos intensivos em emissões e, em última análise, a redução do

risco de certas contrapartes não comprometidas com a transição para uma economia de baixo carbono. [E1-4_23 – não há quantificação de alavancas]

Os setores NZBA para os quais foram assumidos compromissos são compatíveis com a análise de materialidade do risco de transição (ver apresentação setorial na secção seguinte), considerando o binómio exposição em carteira e nível de impacto do risco de transição. No final de 2023, a exposição em setores NZBA cifrava-se em cerca de 4.2 mil milhões de euros, o que representa cerca de 37% da exposição de financiamento empresarial. No final de 2024, a exposição em setores NZBA cifrava-se em cerca de **XX** mil milhões de euros, o que representa cerca de **XX%** da exposição de financiamento empresarial. Adicionalmente, os setores para os quais foram assumidos compromissos NZ representam, em 2023, 48% das emissões financiadas (âmbito 1,2 e 3) da carteira de financiamento empresarial. No final de 2024, as emissões financiadas de setores NZBA representam **XX%** da carteira de financiamento empresarial.

Informação setorial

Setor Eletricidade



O sector da Eletricidade representa, juntamente com o sector do petróleo e do gás, quase 75% das emissões globais de gases com efeito de estufa a nível mundial. **EM 2024**, no portefólio do BPI, as emissões financiadas para o setor elétrico representam **XX%** do total das emissões financiadas (âmbito 1+2), o que o torna um dos setores mais materiais em termos de emissões do portefólio do BPI.

Para o efeito da definição do perímetro, foram identificados os clientes materialmente relevantes, considerando os grupos de grande dimensão e que atuam na cadeia de valor como integrados ou geração de energia. Em alinhamento com as práticas de mercado, são consideradas as emissões de âmbito 1, que capturam a maioria das emissões do setor da energia.

Seguindo as UNEP FI Guidelines for Target Setting, o objetivo de redução de emissões foi definido utilizando como métrica a intensidade física do portefólio (tCO₂e/MWh) com base na exposição concedida, o que permite uma melhor monitorização dos clientes na sua transição para a geração livre de combustíveis fósseis.

Para o BPI, o objetivo final da estratégia de descarbonização do seu portefólio no setor elétrico é acompanhar os seus clientes na transição para um mix de geração menos intensivo em emissões. Assim, o BPI ajudará e incentivará a redução da intensidade de emissões do mix de geração dos seus clientes, o que, como consequência, levará a uma redução da sua própria métrica de intensidade.

As principais alavancas para a descarbonização do setor estão relacionadas com o financiamento de energias renováveis e o envolvimento com clientes estratégicos para lhes oferecer soluções que lhes permitam cumprir – ou mesmo acelerar – os seus planos de descarbonização. Além disso, está contemplada a possibilidade de reequilibrar a carteira para clientes menos intensivos em emissões e, em última análise, a redução do risco de certas contrapartes não comprometidas com a transição para uma economia de baixo carbono.

Setor Petróleo & Gás



Tal como indicado acima, os sectores energéticos são responsáveis pela grande maioria das emissões de gases com efeito de estufa a nível mundial. A meta de descarbonização baseada numa métrica de emissões absolutas está alinhada com as expectativas da indústria. A descarbonização do sector do petróleo e gás deverá ser impulsionada tanto por melhorias na eficiência energética como pela substituição direta destes combustíveis como inputs noutros processos (efeito procura).

A capacidade de descarbonização do sector do petróleo e gás é diferente da do sector eléctrico, o que também se reflete nas alavancas disponíveis. As principais alavancas para a redução das emissões absolutas financiadas centram-se no envolvimento com os clientes-chave para melhorar os

seus planos de descarbonização. É também considerada a redução gradual da exposição nas atividades mais intensivas e, em última análise, a redução do risco de determinadas contrapartes não comprometidas com a transição para uma economia de baixo carbono.

Para o efeito da definição do perímetro, foram identificados os clientes materialmente relevantes, considerando os grupos de grande dimensão e que atuam na cadeia de valor como integrados, no segmento upstream ou downstream. Em alinhamento com as práticas de mercado, são consideradas as emissões de âmbito 1, 2 e 3.

Setor Carvão

Quanto ao sector do carvão, dada a sua elevada intensidade de emissões, o BPI deixará de financiar empresas relacionadas com o carvão térmico, reduzindo a sua exposição a zero até 2030. Este tipo de compromisso é consistente com a expectativa de descontinuação da atividade do sector.

Assim, neste caso não foi definida uma métrica específica de emissões financiadas sendo, em alternativa, monitorizada a exposição às empresas identificadas. Assim, o BPI acompanha tanto a evolução da exposição total às empresas com produção de energia à base de carvão, como também o detalhe da exposição para aqueles clientes que já definiram um compromisso de phase out até 2030.

Para o efeito da definição do perímetro, foram identificados os clientes materialmente relevantes,

considerando os grupos de grande dimensão e que atuam na cadeia de valor no segmento de mineração e/ou produção. Adicionalmente, para os grupos de produção de energia foram identificados aqueles que têm produção com base no carvão.

Setor dos Transportes

Um dos sectores priorizados pela NZBA por serem intensivos em CO₂ é o setor dos transportes. Dada a heterogeneidade das atividades que compõem o setor e seguindo as melhores práticas na definição de objetivos, optou-se por dividir este setor em 3 subsectores: automóvel, aviação e marítimo.

O BPI tem uma exposição global ao transporte marítimo que, quer em termos de exposição creditícia, quer de emissões absolutas financiadas, não é materialmente relevante em termos relativos. Devido à não materialidade NZBA deste subsector, foi determinado não estabelecer metas de descarbonização.

Setor dos Transportes: Automóvel

INTRODUÇÃO
QUEM SOMOS
A NOSSA ESTRATÉGIA
O NOSSO DESEMPENHO
SUSTENTABILIDADE
GOVERNAÇÃO E CONTROLO INTERNO
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
REFERÊNCIAS FINAIS
INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

Desenho do objetivo do Setor Automóvel

Cadeia de valor

FORNECEDORES → PRODUÇÃO DE VEÍCULOS → DISTRIBUIÇÃO

- Foco no segmento de produção – OEMs (Original Equipment Manufacturers) – nomeadamente, em veículos ligeiros (veículos de passageiros e furgonetas), nos quais se centram as iniciativas europeias de descarbonização do setor

Tipo de emissões

1 2 3

- Âmbito 3, Cat 11, *tank-to-Wheel* - emissões produzidas pela utilização do veículo ao longo da sua vida útil. São as emissões mais relevantes dentro da cadeia de valor

Métrica de intensidade

- Intensidade física de emissões gCO₂e/vkm

Cenário:
NZE2050 da Agência Internacional de Energia

O sector automóvel representa uma percentagem relevante da carteira de crédito do BPI e uma concentração de emissões financiadas (cerca de XX% do total das emissões financiadas). Considerando as especificidades do setor, foi definida uma metodologia seguindo as melhores práticas de mercado para definir objetivos de descarbonização neste setor, focado no segmento Manufacturing e incorporando os chamados Original Equipment Manufacturers (OEMs). São consideradas as emissões tank-to-wheel de âmbito 3 categoria 11 dessas empresas, que são as produzidas pelo veículo quando este está em utilização. As emissões do tank-to-wheel são, de longe, as emissões mais relevantes para este elo da cadeia de valor.

A métrica selecionada para este setor é uma métrica de intensidade

física que descreve as emissões por cada km percorrido ao longo da sua vida útil por um veículo fabricado pela OEM (gCO₂/vkm), de forma que o foco esteja no financiamento de veículos mais eficientes. Para o cálculo da métrica é considerado a produção anual de veículos reportada e a vida útil do veículo em km, reportada por cada cliente (produtor de veículos ligeiros). O apuramento final da métrica agregada do BPI considera o peso relativo de cada cliente na exposição total dos clientes em perímetro NZBA – setor automóvel.

Setor dos Transportes Aviação

Desenho do objetivo do Setor Aviação

Cadeia de valor

FORNECEDORES → CONSTRUÇÃO → PROPRIETÁRIOS → RECICLAGEM

- Foco no segmento proprietário/operador – transporte de passageiros e de carga (linhas aéreas) – dado que a maioria das emissões de gases efeito de estufa se encontra neste segmento

Tipo de Emissões

1 2 3

- Compreende o *Âmbito 1 (foco tank-to-wake)* sendo estas as emissões derivadas do consumo de combustível durante o voo (emissões mais relevantes na cadeia de valor)

Métrica de intensidade

- Intensidade física de emissões: kgCO₂e/RPK

Cenário

- Cenário *Mission Possible Partnership "Prudent" 1.5°*

O cálculo do objetivo para este setor foi realizado de acordo com a metodologia Pegasus. Dada a limitada disponibilidade de dados técnicos ao nível dos ativos individuais (tipo de aeronave, tipo de carga, horas de voo, tipo de combustível, etc.), o alcance do objetivo centrou-se no

financiamento corporativo para companhias aéreas, excluindo Asset Finance e locadores.

Para a definição do perímetro, foram identificados os clientes de grande dimensão que atuem no segmento de proprietário/operador de transporte aéreo dado que a maioria das emissões se encontra neste segmento. Em alinhamento com as práticas de mercado, são consideradas as emissões de âmbito 1 sendo estas derivadas do consumo de combustível durante o voo (emissões mais relevantes na cadeia de valor).

O BPI irá alargar o âmbito da métrica a estes ativos à medida que a informação estiver disponível, pelo que é previsível que o nível de base e de chegada também sejam adaptados. A métrica de intensidade descreve as emissões de gases com efeito de estufa por quilómetro percorrido no ano (ótica de passageiro).

Setor Ferro e Aço

Desenho do objetivo do Setor Ferro e Aço

Cadeia de valor

MINERAÇÃO → PRODUÇÃO → DISTRIBUIÇÃO

- Foco no segmento de produção de ferro e aço, incluindo fundição e grupos integrados (fundição e transformação); a fundição é a fase que concentra a maior parte das emissões

Tipo de emissões

1 2 3

- Âmbito 1+2: emissões relevantes no processo produtivo; a utilização do produto final e a restante cadeia de valor são pouco relevantes em termos de emissões

Métrica de intensidade

- Intensidade física de emissões: kgCO₂e/t aço

Cenário:
NZE2050 da Agência Internacional de Energia

O setor do aço representa uma parte relativamente limitada da carteira de crédito do BPI. No entanto, dado que é um dos setores mais intensivos em emissões a nível mundial e que existem metodologias e cenários adaptados alinhados com o NZBA, foi decidido estabelecer uma meta já nesta fase.

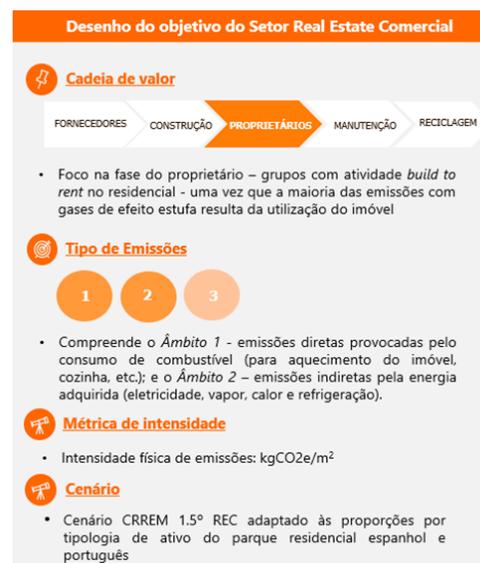
O perímetro determinado para este setor foi a atividade de Siderurgia, incluindo fundições e grupos integrados (fundição + transformação). A fundição é a fase de fabrico que concentra a maior parte das emissões. São consideradas as emissões de âmbito 1 e 2, uma vez que são as emissões mais relevantes no processo produtivo.

A metodologia, alinhada com as melhores práticas de mercado e com os Sustainable Steel Principles, considera uma métrica de intensidade de emissões de âmbito 1 e 2 por tonelada de aço produzida. Neste sector, o processo produtivo é especialmente intensivo, pelo que, comparativamente, as emissões provenientes da utilização do produto final e da sua cadeia de abastecimento a montante são menos relevantes.

Tendo em conta a exposição relativamente baixa neste sector e a sua elevada concentração em poucas contrapartes, as atuais limitações tecnológicas de um sector “difícil de abater” e a incerteza quanto a alterações metodológicas e de cenários, foi

decidido estabelecer um objetivo nade intervalo, de acordo com dois cenários da IEA (um mais ambicioso que projeta uma redução de 20% e outro mais restritivo que projeta uma redução de 10%). Assim, o objetivo do BPI para o setor do Ferro e Aço em 2030 consubstancia no intervalo entre 913-1027 kg CO2e/ t aço produzido. Como nos restantes setores a trajetória de descarbonização depende substancialmente da ambição e atuação dos seus principais clientes, sendo também possível equacionar o reequilíbrio da carteira em termos de exposição.

Setor Imobiliário: Comercial



O setor imobiliário comercial é um setor complexo com disponibilidade de informação real sobre as

emissões ainda limitada, pelo que os cálculos de alinhamento são em grande parte baseados em proxies. Para o efeito, na ausência de informação real do cliente acerca das emissões de âmbito 1 e 2, o BPI recorre a informação pública⁷⁹ disponibilizada pelo Carbon Risk Real Estate Monitor (CREEM) para Portugal e desagregada por tipologia de ativo imobiliário comercial (por exemplo edifícios de escritório ou retalho comercial).

Além disso, neste setor a distribuição geográfica da carteira é especialmente relevante devido às zonas climáticas, pelo que as trajetórias de referência devem considerar esta distribuição geográfica para estabelecer os objetivos.

Para o efeito da definição do perímetro, foram identificados os clientes materialmente relevantes, considerando os grupos de grande dimensão e que atuam na cadeia de valor como proprietários (atividade *build to rent*). Em alinhamento com as práticas de mercado, são consideradas as emissões de âmbito 1 e 2.

Tendo em conta estas circunstâncias, o BPI definiu um objetivo ambicioso para o setor, alinhado com objetivos de base científica (cenário CRREM⁸⁰ 1.5° REC adaptado às proporções por tipologia de ativo do parque residencial espanhol e português).

Setor Imobiliário: Residencial

⁷⁹ <https://www.crrem.eu/tool/>

⁸⁰ Carbon Risk Real Estate Monitor - CRREM is the leading global standard and initiative for operational decarbonization of real estate assets.

INTRODUÇÃO
 QUEM SOMOS
 A NOSSA ESTRATÉGIA
 O NOSSO DESEMPENHO
 SUSTENTABILIDADE
 GOVERNAÇÃO E CONTROLO INTERNO
 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
 REFERÊNCIAS FINAIS
 INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR



Pelas características específicas do segmento imobiliário residencial (a sua sensibilidade social, maturidades contratuais longas e dependência de alavancas exógenas para a sua transformação: exigências regulatórias e ajudas públicas para a melhoria da eficiência energética), o objetivo

E1-3 — Ações e recursos relacionados com as políticas em matéria de alterações climáticas

Neste indicador apresentamos as ações chave implementadas e planeadas para atingir as metas identificados no indicador E1-4, bem como os recursos alocados, tal como segmentados nesse indicador.

Descarbonização Operacional

O BPI tem implementado, desde 2020, um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) de acordo com a

traçado para o setor imobiliário residencial é prudente em relação ao caminho de referência do CRREM (Carbon Risk Real Estate Monitor).

Na definição do objetivo foram tomadas em consideração as alterações esperadas do mix energético em Portugal, das políticas governamentais e da legislação ambiental e climática, bem como as mudanças no comportamento do consumidor, participando e contribuindo para o esforço coletivo necessário para a transição para uma economia net zero. Para que essas alterações se reflitam na carteira do BPI estão a ser lançados produtos específicos para financiar melhorias de eficiência energética.

Setores Cimento e Alumínio

O BPI tem uma exposição global aos sectores supramencionados que, quer em termos de exposição creditícia, quer de emissões absolutas financiadas, não é materialmente relevante em termos relativos. Devido à não

materialidade NZBA destes sectores, foi determinado não estabelecer metas de descarbonização para estes sectores.

Sector Agropecuário

Com o intuito de definir um objetivo de descarbonização para este setor, o BPI realizou uma análise exaustiva da sua carteira agrícola, com foco nas empresas de produção de gado (o segmento de produção suíno e bovino concentra a maior parte das emissões do sector agrícola). Devido à não materialidade NZBA deste segmento da cadeia de valor no BPI, foi determinado não estabelecer metas de descarbonização para o sector identificado. Em alinhamento com o grupo CaixaBank, procurar-se-á robustecer a informação disponível e acompanhar os desenvolvimentos tecnológicos relacionados com a descarbonização do setor, de forma a conseguir apoiar e fomentar iniciativas com os clientes.

monitorização de ações de descarbonização. .

O Plano de Banca Sustentável 2025-27⁸¹ do BPI prevê o acompanhamento e a execução do Plano de Gestão Ambiental 25-27⁸². Este alinhamento garante uma abordagem coordenada e eficaz para atingir os objetivos climáticos e fortalecer a posição do BPI como líder em práticas bancárias sustentáveis.

⁸¹ O Plano Banco Sustentável 2025-27 sucedeu ao Plano Diretor Sustentabilidade 2022-24.

⁸² O Plano de Gestão Ambiental substitui o anterior Plano de Acompanhamento Ambiental.

Relativamente ao âmbito 1 e 2 da pegada operacional, as principais ações realizadas no ano de 2024 foram as seguintes:

- Manutenção e renovação da certificação do SGA considerando a atividade bancária e de suporte para os 4 edifícios centrais (Casal Ribeiro, Boavista, Saudade e Monumental)
- Promoção da Mobilidade Sustentável
- Implementação de medidas de redução e melhoria da monitorização do consumo de eletricidade e

manutenção da aquisição de energia elétrica 100% renovável

- Início do processo de implementação da Certificação do Sistema de Gestão de Energia, segundo a ISO 50 001
- Análise da substituição de equipamentos para uma maior eficiência energética
- Iniciativas de comunicação e Consciencialização Ambiental junto dos colaboradores

Estas medidas tiveram como objetivo a redução das emissões da

atividade operacional do BPI e envolveram a adoção de medidas de eficiência ambiental, identificação de responsáveis e de recursos, acompanhamento de indicadores e definição de metas. Neste processo foram envolvidas 15 Direções do BPI.

Para o triénio de 2025-27, o BPI preparou um Plano de Gestão Ambiental dando continuidade aos esforços de redução da pegada de carbono operativa. O Plano inclui seis eixos principais de atuação, abrangendo cerca de 20 iniciativas estratégicas, incluindo as seguintes.

Quadro E1-3_01

| Plano de atuação | Iniciativas |
|---|---|
| A Estratégia de redução da pegada de carbono operativa | Cálculo e certificação anual da pegada de carbono operativa e comparação com objetivos de redução de emissões Avaliação da implementação de preços internos de carbono (avaliação de procedimentos internos: compras, fornecedores, produtos de negócio) |
| B - Promoção da eficiência de recursos | Realização de estudos e auditorias para a promoção da eficiência de recursos (energia, água e resíduos) Implementação de medidas de eficiência de recursos Definição do gestor de frota do BPI e respetivas responsabilidades para acompanhamento de ações de redução das emissões associadas à frota |
| C - Mobilidade sustentável | Avaliação da possibilidade de implementação de preço interno de carbono (circuitos de aprovação de emissões CO2 aquando aquisição de novas viaturas) Avaliação da classificação do desempenho energético da frota automóvel e sua certificação, incluindo a identificação de oportunidades e medidas de melhoria para otimização destes consumos. Realização de formação em Eco Condução para Colaboradores |
| D - Implementação de novas certificações e renovação das existentes | Implementação de novas certificações (ISO 50 001) Renovação de certificações ambientais existentes (ISO 14 001) |

Os gastos em capex e opex previstos para estas ações são os seguintes:

Quadro E1-3_02

| | CAPEX | | | OPEX | | |
|---|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| | 2025 | 2026 | 2027 | 2025 | 2026 | 2027 |
| A - Estratégia de redução da pegada de carbono operativa | | | | #SHEE T! | #SHEE T! | #SHEE T! |
| B - Promoção da eficiência de recursos | #SHEE T! | #SHEE T! | #SHEE T! | #SHEE T! | #SHEE T! | #SHEE T! |
| C - Mobilidade sustentável | #SHEE T! | #SHEE T! | #SHEE T! | #SHEE T! | #SHEE T! | #SHEE T! |
| D - Implementação de novas certificações e renovação das existentes | | | | #SHEE T! | #SHEE T! | #SHEE T! |

Descarbonização da Carteira

Desde o estabelecimento dos primeiros objetivos do NZBA conforme descrito em E1-4, o BPI tem vindo a gerir ativamente as suas carteiras setoriais para garantir que a transição até atingir o objetivo é realizada de forma adequada e que os compromissos assumidos são cumpridos. Não obstante, dada a sua natureza, para atingir todos os objetivos de descarbonização definidos, o BPI deve potenciar as mudanças derivadas das políticas governamentais e da regulamentação ambiental e climática, bem como as mudanças no comportamento dos consumidores, nos desenvolvimentos científicos e nas novas tecnologias, participando e contribuindo para o desenvolvimento de uma economia

neutra em carbono. É importante destacar que a missão do BPI é acompanhar os seus clientes no seu processo de transição como mecanismo para alcançar a descarbonização da economia. Tal implica que a trajetória de descarbonização da carteira ano a ano não seja linear, estando não só, mas sobretudo, dependente dos seus clientes e do desenvolvimento de tecnologias que permitam a redução das emissões de carbono. Em suma, o BPI procura concretizar na sua gestão uma tendência decrescente das suas curvas de descarbonização, para que o objetivo definido para 2030 seja cumprido em tempo útil.

As principais ações para a descarbonização dos sectores NetZero

estão relacionadas com a descarbonização dos clientes. Assim, o financiamento da transição dos clientes oferecendo soluções que lhes permitam cumprir – ou mesmo acelerar – os seus planos de descarbonização, é das principais ações. Além disso, está contemplada a possibilidade de reequilibrar a carteira para clientes menos intensivos em emissões e, em última análise, a redução do risco de certas contrapartes não comprometidas com a transição para uma economia de baixo carbono, o que torna determinante a importância de todas as ações de controlo.

As principais linhas de ação para atingir o objetivo de descarbonização são as seguintes:

| | |
|--|---|
| Medição e monitorização | 1. Acompanhamento regular da informação de emissões de CO2 divulgada pelos clientes em perímetro NZ, calculando as métricas de intensidade física; |
| | 2. Cálculo agregado ponderado das métricas sectoriais, considerando a exposição em carteira aos clientes em perímetro NZ; |
| | 3. Reporte de informação regular no Conselho de Sustentabilidade e Comissão |
| Quadro de controlo | 1. Definição de fluxograma de aprovação de operações em perímetro NZ; 2. Atribuição de responsabilidades no acompanhamento e aprovação entre áreas de negócio, DCR-Sustentabilidade e Projetos e DGR-Sustentabilidade, Balanço e Mercado; 3. Definição de checklist de informação a solicitar aos clientes em perímetro NZ; 4. Desenvolvimento de ferramenta de impactos marginais para avaliação de impactos nas métricas agregadas sectoriais; |
| Política de controlo e admissão | 1. Identificação de restrições e condicionalismos para admissão de riscos através da política de riscos de sustentabilidade; |
| Engagement | 2. Manual operativo de governance, envolvendo as áreas de negócios, DCR-Sustentabilidade e Projetos e DGR-Sustentabilidade. 1. Proximidade com clientes chave e materialmente relevantes, de forma a potenciar os objetivos de descarbonização mútuos; 2. Identificação de oportunidades ao nível de produtos e serviços de apoio; |

Adicionalmente, o BPI estabeleceu um Manual Operativo do projeto NetZero, onde se detalha as tarefas e responsabilidades relativas à gestão operativa do compromisso da Net Zero Banking Alliance (NZBA), considerando os seus processos de Governo. Este documento descreve os procedimentos de aprovação dos objetivos NZBA, os procedimentos de aprovação de operações de clientes no âmbito do NetZero e a

estrutura de governo interna relativa aos objetivos de descarbonização.

- Do ponto de vista da avaliação de impactos de novas operações/ clientes destaca-se o desenho de um quadro de avaliação cujo fluxograma de aprovação depende:
- Do resultado obtido na ferramenta de impactos marginais;

- Da informação ESG interna e/ou solicitada ao cliente;
- Do parecer da 2ª linha de controlo referente aos planos de descarbonização;
- Da Aprovação em CECA das operações que possam colocar em causa os objetivos/estratégia de descarbonização do Banco (é definido um limiar específico para cada setor).

E1-5 Consumo energético e combinação de energia

O consumo de energia direta do BPI considera o uso de combustível

associado à frota automóvel BPI (gasóleo e gasolina) e aos

equipamentos de emergência (gasóleo), bem como à utilização de

- INTRODUÇÃO
- QUEM SOMOS
- A NOSSA ESTRATÉGIA
- O NOSSO DESEMPENHO
- SUSTENTABILIDADE
- GOVERNAÇÃO E CONTROLO INTERNO
- PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
- REFERÊNCIAS FINAIS
- INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

gás natural. O consumo de energia indireta considera o uso de eletricidade em todas as instalações BPI (edifícios e rede comercial), sendo assegurado que a totalidade desse consumo tem origem em fontes renováveis.

O consumo de eletricidade é o mais significativo em termos de energia, tendo o Banco processos de monitorização contínua para 100%

das suas instalações. Em 2024, houve um **aumento/redução global de x%**, considerando um **aumento/diminuição de x%** nos Edifícios Centrais e uma **redução/aumento de x%** na Rede Comercial.

O Banco registou ainda um decréscimo significativo no consumo de gás natural **(-x%)**, evidenciando o esforço na sua monitorização e redução.

O BPI não está diretamente envolvido na produção de energia, seja ela renovável ou não renovável. Adicionalmente, sendo uma empresa do setor financeiro, não se enquadra nos setores considerados intensivos em carbono, não reportando, por isso, sobre estas matérias.

Quadro E1-5_01 Consumo de energia

| Energy consumption and mix | 2023 | 2024 |
|---|----------|---------|
| Energy consumption from non-renewable sources | | |
| (1) Fuel consumption from coal and coal products | | |
| (2) Fuel consumption from crude oil and petroleum products | | |
| (3) Fuel consumption from natural gas | | |
| (4) Fuel consumption from other fossil sources | | |
| (5) Consumption of purchased or acquired electricity, heat, steam, and cooling from fossil sources | | |
| (6) Total fossil energy consumption (MWh) (calculated as the sum of lines 1 to 5) | | — |
| Share of fossil sources in total energy consumption (%) | | #VALUE! |
| (7) Consumption from nuclear sources (MWh) | 0 | |
| Share of consumption from nuclear sources in total energy consumption (%) | | #VALUE! |
| Energy consumption from renewable sources | | |
| (8) Fuel consumption for renewable sources, including biomass (also comprising industrial and municipal waste of biologic origin, biogas, renewable hydrogen, etc.) (MWh) | | |
| (9) Consumption of purchased or acquired electricity, heat, steam, and cooling from renewable sources (MWh) | | |

(10) The consumption of self-generated non-fuel renewable energy (MWh)

(11) Total renewable energy consumption (MWh) (calculated as the sum of lines 8 to 10)

Share of renewable sources in total energy consumption (%)

Total energy consumption (MWh) (calculated as the sum of lines 6, 7 and 11)

—

#VALUE!

#VALUE!

E1-6 Emissões brutas de GEE de âmbito 1, 2, 3 e emissões totais de GEE

O BPI calcula a sua pegada de carbono com o objetivo de identificar os temas de maior materialidade e estabelecer um plano de ação que vise a redução progressiva das emissões de GEE.

Esta informação ajuda o BPI a definir objetivos de descarbonização que lhe permitam atingir emissões líquidas zero em 2050, operacionais e da carteira, em linha com o

compromisso da Net Zero Banking Alliance (NZBA).

Neste indicador começamos por apresentar os dados globais das emissões de GEE e análise de materialidade para depois apresentar em mais detalhe o cálculo da pegada de carbono, concluindo com a intensidade energética. O cálculo da pegada de carbono da carteira financiada, correspondente ao âmbito 3.15, é

apresentado autonomamente devido à sua especificidade.

Emissões brutas de GEE de âmbito 1, 2, 3 e emissões totais de GEE
 Apresenta-se no quadro QE1-6_01 a pegada de carbono⁸³ do BPI incluindo a componente operativa e financiada e no quadro QE1-6_02 informação adicional sobre a pegada.

Quadro QE1-6_01: [E1-6_04, 07-13]

| | Retrospectiva | | | | Metas | |
|--|---------------|------|------|-----|-------|------|
| | Ano base | 2023 | 2024 | Var | 2025 | 2030 |
| Emissões de GEE de âmbito 1 | | | | | | |
| Emissões brutas de GEE de âmbito 1 (tCO _{2eq}) | | | | | | |
| Percentagem de emissões de GEE de âmbito 1 provenientes dos sistemas de comércio de licenças de emissão regulamentados (%) | | | | | | |

⁸³ CO₂e= CO₂ equivalente. Inclui os seguintes gases de efeito estufa CO₂, CH₄, N₂O, HFCs, PFCs, SF₆ y NF₃

INTRODUÇÃO
 QUEM SOMOS
 A NOSSA ESTRATÉGIA
 O NOSSO DESEMPENHO
 SUSTENTABILIDADE
 GOVERNAÇÃO E CONTROLO INTERNO
 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
 REFERÊNCIAS FINAIS
 INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

| | | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|--|
| Emissões de GEE de âmbito 2 | | | | | | |
| Emissões brutas de GEE de âmbito 2 baseadas na localização (tCO _{2eq}) | | | | | | |
| Emissões brutas de GEE de âmbito 2 baseadas no mercado (tCO _{2eq}) | | | | | | |
| Emissões significativas de GEE de categoria 3 | | | | | | |
| Emissões brutas indiretas totais de GEE (de âmbito 3) (tCO _{2eq}) | | | | | | |
| 1 Bens e serviços adquiridos | | | | | | |
| [Subcategoria facultativa: Serviços de computação em nuvem e de centros de dados] | | | | | | |
| 2 Bens de equipamento | | | | | | |
| 3 Atividades relativas a combustíveis e energia (não incluídas no âmbito 1 ou no âmbito 2) | | | | | | |
| 4 Transporte e distribuição a montante | | | | | | |
| 5 Resíduos produzidos em operações | | | | | | |
| 6 Deslocações em serviço | | | | | | |
| 7 Deslocações diárias dos trabalhadores entre o domicílio e o local de trabalho | | | | | | |
| 8 Ativos locados a montante | | | | | | |
| 9 Transporte a jusante | | | | | | |
| 10 Transformação dos produtos vendidos | | | | | | |
| 11 Utilização dos produtos vendidos | | | | | | |
| 12 Tratamento de fim de vida dos produtos vendidos | | | | | | |
| 13 Ativos locados a jusante | | | | | | |
| 14 Franquias | | | | | | |
| 15 Investimentos | | | | | | |

| Emissões totais de GEE | | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|--|
| Emissões totais de GEE (baseadas na localização) (tCO _{2eq}) | | | | | | |
| Emissões totais de GEE (baseadas no mercado) (tCO _{2eq}) | | | | | | |

Adicionalmente, apresentam-se os dados desagregados por outros tipos de GEE para o Âmbito 1:

Quadro QE1-6_02 Detalhe das emissões GEE

| | CO ₂ | CH ₄ | N ₂ O | HFC | PFC | SF ₆ | NF ₃ | CO _{2e} |
|-------------------|-----------------|-----------------|------------------|-----|-----|-----------------|-----------------|------------------|
| Gás Natural | | | | | | | | |
| Gasóleo (gerador) | | | | | | | | |
| Gasóleo (frota) | | | | | | | | |
| Gasolina (frota) | | | | | | | | |

Análise de materialidade do âmbito 3 [E1-6_27]

Em 2022, o BPI, realizou pela primeira vez uma análise de materialidade com o objetivo de determinar a relevância das categorias de emissões indiretas de GEE (Âmbito 3), de forma a estabelecer os limites operacionais a incluir na pegada de carbono do BPI nos anos seguintes. Em 2024, voltou a realizar uma segunda análise de materialidade com dados mais recentes.

Da análise efetuada, concluiu-se que a única categoria relevante neste âmbito, com um peso de 99% do total das emissões de Âmbito 3, é a categoria 3.15, correspondente às emissões financiadas. No entanto, foram também definidas como materiais as seguintes categorias, considerando quer o seu volume de emissões associado, quer as possibilidades de influenciar

o controlo e a redução das emissões:

- 3.1 Aquisição de bens e serviços
- 3.2 Aquisição de bens de equipamento
- 3.3 Atividades relacionadas com combustíveis e energia
- 3.5 Produção de resíduos
- 3.6 Deslocações em serviço
- 3.7 Deslocações casa-trabalho

As restantes categorias não foram consideradas materiais por não serem aplicáveis à atividade bancária (3.13 e 3.14) ou não serem relevantes para o tipo de serviços prestados (3.10, 3.11 e 3.12) ou atividade desenvolvida (3.4, 3.8 e 3.9).

Com base nas conclusões da análise de materialidade, foi definido o perímetro para o cálculo do âmbito 3 da pegada de carbono operacional, 2022 – 2024, que inclui todas as emissões das categorias definidas como materiais. O estudo de materialidade realizado em 2024 não trouxe alterações em termos de categorias a reportar e foi também tido em consideração na definição do PGA 25-27.

Cálculo da Pegada Operativa

As emissões consideradas dentro de cada um dos âmbitos são as seguintes⁸⁴

- Âmbito 1: inclui as emissões diretas das instalações de combustão dos edifícios de uso próprio, dos combustíveis para a frota de

⁸⁴ No que diz respeito às emissões biogénicas, o BPI está a trabalhar no sentido de alargar o questionário da pegada de carbono aos fornecedores para avaliar a existência destas emissões na sua cadeia de valor a montante, incluídas no âmbito operacional 3. No entanto, devido à natureza da atividade, foi determinado que este tipo de emissões não é considerado para os âmbitos 1 e 2.. [E1-6_17,24, 28]

veículos e das fugas de gases dos sistemas de climatização.

- **Âmbito 2:** inclui as emissões indiretas relacionadas com a produção de eletricidade, adquirida e consumida pelos edifícios do Banco.
 - [E1-6_18-23] O BPI efetua a aquisição de Garantias de Origem⁸⁵ (GdO) à Endesa e à Galp, assegurando que a energia elétrica que consome em todas as suas instalações tem origem 100% em fontes renováveis.
- **Âmbito 3:** inclui outras emissões indiretas. O BPI inclui as categorias 3.1 Compras de bens e serviços, 3.2 Compras de bens de equipamento, 3.3 Combustíveis e atividades relacionadas com a energia, 3.5 Produção de resíduos 3.6 Viagens de negócios e 3.7 Deslocações casa-trabalho, que são as categorias consideradas materiais na análise de materialidade das categorias de Âmbito 3 da pegada de carbono.

Tanto as emissões de Âmbito 1 e 2 como as emissões de Âmbito 3 são calculadas tendo em conta a norma do GHG Protocol estabelecida pelo WRI (World Resources Institute) e pelo WBCSD (World Business Council for Sustainable Development). Para as emissões de

Âmbito 3 (cat. 1, 2, 3, 5, 6 e 7), é utilizada a classificação estabelecida na publicação do GHG Protocol "Corporate Value Chain (Scope 3) Accounting and Reporting Standard". Em relação à cat. 3.15 é considerada a metodologia desenvolvida pelo PCAF, conforme detalhado na secção seguinte.

Para as categorias 3.1 - aquisições de bens e serviços e 3.2 - aquisições de bens de capital, tomou-se como base 80% dos fornecedores de maior despesa. Os fatores de emissão utilizados para o cálculo destas categorias em 2024 foram obtidos a partir de dados públicos ou dados diretos dos fornecedores ou, na sua ausência, foram utilizadas as intensidades de emissão da base de dados DEFRA, classificadas por sector económico.

Para a categoria 3.3 - atividades relacionadas com combustíveis e energia, foram consideradas as emissões "well-to-tank" (WTT) associadas à extração e refinação de combustíveis primários e as emissões de transmissão e distribuição (T&D) associadas a perdas na rede.

No caso da categoria 3.5 Produção de resíduos, foram consideradas as quantidades anuais de resíduos comunicadas no à Agência Portuguesa do Ambiente a partir do Mapa Integrado de Registo de Resíduos (MIRR). As emissões de GEE foram calculadas com base no fator de emissão da Ecoinvent 3.9,

Para a categoria 3.6 - viagens corporativas, foram consideradas as viagens associadas à atividade do

BPI considerando as estadias em hotel e o transporte: avião, comboio, transportes urbanos e veículos de aluguer/pessoais e respetivo fator de emissão consoante o tipo de transporte.

Para a categoria 3.7 Deslocações Casa-trabalho que inclui emissões relacionadas ao transporte de Colaboradores das suas residências para o local de trabalho. A distância total foi calculada através dos resultados do inquérito de mobilidade realizado no final de 2023, considerando apenas para edifícios centrais.

Em 2024, a percentagem de emissões de Âmbito 3 calculada utilizando dados primários obtidos de fornecedores ou outros parceiros da cadeia de valor foi de XX%.

Cálculo da Pegada Financiada [E1-6_15]

O BPI toma como referência as diretrizes definidas pela PCAF (Partnership for Carbon Accounting Financials) na sua norma de contabilidade e reporte "The global GHG Accounting & Reporting Standard for the Financial Industry" para a quantificação das emissões financiadas a partir da sua carteira de crédito e investimento.

O cálculo das emissões financiadas em 31 de dezembro de 2023 e 2024 abrange os seguintes tipos de ativos:

- Hipotecas Residencial e Comercial
- Empréstimos para empresas

⁸⁵ As GdO são certificados eletrónicos que comprovam a origem renovável da energia.

- Financiamento de Projetos (Project Finance)
- Empréstimos para financiamento de veículos
- Títulos de capital e dívida (ações e obrigações)

O cálculo foi realizado com base numa abordagem bottom-up, seguindo a metodologia desenvolvida pela PCAF e descrita na norma "The global GHG Accounting and Reporting Standard for the Financial Industry":

- as emissões associadas à carteira hipotecária foram calculadas com base na informação do certificado de eficiência energética (real ou estimada) dos imóveis financiados;
- as emissões associadas ao resto da carteira de financiamento e investimento foram calculadas a partir da informação da pegada de carbono (âmbito 1, 2 e 3) reportada pelas empresas/projetos financiados, ou a partir dos fatores de emissão publicados pela PCAF quando as empresas não publicam a sua pegada de carbono;
- as emissões associadas ao financiamento de veículos foram estimadas tendo em conta o tipo de veículo e as proxias de quilometragem média.

Em todos os casos, a alocação das emissões financiadas pelo BPI foi feita com base no fator de

atribuição definido pelo PCAF para cada tipo de ativo, bem como nos melhores dados disponíveis em cada caso.

Com o objetivo de melhorar a qualidade e completude dos resultados, durante o ano de 2024, o BPI concentrou os seus esforços no fortalecimento do modelo de cálculo através do desenvolvimento (interno) de uma ferramenta específica que integra toda a informação necessária (das bases de dados de dados internos e externos) para o cálculo das emissões financiadas. Esta importante evolução facilita a gestão do risco associado às emissões financiadas ao permitir o cálculo e monitorização periódica deste indicador-chave na trajetória para a neutralidade carbónica.

É relevante destacar que, ao longo do tempo, pode-se esperar que as emissões financiadas flutuem devido a questões não ligadas à exposição financeira, mas a outros fatores que impactam o cálculo, como as variações no valor intrínseco ou de mercado das empresas, a disponibilidade de dados publicados, dados de pegada de carbono, melhorias no processo de cálculo ou alterações nos fatores de emissão do PCAF.

Considerações adicionais:

- O cálculo foi realizado seguindo a metodologia desenvolvida pela PCAF e descrita na norma "The Global GHG Accounting and Reporting Standard for the Financial Industry (Part A). Second Edition";

- Para as empresas para as quais não existem dados reais disponíveis, foram utilizados os últimos fatores de intensidade de emissão (tCO₂e/€MM volume de negócios) publicados pela PCAF (em março de 2024) datados de setembro de 2023;
- Financiamento empresarial (empresas não financeiras): Inclui empréstimos para fins empresariais gerais (inclui PME) e financiamento de projetos;
- O cálculo do valor da empresa para as categorias Financiamento Empresarial é a soma do capital próprio e da dívida (valor contabilístico), para as não cotadas, enquanto que para títulos de capital é utilizada a capitalização bolsista.
- Imobiliário comercial e residencial: o cálculo das emissões foi efetuado tendo em conta:
 - informação incluída no Certificado energético (EPC) do imóvel;
 - informação sobre a intensidade das emissões (de acordo com o tipo de propriedade e localização geográfica) publicada pelo Instituto de Diversificação e Poupança Energética de Espanha e CRREM (fatores PCAF)

- atualizados em setembro de 2023);
- O cálculo do scope 3 foi efetuado para todos os setores que compõem a carteira do BPI. Dado o elevado risco de dupla contabilização das emissões para o cálculo do Âmbito 3, apenas a intensidade das emissões por milhão de euros é reportada para o Âmbito 1+2.
 - Exclusões:

- exposições com dados insuficientes
- exposição a instituições de crédito e risco soberano

Conforme apresentado acima na tabela sobre as emissões financiadas, o PCAF estabelece uma classificação da qualidade dos dados utilizados nos cálculos das emissões financiadas (Data Quality Score), atribuindo a nota 1 aos dados de maior qualidade (dados publicados pelas empresas e verificados) e a nota 5 aos dados de

menor qualidade (estimativas do setor utilizando fatores de emissão padrão fornecidos pela PCAF).

Apresenta-se de seguida as emissões financiadas totais no QE1-6_03 e a repartição por setores, para as emissões associadas a financiamentos de empresas, no QE1-6_04. Apresenta-se ainda a distribuição geográfica no QE1-6_05.

Quadro E1-6_03

| QE1-6_03 | Exposição | | Emissões Absolutas | | Intensidade económica | | Data Quality Score |
|--------------------|-----------------------------|--------------------------|------------------------|----------------------|--|----------------------------|-------------------------|
| Por tipo de activo | Exposição em perímetro (M€) | % de exposição calculada | Emissões S1+2 (ktCO2e) | Emissões S3 (ktCO2e) | Intensidade das emissões S1+2 (tCO2e/M€) | Data Quality Score (S1+ 2) | Data Quality Score (S3) |
| Real Estate | | | | | | | |
| Comercial | | | | | | | |
| Prudencial | | | | | | | |
| Crédito | | | | | | | |
| Automóvel | | | | | | | |
| capital (Ações) | | | | | | | |
| dívida | | | | | | | |
| Total | — | | — | — | | | |

Quadro E1-6_04

| QE1-6_04 Por setor de atividade económica | Exposição | | Emissões Absolutas | | Intensidade económica | | Data Quality Score |
|--|-----------------------------|--------------------------|------------------------|----------------------|--|----------------------------|-------------------------|
| | Exposição em perímetro (M€) | % de exposição calculada | Emissões S1+2 (ktCO2e) | Emissões S3 (ktCO2e) | Intensidade das emissões S1+2 (tCO2e/M€) | Data Quality Score (S1+ 2) | Data Quality Score (S3) |
| Petróleo e Gás | | | | | | | |
| Eletricidade | | | | | | | |
| Transporte | | | | | | | |
| Real Estate | | | | | | | |
| Cimento | | | | | | | |
| Ferro e Aço | | | | | | | |
| (inclui | | | | | | | |
| Alumínio | | | | | | | |
| Carvão* | | | | | | | |
| Outros setores não intensivos | | | | | | | |
| Total | — | | — | — | | | |

*CAE 05100,05200, 19100

Quadro E1-6_05

| QE1-6_05 Por zona geográfica | Exposição | | Emissões Absolutas | | Intensidade económica | | Data Quality Score |
|---------------------------------|-----------------------------|--------------------------|------------------------|----------------------|--|----------------------------|-------------------------|
| | Exposição em perímetro (M€) | % de exposição calculada | Emissões S1+2 (ktCO2e) | Emissões S3 (ktCO2e) | Intensidade das emissões S1+2 (tCO2e/M€) | Data Quality Score (S1+ 2) | Data Quality Score (S3) |
| Portugal | | | | | | | |
| Europa | | | | | | | |
| Resto do mundo | | | | | | | |
| Total | — | | — | — | | | |

Intensidade dos GEE com base no **rédito líquido**

Apresenta-se no quadro QE1-6_06 a intensidade de GEE por receita e a respetiva conciliação com os

quadros contabilísticos no quadro QE1-6_07.

Quadro QE1-6_06 GHG intensity per net revenue [E1-6_30-31]

| | 2023 | 2024 | %N / N-1 |
|---|------|------|----------|
| Total GHG emissions (location-based) per net revenue (tCO2eq/Monetary unit) | | | - |
| Total GHG emissions (market-based) per net revenue (tCO2eq/Monetary unit) | | | - |

Quadro QE1-6_07 [E1-6_33-35]

| Quantitative Reconciliation | 2024 |
|---|------|
| Net revenue used to calculate GHG intensity | |
| Net revenue (other) | 0 |
| Total net revenue (in financial statements) | |

O net revenue corresponde à soma das seguintes rubricas da demonstração de resultados:

- F02_1_010 - Interest income
- F02_1_160 - Dividend income
- F02_1_200 - Fee and commission income
- F02_1_220 - G/L derecognition of f. A/L not measured at fair value through PL
- F02_1_280 - Gains or (-) losses on financial assets and liabilities held for trading, net
- F02_1_287 - G/L on non-trading f.assets mandatorily at fair value through PL
- F02_1_290 - G/L on f.assets and liabilities designated at fair value through PL

- F02_1_300 - Gains or (-) losses from hedge accounting, net
- F02_1_340 - Other operating income

E1-7 Projetos de remoção de GEE e de atenuação dos GEE financiados através de créditos de carbono

Operações próprias e cadeia de valor

O Banco não tem, atualmente, projetos de remoção ou armazenamento de GEE nas suas operações próprias, assumindo, em alinhamento com o Grupo CaixaBank, o compromisso de compensar as emissões de GEE da sua própria atividade para os âmbitos 1, 2 e 3, categoria 6, através de projetos de compensação certificados.

Neste momento, o BPI, não colabora em projetos de remoção e

de armazenamento de GEE com os agentes da sua cadeia de valor. No entanto, com o objetivo de analisar e apoiar os esforços desenvolvidos pelos seus fornecedores, o Plano de Gestão Ambiental 25-27 do BPI prevê a introdução de um questionário sobre a pegada de carbono associada à atividade dos fornecedores em que o Banco tem uma exposição acima de um determinado valor de negócio.

Compras de crédito de carbono

Em 2022, o BPI, em alinhamento com o Grupo CABK, realizou uma análise de materialidade com o objetivo de determinar a relevância dos scopes e categorias para estabelecer os limites operacionais a incluir na sua pegada de carbono nos próximos anos. Da análise efetuada concluiu-se que os scopes 1, 2 e 3 categoria 6, são os que têm maior peso a nível operativo, e que são alvo de compensação.

A utilização de créditos de carbono para compensar parte da pegada de

carbono do BPI consiste numa solução de recurso, enquanto a pegada não é efetivamente reduzida, não impedindo nem reduzindo o compromisso do BPI com as reduções de emissões de GEE, como está demonstrado nas medidas de redução de emissões descritas no indicador E1-3.

Os créditos comprados no âmbito da compensação cumprem as normas internacionais mais exigentes e são verificados por agências independentes e reconhecidas internacionalmente, nomeadamente a International Carbon Reduction & Offset Alliance (ICROA), um programa de acreditação líder no sector empenhado em reforçar a integridade do mercado voluntário do carbono, e seguem os seguintes critérios de escolha:

- Reais – com uma base de referência clara;
- Mensuráveis – de acordo com as melhores metodologias e standards do mercado;
- Verificáveis – por entidades externas;
- Permanentes – geram benefícios climáticos a longo prazo;
- “Adicionais” – geram reduções ou remoções de emissões acima e além do que teria ocorrido sem a existência do projeto;
- Sem fugas – não geram emissões em outros locais

Quadro E1-7_01 [E1-7_02,10,11,13,14,16,17,18]

por deslocação de atividades;

- Únicos – sem dupla contagem;
- Sem causar dano – não geram outros impactos ambientais ou sociais negativos.

Os projetos de compensação selecionados seguem os Core Carbon Principles (CCPs) do Integrity Council for the Voluntary Carbon Market’s(ICVCM). O BPI tem ainda em consideração na seleção do projeto de compensação, informações detalhadas sobre a sua localização, impacto/apoio na comunidade em que se insere, categoria de classificação (redução ou remoção), certificação por entidade externa (Gold Standard, verified Carbon Standard (VCS), MITECO), e considera o acompanhamento e monitorização das emissões compensadas.

Em 2024, referente às emissões de 2023, o BPI realizou a sua compensação a partir da aquisição de créditos de carbono a nível corporativo, certificados, subjacentes a projetos de reflorestação de elevado valor na biodiversidade e manutenção das florestas (75%) e projetos para produção de energia renovável, que correspondem aos restantes (25%):

- 25% no projeto “Land Fill Gas Pichacay” no Equador. Grupo I (emissões evitadas). Vintage 2020. Certificação pela VCS

- 25% no projeto “Vichada Aforestation Reforestation” na Colômbia. Grupo IV (remoções de emissões). Vintage 2018. Certificação pela VCS
- 50% em projetos de reflorestação em Espanha (Pontevedra). Tipo IV (remoções de emissões). Safra 2021 e 2022. Certificação pela MITECO.

Em 2025 referente às emissões de 2024, o BPI prevê compensar um total de XXXX tCO₂ equivalente em projetos distribuídos da seguinte forma:

- 40% no projeto de reflorestação de prados degradados no Uruguai. Grupo IV (remoção de emissões). Vintage: 2019. (Certificação pela VCS)
- 10% no projeto de promoção da regeneração florestal no México. Grupo IV (remoção de emissões). Vintage: 2022. Certificação CAR (Climate Action Regional - regional)
- 50% no projeto de reflorestação que visa aumentar a biodiversidade e a promoção do desenvolvimento rural em Espanha, situado em Orense (Galiza). Grupo IV (remoção de emissões). Vintage: 2022. Certificação pela MITECO.

| Créditos de carbono cancelados no ano de notificação | 2023 | 2024 |
|--|------|--------|
| Total (tCO2eq) (E1-7-59) | 3430 | [XXXX] |
| Percentagem dos projetos de remoção (%) | 75% | 100% |
| Percentagem dos projetos de redução (%) | 25% | 0% |
| Norma VCS (%) | 50% | 40% |
| Norma MITECO (%) | 50% | 50% |
| Norma CAR Regional (%) | 0% | 10%- |
| Proporção de projetos dentro da EU (%) | 50% | 50% |
| Percentagem de créditos de carbono elegíveis como ajustamentos correspondentes (%) | NA | NA |

Declarações públicas de neutralidade de GEE que envolvam a utilização de créditos de carbono

Em 2024 o BPI efetuou declarações públicas de neutralidade de GEE no contexto da comercialização da Contas AGE, uma conta bancária destinada ao segmento dos 0 aos 25 anos cujas emissões de carbono são compensadas.

A conta AGE Jovem, foi a primeira em Portugal a obter a certificação de conta neutra em carbono (ISO 14067:2018), tendo o Banco se comprometido a compensar as emissões de GEE das contas AGE em projetos sustentáveis, tendo existido campanha de comunicação associada a este processo de compensação.

As declarações no contexto da conta AGE não impedem nem reduzem o compromisso do BPI com as reduções de emissões de GEE, como está demonstrado nas medidas de redução de emissões descritas no indicador E1-3.

E1-8 – Fixação interna do preço do carbono

O BPI não dispõe atualmente de um regime interno para fixação do preço de carbono.

Essa possibilidade será avaliada no triénio 2025-27.

E1-9 Efeitos financeiros previstos dos riscos materiais físicos e de transição e potenciais oportunidades relacionadas com o clima

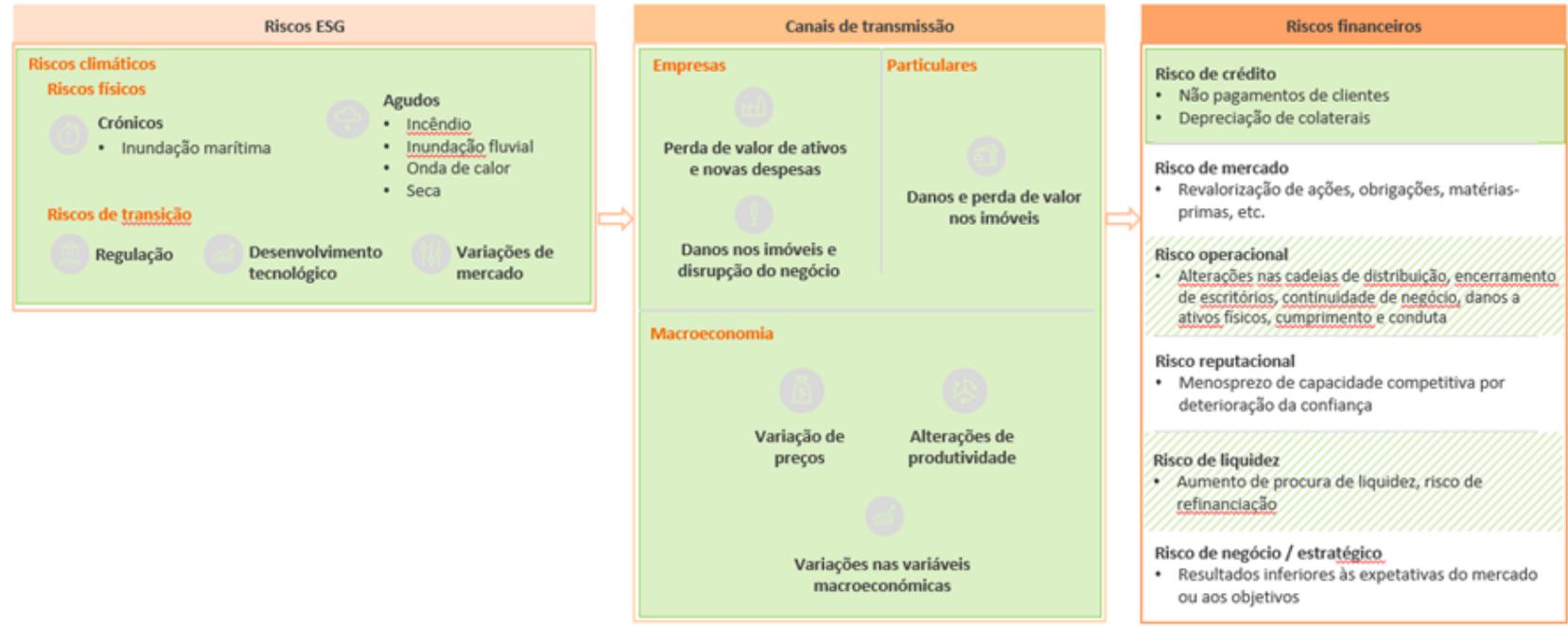
Introdução

Os riscos climáticos, incluindo os riscos físicos e de transição, são considerados como um fator transversal que afeta vários riscos financeiros do Banco BPI, como o risco de crédito, risco de mercado, risco operacional, risco

reputacional, risco de liquidez e risco de negócio/estratégico. Tal como a figura em baixo realça, existem canais de transmissão dos riscos ESG (em especial os climáticos) aos riscos tradicionais. Desta forma, os riscos climáticos, enquanto fatores transversais, são

incorporados na gestão dos riscos tradicionais e são tratados não como riscos autónomos, independentes ou isolados, mas como parte integrante do processo de gestão dos riscos globais.

- INTRODUÇÃO
- QUEM SOMOS
- A NOSSA ESTRATÉGIA
- O NOSSO DESEMPENHO
- SUSTENTABILIDADE
- GOVERNAÇÃO E CONTROLO INTERNO
- PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
- REFERÊNCIAS FINAIS
- INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR



Nas secções seguintes apresentamos a exposição e receitas do banco a riscos físicos e de transição. Os valores reportados nas exposições têm origem na rubrica de Crédito a Clientes do Balanço do BPI, enquanto os valores referentes a receitas tem origem nas rubricas juros [QE1-9_01 \[E1-9_01-04, E1-9_08-09\]](#)

recebidos, comissões, mais valias por justo valor e dividendos, da demonstração de resultados. **Exposição e receitas associadas a riscos físicos**

Apresentamos de seguida quadro [QE1-9_01](#) relativamente à exposição⁸⁶ e receitas do banco

associadas a clientes com risco físico considerado material

⁸⁶ [E1-9_07] Não identificamos os ativos associados a medidas de adaptação às alterações climáticas efetuadas pelos clientes potencialmente afetados pelo risco físico por não considerarmos que sejam materiais.

INTRODUÇÃO
 QUEM SOMOS
 A NOSSA ESTRATÉGIA
 O NOSSO DESEMPENHO
 SUSTENTABILIDADE
 GOVERNAÇÃO E CONTROLO INTERNO
 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
 REFERÊNCIAS FINAIS
 INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

| | Geographical area subject to climate change physical risk - acute and chronic | EXPOSIÇÃO (valor escriturado bruto) | | | | RECEITAS | | | |
|--------------------------|--|--|--|------------------------------------|-------|--|--|------------------------------------|-------|
| | | sensitive to impact from chronic climate | sensitive to impact from acute climate | impact both from chronic and acute | Total | sensitive to impact from chronic climate | sensitive to impact from acute climate | impact both from chronic and acute | Total |
| EMPRESAS NÃO FINANCEIRAS | A - Agriculture, forestry and fishing | | | | 0 | | | | 0 |
| | B - Mining and quarrying | | | | 0 | | | | 0 |
| | C - Manufacturing | | | | 0 | | | | 0 |
| | D - Electricity, gas, steam and air conditioning, sewerage, waste management and | | | | 0 | | | | 0 |
| | E - Construction | | | | 0 | | | | 0 |
| | F - Retail trade; repair of motor vehicles | | | | 0 | | | | 0 |
| | G - Transportation and storage | | | | 0 | | | | 0 |
| | H - Information and communication | | | | 0 | | | | 0 |
| | I - Real estate activities | | | | 0 | | | | 0 |

INTRODUÇÃO
 QUEM SOMOS
 A NOSSA ESTRATÉGIA
 O NOSSO DESEMPENHO
 SUSTENTABILIDADE
 GOVERNAÇÃO E CONTROLO INTERNO
 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
 REFERÊNCIAS FINAIS
 INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

| | | | | | | | | | |
|------------------|--|--|--|--|---|--|--|--|---|
| GARANTIAS | collateralised by residential immovables | | | | 0 | | | | 0 |
| | collateralised by commercial immovables | | | | 0 | | | | 0 |
| IMOVÉIS EM DAÇÃO | Repossessed collaterals | | | | 0 | | | | 0 |

O quadro apresenta as exposições creditícias associadas aos riscos físicos relacionados com as alterações climáticas desagregadas por setor de atividade, no caso de exposições a empresas, e empréstimos garantidos por imóveis e ativos dados em dação. É incluída uma discriminação dos eventos de risco físico classificados em eventos agudos e crónicos, sendo os eventos agudos

entendidos como aqueles que têm lugar num curto período, mas com efeitos graves nas áreas geográficas afetadas, enquanto os eventos crónicos são aqueles que ocorrem num período longo e cujas consequências são menos graves no curto prazo, mas mais duradouras. A exposição a empresas não financeiras associadas a riscos físicos totaliza XX milhões de euros,

representando XX% de total de exposição a empresas não financeiras. Numa ótica de receita, totalizam o montante de XX milhões de euros, representando XX% de total. Apresentamos ainda o quadro QE1-9_02 quanto à distribuição geográfica das exposições identificadas no QE1-9_01.

QE1-9_02 [E1-9_06, E1-9_08-09]

INTRODUÇÃO
 QUEM SOMOS
 A NOSSA ESTRATÉGIA
 O NOSSO DESEMPENHO
 SUSTENTABILIDADE
 GOVERNAÇÃO E CONTROLO INTERNO
 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
 REFERÊNCIAS FINAIS
 INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

| NUTS II | Cod_NUTS II | NUTS 3 | Cod_NUTS III | Exposición | % sobre el total | Ingresos Ordinarios | % sobre el total |
|------------------------|-------------|---------------|--------------|------------|------------------|---------------------|------------------|
| ACORES | PT20 | REGIAO | PT200 | | #DIV/0! | | #DIV/0! |
| ALENTEJO | PT1C | ALENTEJO | PT1C4 | | #DIV/0! | | #DIV/0! |
| | | ALENTEJO | PT1C1 | | #DIV/0! | | #DIV/0! |
| | | ALTO ALENTEJO | PT1C3 | | #DIV/0! | | #DIV/0! |
| | | BAIXO | PT1C2 | | #DIV/0! | | #DIV/0! |
| ALGARVE | PT15 | ALGARVE | PT150 | | #DIV/0! | | #DIV/0! |
| CENTRO | PT19 | BEIRA BAIXA | PT195 | | #DIV/0! | | #DIV/0! |
| | | BEIRAS E S. | PT196 | | #DIV/0! | | #DIV/0! |
| | | REGIAO DE | PT191 | | #DIV/0! | | #DIV/0! |
| | | REGIAO DE | PT192 | | #DIV/0! | | #DIV/0! |
| | | REGIAO DE | PT193 | | #DIV/0! | | #DIV/0! |
| | | VEISEU DAO | PT194 | | #DIV/0! | | #DIV/0! |
| GRANDE LISBOA | PT1A | GRANDE | PT1A0 | | #DIV/0! | | #DIV/0! |
| MADEIRA | PT30 | REGIAO | PT300 | | #DIV/0! | | #DIV/0! |
| NORTE | PT11 | ALTO MINHO | PT111 | | #DIV/0! | | #DIV/0! |
| | | ALTO TAMEGA | PT11B | | #DIV/0! | | #DIV/0! |
| | | AREA METROP. | PT11A | | #DIV/0! | | #DIV/0! |
| | | AVE | PT119 | | #DIV/0! | | #DIV/0! |
| | | CAVADO | PT112 | | #DIV/0! | | #DIV/0! |
| | | DOURO | PT11D | | #DIV/0! | | #DIV/0! |
| | | TAMEGA E | PT11C | | #DIV/0! | | #DIV/0! |
| | | TERRAS TRAS- | PT11E | | #DIV/0! | | #DIV/0! |
| OESTE E V. TEJO | PT1D | LEZIRIA DO | PT1D3 | | #DIV/0! | | #DIV/0! |
| | | MEDIO TEJO | PT1D2 | | #DIV/0! | | #DIV/0! |
| | | OESTE | PT1D1 | | #DIV/0! | | #DIV/0! |
| PEN DE SETUBAL | PT1B | PENINSULA DE | PT1B0 | | #DIV/0! | | #DIV/0! |

- INTRODUÇÃO
- QUEM SOMOS
- A NOSSA ESTRATÉGIA
- O NOSSO DESEMPENHO
- SUSTENTABILIDADE
- GOVERNAÇÃO E CONTROLO INTERNO
- PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
- REFERÊNCIAS FINAIS
- INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

Portugal, a par de Espanha, é uma das regiões da Europa potencialmente mais afetada pelos riscos físicos decorrentes das alterações climáticas. Dos riscos analisados, os eventos ligados a incêndios e inundações costeiras são os mais relevantes.

Numa perspetiva de desagregação por região NUTS III destacam-se a região XX e YY com X e Y milhões de euros, respetivamente. Numa ótica de receita, destacam-se a região XX e YY com X e Y milhões de euros, respetivamente, representando em conjunto ZZ% do total de receita.

Apresentamos o quadro QE1-9_03 quanto a exposições e receitas associadas a empresas não financeiras que operam em setores que contribuem significativamente para as alterações climáticas, estando assim associadas a riscos de transição⁸⁷.

Riscos de Transição

QE1-9_03 [E1-9_14-15]

| | contribute to climate change (setores materialmente relevantes, de acordo com | EXPOSIÇÃO (valor escriturado bruto) | Exposição sujeita a risco de transição conforme critérios funcionais | Receitas provenientes de clientes sujeitos a risco de transição |
|--------------------------|---|-------------------------------------|--|---|
| EMPRESAS NÃO FINANCEIRAS | A - Agriculture, | | | |
| | B - Mining and | | | |
| | C - Manufacturing | | | |
| | D - Electricity, gas, | | | |
| | E - Water supply; | | | |
| | F - Construction | | | |
| | G - Wholesale and | | | |
| | H - Transportation | | | |
| | I - Accommodation | | | |
| | L - Real estate | | | |
| GARANTIAS | Of which Loans | | | |
| | Of which Loans | | | |
| IMÓVEIS EM DAÇÃO | Repossessed | | | |

⁸⁷ [E1-9_16] Não são identificadas as exposições sujeitas a medidas de mitigação de risco de transição uma vez que se tratam de ações implementadas pelos clientes relativamente às quais o BPI não dispõe de informação completa. Conforme descrito no indicador E1-4 o Banco estabeleceu objectivos de descarbonização para determinados sectores identificados pela Net Zero Banking Alliance como altamente intensivos em carbono. No âmbito destes objectivos, o Banco estará à disposição dos seus clientes para os ajudar nos planos de transição dos seus modelos de negócio (como financiador dos investimentos necessários à concretização desses planos).

Os certificados de eficiência energética, que foram introduzidos na UE de acordo com a Diretiva de Eficiência Energética 2010/31/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de maio de 2010 e, em Portugal, quando se aprovou a certificação da eficiência energética dos edifícios mediante o Decreto-Lei 118/2013, de 20 de agosto, visam assegurar e promover a melhoria do desempenho energético dos edifícios através do Sistema Certificação Energética dos Edifícios (SCE). Apesar da lei datar a 2013, e implicar a obrigatoriedade de apresentação do documento em qualquer transação comercial, a cobertura de EPC tanto a nível nacional como a nível europeu ainda não atingiu os níveis desejados. De acordo com informação publicada pelo BCE⁸⁸[1] para os bancos supervisionados, no final de 2023, apenas 30% das exposições colateralizadas por imóveis residenciais e 22% das exposições colateralizadas por imóveis comerciais possuem EPC real, sendo o remanescente estimado ou desconhecido.

Os certificados energéticos proporcionam, entre outros dados, informação sobre o consumo de energia bem como as emissões de CO2 de um imóvel, classificando-o dentro de uma escala. Esta classificação (europeia) varia entre a classe A, para os imóveis menos consumidores de energia, e a classe G, para os mais consumidores, quer no âmbito do consumo propriamente dito, quer no âmbito das emissões. Esta classificação

baseia-se na avaliação do imóvel independentemente do seu uso real.

No entanto, e apesar da obrigatoriedade de certificação, a informação contida do documento nem sempre está acessível para a entidade financeira que financia as operações.

Para o efeito da análise do risco de transição na carteira de crédito hipotecário, conforme tabela QE1-9_04, não foram incluídos imóveis alinhados com a taxonomia ambiental, designadamente os imóveis que se considera que:

- não tem risco físico e
- que contribuem substancialmente para os objetivos ambientais
 - Imóveis construídos antes de 2021 com EPC inferior a B (exclusive);
 - Imóveis construídos depois de 2021 com EPC inferior a A+ (exclusive);

Assim, os imóveis com risco de transição totalizam XX milhões de euros, representando X% do total de crédito hipotecário.

⁸⁸ BCE, Novembro de 2024: "Climate-related data for the real estate sector: challenges and solutions". Link: https://www.bankingsupervision.europa.eu/press/supervisory-newsletters/newsletter/2024/html/ssm.nl241113_1.en.html

ESRS S4 – Consumidores e utilizadores finais

ESRS 2 SBM-3 – Impactos, riscos e oportunidades materiais e a sua interação com a estratégia e o modelo de negócios

No âmbito do exercício de análise de materialidade⁹⁵, o Banco identificou um risco material relacionado com os clientes, não tendo sido identificado qualquer impacto ou oportunidade material.

| |
|---|
| Risco |
| Impactos mais relevantes a médio prazo |
| Impactos ao nível da cadeia de valor sobre Acionista (<i>Upstream</i>) e Clientes (<i>Downstream</i>) |
| Práticas de <i>greenwashing</i> associadas à falta de informação sobre os produtos oferecidos pelo Banco |

Relativamente ao risco identificado, este abrange todos os clientes do Banco, independentemente das suas características específicas, dado que, este risco é potencialmente transversal a todos os clientes.

S4-1 – Políticas relacionadas com consumidores e utilizadores finais

O BPI tem implementadas Políticas para gestão dos IROs materiais relacionados com os clientes, nomeadamente:

- i) Política de Comunicação
- ii) Política de Comunicação Comercial
- iii) Princípios de Direitos Humanos

As Políticas acima referidas contribuem para a gestão do risco material identificado no âmbito do subtema material: “Marketing Responsável”.

i) Política de Comunicação

A Política de Comunicação estabelece a estratégia e os princípios básicos de atuação do BPI em matéria de transmissão de informação

económico-financeira, não financeira e corporativa relevante às principais partes interessadas através de diversos canais.

No que se refere à informação não-financeira, estão aqui incluídos aspetos relacionados como o impacto da atividade do Banco e na sua situação financeira relativamente a questões ambientais, sociais e de governo.

ii) Política de Comunicação Comercial

A Política de Comunicação Comercial determina orientações e princípios que regem a atividade promocional do Banco, definindo funções e responsabilidades dos diferentes intervenientes e a estratégia de atuação.

A Política determina, ainda, o conjunto de princípios que devem ser respeitados no âmbito da atividade promocional:

| | |
|-------------------------------|---------------|
| Legalidade | Clareza |
| Objetividade e imparcialidade | Transparência |
| Equilíbrio | Veracidade |

As responsabilidades previstas na Política estendem-se à atividade promocional que faça qualquer declaração ambiental ou ecológica que sugira ou crie a impressão de que um Produto ou Serviço:

- i) tem um impacto positivo ou nenhum impacto no ambiente; ou

⁹⁵ Mais detalhe na resposta ao indicador [SBM-3 da norma ESRS 2 - Divulgações Gerais](#).

- ii) que seja menos prejudicial ao meio ambiente do que produtos ou serviços concorrentes.

iii) Princípios de Direitos Humanos

O BPI tem em vigor os seus Princípios de Direitos Humanos que estabelecem, entre outros aspetos a responsabilidade do BPI em matéria de direitos humanos, enquanto Prestador de Serviços Financeiros.

Os Princípios estabelecem como objetivo, entre outros: “Assegurar aos Clientes uma informação comercial fidedigna e clara sobre produtos e serviços para que possam escolher livremente o produto ou serviço que melhor se adegue às suas necessidades e interesses e, desse modo, assegurar que conhecem e compreendem os riscos inerentes a estes”.

No âmbito dos Princípios dos Direitos Humanos, o BPI compromete-se a respeitar todos os direitos humanos internacionalmente reconhecidos, tal como estabelecido nas: Carta Internacional dos Direitos Humanos das Nações Unidas, na Declaração da

Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre os princípios e direitos fundamentais no trabalho e as onze convenções fundamentais identificadas por esta e na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia. Compromete-se igualmente a exercer a sua atividade em estrita conformidade com os regulamentos aplicáveis e de acordo com as mais altas exigências jurídicas e éticas e com elevados padrões de conduta profissional, nomeadamente com os Princípios Orientadores para as Empresas e os Direitos Humanos das Nações Unidas, entre outros.

Para assegurar o cumprimento destes Princípios, o Banco realizou em 2022/2023 uma análise de *due diligence* de direitos humanos, que incluiu o seu papel enquanto prestador de serviços financeiros no âmbito. No contexto desta análise não foram identificados problemas graves em matéria de direitos humanos e incidentes relacionados com os clientes.

Comunicação, participação e diálogo com as partes interessadas

O BPI utiliza uma variedade de canais de comunicação, participação e diálogo para envolver e manter uma relação transparente com as partes interessadas, garantindo que estas contribuem para a execução das Políticas e Princípios referidos. Estes documentos são disponibilizados na intranet e/ou no website do Banco e são passíveis de serem consultados a qualquer momento.

Governo dos Princípios e Declarações

No âmbito das Políticas e Princípios, está definido um modelo de governo, apresentado em cada um dos documentos, que inclui as responsabilidades dos diversos órgãos envolvidos na execução dos compromissos, nomeadamente, ao nível do Conselho de Administração, Comissão de Riscos e Comissão de Auditoria. Dependendo do documento, são também estabelecidas as responsabilidades da CECA e Comitês e Direções responsáveis pelos temas.

S4-2 – Processos para dialogar com os consumidores e utilizadores finais sobre impactos

O Banco envolve os seus Clientes, direta e indiretamente, e recolhe informação sobre as suas necessidades e expectativas através de diversos mecanismos, disponíveis de forma regular, ao longo do ano, nomeadamente:

- Redes comerciais de distribuição especializada

- Serviços de homebanking (BPI Net e BPI Net Empresas), Banca telefónica (BPI Direto) e aplicações móveis (BPI App)
- Balcão móvel
- Website institucional
- Redes sociais (Facebook, LinkedIn, X, Instagram, Youtube)

- Reuniões com Clientes
- Eventos com Clientes, presenciais e online
- Inquéritos e Estudos de Mercado

No âmbito das responsabilidades pelo diálogo com os clientes existem diversas Direções do Banco envolvidas, nomeadamente, a Direção

- INTRODUÇÃO
- QUEM SOMOS
- A NOSSA ESTRATÉGIA
- O NOSSO DESEMPENHO
- SUSTENTABILIDADE
- GOVERNAÇÃO E CONTROLO INTERNO
- PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
- REFERÊNCIAS FINAIS
- INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

de Comunicação e Marca (DCM), a Direção de Marketing Particulares e QNegócios (DMPN) e a Direção de Marketing Empresas e Institucionais (DMEI).

De modo a avaliar a eficácia na comunicação com os Clientes, no âmbito do IEX são avaliados aspetos como a clareza sobre produtos e serviços, a disponibilidade no atendimento e a facilidade de contacto. Ainda neste contexto, no

Cliente Mistério, onde é avaliado o atendimento a potenciais Clientes, são também avaliados alguns critérios na interação, de que são exemplo: explicação do produto, qualidade da informação fornecida, capacidade de argumentação, entre outros.

S4-3 – Processos para corrigir os impactos negativos e canais para os consumidores e utilizadores finais poderem expressar preocupações

Uma gestão adequada das Queixas e Reclamações recebidas é essencial para o Banco manter a Confiança dos seus Clientes, Acionista Unico e demais stakeholders. Neste contexto, o BPI definiu uma Política de Tratamento de Queixas e Reclamações, aprovada pelo Conselho de Administração, que regula o processo de resolução das Reclamações e das Queixas recebidas. Esta Política define os termos em que as Queixas e Reclamações devem ser apresentadas, os canais de entrada e os procedimentos e prazos de resposta às mesmas.

Adicionalmente, sendo a Confiança um valor fundamental para o Banco, o BPI disponibiliza diversos canais para que os Clientes possam expressar as suas necessidades, preocupações ou reclamações, conforme estabelecido na Política de Tratamento de Queixas e Reclamações, e divulgados no website [do Banco](#).

A Direção de Qualidade é responsável pela gestão e tratamento das Queixas e Reclamações apresentadas pelos Clientes do Banco, decorrentes da comercialização de produtos ou da prestação de serviços financeiros.

Processos em 2024

| | Insatisfação ¹ | Queixa | Reclamação | Total |
|---------------------------------|---------------------------|--------|------------|--------|
| Entradas | 1 564 | 6 554 | 1 821 | 9 939 |
| Tratadas | 1 611 | 6 629 | 1 850 | 10 099 |
| % Tratadas com razão do cliente | 27,5 % | 19,1 % | 15,4 % | 19,7 % |

¹ A partir de 1 de julho, houve uma alteração ao nível da classificação das reclamações apresentadas pelos Clientes. Assim, as reclamações classificadas como "Insatisfação" passaram a ser classificadas entre "Reclamação" ou "Queixa", consoante a reclamação tem ou não pretensão económica, respetivamente.

S4-4 - Adoção de medidas sobre impactos significativos nos consumidores e utilizadores finais, e abordagens para gerir os riscos materiais e procurar oportunidades materiais relacionadas com consumidores e utilizadores finais, e eficácia dessas ações

No âmbito do Plano de Banca Sustentável 2025-2027, o Banco definiu diversas iniciativas para a gestão do risco de *greenwashing*, nomeadamente:

- Revisão das práticas de comunicação existentes; e
- Alinhamento da comunicação com a regulamentação aplicável.

S4-5 - Metas relacionadas com a gestão dos impactos materiais negativos, a promoção de impactos positivos e a gestão de riscos e oportunidades materiais

Como referido, o Banco tem implementadas ações no âmbito do Plano de Banca Sustentável 2025-2027 para a gestão do risco associado ao *greenwashing*. Neste contexto, não se considera relevante a definição de metas dada a natureza qualitativa do risco e a sua dependência de fatores externos, pelo que o Banco opta por acompanhar este risco através da implementação de ações e monitorização das mesmas.

Informações de Governança

INTRODUÇÃO
QUEM SOMOS
A NOSSA ESTRATÉGIA
O NOSSO DESEMPENHO
SUSTENTABILIDADE
GOVERNAÇÃO E CONTROLO INTERNO
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
REFERÊNCIAS FINAIS
INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

ESRS G1 – Conduta Empresarial

GOV-1 – Papel dos órgãos de administração, de direção e de supervisão

Apresentam-se abaixo as responsabilidades dos órgãos do Banco no que se refere à conduta empresarial:

| Órgãos ⁹⁶ | Responsabilidades |
|------------------------------------|---|
| Conselho de Administração | <ul style="list-style-type: none"> Definir e aprovar as políticas e os códigos necessários ao bom governo do Banco BPI, em particular o Código de Ética e Conduta e demais normativos internos que o concretizam. Definir, promover e divulgar os valores corporativos, princípios éticos e os padrões de conduta adequados que inspiram a atuação do Banco e que regem a atividade de todos os colaboradores e membros dos órgãos sociais. |
| Comissão de Auditoria (CAU) | <ul style="list-style-type: none"> Fiscalizar a aplicação e a adequação de sistemas de governo e controlo interno que garantam a gestão eficaz e prudente da instituição, e o cumprimento do normativo, incluindo a separação de funções no seio da organização e a prevenção de conflitos de interesses; Zelar pela observância das disposições legais e regulamentares, dos estatutos e das normas emitidas pelas autoridades de supervisão, bem como das políticas gerais, normas e práticas instituídas internamente; Receber as comunicações de irregularidades ocorridas no seio da sociedade e apresentadas por acionistas, colaboradores ou outros; Acompanhar a situação e evolução de todos os riscos a que o Banco se encontra sujeito; Fiscalizar o processo de preparação e divulgação da informação financeira e não financeira, nomeadamente em matéria de sustentabilidade. |
| Comissão de Riscos (CR) | <ul style="list-style-type: none"> Responsabilidades no âmbito do controlo interno de riscos, monitorizando a estratégia de risco e a apetência pelo risco do Banco BPI e propondo ao Conselho de Administração as políticas e os princípios gerais de tomada e gestão dos riscos, que devem determinar, em particular, as diferentes tipologias de riscos, no âmbito do Risk Assessment, um modelo de gestão e controlo de riscos, dos quais fará parte a própria Comissão de Riscos, os sistemas de informação e controlo interno utilizados para controlar e gerir os riscos, o nível de riscos considerado adequado pelo Banco e as medidas para mitigar o impacto dos riscos identificados, no caso da sua materialização. Supervisionar a atuação da Função de Gestão de Riscos e a atuação da Função de Compliance; Monitorizar e avaliar as práticas do Banco em matéria de Sustentabilidade (ESG), nomeadamente no que respeita à avaliação da estratégia e práticas de sustentabilidade, políticas relevantes e modelo de risco. |

⁹⁶ Pela natureza da Comissão, a Comissão de Responsabilidade Social não tem atribuídas responsabilidades no que se refere à conduta empresarial (considerando a definição apresentada nas ESRS).

Comissão Executiva do Conselho de Administração (CECA)

- Responsável pela gestão corrente do Banco, em linha com as orientações estratégicas definidas e com os poderes delegados pelo Conselho de Administração.

Comissão de Nomeações, Avaliação e Remunerações (CNAR)

- Competências no acompanhamento dos processos de nomeação, avaliação, sucessão e remunerações de:
 - Membros dos órgãos de administração e fiscalização
 - Membros do pessoal cujas atividades profissionais têm influência e um impacto significativos na gestão e no perfil de risco da instituição – Titulares de Funções Essenciais e Coletivo Identificado.
- Pronunciar-se, entre outras, sobre as políticas relativas à nomeação e sucessão nos cargos dos órgãos sociais e altos quadros do Banco BPI e sobre as políticas de remuneração a definir para aquele universo e para os restantes colaboradores do Banco.
- Propor ao Conselho de Administração as medidas que considere adequadas ao desenvolvimento de uma cultura de ética e deontologia profissional no seio do Grupo BPI e à sua disseminação por todos os níveis hierárquicos das sociedades pertencentes à sua esfera.
- Acompanhar o cumprimento do Código Ético do Banco, propondo ao Conselho de Administração, sempre que tal se revele adequado, aperfeiçoamentos e atualizações.

Na resposta ao indicador [ESRS 2 GOV-1](#) é apresentada em detalhe informação em detalhe sobre os conhecimentos especializados em matéria de sustentabilidade dos órgãos nomeadamente no que diz respeito a questões de conduta empresarial. Não obstante, destaca-se que, em 2024, os membros do Conselho de Administração participaram em ações de formação sobre: Sanções (PBC & FT) e Ética e ESG.

G1-1 – Políticas de conduta empresarial e cultura empresarial

O Código Ético do BPI é o documento que define os princípios e valores que regem a conduta de todos os Colaboradores e membros dos órgãos sociais, assente nos valores corporativos de qualidade, confiança e compromisso. Estes princípios encontram-se materializados no normativo vigente⁹⁷. O reforço da cultura de cumprimento é reconhecido como uma prioridade assumida em múltiplas atividades, entre as quais se destaca a realização por todos os colaboradores de formação periódica associada ao Código Ético e a

disponibilização de ações de sensibilização focadas em temas de ética e conduta.

De modo a facilitar a monitorização do cumprimento do Código Ético, o BPI dispõe de um Sistema de Participação de Irregularidades, através do qual é possível realizar-se a comunicação da prática de possíveis irregularidades e, conseqüentemente, de infrações ao normativo de ética e conduta.

O Sistema de Participação de Irregularidades, que se encontra definido na Política de Participação de

Irregularidades, estabelece os canais e o processo existente para a comunicação e identificação de infrações, que estejam a ser cometidas ou cujo cometimento se possa razoavelmente prever que venham a ocorrer e que respeitem a:

- Factos graves relacionados com a administração, a organização contabilística e a fiscalização interna do Banco BPI;
- Índícios de infrações aos deveres a que o Banco BPI se encontra sujeito enquanto sujeito enquanto

⁹⁷ Maior detalhe sobre os quadros normativos vigentes disponíveis no capítulo [Quadros Normativos](#).

instituição de crédito ou intermediário financeiro, designadamente os previstos no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras e no Código dos Valores Mobiliários;

- Quaisquer violações do direito da União Europeia, com as considerações estabelecidas na Lei n.º 93/2021, de 20 de dezembro; ou
- Possam constituir uma infração penal ou administrativa grave ou muito grave.

As denúncias são geridas através de um procedimento rigoroso, transparente e objetivo, salvaguardando-se em qualquer caso a confidencialidade das pessoas interessadas e envolvidas nos factos e condutas objeto de comunicação.

No BPI não toleramos qualquer represália contra quem, de boa-fé, comunique factos ou situações que possam enquadrar-se como condutas proibidas pelo Código Ético. Neste contexto, assumimos como objetivo disponibilizar e melhorar os canais de comunicação de acordo com as melhores práticas de mercado em cada momento.

Os canais disponíveis permitem a participação de irregularidades por quaisquer pessoas, quer pertençam a coletivos internos (colaboradores, estagiários, ex-colaboradores, candidatos a emprego, etc.) ou externos (clientes, intermediários de

crédito, fornecedores/prestadores de serviços).

As participações de irregularidades podem ser realizadas por diversos meios, através dos quais se assegura o cumprimento das normas e garantias de gestão. As denúncias podem ser realizadas por escrito através do Canal de Denúncias do Grupo CaixaBank, por correio eletrónico, por correio postal ou através da marcação de uma reunião.

A gestão e tratamento de todas as comunicações de irregularidades, independentemente dos canais de comunicação realizados, encontra-se estruturada em quatro fases homogéneas: fase de registo, fase de análise, fase de investigação e fase de resolução. O processo de gestão prevê o envolvimento de diferentes áreas que garantem a autonomia e independência em todas as fases do processo.

As pessoas que exercem funções no âmbito da gestão do Sistema de Participação de Irregularidades possuem os conhecimentos, a experiência, as qualificações e a idoneidade profissional necessários para o desempenho das suas funções de forma adequada.

A formação realizada pelos colaboradores e membros dos órgãos sociais, em matéria de valores éticos e integridade é reforçada com diversas ações de sensibilização relacionadas com esta temática. Os colaboradores

envolvidos na gestão de denúncias recebem a formação adequada para a gestão destes processos.

São promovidas ações de formação, com carácter obrigatório, no momento do início de funções e renovadas a cada dois anos ou sempre que houver alterações relevantes de conteúdo, com vista à sensibilização de todos os colaboradores, incluindo os membros dos órgãos de administração e fiscalização, relativamente aos valores das instituições às regras em vigor. As formações disponibilizadas incidem no conteúdo do código ético e nas obrigações daí decorrentes, com especial destaque para casos práticos inspirados em situações reais detetadas.

O Plano de Prevenção da Corrupção, realizado de acordo com o Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 20 de dezembro prevê a identificação de áreas de atividade como as que representam maior probabilidade de prática de atos de corrupção e infrações conexas.

O Banco BPI encontra-se sujeito à Lei n.º 93/2021, de 20 de dezembro que estabelece o regime geral de proteção de denunciante de infrações, transpondo a Diretiva (UE) 2019/1937 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2019, relativa à proteção das pessoas que denunciam violações do direito da União.

A Política de Anticorrupção do Banco é consentânea a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção.

G1-2 – Gestão das relações com os fornecedores

O BPI reconhece a importância de uma abordagem de sustentabilidade que abranja a cadeia de fornecimento, sendo que, no processo de homologação, privilegia o conhecimento e a aceitação do Código de Conduta de Fornecedores, estabelecendo relações de confiança e consistentes com os seus valores. Os fornecedores do Banco comprometem-se, assim, a adotar condutas específicas, no que diz respeito às melhores práticas em matéria de: ambiente, direitos humanos e laborais, ética, saúde e segurança, aspetos relevantes na seleção e avaliação de Fornecedores.

O BPI tem vindo a desenvolver, em contínuo, um Plano de Compras Sustentáveis que visa fortalecer a

colaboração e a comunicação com os Fornecedores e concentrar esforços na obtenção de reduções significativas nas emissões de carbono associadas à cadeia de fornecimento. A implementação deste plano implica a definição de critérios ambientais para Fornecedores considerados de maior impacto e considera:

- i) identificação de produtos e serviços adquiridos de maior impacto ambiental;
- ii) elaboração e aprovação de critérios ambientais;
- iii) inclusão dos critérios ambientais nos processos de consulta ao mercado.

No âmbito do Sistema de Gestão Ambiental, o BPI realiza verificações

ambientais aos Fornecedores que exercem funções nas suas instalações, tais como, serviços de limpeza e de manutenção, estando a alargar estes processos a outros Fornecedores. Os planos de ação direcionados aos Fornecedores, influenciam a adoção dos compromissos assumidos pelo BPI, pelos mesmos.

O BPI calcula a pegada carbónica da sua cadeia de fornecimento desde 2022, tendo já realizado uma ação de formação específica para alguns dos seus fornecedores (em 2023), que se revela crucial para o desenvolvimento de ações futuras de incentivo à transição.

G1-3 – Prevenção e deteção de corrupção e suborno

Conforme disposto na Política Anticorrupção, o Banco BPI repudia a prática de qualquer conduta que, de forma direta ou indireta, possa estar relacionada com atos de corrupção, em todas as suas formas. Para o efeito, dispõe de um modelo de prevenção definido de acordo com a legislação em vigor, em especial com o Decreto-Lei n.º 109-E/2021, e com as melhores práticas do mercado através das certificações obtidas nas normas ISO 37001 (Prevenção da Corrupção) e UNE 19601 (Compliance Penal). Em abril de 2024, foi aprovado o [Plano de Prevenção da](#)

[Corrupção e Infrações Conexas do BPI](#) que pode ser consultado na página web.

Em igual sentido, o BPI tem instituído um Sistema de Participação de Irregularidades alinhado com a legislação e regulamentação vigente. Este sistema define os principais canais existentes para a realização de uma denúncia, o processo instituído e as garantias de proteção aplicáveis aos denunciadores.

A Direção de Compliance, enquanto responsável pelo Sistema de Participação de Irregularidades, por delegação de competências da

Comissão de Auditoria, desempenha as suas funções de forma independente e autónoma relativamente aos restantes órgãos do BPI e em independência funcional relativa às restantes áreas do Banco. Caso a situação participada respeite a um colaborador da Direção de Compliance, o processo será gerido diretamente pela Direção de Auditoria Interna.

A Direção de Compliance submete à Comissão de Auditoria e ao Conselho de Administração um relatório anual com a informação das comunicações

recebidas e das respetivas consequências adotadas.

As Políticas encontram-se disponíveis para consulta na intranet do Banco. Entre as obrigações decorrentes do contrato de trabalho encontra-se a exigência de vinculação às principais políticas associadas a temas de ética e

conduta, em especial, o Código Ético e a Política Anticorrupção. Os colaboradores do BPI vinculam-se às políticas de conduta através de um processo de tomada de conhecimento assente em ciclos anuais.

No âmbito da definição de medidas preventivas no contexto do Plano de

Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas está definida a obrigatoriedade de realizar formação em Ética e Conduta, obrigação esta transversal a todas as áreas⁹⁸.

| | 2024 |
|---|-------------|
| Funções em risco abrangidas por formação | 100 % |

G1-4 – Incidentes de corrupção ou suborno

| | 2024 |
|---|-------------|
| Condenações aplicadas por infrações das leis de combate à corrupção e ao suborno | 0 |
| Montante das multas ou coimas aplicadas por infrações das leis de combate à corrupção e ao suborno | 0,00 € |
| Casos confirmados de corrupção ou suborno | 0 |
| Casos confirmados em que os próprios trabalhadores foram despedidos ou objeto de ação disciplinar por situações relacionadas com corrupção ou suborno | 0 |
| Casos confirmados relacionados com contratos com parceiros comerciais rescindidos ou não renovados devido a violações relacionadas com corrupção ou suborno | 0 |

G1-5 – Influência política e atividades de representação de grupos de interesse

No Banco, a filiação em associações setoriais encontra-se sujeita a análise e aprovação pela Direção Jurídica, de acordo com o previsto na Política de Atuação em Direito da Concorrência. Sem prejuízo das regras a que todos os colaboradores estão sujeitos, em especial, regras associadas à partilha de informação interna, está previsto o desenvolvimento de um modelo de acompanhamento e controlo das iniciativas em que o Banco participa.

Em Portugal, de acordo com a Lei n.º 19/2003, os partidos políticos não podem receber donativos ou empréstimos de natureza pecuniária ou em espécie de pessoas coletivas nacionais (artigo 8º, n.º 1), o que significa que o Banco não realizou quaisquer donativos políticos financeiros ou em espécie, direta ou indiretamente, em conformidade com o estabelecido pela Lei.

No âmbito da informação apresentada sobre os cargos exercidos pelos membros do Conselho de Administração e da Comissão de Auditoria em outras sociedades em [2023](#) e 2024 (ver ponto I - INFORMAÇÃO SOBRE ESTRUTURA

⁹⁸ Para mais detalhe sobre formação em matéria de Ética e Conduta (que inclui os temas de anticorrupção e antissuborno consulta a resposta ao indicador G1-1 – Políticas de conduta empresarial e cultura empresarial.

ACIONISTA, ORGANIZAÇÃO E GOVERNO DA SOCIEDADE), identifica-se que António Lobo Xavier, administrador em exercício de funções no Banco BPI desde 2008, é membro do Conselho de Estado desde 7 de Abril de 2016.

G1-6 — Práticas de pagamento

O prazo médio de pagamento a fornecedores em 2024 foi de 33 dias.

As condições de pagamento standard do BPI, refletidas nos contratos estabelecidos, são: pagamento dos serviços que lhe são prestados no prazo de 30 dias após a data de emissão da fatura. Cerca de 39% das faturas dizem respeito a contratos de prestação de serviços e 61% a IMOs e compras pontuais.

A percentagem de pagamentos alinhadas com as condições normais de pagamento do Banco em 2024 foi de 72 %.

Em 2024 não foram registados processos judiciais por atrasos de pagamento no que se refere aos pagamentos considerados no âmbito da análise realizada e apresentada em resposta a este indicador.

Para o cálculo do PMP são considerados todos os pagamentos realizados no período em análise a fornecedores de bens e serviços. Excluem-se desta análise os pagamentos efetuados a Colaboradores e a Organismos Públicos, Organismos da Administração do Estado ou Administração Regional ou Local e Condomínios.

- INTRODUÇÃO
- QUEM SOMOS
- A NOSSA ESTRATÉGIA
- O NOSSO DESEMPENHO
- SUSTENTABILIDADE
- GOVERNANÇA E CONTROLO INTERNO
- PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
- REFERÊNCIAS FINAIS
- INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

Entity Specific 1 - Cibersegurança

No âmbito do exercício de análise de materialidade⁹⁹, o Banco identificou um risco relacionado com cibersegurança e segurança da informação, não tendo sido identificado qualquer impacto ou oportunidade material.

| |
|--|
| Risco |
| Impactos mais relevantes a longo prazo |
| Impactos transversais ao nível da cadeia de valor |
| Risco de fraude externa e reputacional associado a exposição a ataques cibernéticos por falhas ou execução inadequada de medidas de proteção do sistema |

Governo

A cibersegurança é uma componente essencial da proteção dos dados e do património dos Clientes, constituindo uma das principais prioridades do BPI. A gestão dos riscos e oportunidades associadas à cibersegurança está sob a responsabilidade da equipa de Segurança da Informação integrada na Direção de Sistemas de Informação.

O ecossistema de cibersegurança inclui mecanismos de monitorização contínua que permitem a deteção e a resposta a ocorrências de forma automática, ou através da equipa central de resposta a incidentes (24x7). Na qualidade de serviço essencial, o BPI conta também com o apoio do Centro Nacional de Cibersegurança (CNCS) para gestão de ocorrências.

Para as atividades de cibersegurança do Grupo CaixaBank, é mantida anualmente a certificação ISO 27001:2013 baseada no estabelecimento, revisão e gestão de controlos destinados a detetar, prevenir e neutralizar qualquer ciberataque. São também promovidos programas de consciencialização, através de ações de formação e de sensibilização, partilha de notícias e simulação de ocorrências.

Para este tema, o BPI conta com um modelo de governo robusto, sendo o Plano Estratégico de Segurança de Informação estabelecido no seio da Direção de Sistemas de Informação e reportado anualmente à Comissão Executiva do Conselho de Administração (CECA).

A implementação da estratégia é liderada pelo Chief Information Security Office (CISO) e supervisionada por comités periódicos de primeiro nível, como o Comité de Segurança e Privacidade e o Comité Geral de Riscos, que reportam à CECA.

Políticas e normas de segurança de informação

O BPI dispõe de uma Política Geral de Segurança de Informação, associada a um corpo normativo de segurança de informação (CNS) robusto, que definem os objetivos e as medidas técnicas e organizacionais necessárias para mitigar e gerir os riscos relacionados com a segurança da

informação. [MDR-P_04] O CNS tem por base a estrutura e controlos da NIST Cybersecurity Framework (CSF) 2.0, estando igualmente mapeado com os controlos da ISO/IEC 27001:2022.

A Política de Segurança de informação e o CNS são revistos anualmente sendo a Política aprovada pelo Conselho de Administração. O acompanhamento e controlo da Política são da responsabilidade da DSI - Segurança de Informação e DGR - Controlo de Riscos Não Financeiros.

Estes documentos estão permanentemente disponíveis para consulta dos intervenientes internos, e os princípios estabelecidos na Política de Segurança de Informação estão publicados no site público do BPI.

Ações e recursos

Certificação CMMI

A equipa de Qualidade, integrada na Direção de Sistemas de Informação, assegura as atividades de melhoria contínua dos processos de gestão do desenvolvimento aplicacional e a sua conformidade com o modelo de referência CMMI (Capability Maturity Model Integration).

A certificação CMMI maturity level 3 foi obtida em 2020 e renovada em 2023, para os projetos de elevada complexidade técnica no

⁹⁹ Mais detalhe na resposta ao indicador [SBM-3 da norma ESRS 2 - Divulgações Gerais](#).

desenvolvimento de aplicações informáticas.

Este modelo permitiu estabelecer uma metodologia de desenvolvimento de software assente na produtividade das equipas, melhoria da qualidade da entrega e mitigação do risco, antecipando e respeitando as recomendações dos seus Auditores e Reguladores e de acordo com o seu Plano Estratégico.

Uma certificação CMMI, assegura que os processos seguidos por uma instituição respeitem as boas práticas definidas, e atesta a qualidade, a gestão e a previsibilidade dos processos de desenvolvimento de aplicações tecnológicas.

O Banco BPI é atualmente a única instituição financeira em Portugal com a certificação CMMI V2.0 Nível 3 no que respeita ao desenvolvimento de software.

Adoção de tecnologia Cloud

A aceleração dos programas de digitalização de processos e transformação digital do BPI veio exigir maiores capacidades de processamento e maior agilidade na alocação de capacidade que só o modelo de cloud conseguirá oferecer no futuro a custos unitários compatíveis com as exigências do negócio. Neste sentido, definiu-se um programa estratégico de adoção de cloud (CloudNow) tendo celebrado

para o efeito uma parceria para fornecedor da plataforma base de cloud dos sistemas transacionais do Grupo, incluindo os do BPI. O programa teve início em 2021 e começou por implementar os mecanismos de governo e de segurança necessários à correta adoção e operação deste tipo de tecnologias. Em 2022, o BPI iniciou o seu caminho para a cloud, em alinhamento com a estratégia CloudNow. Em 2023 foram transferidos para a Cloud os sistemas de Desenvolvimento e Qualidade e preparada a Landing Zone da Cloud destinada aos sistemas de Produção e, em 2024, estes sistemas foram transferidos para outra região do mesmo operador Cloud para que se situem mais próximos dos restantes sistemas que se manterão no futuro nos datacenters locais do Grupo Caixabank. Adicionalmente foi preparada. Em 2025 iniciar-se-á a transferência para a cloud dos sistemas de Pré-produção e Produção.

Projeto Risk Data Aggregation (RDA)

O BPI considera os princípios do BCBS 239 como um elemento crítico da sua estratégia. O projeto permite que, de forma gradual, se melhore as capacidades relacionadas com agregação e comunicação de dados de risco. O BPI dispõe de um conjunto de políticas e procedimentos relacionados com o governo e qualidade de dados

robusto, do qual se destaca a Política Geral de Governo de Informação, que garantem a atribuição de responsabilidades às áreas envolvidas, a qualidade dos dados bem como a melhoria continua da informação para reporte aos órgãos internos de gestão ou entidades externas de supervisão em alinhamento com os princípios no contexto do projeto RDA.

Projeto Reformulação do Informacional

Para completar as diversas iniciativas de qualidade de dados existentes, o BPI tem em curso um programa de evolução das plataformas e processos ligados ao processamento de dados, com o objetivo de paralelamente a entregar de forma tempestiva, segura, com qualidade e operacionalmente eficiente, os dados necessários para a produção de informação de gestão, reporte regulatório e analítica avançada, promover o rejuvenescimento tecnológico dos sistemas de suporte bem como garantir uma integração mais eficiente entre os domínios operacional e informacional.

Projeto APIficação

Em complemento ao projeto de Reforma Informacional, o BPI iniciou um programa de APIficação com o objetivo de agilizar significativamente o processo de

- INTRODUÇÃO
- QUEM SOMOS
- A NOSSA ESTRATÉGIA
- O NOSSO DESEMPENHO
- SUSTENTABILIDADE
- GOVERNAÇÃO E CONTROLO INTERNO
- PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
- REFERÊNCIAS FINAIS
- INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

desenvolvimento e, assim, responder de forma mais eficiente às necessidades de evolução. Este projeto provocará ainda uma migração tecnológica, reduzindo custos e simplificando processos.

Em 2024, o programa avançou nas duas diversas frentes. Temos neste momento 94 APIs entregues nos diversos domínios de negócio: Dia-a-Dia; Desfrutar a Vida; Pensar o Futuro; A Minha Casa; entre outros.

Métricas e metas

| | 2023 | 2024 |
|--|------|------|
| Investimento realizado (M. €) | 2,2 | 2,95 |
| Colaboradores alocados | 16 | 19 |
| Simulações realizadas com ataques ao sistema | 4 | 4 |
| Simulações de phishing | 12 | 12 |
| Taxa de sucesso de simulações de phishing (%) | 5,5 | 4,5 |
| Rating BITSIGHT BPI | 810 | 800 |
| [300-820] | | |

INTRODUÇÃO
QUEM SOMOS
A NOSSA ESTRATÉGIA
O NOSSO DESEMPENHO
SUSTENTABILIDADE
GOVERNANÇA E CONTROLO INTERNO
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
REFERÊNCIAS FINAIS
INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR



Entity Specific 2 - Finanças Sustentáveis

- INTRODUÇÃO
- QUEM SOMOS
- A NOSSA ESTRATÉGIA
- O NOSSO DESEMPENHO
- SUSTENTABILIDADE
- GOVERNAÇÃO E CONTROLO INTERNO
- PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
- REFERÊNCIAS FINAIS
- INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

No âmbito do exercício de análise de materialidade¹⁰⁰, o Banco

identificou **XX** materiais relacionado com finanças sustentáveis.

| Subtema | Tipo | Descrição |
|---------|------|--|
| | | Contributo para adaptação ou mitigação das alterações climáticas devido a operações de financiamento ambiental |
| | | Operações de financiamento com impacto social positivo |
| | | Risco de crédito e reputacional associado ao financiamento em projetos ambientais não lucrativos ou controversos |
| | | Risco de crédito e reputacional associado ao financiamento em projetos sociais não lucrativos ou controversos |
| | | Financiamento social e atividades sustentáveis com o objetivo de atrair novos clientes graças a ofertas mais adaptadas |
| | | Risco de crédito e reputacional associado ao financiamento de empresas e setores com controvérsias |

Estratégia (SBM-3)

Foram identificados 5 IROs associados ao financiamento sustentável, estando dois deles associados a impactos, dois a riscos e uma oportunidade.

Com efeito, no contexto da atividade bancária, seja na conceção de financiamento, prestação de garantias, abertura de conta, intermediação financeira, entre outras, o banco procura maximizar impactos positivos, discriminando positivamente clientes e finalidades de operações que sejam percebidos como produzindo um impacto positivo no ambiente ou na sociedade, e minimizando impactos negativos,

condicionando as relações comerciais com clientes e finalidades de operações que sejam percebidos como produzindo um impacto negativo no ambiente ou na sociedade. Assim, a forma primordial como o banco produz impactos no ambiente e na sociedade é indireta, através do seu relacionamento com os seus clientes, pela forma como facilita ou restringe a sua atividade bem como pelos incentivos e desincentivos que apresenta.

Estes impactos positivos e negativos no ambiente e sociedade são também geridos tendo em consideração os

riscos e oportunidades que lhes estão associados, em particular quanto ao risco de crédito e reputacional e ao potencial para atrair novos clientes e gerar novo negócio.

Desta forma, o financiamento sustentável constitui um dos pilares da estratégia do banco afetando todas a operação de forma transversal, desde o primeiro contacto com o cliente passando pelo desenho de produtos e a gestão de riscos. O Comité de Sustentabilidade acompanha mensalmente tanto a evolução do valor do Financiamento Sustentável com impacto positivo

¹⁰⁰ Mais detalhe na resposta ao indicador [SBM-3 da norma ESRS 2 - Divulgações Gerais](#).

como a implementação da Política de Riscos ESG, que visa evitar impactos negativos através do financiamento.

Refletindo esta importância, o financiamento sustentável tem vindo a ser um elemento essencial do Plano Estratégico do Banco. O Plano de Banca Sustentável para 2025- 2027, parte integrante do Plano Estratégico, visa alavancar o financiamento sustentável em vetores estratégicos de crescimento, nomeadamente na eficiência energética do imobiliário, nos projetos de energias renováveis, na mobilidade verde e na descarbonização industrial. Estas iniciativas têm como objetivo não

apenas impulsionar a descarbonização do tecido empresarial, mas também fomentar um crescimento alinhado com os compromissos de sustentabilidade assumidos pelo banco.

De notar ainda que apesar de o conceito de financiamento sustentável incluir as dimensões sociais e ambientais o financiamento com impacto social positivo tem vindo a ter uma expressão menor no total do financiamento sustentável quando comparado o financiamento com impacto ambiental positivo. Por esse motivo o Plano Banca Sustentável 2025-27 prevê iniciativas para

identificar operações com impacto social positivo e medir o respetivo impacto.

Por outro lado, tendo em vista a limitação de impactos negativos, a Política de Gestão de Riscos ESG constitui um elemento fundamental do posicionamento estratégico do Banco: é reconhecido que certos setores e atividades que os clientes desenvolvem podem ter impactos negativos no ambiente e sociedade e são definidas as condições para limitar / restringir as relações ou exposições a esses clientes e atividades.

Políticas (MDR-P)

Há dois documentos essenciais que enquadram a abordagem do Banco quando à sustentabilidade das suas operações com clientes: a Política de Riscos ESG e o Guia de financiamento sustentáveis.

Regulamento (UE) 2019/2088 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de novembro de 2019 relativo à divulgação de informações relacionadas com a sustentabilidade no setor dos serviços financeiros.

Política de Riscos ESG

A política de Gestão de Riscos ESG visa estabelecer princípios e mecanismos que assegurem a governação, gestão e o controlo dos impactos negativos associados aos clientes, respondendo assim às expectativas das partes interessadas e limitando os riscos associados a esses impactos negativos. Foi aprovada pelo

Conselho de Administração do BPI, em alinhamento com a política corporativa do Caixabank e é sujeita a um processo de revisão anual.

Conforme referido, a Política identifica os setores e atividades que podem ter impactos negativos no ambiente e sociedade e define restrições no envolvimento que se podem estabelecer com esses clientes e atividades, sendo aplicável às empresas no contexto do estabelecimento de relações comerciais, concessão de novas operações, as renovações e renegociações de crédito e garantias, bem como qualquer outra forma de financiamento.

A Política rege-se pelo previsto na legislação vigente aplicável, assim como por toda a que a modifique ou substitua no futuro. À data da sua elaboração, especificamente, a principal legislação vigente aplicável é a seguinte:

- Regulamento (UE) 575/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, relativo aos requisitos prudenciais para as instituições de crédito e para as empresas de investimento;
- Diretiva 2013/36/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, relativa ao acesso à atividade das instituições de crédito e à supervisão prudencial das instituições de crédito e empresas de investimento, transposta para o ordenamento jurídico português através do Decreto-Lei nº 157/2014, de 24 de outubro;
- Regulamento (UE) 2020/852 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de junho de 2020, relativo à Taxonomia relativo ao estabelecimento de um regime para a promoção do investimento sustentável.

- Regulamento Delegado (EU) 2021/2139 da Comissão Europeia, de 4 de Junho de 2021, que completa o Regulamento (UE) 2020/852 do Parlamento Europeu e do Conselho mediante o estabelecimento de critérios técnicos de avaliação para determinar em que condições uma atividade económica é qualificada como contribuindo substancialmente para a mitigação das alterações climáticas ou para a adaptação às alterações climáticas e estabelecer se essa atividade económica não prejudica significativamente o cumprimento de nenhum dos outros objetivos ambientais.
- Diretiva (UE) 2022/2464 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de dezembro de 2022, que altera o Regulamento (UE) n.º 537/2014, a Diretiva 2004/109/CE, a Diretiva 2006/43/CE e a Diretiva 2013/34/UE no que diz respeito ao relato de sustentabilidade das empresas.
- Regulamento Delegado (UE) 2022/1214 da Comissão de 9 de março de 2022 que altera o Regulamento Delegado (UE) 2021/2139 no respeitante às atividades económicas em determinados setores energéticos e o Regulamento Delegado (UE) 2021/2178 no respeitante à divulgação pública específica relativa a essas atividades económicas que descreve as condições específicas das atividades de energia nuclear e de gás da lista de atividades da taxonomia.
- Lei de bases do Clima, Lei 98/2021, estabelece um conjunto de

obrigações relativas à necessidade de desenvolvimento de novos instrumentos da política climática, entre os quais se destacam os Planos Regionais de Ação Climática (PRAC) e os Planos Municipais de Ação Climática (Art.º 14.º - Políticas Climáticas regionais e locais).

Adicionalmente, a Política tem em consideração os padrões ou diretrizes que se indicam de seguida, assim como outros que, em matéria de sustentabilidade, são referidos nos critérios de aplicação:

- Princípios do Equador, conjunto de standards do setor financeiro para determinar, avaliar e gerir o risco socioambiental no financiamento de projetos em países em desenvolvimento, uma iniciativa da Corporação Financeira Internacional (CFI) e Agência do Banco Mundial para o fomento dos investimentos sustentáveis do setor privado, datada de 4 de junho de 2003;
- Orientações da EBA, de 21 de março de 2018, sobre governo interno (EBA/GL/2017/11) entretanto atualizadas a 2 de julho de 2021 (EBA/GL/2021/05), com entrada em vigor a partir de 31 de dezembro de 2021;
- Guia do Banco Central Europeu sobre riscos climáticos e ambientais, de 27 de novembro de 2020;
- Relatório da EBA sobre a gestão e supervisão de riscos ESG para instituições de crédito e empresas de investimento, de junho de 2021.

Critérios de atuação

Em particular a política determina os critérios de atuação do BPI na avaliação dos clientes e respetivas atividades distinguindo entre critérios gerais e critérios setoriais

Critérios gerais

Os critérios gerais estão relacionados com questões ESG fundamentais como direitos humanos, alterações climáticas e natureza e são aplicáveis a todos os clientes do BPI.

Para o BPI, o respeito pelos direitos humanos é parte integral dos seus valores e o limiar mínimo de atuação para desenvolver a atividade empresarial de forma legítima. Partindo desta premissa, em consonância com as suas políticas e posicionamentos responsáveis em matéria de ética e direitos humanos, o BPI opera de acordo com uma cultura de respeito pelos direitos humanos, esperando um comportamento similar por parte dos seus colaboradores, e demais partes relacionadas diretamente com as suas operações, produtos e serviços.

Com o propósito de mitigar o risco de participar neste incumprimento destas premissas o BPI conta com diversas exclusões gerais relacionadas com

- Clientes que recorram ao trabalho infantil ou forçado ou que tenham participado em violações ou abusos de direitos humanos;
- Clientes que não disponham de políticas de saúde e segurança no trabalho para proteger os seus colaboradores, certificação externa ou, alternativamente, que não demonstrem um historial adequado de saúde e segurança no trabalho;

- Operações ou projetos que impliquem violações dos direitos de grupos indígenas ou vulneráveis ou o seu realojamento sem o seu consentimento livre, prévio e informado.

No que refere a alterações climáticas, a vontade do Grupo CaixaBank, onde se integra o Banco BPI, é de contribuir para a transição para uma economia neutra em carbono, que se materializa através de uma avaliação do impacto ambiental da atividade dos seus clientes, do impacto das suas operações de financiamento e do seu financiamento e investimento em projetos sustentáveis. Como evidência da aposta do Grupo na transição energética, o CaixaBank é membro fundador do Net Zero Banking Alliance, em que se compromete a emissões líquidas nulas em 2050.

Neste contexto, o BPI pode decidir não financiar operações ou clientes que possam envolver um risco material de não cumprir os seus compromissos relativos às alterações climáticas ou à descarbonização da sua carteira.

Quanto à natureza, O BPI reconhece que as atividades económicas dos seus Clientes podem ter impactos substanciais na natureza. Assim, o Banco inclui esta consideração na sua gestão de riscos de sustentabilidade, com o objetivo de minimizar o impacto da sua carteira sobre a natureza.

Assim, o BPI não assumirá risco de crédito em novos projetos quando constata a existência de evidências suficientes de que ocorre:

- Impacto negativo em determinadas figuras de proteção da natureza reconhecidas internacionalmente ;

- Impacto ambiental significativo em operações de project finance e que não seja prestada informação suficiente na *due diligence* sobre a sua gestão ambiental para mitigar os riscos.

Critérios Setoriais

Os critérios sectoriais foram determinados para excluir ou limitar a exposição a determinados sectores e atividades com um impacto particular no ambiente ou na sociedade, por vezes com especial sensibilidade para determinados ecossistemas, património ou populações protegidas.

A política definiu 5 sectores prioritários (energia, indústria mineira, infraestruturas e transporte, agricultura, pesca, pecuária e silvicultura e setor da defesa e segurança) devido à sua sensibilidade, para os quais foram determinadas exclusões ou limitações.

O setor da energia é de grande importância no desenvolvimento da economia global e no acesso a energia segura e acessível, sendo um serviço básico fundamental para o bem-estar mundial. Não obstante, o BPI está consciente de que o setor energético pode ter um potencial impacto negativo tanto na sociedade como no ambiente

A indústria mineira desempenha um papel essencial na economia fornecendo minérios essenciais para outras indústrias. Em simultâneo esta indústria pode produzir impactos sociais e ambientais negativos tendo assim sido definidas exclusões e limitações no que respeita à extração de carvão e à atenuação das alterações climáticas, à proteção da biodiversidade através da utilização de boas práticas, à saúde e segurança no

trabalho, à proteção dos direitos das comunidades locais e à segurança das suas instalações.

O setor das infraestruturas tem um papel relevante no crescimento económico mundial através das redes de transporte, telecomunicações, energia, de gestão de água e de resíduos. No entanto, este setor enfrenta possíveis desafios ambientais e sociais, como a degradação da biodiversidade, o acesso a recursos, a geração de resíduos, a contaminação do solo e aquíferos, as externalidades negativas para as comunidades locais, entre outros.

A agricultura, pesca e pecuária são, para além de fornecedores de alimentos, uma fonte de riqueza que contribui para a criação de postos de trabalho, a luta contra a pobreza e a melhoria da cadeia alimentar e a proteção de espaços naturais e biodiversidade. Ao mesmo tempo, o aumento da procura de alimentos, têxteis e biocombustíveis leva à intensificação da produção com base nos recursos existentes, assim como à extensão da procura para zonas previamente intocadas. Isto pode provocar a perda de biodiversidade e de espécies protegidas, a erosão do solo e degradação da terra, emissões resultantes da queima de plantas e do uso de fertilizantes, a contaminação fontes de água, a introdução de espécies invasivas ou disputas sobre o uso da terra e abusos de direitos humanos (incluindo trabalho infantil e realojamento forçado).

Neste contexto o BPI definiu exclusões e limitações nestes setores relacionadas com a dependência dos combustíveis fósseis e a atenuação das alterações climáticas, a proteção da biodiversidade, a saúde e

segurança no trabalho, a proteção dos direitos das comunidades locais e a segurança das suas instalações.

O BPI reconhece o direito dos países se defenderem e protegerem os seus cidadãos e, consequentemente, reserva a possibilidade de manter relações comerciais com as empresas relacionadas com o setor da defesa cuja atividade se considere consistente com estratégias nacionais de segurança e defesa legítimas. No entanto, esta indústria é sensível à violação dos direitos humanos, pelo que os clientes deste setor requerem uma especial atenção. O BPI espera, assim, que as empresas de defesa e segurança cumpram com a regulação aplicável e com as convenções internacionais ratificadas pelos países onde estão estabelecidas, não intervindo onde possa existir um risco claro de utilização de material de defesa para fins de repressão ou outras violações graves do direito humanitário internacional, das convenções e tratados de não proliferação de armas e de outras normas e orientações conexas.

A política inclui assim exclusões e restrições relacionadas com:

- Empresas que possam estar envolvidas com armamento controverso, tal como definido na Política.
- Empresas que vendem armas a países ou grupos sujeitos ao embargo de armas.
- Operações relacionadas com material de defesa em que o utilizador final não seja um organismo público, empresas públicas detidas maioritariamente ou empresas de segurança privada.

- Operações relacionadas com material de defesa cujo objetivo é comercializar material de defesa com intermediários e não com utilizadores finais.
- Operações relacionadas com a defesa cujo objetivo seja o comércio de material de defesa com países onde exista um risco elevado de violações dos direitos humanos relacionadas com a violência e a opressão civil.
- Operações relacionadas com a defesa em que a produção, manutenção ou comércio de armas nucleares.

Operacionalização da Política

Para a avaliação, acompanhamento e a supervisão do cumprimento da Política, tanto dos critérios gerais como dos critérios sectoriais, a análise do risco ESG é integrada no processo de admissão dos clientes e no processo de aprovação das operações de financiamento dos clientes:

- No processo de admissão de clientes está em vias de implementação a elaboração de uma análise do risco ESG dos clientes para determinar se estes cumprem ou não os critérios da presente Política relativos às Políticas de Direitos Humanos, Saúde e Segurança, com especial enfoque no sector da defesa.
- No processo de aprovação das operações de financiamento, é efetuada uma análise dos riscos ESG associados à atividade do cliente, que complementa a realizada no processo de aprovação de clientes e que visa assegurar o cumprimento da Política. No caso de o financiamento se destinar a

projetos específicos, é feita uma avaliação de acordo com o tipo de ativo a financiar.

- A análise tem em conta o risco ambiental, social e de governação, que incorpora aspetos relacionados com o ambiente de controlo ESG da empresa, a existência ou não de litígios ESG, a estratégia de descarbonização, bem como o cumprimento dos Princípios do Equador, quando aplicável.

Para todos os clientes e projetos analisados, avaliamos se existem ações de mitigação ambiental para minimizar ou mitigar os impactos ambientais decorrentes das atividades.

Para completar esta análise, é consultada informação através de fontes públicas e de fornecedores externos de informação ESG, especialmente para obter informação sobre controvérsias graves nos critérios sujeitos a exclusão nesta Política.

Se durante o processo de análise, não se encontram evidências suficientes para completar a análise ou forem necessários esclarecimentos do cliente, solicita-se documentação adicional da empresa ou a assinatura de declaração pelo cliente, atendendo a critérios de materialidade e proporcionalidade.

Como resultado das avaliações de risco ESG, o BPI pode determinar um plano de ação que será determinante para a admissão de clientes (onboarding ESG) e também para a concessão de operações de financiamento a clientes ou para o financiamento de projetos (Análise de Risco de Sustentabilidade).

Para assegurar a efetiva implementação da Política, o BPI desenvolveu procedimentos e orientações operacionais que são utilizados por uma equipa centralizada de analistas especializados, os quais executam os processos de avaliação. Existem ainda controlos específicos em sistemas e dashboards com KRI que permitem monitorizar os processos.

Governance

A qualidade de todo o processo de gestão de risco é assegurada pelo controlo interno (segunda linha de defesa), enquanto a auditoria interna, como terceira linha de defesa, é uma função de garantia e consultoria independente e objetiva, concebida para acrescentar valor e melhorar as operações.

Está em vigor um sistema de monitorização contínua de controvérsias ESG dos clientes, sendo que o BPI participa também no Grupo de Trabalho sobre controvérsias do CaixaBank, que avalia as controvérsias das contrapartes ao nível do Grupo.

O Comité de Sustentabilidade é atualizado mensalmente quanto à implementação da política, incluindo de casos específicos que tenham suscitado mais preocupações. Por sua vez, o Comité de Sustentabilidade reporta mensalmente à CECA quanto aos temas discutidos em cada reunião.

Metas e Métricas (MDR-T)

O BPI tem vindo a definir metas de produção de negócio sustentável no contexto dos seus Planos Estratégicos trianuais. Em particular, foi definido

Guia de Financiamento Sustentável

O Guia de Financiamento Sustentável visa definir a elegibilidade das operações sustentáveis para efeitos do cálculo das metas de financiamento sustentável do banco. Foi elaborado em articulação com o CaixaBank tendo sido aprovado pelo Comité de Sustentabilidade em 2023 e estando prevista uma revisão em 2025. O guia não é público estando disponível para os colaboradores BPI que o utilizam como ferramenta para identificar operações sustentáveis.

Na definição das atividades elegíveis, foram consideradas atividades com critérios ambientais e sociais identificados nos seguintes quadros/documentos:

- Green Bond Principles emitidos por International Capital Markets Association (ICMA)
- Social Bond Principles (ICMA)
- Green Loan Principles (GLP) emitidos pela Loan Market Association (LMA)
- Social Loan Principles (SLP) emitidos pela Loan Market Association
- Taxonomia da UE e o projeto da Taxonomia Social.
- Sustainability-Linked Loan Principles (LMA)

um objetivo de 4.000 milhões de produção de negócio sustentável, incluindo 2.000 milhões de financiamento sustentável, para o

- Sustainability-Linked Bond Principles (ICMA)

Considera-se qualquer financiamento (em sentido lato, incluindo garantias descobertos e outros produtos para além do crédito) que promova objetivos ambientais ou sociais positivos. Inclui-se aqui o financiamento de atividades / investimentos / empresas com um contributo direto para objetivos ambientais ou sociais mas também financiamento de transição ligado a KPI de sustentabilidade, onde o (in)cumprimento dos KPI tem reflexos no juro pago pelo cliente.

O Guia inclui uma lista ilustrativa de atividades e investimentos considerados sustentáveis mas que não é exaustiva, podendo ser considerado sustentável igualmente atividades / investimentos que: i) estejam incluídas na taxonomia ambiental da UE, ii) respeitem os princípios da LMA e ICMA, iii) previstos em linhas de financiamento previamente classificadas como sustentáveis.

Para além de definir os critérios de elegibilidade para uma operação ser considerada sustentável o guia define ainda o processo interno para uma operação ser classificada como sustentável.

triénio 2022-24 e um objetivo de 4.400 milhões de financiamento sustentável para o triénio 2025-27. As metas foram definidas em articulação

com o Caixabank com base numa avaliação das necessidades de financiamento de transição da economia portuguesa.

As principais alavancas para atingir as metas propostas será o negócio de particulares, em particular através do Crédito Habitação, e o negócio de empresas nos seguintes vetores estratégicos: eficiência energética do imobiliário, projetos de energias renováveis, mobilidade verde e descarbonização industrial

O conceito de financiamento sustentável está definido no Guia de Financiamento Sustentável, sendo que, para o cálculo da métrica, contribuem todos os segmentos onde o BPI atua, incluindo empresas e particulares.

No caso da rubrica de Intermediação e Recursos Sustentáveis, rubrica

descontinuada para o período 2025-27, foram considerados Depósitos Sustentáveis e a distribuição de Produtos de Investimento de Artigo 8º e 9º.

| Unidades: | Obser | Meta | |
|-----------------------|-------|-------|-------|
| | vado | 22-24 | 25-27 |
| Negócio Sustentável | XX | 4 | 4,4 |
| Financiamento | XX | 2 | 4,4 |
| Sustentável | XX | NA | NA |
| Ambiental | XX | NA | NA |
| dos quais | | | |
| relacionados com | | | |
| alterações climáticas | | | |
| Social | XX | NA | NA |
| ESG | XX | NA | NA |
| Intermediação e | | | |
| Recursos | XX | 2 | |
| Sustentáveis | | | |

Conforme referido, o conceito de financiamento sustentável inclui as dimensões ambientais, com particular relevância para as alterações climáticas, e sociais, em linha com os IRO considerados materiais. O financiamento sustentável nessas dimensões será monitorizado periodicamente sem que sejam definidas metas específicas de financiamento para cada uma das dimensões.

Por outro lado e apesar de o principal enfoque das ações ser na descarbonização, será desenvolvido em 2025 uma iniciativa para melhorar a identificação e avaliação do impacto do financiamento social.

Não foram definidas metas nem métricas para monitorizar o acompanhamento da Política de Riscos ESG.

Ações e recursos (MDR-A)

Relativamente ao financiamento sustentável com impacto positivo estão previstas as seguintes ações no âmbito do Plano Estratégico 2025-27:

- Adequação da proposta de valor e da oferta, isto é, no desenvolvimento de novos produtos e soluções que respondam às necessidades dos clientes com focos em sectores chave e também na expansão de serviços financeiros inovadores e plataformas integradas que promovam a sustentabilidade.

- Desenvolvimento das capacidades internas, nomeadamente no que diz respeito à formação e capacitação das equipas comerciais, para reforçar a especialização em produtos e serviços sustentáveis.
- Planos comerciais direcionados a setores alvo que permitam aumentar o negócio sustentável em áreas estratégicas, incluindo a criação de um sistema de incentivos alinhado com objetivos de negócio sustentável.

- Definição de objetivos anuais de financiamento sustentável com impacto na remuneração variável da administração e dos colaboradores
- Revisão do Guia de Financiamento sustentável.
- Melhoria de identificação e medição de impacto de alguns tipos de negócio com impacto social positivo

Quanto à gestão e acompanhamento de impactos negativos e das respetivas consequências nos riscos do banco

estão previstas as seguintes ações em 2025

- Atualização da Política de Riscos ESG;
- Implementação da análise do risco ESG dos clientes no processo de admissão de clientes.

INTRODUÇÃO
QUEM SOMOS
A NOSSA ESTRATÉGIA
O NOSSO DESEMPENHO
SUSTENTABILIDADE
GOVERNAÇÃO E CONTROLO INTERNO
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
REFERÊNCIAS FINAIS
INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

GOVERNAÇÃO E CONTROLO INTERNO

- INTRODUÇÃO
- QUEM SOMOS
- A NOSSA ESTRATÉGIA
- O NOSSO DESEMPENHO
- SUSTENTABILIDADE
- GOVERNAÇÃO E CONTROLO INTERNO
- PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
- REFERÊNCIAS FINAIS
- INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

Governança

O BPI tem como prioridade assegurar uma governação responsável assente numa conduta ética e rigorosa. Um governo corporativo sólido e eficaz contribui para garantir o bom funcionamento do Banco e das equipas, alcançar as ambições estratégicas e criar valor para todas as partes interessadas de forma transparente.

O capital social do Banco BPI é integralmente detido pelo seu único acionista, o CaixaBank.

Governo da Sociedade

A Sociedade está organizada de acordo com o artigo 278.º, n.º1 b) do Código das Sociedades Comerciais (CSC). Os órgãos sociais são a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e a Comissão de Auditoria, existindo ainda um Revisor Oficial de Contas. O Conselho de Administração integra quatro comissões, conforme representado na figura ao lado¹⁰¹.

O mandato dos órgãos sociais tem a duração de três anos, com a exceção do mandato do Revisor Oficial de Contas que é eleito para um mandato inicial com a duração mínima de dois anos e máxima de quatro anos, podendo, observados os limites legais, ser reeleito, por uma ou mais vezes, para mandatos com a duração mínima de um ano e máxima de quatro anos, sendo a

¹⁰¹ Informação mais detalhada sobre o governo da Sociedade pode ser encontrada no Relatório de Governo da Sociedade, parte integrante do presente Relatório e Contas.

duração concreta de cada mandato fixada pela Assembleia Geral.

Assembleia Geral | É composta por todos os acionistas e delibera sobre matérias que lhes sejam especificamente atribuídas por lei ou pelos Estatutos, incluindo a eleição dos órgãos sociais, a aprovação do relatório de gestão, contas anuais, distribuição de resultados e aumentos de capital.

Comissão de Auditoria | Compete-lhe supervisionar a gestão da Sociedade, incluindo: i) fiscalizar a eficácia dos sistemas de controlo interno, de auditoria interna, de cumprimento normativo e de gestão de riscos; ii) fiscalizar o processo de preparação e divulgação da informação financeira e não financeira, nomeadamente em matéria de sustentabilidade; iii) fiscalizar a revisão legal de contas; iv) acompanhar a situação e a

evolução de todos os riscos a que o Banco se encontra exposto; v) apreciar e fiscalizar a independência do revisor oficial de contas; e vi) receber as comunicações das irregularidades.

Em 2024, a Comissão de Auditoria reuniu 12 vezes.

Revisor Oficial de Contas | O Revisor Oficial de Contas é responsável por proceder ao exame independente das contas da Sociedade, recorrendo a análises e verificações necessárias à revisão e certificação de contas.



Conselho de Administração (CA) | É responsável pela gestão e representação da Sociedade, garantido o correto e contínuo acompanhamento da sua atividade.

O CA é atualmente composto por 15 membros, dos quais 9 são membros não executivos (incluindo o Presidente do CA), sendo 4 considerados independentes do Acionista ou de qualquer grupo de interesses específicos na Sociedade, e 6 são membros executivos.

O CA reúne com a periodicidade mínima bimestral, sempre que haja convocação do Presidente, ou por dois Administradores (12 reuniões em 2024).

As deliberações do CA são tomadas por maioria absoluta de votos dos membros presentes ou representados, tendo o Presidente voto de qualidade em caso de igualdade do número de votos. O CA designa um Secretário da Sociedade e um Secretário suplente.

Comissões do Conselho de Administração

Comissão Executiva do Conselho de Administração | O Conselho de Administração inclui uma Comissão Executiva à qual é confiada a gestão corrente do Banco, nesta se compreendendo poderes necessários ou convenientes para o exercício da atividade bancária nos termos e com a extensão com que a mesma é configurada na lei.

A Comissão Executiva é atualmente composta por seis membros e por regra, reúne semanalmente (45 reuniões em 2024).

As deliberações da Comissão Executiva são tomadas por maioria absoluta de votos, sendo o voto de qualidade, quando necessário, atribuído ao Presidente.

Comissão de Nomeações, Avaliação e Remunerações | É responsável por emitir pareceres sobre o preenchimento de vagas ocorridas nos órgãos sociais, sobre a seleção de Administradores para a Comissão Executiva, sobre a avaliação e fixação de remunerações dos administradores executivos, e ainda pronunciar-se, entre outras, sobre as políticas relacionadas com a nomeação e

sucessão dos órgãos sociais e altos quadros, bem como políticas de remuneração.

Comissão de Riscos | É responsável, sem prejuízo das competências da Comissão de Auditoria nessas matérias, por acompanhar a política de gestão de todos os riscos da atividade da Sociedade, bem como acompanhar a política de gestão do Fundo de Pensões do Banco BPI.

Comissão de Responsabilidade Social | É responsável por apoiar e aconselhar o Conselho de Administração nas matérias relacionadas com a responsabilidade social do Banco, incluindo temas de solidariedade, educação, cultura, investigação e ciência.

INTRODUÇÃO
QUEM SOMOS
A NOSSA ESTRATÉGIA
O NOSSO DESEMPENHO
SUSTENTABILIDADE
GOVERNAÇÃO E CONTROLO INTERNO
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
REFERÊNCIAS FINAIS
INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

Comités

A estrutura organizativa do BPI inclui diversos Comités especializados no apoio à sua função de gestão, fomentando a coerência e interligação das diferentes áreas do Banco e alinhando os objetivos estratégicos, levando em conta o perfil de risco adotado na instituição.

O BPI dispõe atualmente de um quadro de 16 Comités.

No Relatório de Governo da Sociedade, que é parte integrante do presente Relatório e Contas, e onde é prestada informação mais pormenorizada sobre as responsabilidades dos diferentes Comités.

- Comité Global de Riscos
- Comité de Imparidades e Morosidade
- Comité de Modelos
- Comité de Polícias de Risco
- Comité de Risco Operacional e Resiliência
- Asset-Liability Committee (ALCO):
- Comité Permanente de Créditos
- Comité de Governo da Informação
- Comité de Segurança e Privacidade
- Comité de Sustentabilidade
- Comité de Incidências Laborais
- Comité de Prevenção do Branqueamento de Capitais
- Comité de Marketing
- Comité de Validação de Produto
- Comité de Aconselhamento Financeiro
- Comité de Transparência

Procedimentos de Seleção, Avaliação e Sucessão

O BPI dispõe de uma Política de Seleção e Avaliação dos Membros do Conselho de Administração, da Comissão de Auditoria e dos Titulares de Funções Essenciais do BPI.

Seleção. A identificação e a seleção das pessoas aptas a integrar o Conselho de Administração (CA), a Comissão Executiva (CECA), ou a Comissão de Auditoria (CAU), cabe à Comissão de Nomeações, Avaliações e Remunerações (CNAR), a quem compete, entre outras funções, apoiar e aconselhar o CA no preenchimento das vagas ocorridas nos órgãos sociais e na escolha dos Administradores a designar para a CECA. Neste contexto, compete, nomeadamente, à CNAR:

- elaborar e atualizar a descrição das funções e o conjunto de qualificações, conhecimentos e experiência profissional requeridos e avaliar o tempo mínimo de dedicação ao exercício das funções;
- sempre que ocorra qualquer vaga elaborar parecer fundamentado para o CA, identificando as pessoas com perfil mais adequado para o seu preenchimento;
- diligenciar para que a Política de Seleção contenha os mecanismos

necessários a assegurar o aumento do número de pessoas do género sub-representado, com vista a atingir os objetivos definidos;

- avaliar a estrutura, a dimensão, a composição e o desempenho do CA e das suas Comissões, bem como da CAU, e, quando entender adequado, formular recomendações de eventuais alterações.

A indicação das pessoas que devam, em cada momento, integrar os Órgãos de Administração e de Fiscalização cabe ao Acionista Único, que poderá apresentar propostas de eleição ou de destituição de membros. Sem prejuízo, as vagas ocorridas no Conselho de Administração, no decurso do mandato, poderão ser preenchidas por cooptação.

Princípio de diversidade

A Política de Seleção estabelece um princípio da diversidade na composição dos Órgãos de Administração e de Fiscalização. A promoção da diversidade no Banco assenta, entre outros, nos seguintes critérios:

- promoção da integração de pessoas com experiências e qualidades diversificadas que promovam visões distintas no seio dos referidos órgãos e processos construtivos de decisão;
- valorização da diversidade nas suas diversas dimensões: idade, género, origem geográfica, habilitações, competências,

qualificações, experiência profissional, entre outras;

- adoção de medidas de promoção da igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, e de sensibilização interna com vista à efetiva e progressiva implementação da política de diversidade e de promoção das melhores práticas nesta matéria.

A seleção dos candidatos aos órgãos de administração e de fiscalização deve ter em conta os objetivos de diversidade de género aprovados.

Avaliação. A avaliação da adequação dos membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização e do BPI visa garantir que estes reúnem os requisitos de idoneidade, qualificação profissional, independência e disponibilidade necessários para assegurar, em permanência, garantias de gestão sã e prudente do Banco, tendo em vista a salvaguarda dos interesses das suas partes interessadas e do sistema financeiro em geral.

A avaliação da adequação é realizada antes do início do exercício de funções (avaliação inicial a concluir em momento prévio à deliberação da designação) e no decurso de todo o mandato, sempre que a CNAR entenda que a mesma se justifica, designadamente quando se verificarem alterações nos pressupostos de facto ou de direito que estiveram na base da avaliação inicial.

A CNAR procede, anualmente, à reavaliação da adequação de todos os membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização.

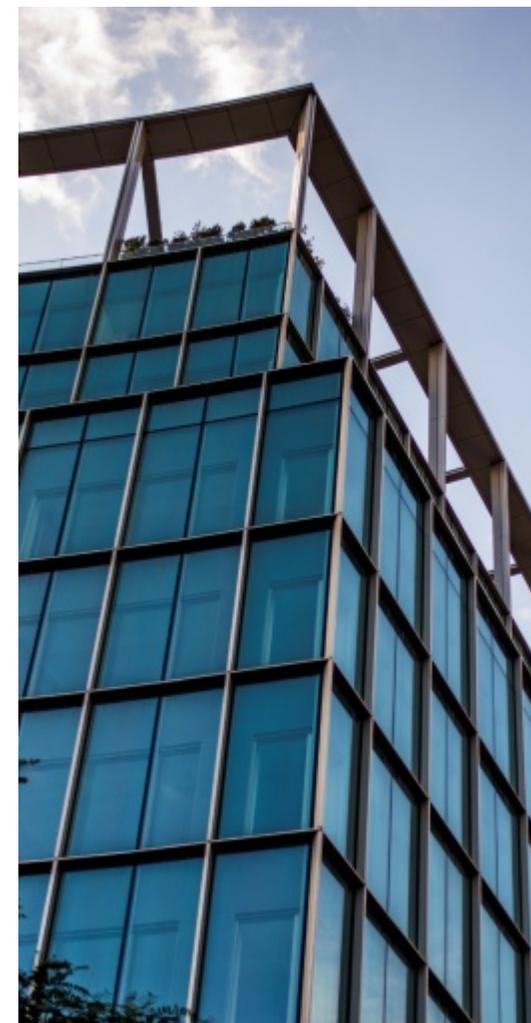
Sucessão. O Banco BPI dispõe de um Plano de Sucessão do Conselho de Administração, da Comissão de Auditoria, e dos Titulares das Funções Essenciais integrando uma lista de possíveis candidatos a membros dos órgãos de administração e de fiscalização, e de um Plano de Sucessão dos membros executivos do Conselho de Administração.

A Política de Sucessão dos Membros do Conselho de Administração e da Comissão de Auditoria e dos Titulares de Funções Essenciais do BPI (Política de Sucessão) identifica e define as características essenciais do perfil para o exercício de cada um dos cargos do CA, da CAU e dos Titulares de Funções Essenciais, e determina os procedimentos a seguir para proceder à sucessão dos titulares desses cargos,

tanto em situações normais (sucessão ordinária), como em situações extraordinárias ou supervenientes (vaga imprevista num cargo essencial).

A referida Política de Sucessão estabelece, nomeadamente, que ao longo de todo o processo de seleção dos candidatos, deverá ser valorizada a adequada diversidade na composição do Conselho de Administração, em particular no que diz respeito à diversidade de género, de formação e experiência profissional, de idade e de origem geográfica, nos termos da Política de Seleção e Avaliação.

O Plano de Sucessão do Conselho de Administração, da Comissão de Auditoria, e dos Titulares das Funções Essenciais é revisto pela CNAR periodicamente, sem prejuízo de revisões pontuais que possam ser consideradas necessárias. A revisão deverá ser aprovada pela CNAR e submetida à consideração do Acionista Único.



Quadros Normativos

No seu modelo de governo, o BPI procura replicar as melhores práticas do setor, dentro do quadro legal aplicável.

O Banco dispõe, para o efeito, de um vasto conjunto de políticas e códigos de atuação no âmbito de governação e de conduta, e que comprovam o seu compromisso com as partes interessadas.

Em 2024, xx dos Membros dos órgãos de Administração e Fiscalização e 98% dos Colaboradores receberam formação em temas de compliance.

O BPI obteve duas novas certificações de qualidade nas normas ISO 37301 e UNE 19602 – que atestam, o alinhamento do nosso sistema de compliance e do nosso sistema de compliance fiscal, com as melhores práticas existentes no mercado.

Foram, igualmente, renovadas as certificações de qualidade na ISO 37001 e na UNE 19601 relativas aos sistemas de gestão do risco de corrupção e de compliance penal.

Reforço da cultura de Compliance

O reforço da cultura organizacional e de compliance continua a ser uma prioridade. Em 2024, foi lançada uma formação sobre Sanções e Medidas Restritivas de realização obrigatória para todos os Colaboradores. Adicionalmente, foram realizadas ações de sensibilização entre as quais se destacam: o lançamento do novo Código Ético, participação de denúncias anónimas, Medidas Restritivas, Proteção da Concorrência,

Venda de Produtos Bancários associados a Produtos Prestígio.

Destaca-se igualmente a realização da *Compliance Week*, semana dedicada a temas de compliance, que contou com diversas iniciativas de sensibilização e formação dirigidas a todos os colaboradores.

Dando continuidade ao objetivo de consolidação das melhoras práticas internas, quer em ao nível da prevenção de Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo, quer ao nível de Riscos Normativos, foi assegurada a publicação de 17 ações de sensibilização e 24 atualidades relativas a atualizações de Políticas, Códigos, Comitês, Normativos, Procedimentos e Melhores Práticas.

Alteração do Quadro Normativo

Em 2024, o BPI continuou o processo de adaptação do seu quadro normativo relacionado com matérias de Ética e Conduta, num caminho de harmonização com o Grupo CaixaBank e de reforço do cumprimento da legislação em vigor. Assim, verificou-se:

- A reestruturação do Código de Conduta de Fornecedores para alinhamento da imagem e forma com o Código Ético vigente;
- A elaboração, aprovação e publicação do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas e do respetivo relatório de execução
- A atualização das seguintes Políticas: Política de Participação de Irregularidades, Compliance Penal, Política de Atuação em Matéria de

Direito da Concorrência, Política de Comunicação Comercial, Política de Execução de Ordens sobre Instrumentos Financeiros, Política de Gestão do Risco Legal e Regulatório, Política de Gestão do Risco Reputacional, Política de Governo de Produto, Política de Prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo e Gestão de Sanções e Medidas Restritivas, Política de Remuneração dos Intermediários de Crédito do Banco BPI (PRIC), Política de Tratamento de Queixas e Reclamações e Política de Tratamento dos Tomadores de Seguros, Segurados, Beneficiários e Terceiros Lesados.

Alteração dos Processos Associados

A alteração do quadro normativo desencadeou uma atualização dos processos instituídos relacionados com a Gestão do Risco de Compliance, sendo de destacar a abertura do Canal de Denúncias Corporativo a Clientes.

Robotização: No âmbito do programa de melhoria contínua dos processos, foi dada continuidade ao ambicioso plano de robotização de tarefas administrativas, repetitivas e sem conteúdo analítico, anteriormente desempenhadas manualmente.

Atualmente, encontram-se em funcionamento nove robots dedicados a apoiar os processos operativos em matéria de PBC&FT, Sanções e Fraude Externa. Adicionalmente, encontram-se em fase de desenvolvimento informático a implementação de dois novos *robots*.

Este processo tem permitido a reafecção das equipas a tarefas de maior valor acrescentado, nomeadamente de análise, investigação e tomada de decisão relativamente ao apetite de Risco do Banco BPI no que concerne às tarefas em causa, contribuindo significativamente para o incremento da qualidade do resultado final.

Modelo de Dados: Em 2024, foi dada continuidade à inclusão no sistema informacional do Banco de um conjunto alargado de informação, permitindo assim maior autonomia e eficiência na resposta aos diversos pedidos de informação e processos das equipas, auditorias, supervisão e reportes realizados.

Melhoria de Processos e Controlos: Com o intuito de garantir a conformidade com as políticas e normas internas, bem como com a legislação e regulamentação em vigor foram desenvolvidos diversos processos e controlos, destacando-se:

- Desenvolvimento de 4 novos *Dashboards* de apoio à gestão;
- Desenvolvimento de indicadores para monitorização dos diversos riscos que a DC acompanha;
- Desenvolvimento da ferramenta *NetReveal* em substituição da aplicação SIOPEIA;
- Otimização de processos existentes.

> Principais políticas e códigos internos de governação e conduta

Código Ético

Revela os valores e princípios éticos que devem reger a conduta de todos os Colaboradores e membros dos órgãos

sociais, assentes nos valores Corporativos de Qualidade, Confiança e Compromisso Social.

Princípios de atuação:

- a) O cumprimento da Legislação;
- b) O Respeito;
- c) A Integridade;
- d) A Transparência;
- e) A Excelência e profissionalismo;
- f) A Confidencialidade; e
- g) A Responsabilidade Social.

Código Interno de Conduta no âmbito dos Mercados de Valores Mobiliários

Visa assegurar que a conduta do Banco (enquanto emitente e intermediário financeiro), cumpre as regras do Regulamento (UE) 596/2014 relativas ao abuso de mercado, suas normas e regras de implementação, promovendo, assim, a transparência nos mercados e a proteção dos legítimos interesses dos investidores.

Política de Conflitos de Interesses no âmbito dos Mercados de Valores Mobiliários

Vai ao encontro da Diretiva de Mercados e Instrumentos Financeiros (DMIF II), que veio reforçar as exigências relacionadas com a proteção do investidor e a transparência com todos os agentes de mercado.

Política Geral de Conflitos de Interesses

Define o enquadramento e tratamento geral de possíveis situações de conflito de interesses e o modo como deverão ser prevenidas e geridas.

Política de Participação de Irregularidades

Visa cumprir os requisitos legais e regulatórios em matéria de receção, tratamento e arquivo das participações de irregularidades, garantindo a confidencialidade da identidade do denunciante.

Política de Compliance Penal

Prevê um programa de prevenção que reduza o risco de prática de crimes, transversal a todo o Banco.

Política Anticorrupção

Através dos princípios que orientam esta Política, alinhada com os mais elevados padrões internacionais, o BPI toma uma posição ativa de recusa perante qualquer tipo de corrupção nos diferentes mercados onde opera.

Política de Prevenção e Combate ao Assédio

Regula os princípios a observar no processo de receção, tratamento e arquivo de participações de assédio.

Política de Cumprimento Normativo

Promove os princípios de ética empresarial, numa cultura corporativa de respeito pela lei e na monitorização da eficácia dos controlos do risco de incumprimento das obrigações.

Política de Transações com Partes Relacionadas

Visa garantir que as transações que o BPI realize com partes relacionadas sejam efetuadas em condições semelhantes às que se verificariam no mercado. As transações com partes relacionadas devem ser aprovadas por um mínimo de 2/3 dos membros do Conselho de Administração, com os pareceres prévios das funções de gestão de riscos, de conformidade e da Comissão de Auditoria.

Política de Tratamento de Queixas e Reclamações

Regula o processo de resolução das reclamações e queixas recebidas e define os termos em que estas deverão ser apresentadas, os canais de entrada e os procedimentos e prazos de resposta.

Política de Atuação em Matéria do Direito da Concorrência

Tem como objetivo estabelecer os princípios e as regras que regulam a gestão do risco resultante das práticas que possam limitar a livre concorrência.

Política de Prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo e Gestão de Sanções e Medidas Restritivas

Traduz o compromisso do BPI em implementar mecanismos de controlo que mitiguem a criminalidade financeira, enquanto fenómeno universal.

Política de Governo de Produtos

Estabelece os princípios da criação, desenvolvimento e comercialização de Produtos e Serviços (também no sentido de responder a necessidades do respetivo Mercado-Alvo), o acompanhamento e monitorização do respetivo ciclo de vida e a definição de procedimentos para alteração de produtos e serviços já existentes.

Política de Execução de Ordens sobre Instrumentos Financeiros

Tem por base o princípio de desenvolvimento dos melhores esforços e definição dos circuitos mais adequados pelo BPI para que as ordens recebidas dos Clientes sejam executadas nas melhores condições, tendo em conta as características de cada ordem, em alinhamento com a Diretiva da EU relativa aos mercados de instrumentos financeiros (“DMIF II”).

Política de Agregação de Ordens e Afetação de Operações

Estabelece os princípios de tratamento equitativo que visam a proteção dos interesses dos Clientes, designadamente

os critérios de agregação e de afetação de ordens do BPI na realização de operações sobre instrumentos financeiros assegurando a todo o tempo todos os requisitos definidos por lei nesta matéria.

Política de Salvaguarda de Instrumentos Financeiros

Estabelece os princípios subjacentes à Salvaguarda de Ativos dos Clientes, no contexto do exercício de atividades de intermediação financeira.

Política de Classificação de Clientes (DMIF)

Estabelece os critérios e fatores que norteiam a atuação do Banco na atribuição de uma classificação DMIF (Investidor Não Profissional, Investidor Profissional ou Contraparte Elegível) aos Clientes de serviços de intermediação financeira.

Política de Envolvimento

Define os princípios gerais, subjacentes aos mandatos discricionários confiados ao BPI pelos seus Clientes, com vista à promoção do envolvimento acionista, a melhoria da transparência das estratégias de investimento e exercício do direito de voto.

Política de Comunicação

Expressa o compromisso do BPI para com um modelo de comunicação transparente, da mais elevada qualidade e alcance para as suas partes interessadas. Tem como objetivo assegurar que a comunicação corporativa no

BPI é eficaz, relevante, transparente, suficiente, objetiva e atualizada.

Política de Comunicação Comercial

Estabelece os princípios subjacentes à Atividade Publicitária do BPI com o objetivo garantir que o conteúdo e o formato têm em conta os legítimos interesses dos

Clientes bem como as características do mercado-alvo a que se destina.

Política de Registos Mínimos Obrigatórios

Estabelece os princípios subjacentes à gestão de registos *lactu sensu*, envolvendo Clientes e no contexto de atividades de intermediação financeira.

Política de Proteção de Dados

Estabelece os princípios gerais para gestão das questões relacionadas com a proteção de dados de carácter pessoal.

Política de Remuneração dos Intermediários de Crédito

Estabelece os princípios que devem nortear a remuneração dos intermediários de crédito.

Política de Iniciativas de Troca Automática de Informações de Contas Financeiras

Prevê a troca automática de informações relativas a contas financeiras para fins de identificação fiscal.

Política de Tratamento dos Tomadores de Seguros, Segurados, Beneficiários e Terceiros Lesados

Visa assegurar que o BPI garante um tratamento transparente, diligente e equitativo dos Tomadores de Seguros, Segurados, Beneficiários e Terceiros Lesados.

Gestão dos Riscos

Princípios Gerais

O BPI procura garantir uma **gestão de risco** adequada e eficaz, assente na constante identificação, avaliação, monitorização e reporte da exposição a diferentes riscos. Esta gestão é essencial para a prossecução dos objetivos de maximização de resultados face aos riscos, dentro da apetência pelo risco definida pelos órgãos de governo e de acordo com a estratégia global de risco do Banco.

O BPI possui **mecanismos de controlo** que permitem uma adequada monitorização e prevenção dos riscos decorrentes da sua atividade, de acordo com a política corporativa e o modelo de risco implementado no Grupo CaixaBank.

Os **processos Estratégicos de Risco do BPI**, incluem a autoavaliação anual do perfil de risco, através da qual o Banco avalia o seu perfil de risco, as estruturas de gestão, controlo e governo associadas e analisa o

surgimento de novos riscos (emergentes ou potenciais), incluídos no Catálogo de Riscos, por forma a respeitar o perfil de risco definido pelo Conselho de Administração.

Princípios gerais de gestão de risco, definidos na Política de Gestão Global de Riscos do Banco BPI:

- **sólida estrutura de governo;**
- **envolvimento de toda a organização**, com uma adequada segregação de funções de acordo com as diferentes linhas de defesa;
- **gestão proactiva de riscos**, tendo em consideração a estratégia e o perfil de risco do Banco;
- ferramentas e métodos de gestão conformes com as **recomendações** dos supervisores e as **melhores práticas**;
- implementação de uma **cultura de risco**;
- gestão socialmente responsável de todos os riscos que suportam a **estratégia de sustentabilidade**;
- **comunicação oportuna** e com o nível adequado de detalhe e transparência dos diferentes riscos às partes interessadas.

A organização do risco no BPI transpõe as diretrizes emitidas pelo regulador, procura seguir as melhores práticas no sector e adaptar as políticas corporativas do Grupo CaixaBank, respeitando as características próprias do Banco.

A gestão do risco do BPI está estruturada em **três linhas de defesa**.

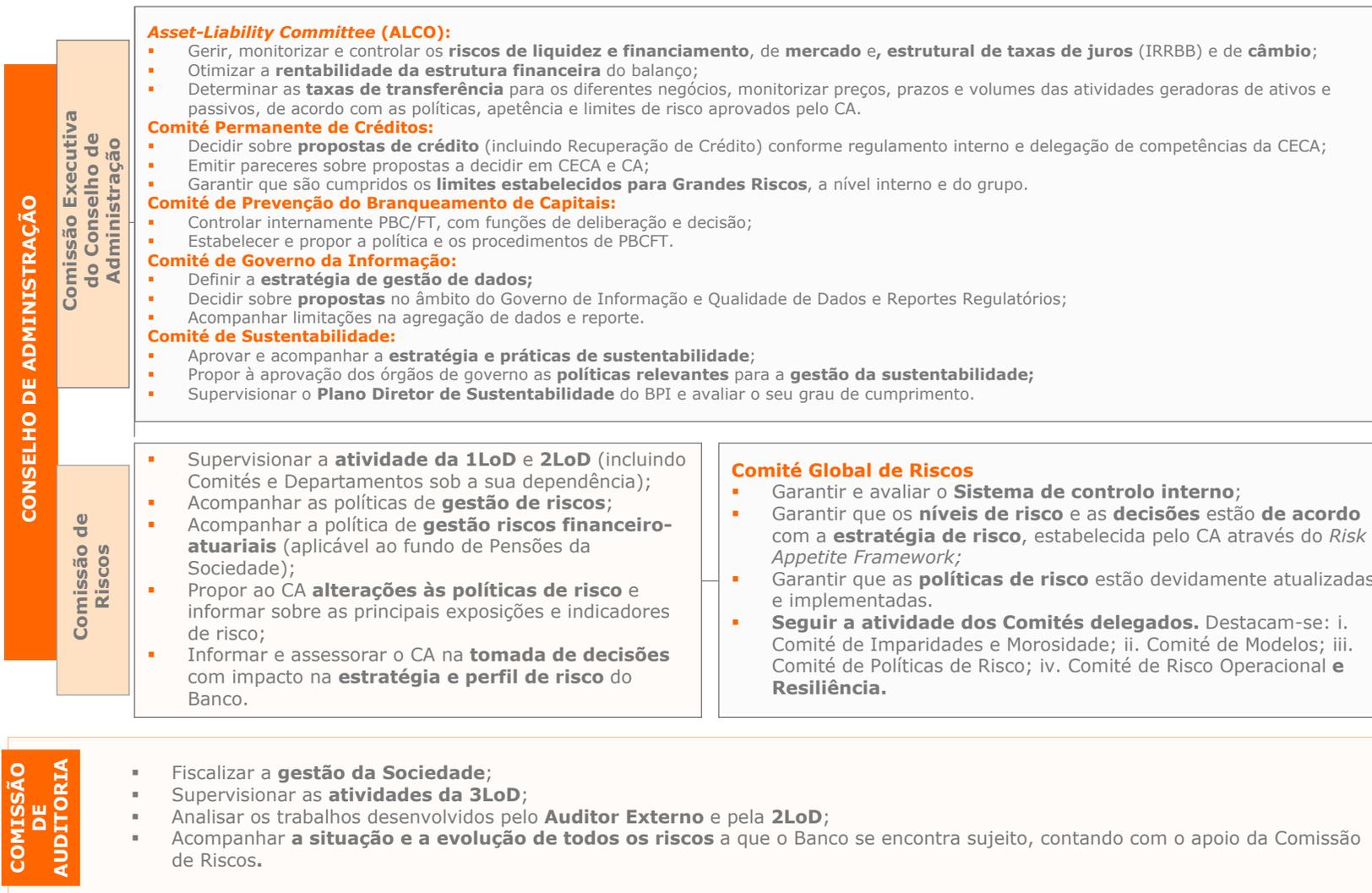
3 Linhas de Defesa (3 Lines of Defense ou 3LoD)



Esta estrutura, prevista nas Diretrizes da EBA, atribui um papel fundamental à 2LoD enquanto garante a adequada gestão e visão holística de todos os riscos da instituição.

Organograma de Gestão de Riscos

Pela sua importância, destacam-se as seguintes Comissões e Comitês, bem como as suas principais responsabilidades:



Modelo das 3 Linhas de Defesa

A estrutura das Direções de Risco do BPI está configurada com base no “modelo das três linhas de defesa”, respeitando assim o disposto no Aviso do Banco de Portugal nº 3/2020:

1ª Linha de Defesa (1LoD)

ADMISSÃO DE RISCOS

Formada pelas áreas de negócio, tomadores de risco, e pelas suas funções de suporte.

Função: desenvolver e manter controlos efetivos sobre os seus negócios; identificar, gerir e medir, controlar, mitigar e comunicar os principais riscos originados no exercício contínuo da sua atividade.

Pela sua importância, destacam-se:

- **Direção de Crédito:** assegura as funções de análise independente de proponentes, garantes e operações, com o apoio de vários indicadores de risco e modelos de scoring produzidos pela Direção de Gestão de Riscos (DGR);
- **Direção de Recuperação de Crédito:** gestão dos processos de recuperação de crédito em caso de incumprimento.

2ª Linha de Defesa (2LoD)

CONTROLO

No Banco BPI é constituída pela **Direção de Gestão de Riscos** e **Direção de Compliance**

Função: garantir a implementação de medidas adequadas de identificação, controlo, monitorização, prevenção e reporte para todos os riscos do Banco.

- Atua de forma independente das áreas de negócio e controlo de primeira linha.

No BPI as Funções de 2ª linha de defesa estão segregadas nos seguintes departamentos:

- **Direção de Gestão de Riscos** (RMF – Risk Management Function), responsável pela identificação, seguimento, controlo, gestão e reporting dos riscos do Banco.
- **Direção de Compliance:** identifica, monitoriza e controla os riscos Conduta e Compliance, Legal, Regulatório e Reputacional.
- **Unidade de Validação e Risco de Modelo:** identifica, monitoriza e controla o risco de Modelo.

3ª Linha de Defesa (3LoD)

AUDITORIA

Constituída pela **Direção de Auditoria Interna** que depende funcionalmente e reporta à **Comissão de Auditoria**, de modo a garantir a sua independência e autoridade.

Objetivo: oferecer aos órgãos de gestão e fiscalização do Banco um grau de segurança razoável sobre o cumprimento da legislação vigente, das políticas e normativos internos, sobre a fiabilidade e integridade da informação financeira e operacional e sobre a eficácia dos sistemas para a mitigação dos riscos.

Apetência ao Risco

No âmbito da sua **Estrutura de Appetite pelo Risco** ("Risk Appetite Framework" - RAF), o BPI define os níveis de risco que está disposto a assumir, considerando as suas estratégias de risco e de negócio.

O RAF é revisto, no mínimo, anualmente juntamente com os restantes **Processos Estratégicos de Risco**.

> Processos Estratégicos de Risco

| Catálogo de Riscos | Risk Assessment |
|---|--|
| Facilita o seguimento e o <i>reporting</i> interno e externo dos riscos | Identificação, definição e avaliação dos riscos que o Banco incorre ou poderá vir a incorrer |

Com base nestes processos, o Banco garante a **avaliação permanente do seu perfil de risco** (atual, futuro e potencial em cenários de *stress*), efetuando a sua revisão de forma recorrente.

Também nos exercícios sujeitos a supervisão regulatória (**ICAAP e ILAAP**), são efetuadas previsões da evolução do perfil de risco, em cenários base e de *stress*, proporcionando aos órgãos de governo uma visão sobre a resistência do

Banco face a eventos internos e/ou externos.

Descrição e Estrutura

Num processo consistente com os restantes documentos estratégicos – Plano Estratégico, Orçamento, *Internal Capital Adequacy Assessment Process* (ICAAP) e Plano de Recuperação – o BPI definiu as suas **diretrizes de apetência de risco**, que se encontram incorporadas na cultura e na estratégia do Banco e estão subjacentes a todas as suas atividades.

> Documentos Estratégicos



Em linha com as melhores práticas do sector, o CA aprovou um conjunto de **declarações de apetência pelo risco**, que sintetizam os princípios pelos quais o Banco se deve reger:

- manter um perfil de **risco médio-baixo**, com uma confortável adequação de capital, para fortalecer a confiança dos Clientes através da solidez financeira;
- estar permanentemente em condições de cumprir com as **obrigações contratuais** e de

suprir as suas **necessidades de financiamento** de forma oportuna, mesmo em condições de mercado adversas;

- dispor de uma **base de financiamento estável e diversificada** de modo a preservar e proteger os interesses dos seus depositantes;
- gerar **proveitos** de forma equilibrada e diversificada;
- alinhar a estratégia de negócios e o relacionamento com os Clientes com uma **ação social responsável**, a aplicação dos mais altos padrões éticos e de governo e considerando os potenciais impactos no clima e meio ambiente;
- promover uma **cultura de risco própria** integrada na gestão por meio de políticas, comunicação e formação dos Colaboradores;
- procurar **excelência, qualidade e resiliência** operacional, para continuar a prestar serviços financeiros aos Clientes de acordo com suas expectativas, mesmo em cenários adversos.

Monitorização e Governo do Risk Appetite Framework

O Conselho de Administração tem como missão a aprovação, o acompanhamento e a eventual correção das métricas do Framework.

O seguimento das métricas é auxiliado por um conjunto de objetivos, níveis de tolerância e de limites estabelecidos pelo próprio CA.



RAF Nível 2: O BPI possui ainda um Framework para métricas de nível dois.

Monitorização do RAF: a DGR é responsável pela atualização, monitorização e reporte do RAF, sob orientação do CA.

Estrutura de governo: de forma a assegurar cumprimento das melhores práticas internacionais, foi estabelecida uma estrutura de reporte do RAF que permite o acompanhamento exaustivo por parte das direções e órgãos responsáveis.

O acompanhamento é realizado de acordo com um **calendário específico de apresentações aos seguintes órgãos:**

Comité Global de Riscos:

- Avaliar, rever e discutir a atual situação de risco, a ocorrência de quebras de limite/tolerância e o ponto

de situação das métricas individuais (monitorização do RAF);

- Aprovar e acompanhar o plano de ação em caso de quebra de limiar de apetite (entrada em amarelo) de uma métrica de RAF de nível 1 e informar a Comissão de Riscos.

Comissão de Riscos:

- Analisar o desempenho global de risco;
- Avaliar a situação das métricas quebradas, discutir o ponto de situação das métricas individuais, verificar a contínua eficácia e adequação do RAF.

Conselho de Administração:

- Analisar o desempenho global de risco do BPI e decidir sobre situações críticas.

Comissão de Auditoria:

- Supervisiona o cumprimento do Risk Appetite Framework.

Cultura de Risco

A **cultura de risco** no Banco BPI é constituída pelas **condutas e atitudes perante o risco e pela gestão do mesmo por parte dos Colaboradores**, que refletem os **valores, objetivos e práticas** do Banco e integra-se na gestão através das **suas políticas, comunicação e formação**.

Essa cultura influencia as **decisões da administração e dos Colaboradores nas atividades diárias** no sentido de evitar comportamentos que possam aumentar inadvertidamente os riscos ou levar a incorrer em riscos que não podem ser assumidos, e assenta num elevado nível de conscientização sobre o risco e sua gestão, numa estrutura de governo sólida, num diálogo aberto e crítico na organização e numa ausência de incentivos para a assunção de riscos injustificados.

Desta forma, as **ações e decisões** que supõem uma **assunção de risco** são:

- Alinhadas com os valores corporativos e os princípios básicos de atuação;
- Alinhadas com o apetite de risco e estratégia de risco;
- Com base num conhecimento exaustivo dos riscos envolvidos e da forma como são geridos,

incluindo fatores ambientais, sociais e de governo.

Responsabilidade

O Conselho de Administração do Banco BPI é responsável por estabelecer e supervisionar a **implementação** de uma **cultura de risco sólida e diligente** na organização, que promova uma **conduta consistente** com a identificação e **mitigação de riscos**. Todos os Colaboradores devem estar plenamente conscientes da sua responsabilidade na gestão de riscos, que não é exclusiva dos especialistas de risco ou funções de controlo interno, uma vez que as unidades de negócio são as principais responsáveis pela gestão diária dos riscos.

Comunicação

A **difusão de uma cultura corporativa de riscos** é essencial para o alinhamento de todos os Colaboradores em torno do tema. Os **canais de comunicação interna**, com destaque para a Intranet, email e televisões nas copas dos edifícios centrais, são um **veículo essencial na difusão desta cultura**. Destacam-se os conteúdos ao nível de divulgações e formação.

Em 2024 manteve-se o trabalho de comunicação, no âmbito do desenvolvimento de uma **cultura corporativa de riscos**,

destacando-se as seguintes iniciativas:

- Lançamento de uma versão revista do Código de Ética, cuja comunicação interna foi protagonizada por Fernando Ulrich, Presidente do Conselho de Administração do BPI;
- Dinamização da comunicação interna da *Compliance Week*, realizada em outubro e que incluiu *Talks*, quizzes, notícias, entre outros;
- Comunicação interna mensal de temas diversos relacionados com riscos, nomeadamente: conflitos de interesses; canal de consulta e denúncias; identificação de beneficiários efetivos; gestão do risco; certificação AENOR, entre outras;
- Publicação de diversas novidades relativas a formações específicas neste âmbito.

Formação

Em 2024, as iniciativas de formação no âmbito do risco abrangeram toda a organização.

Foram realizadas sessões de formação presenciais aos Órgãos de Governo, das quais se destacam as “Sanções (PBC&FT)”, “Ética e ESG”, “Desafios, riscos e oportunidades em Cibersegurança na Banca” e “Basileia IV”.

No BPI, a atribuição da Remuneração Variável é condicionada pela realização de cursos obrigatórios, definidos em Plano de Formação. Em 2024, dois destes cursos foram 1) **PBCFT - Sanções** | Junte-se ao lado bom da força (curso da área de Prevenção de Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo, com foco nas Sanções e Medidas Restritivas) e 2) **Caminho para um Mundo Net Zero** (curso focado no impacto das empresas no Ambiente e Sociedade, riscos e oportunidades ESG nas empresas, legislação e processo de descarbonização do BPI).

Os **Pivots de Risco Operacional e de Continuidade Operativa** têm formações obrigatórias que necessitam realizar, havendo ações formativas para novos pivots e ações de reciclagem para os restantes Pivots.

Destacam-se ainda o conjunto de cursos da Área de **Segurança da Informação** lançados ao longo do ano de 2024, com o objetivo de criar *awareness* aos Colaboradores do Banco para os riscos inerentes à

utilização das Tecnologias da Informação.

Destaque ainda para o lançamento da **Academia de Riscos**, destinada a *trainees* do Banco, que integraram uma pós-graduação à medida das necessidades da gestão de riscos bancários em parceria com o ISCTE Executive Education, com posterior estágio no BPI, nas Equipas da DGR (Direção de Gestão de Risco).

Avaliação e remuneração do desempenho

Conforme mencionado na Estrutura de Apetite pelo Risco, o Banco BPI procura **garantir que todos os Colaboradores**, em particular os membros do Coletivo Identificado, incluindo a Comissão Executiva, **têm um alto nível de consciência sobre o risco e a sua gestão** na organização.

Nesse sentido, foi incorporado, tanto para a Comissão Executiva como para o Coletivo Identificado, o **indicador de ajuste ao risco (RAF) como métrica nos objetivos Corporativos**, com impacto no cálculo da remuneração variável e como forma de ajustamento ao risco.



Catálogo de Riscos

Repositório das definições de todos os riscos materiais do Banco. Facilita a monitorização e o reporte interno e externo dos riscos, e está sujeito a revisões periódicas (periodicidade mínima anual). O resultado do processo de revisão do Catálogo de Riscos é apresentado ao Comité Global de Riscos e à Comissão de Riscos, e posteriormente aprovado pelo Conselho de Administração.

| RISCOS TRANSVERSAIS | RISCOS FINANCEIROS | RISCOS FINANCEIROS (cont.) |
|--|---|---|
| <p>Rentabilidade do Negócio</p> <p>Risco do BPI atingir resultados inferiores às expectativas do mercado ou aos objetivos estabelecidos no seu plano de negócio e estratégia, que impeçam um nível de rentabilidade sustentável superior ao custo do capital.</p> <p>Capital e Solvência</p> <p>Risco de existirem problemas na capacidade do BPI em cumprir as exigências regulamentares relativamente a rácios de capital, ou alterar o seu perfil de risco, por insuficiência de fundos próprios.</p> <p>Modelo</p> <p>Possíveis consequências adversas para o Banco que podem surgir de decisões baseadas principalmente nos resultados de modelos internos com erros na construção, aplicação ou utilização.</p> <p>Reputacional</p> <p>Potencial perda económica ou menor receita para o Banco, por consequência de eventos que afetam negativamente a perceção que as partes interessadas têm do Banco.¹⁰²</p> | <p>Crédito</p> <p>Risco de perdas financeiras devido à perda de valor dos ativos do Banco por deterioração da capacidade dos Clientes em honrar os seus compromissos com o Banco. Inclui o risco gerado pelas operações nos mercados financeiros (risco de contraparte).</p> <p>Atuarial</p> <p>Risco de perda ou de deterioração do valor dos compromissos contraídos por contratos de seguros ou pensões com Clientes ou empregados, resultante da divergência entre os pressupostos da estimação das variáveis atuariais utilizadas no cálculo das responsabilidades e a sua evolução real.</p> <p>Estrutural de Taxas</p> <p>Impacto financeiro negativo sobre o valor económico do Balanço ou sobre a Margem Financeira devido a alterações na estrutura temporal das curvas de taxas de juro ou câmbio que afetem os produtos do ativo, passivo ou fora de balanço do Banco, não registados na carteira de negociação.</p> <p>Liquidez e Financiamento</p> <p>Risco de insuficiência de ativos líquidos ou limitação na capacidade de acesso ao financiamento de mercado para satisfazer os pagamentos contratuais relativamente aos passivos, aos requisitos regulatórios ou às necessidades de investimento do BPI.</p> | <p>Mercado</p> <p>Perda de valor, com impacto nos resultados na solvabilidade, de uma carteira (conjunto de ativos e passivos), devido a movimentos desfavoráveis nos preços ou taxas de mercado.</p> |
| | | RISCOS OPERACIONAIS |
| | | <p>Conduta e Compliance</p> <p>Aplicação de critérios de atuação contrários aos interesses dos seus Clientes ou de outros grupos de interesse ou atuações ou omissões por parte do Banco, desajustadas do quadro jurídico e regulatório ou das políticas, normas e procedimentos internos ou dos códigos de conduta, padrões éticos e boas práticas.</p> <p>Legal e Regulatório</p> <p>Perdas potenciais ou diminuição da rentabilidade do Banco derivadas de alterações legislativas, de uma incorreta implementação da dita legislação nos processos do BPI, da inadequada interpretação da mesma nas diferentes operações, da incorreta gestão de requerimentos judiciais ou administrativos ou das queixas e reclamações recebidas.</p> |

¹⁰² Inclui Qualidade de Modelo, Governo de Modelo e Controlo de Modelo.

RISCOS FINANCEIROS (cont.)

Tecnológico

O risco de perda material ou potencial devido à inadequação ou falhas na infraestrutura tecnológica, devidos a ciberataques ou outras circunstâncias, e à incapacidade de efetuar mudanças nas TIC (Tecnologias da Informação e Comunicação) em período de tempo e com custos aceitáveis, que podem comprometer a disponibilidade, integridade, acessibilidade e segurança das infraestruturas e dos dados.

Outros Riscos Operacionais

Perdas ou danos causados por erros ou falhas em processos, por eventos externos ou por ação accidental ou maliciosa de terceiros fora do Grupo. Inclui, entre outros, fatores de risco relacionados a eventos externos ou fraude externa.

Riscos Emergentes

Riscos com materialidade ou importância crescente, que podem ser posteriormente incluídos no Catálogo de Riscos.

Risco de Sustentabilidade

O Risco de **Sustentabilidade**, enquadrado num conceito de ecossistema onde os vários grupos de interesses do Banco têm um papel preponderante, caracteriza-se pela perda potencial decorrente do impacto negativo de determinadas

condições de carácter ambiental, social e de governo (ESG).

Neste contexto, surge a necessidade de avaliação da dupla materialidade:

- Impactos do ecossistema no BPI (**outside-in**): impactos financeiros provocados no BPI por fatores de natureza ambiental, social ou de Governo. Gestão de riscos e oportunidades
- Impactos materiais, do BPI, positivos ou negativos no ecossistema e/ou stakeholders (**inside-out**): impactos que a atividade do BPI gera no planeta, nas pessoas e na sociedade.

Relativamente aos impactos **outside-in** ESG, podemos destacar os seguintes riscos:

- **Carteira de crédito:** risco decorrente da deterioração da capacidade de serviço de dívida dos Clientes provocada por fatores ambientais (risco físico e de transição);
- **Mercado:** risco decorrente da potencial desvalorização dos instrumentos financeiros detidos pelo BPI, devido a fatores ESG.

No âmbito da gestão dos impactos *inside-out*, o BPI conta com uma **Política de Gestão de Riscos de Sustentabilidade**¹⁰³ que identifica os riscos no âmbito ESG e define os critérios subjacentes à relação comercial com Clientes ou potenciais Clientes (novas operações, renovações e renegociações de crédito e de garantias), bem como os investimentos da carteira de títulos ou de participadas. Paralelamente, define também o modelo de governo interno de gestão dos riscos de sustentabilidade.

Neste âmbito, o Banco declara a sua vontade de não assumir risco de crédito em empresas ou projetos domiciliados em países de risco elevado (Social ou de bom Governo), que violem os Direitos Humanos, recorram ao uso de trabalho infantil, não disponham de políticas de saúde e segurança para proteger os seus trabalhadores, ou provoquem impactos negativos no património natural, biodiversidade, stress hídrico e património cultural.

¹⁰³ Esta Política é descrita em detalhe na secção [Modelo de Criação de Valor - Valor Sustentável](#).

O **governo** da gestão do risco de sustentabilidade segue os princípios gerais da Gestão de riscos do BPI, de acordo com o **modelo das três linhas de defesa**.

A **Direção de Crédito** do BPI, através da sua **Área de Sustentabilidade** (1LoD), incorpora no processo de admissão de risco de crédito, a análise de fatores de sustentabilidade (ESG), com vista a operacionalizar a validação dos critérios gerais e setoriais estabelecidos na **Política de Gestão de Riscos de Sustentabilidade**, em conformidade com a política de gestão de riscos corporativa.

A **DGR - Sustentabilidade, Balanço e Mercado**, enquanto 2LoD, é responsável pela **Política de Gestão de Risco de Sustentabilidade**. Durante 2023 iniciou-se o processo de **gestão e avaliação** de outros tipos de riscos ESG, nomeadamente os riscos físicos e de transição da carteira do Banco.

A **Direção de Auditoria**, sendo a 3LoD, acompanha e valida os processos de gestão de riscos ESG do Banco.

No quadro de adesão do CaixaBank ao **Protocolo dos Princípios do Equador** em 2007, o BPI aplica procedimentos adicionais de validação relativos à avaliação de riscos ESG

(ambientais, sociais e de governo) em operações que se enquadrem no seu âmbito de aplicação.

O BPI possui mecanismos internos para avaliar o impacto dos eventos climáticos, através de *stress tests* com impactos na carteira de crédito, continuidade e riscos operacionais, numa perspetiva de curto, médio e longo prazo, incorporando esses potenciais impactos no processo de autoavaliação da adequação do capital (ICAAP) e liquidez (ILAAP).

O BPI irá passar em 2025 a identificar e gerir também os riscos sobre a natureza.

DESCARBONIZAÇÃO

Net-Zero Banking Alliance

O BPI encontra-se empenhado em contribuir para uma rápida, mas consistente descarbonização da economia e para a diminuição dos impactos insiduosos no ecossistema, apoiando, neste processo, os seus clientes na sua jornada para uma economia mais “verde”.

O BPI, enquanto Grupo CaixaBank, encontra-se vinculado aos compromissos do Grupo no âmbito da Net-Zero Banking Alliance (NZBA), tendo definido objetivos de descarbonização intermédios a 2030, monitorizando anualmente aquelas metas e fazendo a gestão deste risco, conjuntamente com os seus clientes dos setores mais intensivos em carbono: eletricidade, oil & gas, ferro e aço, automóvel, real estate e aviação.

Para o efeito, o BPI aprovou, no ano de 2024, o modelo de governo NZBA, que estabelece e descreve os procedimentos de aprovação dos objetivos, os procedimentos de aprovação de operações de clientes e a estrutura de governo interna relativa aos objetivos de descarbonização.

Eventos Estratégicos

Acontecimentos relevantes que podem resultar num impacto significativo para o BPI a médio prazo.

Apenas são considerados eventos ainda não materializados e que não façam parte do Catálogo de Riscos, mas aos quais o BPI está exposto.

O seu impacto pode ocorrer em um ou mais riscos do catálogo.

Eventos estratégicos mais relevantes:



EVOLUÇÃO DO QUADRO LEGAL, REGULAMENTAR OU DE SUPERVISÃO

- Risco de aumento da pressão do **ambiente legal, regulamentar ou de supervisão**, identificado no exercício de autoavaliação de risco e que pode ter um impacto a curto ou médio prazo;
- Necessidade de continuar a monitorizar constantemente as novas propostas regulatórias e a sua implementação.
- Na atualidade, entre outras, destacam-se as crescentes expectativas em aspetos ESG por parte dos diferentes grupos de interesse (supervisores, reguladores, órgãos governamentais, etc.).
- **Mitigantes:** o controlo e seguimento da regulamentação realizado pelas diferentes áreas do BPI, o controlo sobre a implementação efetiva dos regulamentos. Face ao aumento da atividade legislativa, tem-se intensificado o relacionamento com as autoridades de forma a antecipar eventuais novas iniciativas legislativas e poder representar e transmitir os interesses do Banco BPI perante as autoridades de forma eficiente.



AMBIENTE GEOPOLÍTICO NACIONAL E INTERNACIONAL

- Deterioração acentuada e persistente das perspetivas macroeconómicas e **aumento da aversão ao risco nos mercados financeiros**.
- **Possíveis causas:** impactos geopolíticos globais; fatores políticos domésticos e descontentamento social; reaparecimento de tensões na zona euro que aumentem os riscos de fragmentação.
- **Possíveis consequências:** aumento do prémio de risco do país; redução de volumes de negócio; deterioração da qualidade de crédito; danos em ativos físicos.
- **Mitigantes:** o Banco BPI entende que estes riscos são suficientemente mitigados pelos seus níveis de capital e liquidez, validados pelo cumprimento de exercícios de *stress* externos e internos, e informados nos processos anuais do ICAAP e ILAAP.



PANDEMIAS E OUTROS EVENTOS EXTREMOS

- Eventos extremos, como futuras pandemias ou **eventos de natureza meio ambiental**. São incertos os impactos em cada um dos riscos do Catálogo, bem como das medidas e políticas económicas e sociais adotadas para conter, mitigar e resolver os efeitos nos países afetados.
- **Mitigantes:** capacidade do BPI de implementar iniciativas para mitigar o impacto no perfil de risco devido à deterioração do ambiente económico em caso de evento operacional extremo, como aconteceu no caso específico do COVID-19.



NOVOS CONCORRENTES E APLICAÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS

- Prevê-se um aumento moderado da concorrência de novos concorrentes e **outros players com propostas ou tecnologias disruptivas**. Isto pode levar à desintermediação de parte da cadeia de valor (**com impacto nas margens e no cross-selling**), ao competir com entidades mais ágeis, flexíveis e geralmente com propostas de baixo custo para o consumidor. Os impactos poderão ser agravados se os requisitos regulamentares aplicáveis a estes novos competidores e serviços não forem iguais aos das atuais instituições de crédito.
- **Mitigantes:** o Banco BPI considera os novos competidores uma potencial ameaça, mas, ao mesmo tempo, uma oportunidade como fonte de colaboração, aprendizagem e incentivo para o cumprimento dos objetivos da digitalização e transformação do negócio estabelecido no Plano Estratégico.



NOVOS CONCORRENTES E APLICAÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS

- O cibercrime envolve esquemas criminais para continuar a lucrar por meio de diferentes tipos de ataques em ambiente digital. Nesse sentido, a disseminação de novas tecnologias e serviços disponibilizados aos Clientes leva a uma **maior facilidade de acesso pelo cibercrime**.
- Isto **cria mais pressão sobre o Banco para reavaliar constantemente o modelo de prevenção, gestão e resposta a ataques cibernéticos e fraudes**, de modo a responder de forma eficaz aos riscos emergentes. Tendo em conta as ameaças existentes à cibersegurança e os ataques recentes a outras entidades, a **ocorrência destes eventos no ambiente digital do Banco pode ter impactos graves** de vários tipos podendo, adicionalmente, levar a sanções significativas por parte dos órgãos competentes e potenciais danos à reputação.
- **Mitigantes:** O Banco BPI mantém uma revisão constante do ambiente tecnológico e das aplicações nas vertentes de integridade e confidencialidade das informações, bem como a disponibilidade de sistemas e continuidade de negócios.

O Banco BPI mantém **atualizados os protocolos e mecanismos de segurança** de modo a adaptar às ameaças que surgem no contexto atual, monitorizando continuamente os riscos emergentes. A evolução dos protocolos e medidas de segurança estão incluídas no plano estratégico de segurança da informação, **alinhado aos objetivos estratégicos do Grupo CaixaBank** para manter a proteção da informação e de acordo com os melhores padrões do mercado.

Risco de Crédito

O risco de crédito é o risco inerente à atividade bancária representando o principal risco a que o BPI se encontra exposto. Os princípios que orientam a gestão do risco de crédito no BPI são:

- Análise e concessão de crédito em condições sustentáveis e a Clientes que demonstrem capacidade financeira de reembolso;
- Alinhamento com a estratégia em matéria de risco de crédito e com o apetite pelo risco definido pelos Órgãos de Governo;
- Responsabilidades e funções claramente definidas, incluindo a definição de critérios, limites, poderes de decisão e procedimentos;
- Sistema de preço ajustado ao risco, considerando os elementos necessários associados à competitividade de mercado e eficiência;
- Gestão da morosidade, com especial enfoque na sua prevenção e atuação tempestiva em situações de incumprimento.

Monitorização do risco de crédito na conjuntura atual

As alterações introduzidas na atividade económica motivadas essencialmente pelo significativo aumento das taxas de juro de 2023 para o ano de

2024, embora se tenha registado uma redução das mesmas, o que **implicou a manutenção reforçada dos mecanismos de monitorização de risco de crédito do BPI**, sobretudo nas carteiras de crédito a particulares.

No início de 2023 passaram a ser aplicados os procedimentos necessários ao cumprimento do DL 20-B/2023. Estes procedimentos preveem o contacto a mutuários com contratos de crédito para habitação própria permanente, cujo indexante do contrato de crédito ultrapasse um determinado limiar. Estes contactos visam dar conhecimento aos mutuários que, caso estes pretendam a revisão da bonificação, deverão formalizar o pedido. Esta medida encontra-se em vigor até ao final de 2024.

Adicionalmente, estiveram em vigor até 31 de Março de 2024 os procedimentos necessários para cumprimento do DL 91/2023 que permitiu, aos Clientes com operações de crédito habitação própria permanente, fixar um máximo da prestação durante o período de 2 anos.

Deste modo, destacam-se principais procedimentos efetuados até essa data:

- definição de **políticas de risco** específicas para Clientes de crédito habitação com dificuldades financeiras acrescidas;
- **manutenção dos procedimentos de monitorização** das carteiras de retalho, incluindo os Clientes que recorreram a reestruturações ao

abrigo do DL 80-A/2022 e DL 91/2023;

- realização de **análises de sensibilidade à evolução dos parâmetros de risco** principalmente em cenários de **subida de taxas de juro**, tanto nas decisões de crédito como nas análises individuais.
- assegurar a existência de mecanismos que permitem a identificação de Clientes com degradação da capacidade financeira, e a comunicação a estes sobre a possibilidade de análise e eventual reestruturação de crédito.

As exposições são seguidas essencialmente em função do montante em risco e do grau de risco das operações/mutuários, sendo a monitorização segregada em áreas. **Os procedimentos de seguimento individual** são aplicados em carteiras com exposições de risco significativas e/ou que possuem características específicas e consistem na elaboração de relatórios periódicos sobre os grupos económicos dos mutuários, com o objetivo de avaliar a existência de evidência objetiva de perda e/ou aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial.

Risco de Liquidez e de Financiamento

O risco de liquidez é gerido e monitorizado nas suas diversas vertentes:

- a capacidade de **acompanhar o crescimento do ativo** e satisfazer as necessidades de liquidez e financiamento sem incorrer em prejuízos anormais;
- a manutenção em carteira de ativos transacionáveis que constituam uma **reserva de liquidez** suficiente e adequada;
- o cumprimento dos diversos **requisitos regulamentares**.

A carteira de ativos é monitorizada para aferir a possibilidade de utilização dos instrumentos que a compõem para obtenção de financiamento colateralizado ou transação, segundo variados indicadores (liquidez dos ativos, número de dias necessários para obtenção de liquidez, dimensão e volatilidade de spreads, etc.).

A gestão de liquidez procura **otimizar a estrutura de balanço**, para manter a estrutura temporal de maturidades entre ativos e passivos sob controlo. A gestão encontra-se também

condicionada à necessidade de manutenção de um **nível adequado de reservas de liquidez** por forma a manter níveis de requisitos de cobertura de liquidez, cumprindo as **exigências prudenciais e internas**.

Riscos Operacionais

A definição de **risco operacional (RO)**¹⁰⁴ adotada pelo BPI é a do Regulamento (UE) 575/2013:

"risco de perdas resultantes da inadequação ou deficiência de procedimentos, do pessoal ou dos sistemas internos ou de eventos externos, incluindo os riscos jurídicos."

A **gestão do risco operacional do BPI** baseia-se em políticas, processos, ferramentas e metodologias coerentes com as melhores práticas de mercado e assentes em **três dimensões**:

- **Identificação e avaliação:** cada Direção tem a responsabilidade de identificar e avaliar o risco operacional inerente às suas atividades. Esta avaliação é complementada com a definição e análise de Indicadores de Risco Operacional (KRIs), que permitem antecipar a evolução dos riscos e com a análise de cenários extremos;

- **Identificação e monitorização de ocorrências:** a 1LoD tem a responsabilidade de registar as ocorrências de risco operacional numa aplicação interna;
- **Mitigação:** é da responsabilidade de cada Direção, a deteção de situações que justifiquem a necessidade de conceber medidas de mitigação dos riscos, de forma a reduzir ou eliminar a probabilidade de ocorrência futura de determinado risco e/ou a severidade dos seus impactos.

De forma a garantir que todas as subcategorias de risco operacional são geridas e controladas corretamente, o **Catálogo de Riscos do BPI** define as principais categorias de Gestão do Risco específicas para cada uma delas:

Categorias de Risco



Conducta e Compliance



Legal e Regulatório



Tecnológico



Outros Riscos Operacionais



Certificação ISO 22301

Sistema de Gestão de Continuidade Operativa (SGCO)

¹⁰⁴ Esta definição exclui os riscos estratégico e de reputação.

Áreas de Gestão de Risco Não Financeiro

Funciona como segunda **Linha de Defesa** na gestão do risco operacional integrada na Direção de Gestão de Riscos.

- Definir, manter e divulgar as políticas de riscos não financeiros no Banco BPI;
- Coordenar a implementação do modelo de
- Controlar e monitorizar a evolução dos riscos não financeiros enquanto 2LoD;
- Promover a permanente identificação dos riscos operacionais do BPI;
- Acompanhar os eventos de risco operacional detetados;
- Assegurar a definição e revisão de indicadores de monitorização da exposição ao risco (KRI);
- Promover a definição e implementação de medidas de mitigação;
- Assegurar os reportes internos e externos relacionados com o risco operacional, nomeadamente o reporte aos órgãos de governo e reportes regulamentar;
- Coordenar com a DC para uma abordagem holística e integrada de todos os riscos operacionais;
- Promover a cultura de risco operacional.

Outros temas relevantes para a Gestão de Risco

Proteção de Dados

O BPI tem por objetivo assegurar que o tratamento dos dados pessoais dos Clientes e Colaboradores respeita os respetivos direitos e liberdades, bem como os princípios constantes do **Regulamento Geral de Proteção de**

Dados, adotando medidas técnicas e organizativas para a prevenção, deteção e mitigação dos riscos nesta matéria.

O BPI dispõe de uma **Política de Proteção de Dados** que regula o quadro geral da gestão da proteção de dados no Banco, fixando os princípios subjacentes ao tratamento dos dados pessoais dos seus Clientes e Colaboradores, bem como o respetivo modelo de gestão.

O Banco dispõe ainda de uma **Política de Privacidade** que se destina a informar os Clientes sobre os termos condições em que o Banco trata os seus dados pessoais, os direitos que lhes assistem e como podem exercê-los, prestando ainda a informação a que está obrigado nos termos do Regulamento Geral de Proteção de Dados e da lei nacional de execução do mesmo.

Existe uma estrutura de governo própria, consubstanciada no:

- Comité de Segurança e Privacidade** a quem cabe, por delegação da Comissão Executiva do Conselho de Administração, decidir sobre todos os assuntos relacionados com a proteção de dados de carácter pessoal;
- Encarregado de Proteção de Dados (DPO)** a quem cabe, nos termos da lei, assessorar e controlar o cumprimento do

Regulamento Geral de Proteção de Dados e demais legislação nacional aplicável.

Estão instituídos procedimentos para assegurar o exercício de direitos, em matéria de proteção de dados, por parte dos Clientes e Colaboradores, bem como para o tratamento de incidentes de violações de dados e a sua comunicação, quando devida, à Comissão Nacional de Proteção de Dados e aos titulares de dados.

O BPI disponibiliza aos Clientes e demais interessados os **contactos do Encarregado de Proteção de Dados**, para a prestação de quaisquer esclarecimentos ou reclamações.

Casos de violação da privacidade do Cliente

| | 2023 | 2024 |
|--|------|------|
| N.º total de casos de violação da privacidade do Cliente | 38 | 27 |
| Detalhando o tipo de incidente: | | |
| Falha em comunicação por e-mail | 10 | 8 |
| Falha em comunicação por carta | 3 | 0 |
| Extravio no correio interno | 13 | 12 |
| Falha em atendimento ao balcão | 4 | 1 |

- INTRODUÇÃO
- QUEM SOMOS
- A NOSSA ESTRATÉGIA
- O NOSSO DESEMPENHO
- SUSTENTABILIDADE
- GOVERNAÇÃO E CONTROLO INTERNO
- PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
- REFERÊNCIAS FINAIS
- INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

| Casos de violação da privacidade do Cliente | | |
|--|-------------|-------------|
| | 2023 | 2024 |
| Outros | 8 | 6 |
| Total | 38 | 27 |

- INTRODUÇÃO
- QUEM SOMOS
- A NOSSA ESTRATÉGIA
- O NOSSO DESEMPENHO
- SUSTENTABILIDADE
- GOVERNANÇA E CONTROLO INTERNO
- PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
- RELAÇÕES FINAIS
- INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS



PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Proposta de aplicação dos resultados de 2023

Considerando que:

- a) No exercício de 2023, o Banco BPI, S.A. (doravante Banco BPI) apurou, nas suas contas consolidadas, um lucro de 523 972 993 euros e, nas suas contas individuais, um lucro de 574 435 112 euros;
- b) De acordo com o previsto no art.º 25 dos Estatutos do Banco BPI, os lucros líquidos apurados em cada exercício deverão ser aplicados, designadamente, na afetação da percentagem que a lei manda obrigatoriamente afetar a Reserva Legal, no pagamento do dividendo prioritário de ações preferenciais que porventura hajam sido emitidas e, a parte restante, nos termos em que a Assembleia Geral, livremente, sem sujeição a qualquer distribuição obrigatória, determinar, podendo essa aplicação consistir na afetação dos lucros em causa a reservas, na sua distribuição como dividendos, na sua afetação a outras aplicações específicas do interesse da Sociedade ou qualquer combinação destas finalidades;
- c) A Política de Dividendos a Longo Prazo do Banco BPI (Política), aprovada pelo acionista único CaixaBank, S.A., prevê, como princípio geral, a *"Distribuição de um dividendo anual do exercício, mediante proposta a submeter pelo Conselho de Administração à Assembleia Geral, equivalente a 65% do lucro líquido apurado nas contas individuais em Portugal do exercício a que se reporta acrescido de 100% dos dividendos recebidos das participações financeiras detidas pelo BPI em Angola e Moçambique devendo o montante concreto a propor ser definido à luz de um juízo prudente que tenha em conta, face à situação concreta em que o Banco se encontre, a satisfação permanente de níveis adequados de liquidez e solvabilidade."*;
- d) A Política prevê expressamente a possibilidade de o Conselho de Administração propor à Assembleia Geral uma distribuição diversa dos patamares anteriormente referidos, sempre que, no seu juízo fundamentado, se verifiquem circunstâncias excecionais que o justifiquem. Com efeito o ponto 2 da Política refere: *"2. O princípio de distribuição consagrado no ponto anterior (1) fica condicionado: (...) À inexistência de circunstâncias que justifiquem, no juízo fundamentado do Conselho de Administração, submeter à deliberação do Acionista a distribuição de um dividendo de valor diferente daquele resultante da aplicação da regra referida no ponto 1"*;
- e) O Banco BPI registou um crescimento expressivo de 72% face a 2022 dos resultados individuais, tendo o contributo da atividade em Portugal para o resultado consolidado aumentado 86% e a rentabilidade recorrente dos capitais próprios tangíveis atingido 16.0% em Portugal;
- f) O BPI apresenta a 31 de dezembro de 2023, já considerando a distribuição de resultados abaixo proposta, a seguinte situação de capital consolidado:
 - i) Rácio CET1 de 14.1%, Tier1 de 15.5% e rácio Total de 17.9%;
 - ii) Uma Almofada de Valor Máximo Distribuível (buffer MDA – Maximum Distributable Amount) de 5.0%;
- g) As atuais projeções para 2024/2027, que incorporam uma distribuição de resultados de 2023 de acordo com

REFERÊNCIAS FINAIS

Referências Finais

INTRODUÇÃO
 QUEM SOMOS
 A NOSSA ESTRATÉGIA
 O NOSSO DESEMPENHO
 SUSTENTABILIDADE
 GOVERNAÇÃO E CONTROLO INTERNO
 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
 REFERÊNCIAS FINAIS
 INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

Os Administradores cooptados Dra. Ana Rosas Oliveira e o Dr. Afonso Eça iniciaram funções, enquanto vogais executivos do Conselho de Administração, em 30 de julho de 2024, na sequência da aprovação pelo Supervisor do respetivo processo de Fit and Proper.

A Administradora cooptada Dra. Inês Valadas iniciou funções, enquanto vogal não executivo do Conselho de Administração, membro da Comissão de Riscos e membro da Comissão de

.... dede 2025

O Conselho de Administração

Fernando Ulrich (Presidente)

Cristina Rios Amorim(Vice-Presidente)

Auditoria, em 17 de setembro de 2024, na sequência da aprovação pelo Supervisor do respetivo processo de Fit and Proper.

A nomeação da Dra. Inês Valadas resultou do pedido de renúncia apresentado pela Dra. Sandra Santos, a quem o Conselho agradece e reconhece o valioso contributo prestado.

O Conselho de Administração agradece, ainda, o apoio empenhado do acionista e a dedicação profissional

António Lobo Xavier

Afonso Fuzeta Eça

Ana Rosas Oliveira

António Lobo Xavier

Diogo Sousa Louro

Fátima Barros

Francisco Artur Matos

e competente dos Colaboradores, decisivos para atingir os objetivos e resultados atingidos em 2024. Fundamental foi igualmente a confiança dos Clientes, que conferiram ao Banco, uma vez mais, a capacidade de fazer crescer a suas quotas de mercado e conquistar importantes distinções nacionais e internacionais.

O Conselho regista finalmente, com muito apreço, a cooperação das Autoridades, no âmbito das respetivas atribuições.

Gonzalo Gortázar Rotaeché

Inês Valadas

Javier Pano Riera

Joana Freitas

João Pedro Oliveira e Costa

Natividad Capella

Susana Trigo Cabral



INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

Adoção de recomendações do FSB e CEBS

Relativas à transparência da informação e valorização de ativos

O Banco de Portugal, através da carta circular 97 / 08 / DSBDR de 3 dez. 2008 e 58 / 09 / DSBDR de 5 ago. 2009, veio recomendar que nos documentos de prestação de contas seja elaborado um capítulo autónomo ou anexo específico ao Relatório e Contas, destinado a dar resposta às recomendações do Financial Stability Board (FSB) e do Committee of European Banking Supervisors (CEBS), tendo em conta o princípio da proporcionalidade e seguindo o questionário apresentado em anexo à carta circular 46 / 08 / DSBDR do Banco de Portugal. De forma a dar cumprimento à recomendação do Banco de Portugal, no presente capítulo dá-se resposta ao referido questionário utilizando remissões para a informação pormenorizada apresentada no Relatório e Contas de 2024.

| Síntese da recomendação | Remissões para o Relatório e Contas de 2024 |
|--|---|
| I. Modelo de Negócio | |
| 1. Descrição do modelo de negócio | RG – Modelo de Negócio, pág.13; NDF – 1.1. Grupo Financeiro , pág. 233; 6. Segmentos, pág. 310. |
| 2. Descrição das estratégias e objetivos | RG – Mensagem do Presidente do CA, pág. 2; Mensagem do Presidente da CECA, pág. 3; Plano Estratégico 2022-2024, pág. 34; Plano Diretor de Sustentabilidade, pág. 35; Resultados Financeiros, pág. 56; Gestão dos Riscos, pág. 123; NDF – 3. Gestão dos riscos pág. 259. |
| 3. Descrição da importância das atividades desenvolvidas e respetiva contribuição para o negócio | RG – Banca de Particulares, Negócios, Premier e inContact, pág. 43; Banca de Empresas e Institucionais, pág. 47; Private & Wealth, pág. 56; Resultados Financeiros, pág. 57; NDF – 6. Segmentos, pág. 310. |
| 4. Descrição do tipo de atividades desenvolvidas | RG – Banca de Particulares, Negócios, Premier e inContact, pág. 43; Banca de Empresas e Institucionais, pág. 47; Private & Wealth, pág. 56; Enquadramento 2024, pág. 39; Resultados Financeiros, pág. 57; Gestão dos Riscos, pág. 237; NDF – 3. Gestão do risco pág. 259; 6. Segmentos, pág. 310. |
| 5. Descrição do objetivo e da amplitude do envolvimento da instituição, relativamente a cada atividade desenvolvida | |
| II. Riscos E Gestão Dos Riscos | |
| 6. Descrição da natureza e amplitude dos riscos | RG – Resultados Financeiros, pág. 57; Gestão dos Riscos, pág. 237; NDF – 2.7. Imparidade de ativos financeiros, pág. 247; 3. Gestão do risco pág. 259; Ativos financeiros, notas 9 a 13, pág. 319; 37. Informação sobre o justo valor, pág. 371. |
| 7. Descrição das práticas de gestão de risco relevantes para as atividades | RG – Gestão dos Riscos, pág. 237; NDF – 2.7. Imparidade de ativos financeiros, pág. 247; 2.8. Operações de refinanciamento e reestruturação, pág. 250; 3. Gestão do risco pág. 259 e Ativos financeiros, notas 9 a 13, pág. 319; RGov – Relatório sobre o Governo da Sociedade, pág. 435. |
| III. Impacto do Período de Turbulência Financeira nos Resultados | |
| 8. Descrição qualitativa e quantitativa dos resultados | RG – Resultados Financeiros, pág. 57; NDF – 6. Segmentos, pág. 310; Detalhe das rubricas de resultados, notas 26 a 36, pág. 364. |
| 9. Decomposição dos “write-downs” / perdas por tipos de produtos e instrumentos afetados pelo período de turbulência | RG – Resultados Financeiros, pág. 57; NDF – 3. Gestão do risco pág. 259; Ativos financeiros, notas 9 a 12, pág. 319; 29. Ganhos ou perdas com ativos e passivos financeiros, pág. 366; 33. Imparidades dos ativos financeiros não mensurados pelo justo valor através de resultados, pág. 369. |

| Síntese da recomendação | Remissões para o Relatório e Contas de 2024 |
|---|---|
| 10. Descrição dos motivos e fatores responsáveis pelo impacto sofrido | RG – <i>Resultados Financeiros</i> , pág. 57; <i>Enquadramento 2023</i> , pág. 41; NDF – 3. <i>Gestão do risco</i> pág. 259. |
| 11. Comparação de i) impactos entre períodos (relevantes) e de ii) demonstrações financeiras antes e depois do impacto do período de turbulência | RG – <i>Resultados Financeiros</i> , pág. 57; NDF – 6. <i>Segmentos</i> , pág. 310; <i>Detalhe das rubricas de resultados</i> , notas 26 a 36, pág. 364. |
| 12. Decomposição dos “write-downs” entre montantes realizados e não realizados | RG – <i>Resultados Financeiros</i> , pág. 57; NDF – Ativos financeiros, notas 9 a 12 pág. 319; 23. <i>Capitais próprios</i> , pág. 354; 29. <i>Ganhos ou perdas com ativos e passivos financeiros</i> , pág. 366. |
| 13. Descrição da influência da turbulência financeira na evolução da cotação das ações do BPI | O BPI não tem ações admitidas à negociação em mercado regulamentado. Desde final de 2018, o CaixaBank detém a totalidade do capital social do BPI. |
| 14. Divulgação do risco de perda máxima | RG – <i>Resultados Financeiros</i> , pág. 57; NDF – 3. <i>Gestão do risco</i> pág. 259. |
| 15. Divulgação do impacto que a evolução dos “spreads” associados às responsabilidades da própria instituição teve em resultados | RG – <i>Resultados Financeiros</i> , pág. 57; NDF – 26. <i>Margem financeira</i> , pág. 364. O Banco não procedeu à reavaliação dos seus passivos. |
| IV. Níveis e Tipos das Exposições Afetadas pelo Período de Turbulência | |
| 16. Valor nominal (ou custo amortizado) e justo valor das exposições | NDF – <i>Ativos financeiros</i> , notas 9 a 12, pág. 319; 3. <i>Gestão do risco</i> pág. 259; 37. <i>Informação sobre o justo valor</i> , pág. 371. |
| 17. Informação sobre mitigantes do risco de crédito e o respetivo efeito nas exposições existentes | RG – <i>Resultados Financeiros</i> , pág. 57; NDF – 3.4.1. <i>Risco de crédito</i> , pág. 267; 13. <i>Derivados – contabilidade de cobertura</i> , pág. 329. |
| 18. Divulgação detalhada sobre as exposições | RG – <i>Resultados Financeiros</i> , pág. 57; <i>Gestão dos Riscos</i> , pág. 123; NDF – 3. <i>Gestão do risco</i> pág. 259; <i>Ativos financeiros</i> , notas 9 a 13, pág. 319; 37. <i>Informação sobre o justo valor</i> , pág. 371. |
| 19. Movimentos ocorridos nas exposições entre períodos relevantes de reporte e as razões subjacentes a essas variações (vendas, “write-downs”, compras, etc.) | RG – <i>Resultados Financeiros</i> , pág. 57; NDF – 3. <i>Gestão do risco</i> pág. 259; <i>Ativos financeiros</i> , notas 9 a 13, pág. 319. |
| 20. Explicações acerca das exposições que não tenham sido consolidadas (ou que tenham sido reconhecidas durante a crise) e as razões associadas | <i>O BPI consolida todas as exposições em que detém controlo ou influência significativa, conforme previsto no IFRS 10, 11, IAS 28, IFRS 3 e IFRS 5. Não foram efetuadas alterações no perímetro de consolidação do BPI decorrentes do período de turbulência nos mercados financeiros.</i> |
| 21. Exposição a seguradoras de tipo “monoline” e qualidade dos ativos segurados | <i>A 31 de dezembro de 2023, o BPI não tinha exposição a seguradoras monoline.</i> |
| V. Políticas Contabilísticas e Métodos de Valorização | |
| 22. Classificação das transações e dos produtos estruturados para efeitos contabilísticos e o respetivo tratamento contabilístico | NDF – 2. <i>Políticas contabilísticas</i> , pág. 239; <i>Ativos Financeiros</i> , notas 9 a 13, pág. 319; 19. <i>Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado</i> , pág. 338; 37. <i>Informação sobre o justo valor</i> , pág. 371. |
| 23. Consolidação das Special Purpose Entities (SPE) e de outros “veículos” e reconciliação destes com os produtos estruturados afetados pelo período de turbulência | Em 31 de dezembro 2023 o BPI não tem exposição. |
| 24. Divulgação detalhada do justo valor dos instrumentos financeiros | NDF – <i>Ativos Financeiros pelo justo valor</i> , notas 9 a 11 e nota 13, pág. 319; 37. <i>Informação sobre o justo valor</i> , pág. 371. |

INTRODUÇÃO
QUEM SOMOS
A NOSSA ESTRATÉGIA
O NOSSO DESEMPENHO
SUSTENTABILIDADE
GOVERNAÇÃO E CONTROLO INTERNO
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
REFERÊNCIAS FINAIS
INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

| Síntese da recomendação | Remissões para o Relatório e Contas de 2024 |
|--|--|
| 25. Descrição das técnicas de modelização utilizadas para a valorização dos instrumentos financeiros | NDF – 2. Políticas contabilísticas, pág. 239; 3. Gestão do risco pág. 259; Ativos Financeiros pelo justo valor, notas 9 a 11, pág. 319; 37. Informação sobre o justo valor, pág. 371. |
| VI. Outros Aspetos Relevantes na Divulgação | |
| 26. Descrição das políticas de divulgação e dos princípios que são utilizados no reporte financeiro | RGov – Relatório sobre o Governo da Sociedade, pág. 435. |

RG – Relatório de gestão; **NDF** – Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas; **RGov** – Relatório sobre o Governo da Sociedade

Indicadores alternativos de desempenho

A Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados (European Securities and Markets Authority ou ESMA) publicou a 5 de outubro de 2015 um conjunto de orientações relativas à divulgação de Indicadores Alternativos de Desempenho (Medidas Alternativas de Desempenho – MAD) pelos emitentes (ESMA/2015/1415). Estas orientações são de aplicação obrigatória pelos emitentes a partir de 3 de julho de 2016.

O BPI utiliza um conjunto de indicadores na análise do desempenho e posição financeira, os quais são classificados como Indicadores Alternativos de Desempenho, de acordo com as Orientações da ESMA acima mencionadas.

A informação relativa a esses indicadores foi já anteriormente objeto de divulgação, conforme requerido nas Orientações da ESMA.

No presente Relatório insere-se por remissão a informação previamente divulgada e apresenta-se uma lista resumida dos Indicadores Alternativos de Desempenho.

Unidades, sinais convencionais e abreviaturas

| | | | | | |
|-------------------|----------------------|------|-----------------------|------|---------------|
| €, Euros, EUR | Euros | p.p | Pontos percentuais | líq. | Líquido (a) |
| m.€, m. euros | Milhares de euros | Δ | Variação | vs. | Versus |
| M.€, M. euros | Milhões de euros | tvh | Variação homóloga | E | Estimativa |
| m.M.€, m.M. euros | Mil milhões de euros | n.d. | Dados não disponíveis | P | Previsão |
| Bi.€, Bi. Euros | Biliões de euros | 0, – | Nulo ou irrelevante | n.a. | Não aplicável |
| p.b. | Pontos base | s.s. | Sem significado | | |

Reconciliação da estrutura da conta de resultados da atividade em Portugal

O quadro seguinte apresenta, para a conta de resultados da atividade em Portugal, a reconciliação da estrutura apresentada no Relatório de Gestão com a estrutura apresentada nas demonstrações financeiras e respetivas notas. Valores em M.€

| No Relatório de Gestão | dez.23 | dez.23 | Nas Demonstrações Financeiras e respetivas notas |
|---|----------------|----------------|---|
| Margem financeira | 943 | 943 | Margem financeira |
| Rendimentos de instrumentos de capital | 2 | 2 | Receitas de dividendos |
| Resultados de empresas associadas (equivalência patrimonial) | 18,7 | 18,7 | Proporção dos lucros ou prejuízos (-) de investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas contabilizada pelo método da equivalência |
| Comissões líquidas | 291,4 | 320 | Receitas de taxas e comissões |
| Resultados em operações financeiras | 21,3 | -28,6 | Despesas de taxas e comissões |
| Rendimentos e encargos operacionais | -80 | -7,2 | Ganhos ou perdas com desreconhecimento de ativos e passivos financeiros não mensurados pelo justo valor através dos resultados, valor líquido |
| Produto bancário | 1 196,5 | 6,8 | Ganhos ou perdas com ativos e passivos financeiros detidos para negociação, valor líquido |
| Custos com pessoal | -238,4 | -0,4 | Ganhos ou perdas com ativos financeiros não negociáveis obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados, valor líquido |
| Gastos gerais administrativos | -169,5 | 9 | Ganhos ou perdas de contabilidade de cobertura, valor líquido |
| Depreciações e amortizações | -73,3 | 13,1 | Diferenças cambiais [ganhos ou perdas], valor líquido |
| Custos de estrutura | -562,2 | 18,3 | Outras receitas operacionais |
| Resultado operacional | 670,3 | -98,3 | Outras despesas operacionais |
| Imparidades de activos financeiros e outras imparidades e provisões | -54 | 1 196,5 | PRODUTO BANCÁRIO |
| Ganhos ou perdas com outros ativos | 7,3 | -283,4 | Despesas de pessoal |
| Resultados antes de impostos | 623,5 | -169,5 | Outras despesas administrativas |
| Impostos sobre lucros | -179,9 | -73,3 | Depreciação |
| Resultado líquido | 443,7 | -562,2 | Despesas administrativas e depreciação |
| | | 670,3 | |
| | | -2,4 | Provisões ou reversão de provisões |
| | | -51,6 | Imparidades ou reversão de imparidades de ativos financeiros não mensurados pelo justo valor através dos resultados |
| | | -1,6 | Imparidades ou reversão de imparidades (-) de investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas |
| | | 0 | Imparidades ou reversão de imparidades de ativos não-financeiros |
| | | 8,5 | Ganhos ou perdas (-) com desreconhecimento de investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, valor líquido |
| | | -1,4 | Ganhos ou perdas com o desreconhecimento de ativos não financeiros, valor líquido |
| | | 1,8 | Lucros ou prejuízos (-) comativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda não elegíveis como unidades operacionais descontinuadas |
| | | 623,5 | LUCROS OU PREJUÍZOS (-) DE UNIDADES OPERACIONAIS EM CONTINUAÇÃO ANTES DE IMPOSTOS |
| | | -179,9 | Despesas ou receitas com impostos relacionadas com os resultados de unidades operacionais em continuação |
| | | 443,7 | LUCROS OU PREJUÍZOS (-) DO EXERCÍCIO ATRIBUÍVEIS AOS PROPRIETÁRIOS DA EMPRESA-MÃE |

Indicadores de resultados, eficiência e rentabilidade

Definidos por referência à estrutura atrás referida da conta de resultados apresentada no Relatório de Gestão.

Produto bancário = Margem financeira + Rendimento de instrumentos de capital + Comissões líquidas + Resultados de empresas associadas (equivalência patrimonial) + Resultados em operações financeiras + Rendimentos e encargos operacionais

Produto bancário comercial = Margem financeira + Rendimento de instrumentos de capital + Comissões líquidas + Resultados de empresas associadas (equivalência patrimonial) excluindo contribuição de participações em bancos africanos

Custos de estrutura = Custos com pessoal + Gastos gerais administrativos + Depreciações e amortizações

Resultado operacional = Produto bancário - Custos de estrutura

Resultado antes de impostos = Resultado operacional - Imparidades de ativos financeiros e outras imparidades e provisões + Ganhos ou perdas em outros ativos

Rácio de eficiência (rácio cost-to-income) = (Custos de estrutura excluindo custos com reformas antecipadas e rescisões voluntárias e outros não recorrentes) / produto bancário²¹⁰⁵

Rácio de eficiência core (rácio cost-to-core income)⁶⁹ = [Custos de estrutura excluindo custos com reformas antecipadas e rescisões voluntárias e outros não recorrentes - Proveitos com a prestação de serviços ao Grupo CaixaBank (registado na rubrica Rendimentos e encargos operacionais)] / Produto bancário comercial

Rentabilidade dos capitais próprios (ROE)⁶⁹ = Resultado líquido no período, deduzido do custo com juros dos instrumentos de capital AT1 registados diretamente no capital próprio / Valor médio no período do capital próprio atribuível aos acionistas do BPI, excluindo instrumentos de capital AT1

Rentabilidade dos capitais próprios tangíveis (ROTE)⁶⁹ = Resultado líquido no período, deduzido do custo com juros dos instrumentos de capital AT1 registados diretamente no capital próprio / Valor médio no período do capital próprio atribuível aos acionistas do BPI (excluindo instrumentos de capital AT1) após dedução do valor líquido dos ativos intangíveis e goodwill de participações

Rentabilidade do ativo total (ROA)⁶⁹ = (Resultado líquido atribuível aos acionistas do BPI + Resultado atribuível a interesses que não controlam - dividendos de ações preferenciais) / Valor médio no período do ativo total líquido

Margem unitária de intermediação = Taxa de juro média da carteira de crédito, excluindo crédito a Colaboradores - Taxa de juro média dos depósitos

Indicadores de balanço e financiamento

Recursos de Clientes no balanço = Depósitos

Recursos de Clientes fora do balanço = Fundos de investimento + Seguros de capitalização + Fundos de pensões + Ofertas públicas de subscrição

- Fundos de investimento = Fundos de investimento mobiliário + Fundos de investimentos imobiliário + Planos poupança reforma e poupança ações (PPR e PPA) + Hedge funds + Ativos dos fundos sob gestão da BPI Suisse + Fundos de investimento de terceiros colocados em Clientes
- Seguros de capitalização = Seguros de capitalização de terceiros colocados em Clientes
- Fundos de pensões = fundos de pensões sob gestão do BPI (inclui fundos de pensões do BPI)¹⁰⁶

¹⁰⁵ Indicador calculado para os últimos 12 meses, exceto quando indicado de outra forma. Pode ser calculado para o período acumulado desde início do ano, em termos anualizados.

¹⁰⁶ Valores deduzidos de unidades de participação nas carteiras dos bancos do Grupo e de aplicações dos produtos fora do balanço (fundos de investimento e fundos de pensões) noutros produtos fora do balanço.

Indicadores de balanço e financiamento (continuação)

- Ofertas públicas de subscrição = Aplicações de Clientes em ofertas públicas de subscrição de terceiros

Recursos totais de Clientes = Recursos de Clientes no balanço + Recursos de Clientes fora do balanço

Crédito a Clientes bruto = Empréstimos e adiantamentos a Clientes, bruto (ativos financeiros ao custo amortizado), excluindo outros ativos (contas caução e outros) e reverse repos + Instrumentos de dívida de Clientes, bruto (ativos financeiros ao custo amortizado)

Nota: saldo bruto = saldo produtivo + crédito vencido + juros a receber

Crédito a Clientes líquido de imparidades = Crédito a Clientes bruto - Imparidades para crédito a Clientes

Rácio de transformação de depósitos em crédito (critérios do CaixaBank) = (Crédito a Clientes líquido de imparidades - financiamentos obtidos junto do BEI, os quais se destinam à concessão de crédito) / Depósitos e obrigações de retalho

Indicadores de qualidade dos ativos

Imparidades e provisões para crédito e garantias (na conta de resultados) = Imparidades ou reversão de imparidades de ativos financeiros não mensurados pelo justo valor através dos resultados relativos a empréstimos e adiantamentos a Clientes e instrumentos de dívida de Clientes (ativos financeiros pelo custo amortizado), antes de deduzir as recuperações de crédito anteriormente abatido ao ativo, juros e outros + Provisões ou reversão de provisões para compromissos e garantias concedidos

Custo do risco de crédito = Imparidades e provisões para crédito e garantias (na conta de resultados) - Recuperações de crédito anteriormente abatido ao ativo, juros e outros (na conta de resultados)

Custo do risco de crédito em % da carteira de crédito = [Imparidades e provisões para crédito e garantias (na conta de resultados) - Recuperações de crédito anteriormente abatido ao ativo, juros e outros (na conta de resultados)] / Valor médio no período da carteira de crédito bruto e garantias¹⁰⁷

Crédito produtivo = crédito a Clientes bruto - (crédito e juros vencidos + juros a receber e outros)

Rácios NPE e NPL = Rácios de *non-performing exposures* (NPE) e Rácio de *non-performing loans* (NPL) de acordo com os critérios da EBA (perímetro prudencial)

Rácio de crédito duvidoso (critério do Banco de Espanha) = Crédito duvidoso (critério do Banco de Espanha) / (Carteira de crédito bruta + garantias)

Cobertura por imparidades (de NPE ou NPL ou crédito duvidoso) = [Imparidades para empréstimos e adiantamentos a Clientes (ativos financeiros ao custo amortizado) + Imparidades para instrumentos de dívida de Clientes (ativos financeiros ao custo amortizado) + Imparidades e provisões para garantias e compromissos assumidos] / (NPE ou NPL ou crédito duvidoso, consoante o caso)

Cobertura por imparidades e colaterais associados (de NPE ou NPL ou crédito duvidoso) = [Imparidades para empréstimos e adiantamentos a Clientes (ativos financeiros ao custo amortizado) + Imparidades para instrumentos de dívida de Clientes (ativos financeiros ao custo amortizado) + Imparidades e provisões para garantias e compromissos assumidos + Colaterais associados ao crédito não produtivo (NPE ou NPL ou crédito duvidoso)] / (NPE ou NPL ou crédito duvidoso, consoante o caso)

Cobertura por imparidades dos imóveis recebidos por recuperação de crédito = Imparidades para imóveis recebidos por recuperação de crédito / Valor bruto dos imóveis recebidos por recuperação de crédito

¹⁰⁷ Indicador calculado para os últimos 12 meses, exceto quando indicado de outra forma. Pode ser calculado para o período acumulado desde início do ano, em termos anualizados.

Standards e compromissos

Modelo de divulgação de informação não financeira da CMVM

INTRODUÇÃO
 QUEM SOMOS
 A NOSSA ESTRATÉGIA
 O NOSSO DESEMPENHO
 SUSTENTABILIDADE
 GOVERNAÇÃO E CONTROLO INTERNO
 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
 REFERÊNCIAS FINAIS
 INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

| PARTE I - INFORMAÇÃO SOBRE AS POLÍTICAS ADOTADAS | Relatório de Gestão 2024 |
|---|--|
| A. Introdução | Sobre o Relatório Plano Diretor de Sustentabilidade 22-24 Plano de Banca Sustentável 25-27 SBM-1 — Estratégia, modelo de negócio e cadeia de valor |
| B. Modelo Empresarial | Modelo de negócio SBM-1 — Estratégia, modelo de negócio e cadeia de valor Dupla materialidade |
| C. Principais fatores de risco | GOV-1 — Papel dos órgãos de administração, de direção e de supervisão SBM-3 — Impactos, riscos e oportunidades materiais e sua interação com a estratégia e o modelo de negócio |
| D. Políticas implementadas | - |
| i. Políticas Ambientais | Capital Natural Capital Humano |
| ii. Políticas Sociais e Fiscais | Capital Social Contribuição tributária e para o PIB |
| iii. Trabalhadores e igualdade entre género e não discriminação | S1 - Própria mão de obra Capital Humano S1 - Própria mão de obra |
| iv. Direitos Humanos | Capital Humano S1 - Própria mão de obra |
| v. Combate à corrupção e às tentativas de suborno | S1 - Própria mão de obra G1 - Conduta Empresarial |

INTRODUÇÃO
QUEM SOMOS
A NOSSA ESTRATÉGIA
O NOSSO DESEMPENHO
SUSTENTABILIDADE
GOVERNAÇÃO E CONTROLO INTERNO
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
REFERÊNCIAS FINAIS
INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

| | |
|---|--|
| PARTE II - INFORMAÇÃO SOBRE OS <i>STANDARDS</i> / DIRETRIZES SEGUIDOS | Relatório de Gestão 2024 |
| 1. Identificação de <i>standards</i> /diretrizes seguidos no reporte de informação não financeira | Sobre o Relatório |
| 2. Identificação do âmbito e metodologia de cálculo dos indicadores | BP-2 — Divulgações em relação a circunstâncias específicas |

Integrated Reporting

Este relatório foi preparado com base na International Integrated Reporting <IR> Framework. Este framework é constituído por sete princípios orientadores e oito elementos de conteúdo, os quais são apresentados de seguida.

- INTRODUÇÃO
- QUEM SOMOS
- A NOSSA ESTRATÉGIA
- O NOSSO DESEMPENHO
- SUSTENTABILIDADE
- GOVERNAÇÃO E CONTROLO INTERNO
- PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
- REFERÊNCIAS FINAIS
- INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

| Princípios / A Nossa Abordagem | Relatório de Gestão 2024 |
|---|--|
| FOCO ESTRATÉGICO E ORIENTAÇÃO FUTURA | |
| Este relatório foi estruturado com base na estratégia e na capacidade do Banco para criar valor no curto, médio e longo prazo, tendo em consideração o impacto dos seis capitais do <i>Integrated Reporting</i> . | Modelo de Criação de Valor, pág. 12; Plano Estratégico 2022-2024, pág. 34; Plano Estratégico 2025-2027, pág. 36 |
| CONETIVIDADE DA INFORMAÇÃO | |
| Este relatório apresenta de forma clara a relação entre as linhas estratégicas do Banco e o seu negócio, cobrindo vertentes como estratégia, riscos, Sustentabilidade e ambiente operacional. | Modelo de Criação de Valor, pág. 12; Plano Estratégico 2022-2024, pág. 34; Plano Estratégico 2025-2027, pág. 36 Gestão dos Riscos, pág. 237 |
| RELAÇÃO COM AS PARTES INTERESSADAS | |
| Este relatório identifica as principais partes interessadas do BPI, a forma como o Banco responde às suas necessidades e interesses (através da identificação dos tópicos mais relevantes para cada grupo de partes interessadas), assim como a natureza da relação do Banco com as suas partes interessadas (através dos diversos canais de comunicação adaptados às necessidades de cada grupo). | SBM-2 - Interesses e pontos de vista das partes interessadas, pág. 120 |
| MATERIALIDADE | |
| Este relatório identifica as áreas que têm o maior impacto para o BPI e para as suas partes interessadas. Para tal, é desenvolvida todos os anos uma matriz de materialidade, dividida por área temática. | SBM-3 — Impactos, riscos e oportunidades materiais e sua interação com a estratégia e o modelo de negócio, pág. 123 IRO-1 — Descrição do processo de identificação e avaliação dos impactos, riscos e oportunidades materiais, pág. 127 |
| CONCISÃO | |
| Este é o relatório do Banco que agrega a demonstração não financeira, o que lhe permite fornecer informação suficiente e concisa para que as partes interessadas formem opiniões e tomem decisões. | Sobre este Relatório, pág. 1 |
| FIABILIDADE E INTEGRIDADE | |
| A preparação e divulgação do Relatório e Contas do BPI é regulada por um normativo interno específico, que é parte integrante da Política de Gestão do Risco de Fiabilidade da Informação, à qual está igualmente vinculado. O Relatório de Gestão é sujeito a análises e revisões internas e estão instituídos controlos internos para obter uma razoável segurança quanto à idoneidade, qualidade e fiabilidade da informação. O auditor externo verifica a concordância da informação financeira com as demonstrações financeiras. O Relatório e Contas é sujeito à apreciação prévia pelos órgãos de gestão e fiscalização do Banco, antes da aprovação pelo seu Acionista. | Sobre este Relatório, pág. 1 GOV-5 — Gestão de riscos e controlos internos do relato de sustentabilidade, pág. 111 |
| CONSISTÊNCIA E COMPARABILIDADE | |
| É expectativa do BPI continuar a seguir esta estrutura nos próximos Relatórios e Contas. Procurará assegurar-se a consistência e comparabilidade com a informação reportada anteriormente e sempre que ocorram alterações de critérios / metodologias e outras que afetem de forma material a comparabilidade, será dada nota. | Sobre este Relatório, pág. 1 |

Princípios do UN Global Compact

INTRODUÇÃO
 QUEM SOMOS
 A NOSSA ESTRATÉGIA
 O NOSSO DESEMPENHO
 SUSTENTABILIDADE
 GOVERNAÇÃO E CONTROLO INTERNO
 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
 REFERÊNCIAS FINAIS
 INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

| Dimensão | Princípio | Relatório de Gestão 2024 |
|---------------------|---|---|
| Direitos Humanos | 1. As empresas devem apoiar e respeitar a proteção dos direitos humanos reconhecidos internacionalmente | Gestão dos riscos e impactos ESG, pág. 25; Capital Humano, pág. ##; G1-4 — Incidentes de corrupção ou suborno, pág. 214; S1 — Própria mão de obra, pág. ##; Quadros Normativos, pág. 234. |
| | 2. Garantir a não participação em violações dos direitos humanos | Capital Humano, pág. ##; S1 — Própria mão de obra, pág. ##; G1 - Conduta Empresarial, pág. 210 Quadros Normativos, pág. 234. |
| Práticas Laborais | 3. As empresas devem apoiar a liberdade de associação e o reconhecimento efetivo à negociação coletiva | Capital Humano, pág. ##; S1 — Própria mão de obra, pág. ##; |
| | 4. Abolição de todas as formas de trabalho forçado e obrigatório | Gestão dos riscos e impactos ESG, pág. 25; S1 — Própria mão de obra, pág. ##; Quadros Normativos, pág. 234. |
| | 5. Abolição efetiva do trabalho infantil | Gestão dos riscos e impactos ESG, pág. 25; S1 — Própria mão de obra, pág. ##; Quadros Normativos, pág. 234. |
| | 6. Eliminação da discriminação no trabalho | Gestão dos riscos e impactos ESG, pág. 25; S1 — Própria mão de obra, pág. ##; Quadros Normativos, pág. 234. |
| Proteção Ambiental | 7. As empresas devem apoiar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais | Valor Sustentável, pág. 20; E1 - Alterações Climáticas, pág. 165; Capital Natural, pág. 80. |
| | 8. Realizar iniciativas para promover a responsabilidade ambiental | E1 - Alterações Climáticas, pág. 165; Capital Natural, pág. 80. |
| | 9. Encorajar o desenvolvimento e a difusão de tecnologias amigas do ambiente | E1 - Alterações Climáticas, pág. 165; Capital Natural, pág. 80. |
| Combate à Corrupção | 10. As empresas devem combater a corrupção em todas as suas formas, incluindo extorsão e suborno | G1 - Conduta Empresarial, pág. 210; Quadros Normativos, pág. 234. |

Princípios para a Banca Responsável (PRB)

INTRODUÇÃO
 QUEM SOMOS
 A NOSSA ESTRATÉGIA
 O NOSSO DESEMPENHO
 SUSTENTABILIDADE
 GOVERNAÇÃO E CONTROLO INTERNO
 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
 REFERÊNCIAS FINAIS
 INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

Princípio 1: Alinhamento

O Banco BPI, sendo 100% detido pelo Grupo CaixaBank desde 2018, tem como principais atividades prestação de serviços financeiros no âmbito da banca de empresas e de retalho. O BPI serve três segmentos: i) Particulares, Empresários e Negócio; ii) Empresas e Institucionais, e iii) *Private* e *Wealth*.

Sob o lema “Crescer Mais. Crescer Melhor”, o BPI alia a orientação para a qualidade de serviço e crescimento do negócio com o compromisso com a sustentabilidade no seu plano estratégico 2022-2024 com a ambição de “Ser uma Referência na Banca Sustentável”. Nesse sentido, em 2022 foi criado o Plano Diretor de Sustentabilidade com três pilares: Apoiar a transição sustentável das empresas e da sociedade; Liderar em impacto social e promover a inclusão social; e Liderar nas melhores práticas de governação.

Em 2024, foi realizada a revisão estratégica para o novo ciclo 2025-2027, tendo desta revisão resultado o Plano para a Banca Responsável (PBS), e que integra dois pilares: promover uma economia e mais sustentável e apoiar o desenvolvimento económico e social.

A abordagem do BPI à sustentabilidade está, assim, integrada na estratégia de negócio e alinhada com sete Objetivos do Desenvolvimento Sustentável identificados como prioritários, nomeadamente o ODS 1, 5, 8, 10, 13, 16 e 17. No decorrer do próximo ano proceder-se-á à revisão dos ODS prioritários em linha com o novo ciclo estratégico.

A atuação do Banco em matéria de sustentabilidade assenta também em compromissos, alianças e adesões das quais se destacam *UN Global Compact*, os *Principles for Responsible Banking* (PRB) e o *Business Council for Sustainable Development* (BCSD). O BPI está igualmente comprometido com o *Net-Zero Banking Alliance* (NZBA) no contexto da adesão do Caixabank.

Princípio 2: Impacto & Definição de Metas

Em 2024, o Banco BPI realizou o exercício de análise de dupla materialidade através do qual foi avaliada uma seleção de temas de sustentabilidade e correspondentes Impactos, Riscos e Oportunidades (IROs), tanto na perspetiva de materialidade de impacto como financeira. Foram envolvidos, neste exercício, um conjunto alargado de *stakeholders* que contribuíram para a avaliação dos IROs e conseqüente identificação dos temas materiais. Os resultados desta análise evidenciam o impacto que o Banco tem na promoção de uma economia mais sustentável, com subtemas como Oferta de Produtos e Serviços ESG, Descarbonização da sua Carteira de Financiamento, Neutralidade de Carbono Operativa e Eficiência Energética, Promoção do Emprego de Qualidade e Desenvolvimento Profissional e Promoção da Ética e Integridade identificados como materiais, entre outros.

Relatório de Gestão 2024

- > Quem Somos
 - > Identidade
 - > Modelo de Criação de Valor
 - > Modelo de Negócio
 - > Oferta de produtos e serviços
 - > Valor Sustentável
 - > Financiamento Sustentável
 - > Investimento Sustentável
 - > Gestão de Riscos e Impactos ESG
 - > Adesões, Alianças e Parcerias
 - > Compromisso com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
- > A nossa Estratégia
 - > Plano Estratégico 2022-2024
 - > Plano Diretor de Sustentabilidade
 - > Plano Estratégico 2025-2027
 - > Plano de Banca Sustentável
- > Demonstrações de Sustentabilidade
 - > Informações Gerais
 - > ESRS 2 – Divulgações Gerais
 - > SBM-1

Relatório de Gestão 2024

- > Quem Somos
 - > Valor Sustentável
 - > Dupla Materialidade
- > A nossa Estratégia
 - > Plano Estratégico 2022-2024
 - > Plano Diretor de Sustentabilidade
 - > Plano Estratégico 2025-2027
 - > Plano de Banca Sustentável

Com efeito, a forma como o Banco produz impactos no ambiente e na sociedade é indireta, nomeadamente através do seu relacionamento com os clientes, pela forma como facilita ou restringe a sua atividade bem como pelos incentivos e desincentivos que apresenta.

Refira-se em particular, que — % do total de emissões corresponde a emissões financiadas, abrangendo Hipotecas Residencial e Comercial, Empréstimos para empresas, Financiamento de Projetos, Empréstimos para financiamento de veículos e Títulos de capital e dívidas. Neste contexto, e em linha com a adesão do CaixaBank ao NZBA, o BPI está comprometido em tornar-se net zero até 2050, tendo definido metas de descarbonização 2030 para os setores mais intensivos em carbono (Eletricidade, Petróleo & Gás, Carvão, Automóvel, Ferro & Aço, Imobiliário e Aviação). A exposição a empresas abrangidas pelas metas 2030 corresponde a 0% da exposição total do banco a empresas.

No âmbito do novo ciclo estratégico 2025-2027, o PBS, está alinhado com os resultados da análise de dupla materialidade e orientado para o impacto, colocando o negócio no centro, como facilitador da transição ecológica², e do desenvolvimento económico e social.

Neste contexto, o BPI traçou o objetivo de mobilizar 4.4 m.M.€ em financiamento sustentável para particulares e empresas até 2027, uma meta que também deverá contribuir para diminuir as emissões da carteira financiada. É ainda objetivo do Banco desenvolver ações junto de clientes incluídos no perímetro NZBA tendo em vista compreender melhor os seus planos de descarbonização e apresentar as suas expectativas. Decorrente do pilar “Apoiar o Desenvolvimento Económico e Social” do PBS, o BPI vai, ainda, monitorizar o impacto do financiamento com características de microcrédito.

Na perspetiva de investimento, o BPI considera os Principais Impactos Negativos (PINS) dos seus investimentos nos fatores de Sustentabilidade, tanto a nível ambiental, social como de governance. Neste sentido, o Banco tem estabelecidos processos de diligência devida para identificar, prevenir, mitigar e explicar como se abordam estes impactos. As medidas resultantes podem resultar no não investimento, desinvestimento, redução da exposição ou colocação em observação.

No que diz respeito ao progresso feito relativamente ao Plano Diretor de Sustentabilidade, com término em 2024, o Banco BPI concretizou (e excedeu) a meta definida relativa ao negócio sustentável, mobilizando 6 187 M.€ face ao objetivo de 4 000 M.€.

- > O Nosso Desempenho
 - > Capital Natural
 - > Promover uma economia mais sustentável
 - > Impulsionar a descarbonização

- > Demonstrações de Sustentabilidade
 - > Informações Gerais
 - > ESRS 2 – Divulgações Gerais
 - > SBM-1
 - > SBM-2
 - > SBM-3
 - > IRO-1

- > Informações Ambientais
 - > ESRS E1-Alterações Climáticas
 - > IRO-1
 - > E1-3
 - > E1-4

- > Entity Specific 2: Financiamento Sustentavel

> Declaração relativa aos Principais Impactos Negativos das decisões de investimento sobre os fatores de sustentabilidade.

- > Relativa à atividade de gestão de carteiras

- > Relativa à atividade de aconselhamento em matéria de seguros

- > Relativa à atividade de consultoria para investimento

Princípio 3: Clientes & Consumidores

Conforme referido, os principais impactos produzidos no ambiente e sociedade são efetuados indiretamente, através da atividade dos seus clientes. Assim, no contexto da atividade bancária o BPI procura i) maximizar impactos positivos, privilegiando operações que sejam percebidas como produzindo um impacto positivo no ambiente ou na sociedade, e ii) minimizar impactos negativos, condicionando as relações comerciais com clientes e finalidades de operações que sejam identificados como produzindo um impacto negativo no ambiente ou na sociedade.

Estes impactos positivos e negativos no ambiente e sociedade são também geridos tendo em consideração os riscos e oportunidades que lhes estão associados, em particular quanto ao risco de crédito e reputacional e ao potencial para atrair novos clientes e gerar novo negócio.

Assim, o BPI está empenhado em apoiar a transição sustentável e a descarbonização dos Clientes, tanto empresas como particulares, tendo, para o efeito, identificado setores empresariais com maior exposição a riscos climáticos e de transição. No sentido de promover esta transição, o Banco investe na capacitação da sua rede comercial e equipas especializadas para resposta às necessidades dos Clientes e fomentar a dinamização de produtos ESG. Em particular, para a Banca de Empresas, foram formados Pivots de Sustentabilidade capacitados para auxiliarem os restantes elementos dos centros em matéria ESG.

O envolvimento dos Clientes passa também pela dinamização de eventos focados nos temas estratégicos para o BPI, incluindo a Sustentabilidade, com destaque para o Acelerador de Sustentabilidade que tem o objetivo de apoiar o desenvolvimento de uma nova cultura de sustentabilidade e alavancar a utilização de fundos disponíveis para a transição sustentável através de sessões com empresas de diversos setores de atividade.

Por outro lado, tendo em vista a limitação de impactos negativos de forma horizontal, o BPI dispõe de uma Política de Gestão de Riscos ESG mediante a qual se reconhece que certos setores e atividades que os clientes desenvolvem podem ter impactos negativos no ambiente e sociedade e se definem condições para limitar / restringir as relações ou exposições a esses clientes e atividades.

O portfólio de produtos sustentáveis do Banco para empresas inclui obrigações verdes e ESG-linked, empréstimos verdes e ESG-linked, mas também instrumentos financeiros do Fundo Europeu de Investimento (FEI) e do Banco Europeu de Investimento (BEI). Para Particulares, a oferta contempla crédito pessoal para energias renováveis, crédito habitação com condições especiais mediante a classificação energética dos imóveis e depósito a prazo cujos fundos são alocados a operações que contribuam substancialmente para um objetivo ambiental e/ou operações verdes. O BPI disponibiliza ainda aos seus Clientes produtos de investimento que tomam em consideração os fatores ambientais e utilizando a terminologia do SFDR (art.8º e art.9º).

No negócio de Particulares, em 2024, o financiamento com critérios ambientais totalizou 365 M. € representando 19 % do volume de financiamento sustentável. Para estes resultados, contribuiu, essencialmente, o crédito habitação com certificados energéticos A+, A ou B. Para as Empresas, foram mobilizados 1 552 M.€ em grande parte para projetos de descarbonização e eficiência energética, representando cerca de 81 % do financiamento sustentável.

Relatório de Gestão 2024

- > Quem somos
 - > Valor Sustentável
 - > Financiamento Sustentável
 - > Investimento Sustentável
- > O Nosso Desempenho
 - > Capital Natural
 - > Promover uma economia mais sustentável
 - > Impulsionar a descarbonização
- > Demonstrações de Sustentabilidade
 - > Informações Gerais
 - > ESRS 2 - Divulgações Gerais
 - > SBM-2
 - > Informações Ambientais
 - > ESRS E1 - Alterações Climáticas
 - > E1-9
 - > Entity Specific 2: Financiamento Sustentável

- INTRODUÇÃO
- QUEM SOMOS
- A NOSSA ESTRATÉGIA
- O NOSSO DESEMPENHO
- SUSTENTABILIDADE
- GOVERNAÇÃO E CONTROLO INTERNO
- PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
- REFERÊNCIAS FINAIS
- INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

Princípio 4: Stakeholders

Relatório de Gestão 2024

O BPI assegura uma comunicação e diálogo permanente para dar resposta às necessidades das suas partes interessadas, definindo diversos mecanismos de envolvimento com cada um de forma a integrar os resultados apurados nos processos do Banco e na sua oferta. As principais partes interessadas identificadas são o Acionista, os Clientes, os Colaboradores, os Fornecedores e a Sociedade.

- > [Demonstrações de Sustentabilidade](#)
 - > [Informações Gerais](#)
 - > [ESRS 2 - Divulgações Gerais](#)
 - > [SBM-2](#)

Em 2024 foi realizado o exercício da dupla materialidade, de acordo com os requisitos da CSRD, que incluiu auscultação e envolvimento das partes interessadas com o objetivo de apoiar e informar o Banco neste processo. Após conclusão do exercício, os seus resultados, incluindo as perspetivas das partes interessadas auscultadas, foram partilhados com o Comité de Sustentabilidade, a Comissão de Riscos, a CECA e o Conselho de Administração.

Deste exercício, surgiram seis temas materiais que inspiram a atuação do Banco e que figuram no reporte de acordo com a nova legislação: Alterações Climáticas, Trabalhadores, Consumidores e Utilizadores Finais, Conduta Empresarial, Finanças Sustentáveis, e Cibersegurança e Segurança da Informação.

Princípio 5: Governo & Cultura

Relatório de Gestão 2024

O BPI dispõe de um modelo de governo específico para a sustentabilidade. Neste contexto, o Conselho de Administração é responsável por aprovar, supervisionar e avaliar periodicamente a definição, o desenvolvimento e a implementação da estratégia de sustentabilidade. A Comissão Executiva tem a responsabilidade de desenvolver o plano estratégico e o orçamento que integra os compromissos e as iniciativas em matéria de sustentabilidade, e adotar as políticas e principais linhas de ação em temas de Sustentabilidade. Este modelo de Governo inclui um Comité de Sustentabilidade, com reporte direto à Comissão Executiva do Conselho de Administração, que tem o papel da coordenação da estratégia de sustentabilidade do BPI e reúne mensalmente; a Direção de Sustentabilidade que acompanha a implementação da estratégia; e as Áreas Especializadas que são responsáveis por temas específicos como gestão de risco de sustentabilidade, financiamentos ESG e integração de critérios ESG na admissão de Clientes.

- > [O Nosso Desempenho](#)
 - > [Capital Humano](#)
 - > [Desenvolvimento e atração de talento](#)
 - > [Comunicação e cultura interna](#)
- > [Governação e Controlo Interno](#)
 - > [Governação](#)
 - > [Governo da Sociedade](#)

De forma a promover uma cultura interna de sustentabilidade junto dos seus colaboradores, o Banco BPI integra temas de sustentabilidade tanto na oferta formativa obrigatória no âmbito da formação DMIF II como em ofertas formativas dedicadas a temas de sustentabilidade específicos. É ministrada, adicionalmente, formação sobre sustentabilidade à gestão de topo e a cada novo administrador que inicia funções no Banco.

- INTRODUÇÃO
- QUEM SOMOS
- A NOSSA ESTRATÉGIA
- O NOSSO DESEMPENHO
- SUSTENTABILIDADE
- GOVERNAÇÃO E CONTROLO INTERNO
- PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
- REFERÊNCIAS FINAIS
- INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

Foi, também, criado o programa de Embaixadores de Sustentabilidade constituído por 28 colaboradores de várias áreas do Banco que atuam como ponto de articulação entre a Direção de Sustentabilidade e a Direção representada pelo Embaixador como forma de transmissão de conhecimento e informação relevante em matéria de sustentabilidade.

O BPI inclui o cumprimento da meta de ESG - Negócio Sustentável com impacto na remuneração variável ao nível da gestão de topo, promovendo o compromisso com a sustentabilidade.

- > Demonstrações de Sustentabilidade
 - > Informações Gerais
 - > ESRS 2 - Divulgações Gerais
 - > GOV-1
 - > GOV-2
 - > GOV-3
 - > GOV-4
 - > GOV-5
 - > Informações Ambientais
 - > ESRS E1 - Alterações Climáticas
 - > GOV-3
 - > IRO-1

Princípio 6: Transparência & Responsabilidade

Para além do reporte de acordo com a CSRD, nomeadamente os ESRS e a Taxonomia, o BPI reporta ainda o alinhamento do seu Relatório de Gestão com o Integrated Reporting Framework e com os Princípios do UNGC.

Relatório de Gestão 2024

- > Informação Complementar
 - > Standards e Compromissos
 - > Princípios do UN Global Compact
-

Inquéritos

O BPI realiza um conjunto de estudos de modo a monitorizar a experiência dos seus Clientes nos vários segmentos de negócio.

Destacamos os seguintes:

| Estudos | Fator | 2022 | 2023 | 2024 |
|--|--|--------------------|----------------|---------------------|
| IEX Balcão | Avaliação da Experiência Global do Cliente, do segmento Particular, com o serviço que recebe por parte do seu Balcão ou pessoa de contacto; escala 0 - 1000 pontos Trimestral | 906 (4T2022) | 888 (4T2023) | 883 (4T2024) |
| IEX Centros Premier | Avaliação da Experiência Global do Cliente, do segmento Premier, com o serviço que recebe por parte do seu Centro ou pessoa de contacto; escala 0 - 1000 pontos Trimestral | 871 (4T2022) | 859 (4T2023) | 874 (4T2024) |
| IEX <i>Private e Wealth</i> | Avaliação da Experiência Global do Cliente, do segmento <i>Private e Wealth</i> , com o serviço que recebe por parte do seu <i>Private Banker/ Wealth Manager</i> ; escala 0 - 1000 pontos Anual | 801 (ano 2022) | 802 (ano 2023) | 886 (ano 2024) |
| IEX Empresários e Negócios | Avaliação da Experiência Global do Cliente, do segmento Empresários e Negócios, com o serviço que recebe por parte do seu Balcão; escala 0 - 1000 pontos Anual | 806 (1ª vaga 2022) | 807 (ano 2023) | 780 (ano 2024) |
| IEX Empresas | Avaliação da Experiência Global do Cliente, do segmento Empresas, com o serviço que recebe por parte do Centro Empresas; escala 0 - 1000 pontos Anual | 848 (ano 2022) | 855 (ano2023) | 856 (ano 2024) |
| IEX Institucionais | Avaliação da Experiência Global do Cliente, do segmento Institucional, com o serviço que recebe por parte do seu Centro Institucional; escala 0 - 1000 pontos Anual | 880 (ano 2022) | 850 (ano 2023) | 859 (ano 2024) |
| IEX Corporate | Avaliação da Experiência Global do Cliente, do segmento Corporate, com o serviço que recebe por parte do seu Centro Corporate; escala 0 - 1000 pontos Anual | 864 (ano 2022) | 867 (ano 2023) | 892 (ano 2024) |
| IEX CENI | Avaliação da Experiência Global do Cliente, do segmento Imobiliário que é acompanhado pelos CENI's, com o serviço que recebe por parte do seu CENI; escala 0 - 1000 pontos Anual | 755 (ano 2022) | 848 (ano 2023) | n.a. ¹⁾ |
| IEX DIE-DN | Avaliação da Experiência Global do Cliente, do segmento Empresas, com o serviço que recebe por parte do gestor <i>online</i> do seu Centro de Desenvolvimento de Negócio; escala 0 - 1000 pontos Anual | 758 (ano 2022) | 787 (ano 2023) | 766 (ano 2024) |
| Satisfação Global TouchPoints - Novos Clientes | Satisfação Global com o processo de abertura de conta; escala normalizada 0 - 1000 pontos Trimestral | 795 (1T2022) | 843 (4T2023) | 877 (3T2024) |

¹⁾ Devido a alterações organizativas, este estudo deixou de ser realizado de forma independente desde fevereiro 2024, passando a integrar os resultados apurados no estudo IEX Empresas.

INTRODUÇÃO
QUEM SOMOS
A NOSSA ESTRATÉGIA
O NOSSO DESEMPENHO
SUSTENTABILIDADE
GOVERNAÇÃO E CONTROLO INTERNO
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
REFERÊNCIAS FINAIS
INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR